

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

**“PONTES E MURALHAS”:  
Diferença, Lepra e Tragédia  
(Paraná início do século XX)**

Beatriz Anselmo Olinto

Florianópolis, novembro de 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

*“PONTES E MURALHAS”*  
Diferença, Lepra e Tragédia  
(Paraná, início do século XX)

Beatriz Anselmo Olinto

Tese de doutorado no programa de Pós  
Graduação em História da Universidade  
Federal de Santa Catarina, sob a orientação  
do Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa

Florianópolis, novembro de 2002

BEATRIZ ANSELMO OLINTO

**PONTES E MURALHAS**  
DIFERENÇAS, LEPRA E TRAGÉDIA  
(PARANÁ, INÍCIO DO SÉCULO XX)

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, pela comissão formada pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa (UFSC)

Prof. Dr. Ítalo A. Tronca (UniCamp)

Prof. Dr. Waldemar Feller (Unicentro)

Profa. Dra. Maria Teresa Santos Cunha (UFSC)

Profa. Dra Sandra Noemí Cucurullo de Caponi (UFSC)

Florianópolis, 28 de novembro de 2002

## AGRADECIMENTOS

A todos que tornaram possível esta pesquisa, em especial ao professor Élio Cantalício Serpa e aos membros da banca de qualificação, professores Ítalo Tronca e Maria Bernardete Ramos, pelas críticas lúcidas e desafiadoras.

Agradeço imensamente à doutora Reny Naura Munaretto e a todos no Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná, pelo auxílio, compreensão e paciência que me dispensaram.

Ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, seus professores e funcionários.

Bem como aos funcionários da Biblioteca Pública do Estado do Paraná.

As minhas colegas Sílvia Gomes Bento de Mello, Johana Elizabeth Michels e Terezinha Saldanha, que viabilizaram a execução deste trabalho.

A Antônio Elizeu “Léo” Tavares pelo companheirismo.

A Maria Teresa, Marta, Guilherme, Flávio e Felipe, minha família, que sempre está pronta para dar um apoio nas horas difíceis.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	5
<b>RESUMO</b> .....	6
<b>INTRODUÇÃO: Uma Antígona Moderna</b> .....	7
<b>CAPÍTULO 1: CONFLITOS CIVILIZATÓRIOS:</b>	
<b>identidades deterioradas em Guarapuava</b> .....	25
1.1 – Um Problema de Diferença: os “ <i>leprosos</i> ”.....	27
1.2 – Ser Civilizado: colonos e seus outros.....	63
1.3 - Intelectuais e Historiografia: discursos identitários.....	87
<b>CAPÍTULO 2: IDENTIDADE MEDICALIZADA:</b>	
<b>médicos, eugenia e lepra</b> .....	108
2.1 – “ <i>O que é bom já nasce feito</i> ”: identidades para o futuro .....	111
2.2 – Entre o Vício e a Virtude: a composição de duplos .....	141
2.3 - “ <i>Salus populi, suprema lex</i> ”: (nov)idade profilática.....	163
<b>CAPÍTULO 3: “OS LEPROSOS CHEGARAM”:</b>	
<b>sentidos da tragédia</b> .....	191
3.1 - “ <i>Quem entra aqui, não mais sai</i> ”: o hospital São Roque.....	195
3.2 – “ <i>O exilado da sociedade</i> ”: fragmentos de subjetividade.....	226
3.3 – Poluição Sagrada: a lepra como alegoria.....	248
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	274
<b>FONTES</b> .....	282
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	286

## LISTA DE ABREVIATURAS

**IHGEP** – para o Instituto Histórico , Geográfico e Etnográfico Paranaense.

**S. R.** – para a instituição denominada de Leprosário São Roque, Hospital (Sanatório) Colônia São Roque, Hospital de Dermatologia Sanitária São Roque.

**HDSPr** – para a mesma instituição quando for referência sobre os seus arquivos pois que o nome atual é Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná.

**F. S. A.** – para a Ficha Social e de Assentamento dos internos no São Roque.

**SPRPr** – para o Serviço de Profilaxia Rural do Paraná instituído pelo governo federal em 1916 e coordenado por Heráclides de Souza Araújo.

**AHMG** – para o Arquivo Histórico Municipal de Guarapuava.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Doente de lepra interior do Paraná, 1916-1919.....	8
Membros da Comissão de Profilaxia Rural do Paraná, 1916-1919.....	9
Mapa dos casos de lepra no estado do Paraná, 1945.....	16
Planta baixa da Lazarópolis, 1917.....	166
Doentes de lepra interior do Paraná, 1916-1919.....	178
Doentes de lepra no São Roque, 1916-1919.....	180
Membros da Comissão de Profilaxia Rural no Estado do Paraná, 1916-1919.....	182
Organograma de funções do São Roque, 1952.....	244
Fôlder Parque da Saúde, 1998.....	280

## RESUMO

A presente pesquisa analisa discursos de deterioração identitária durante as primeiras décadas do século XX. Tal interpretação inicia na região de Guarapuava, centro sul parananense, passa pelas falas médicas sobre a diversidade humana e acompanha a trajetória dos doentes de lepra no projeto de profilaxia baseado em isolamento centralizado e obrigatório até o Leprosário São Roque, no município de Piraquara também no Paraná. Em um horizonte discursivo de biologização das identidades, busca-se entender como a composição do outro é atravessada por noções de impureza, anomia, perigo, que estigmatizam a pessoa por eles identificada e nomeada diminuindo a sua condição humana.

## INTRODUÇÃO: Uma Antígona Moderna

*“Porém o elemento mais importante é a trama dos fatos, pois que a tragédia não é imitação de homens, mas de ações e de vida, de felicidade e infelicidade;”<sup>1</sup>*

Quando em 1919 o jovem médico Souza Araújo, então chefe da Comissão de Profilaxia Rural no Paraná, encontra no interior deste estado um senhor cego e leproso, faz uma fotografia com a seguinte legenda: *um cego leproso cuja a vida é um inferno*<sup>2</sup>. Não se sabe o nome do senhor fotografado, mas a foto está em meio às páginas dos trabalhos publicados pelo referido médico. É uma entre muitas outras, em que doentes sem nome mostram as suas deformidades corpóreas, enquanto médicos devidamente engravatados, nomeados e titulados, posam ordenadamente para o seu pantheon acadêmico.

Hoje, olhando para a fotografia do homem cego e doente, pode-se afirmar que se tratava de um indivíduo já adulto e maduro. Ele aparece sentado na soleira de uma casa de madeira, com os pés descalços, uma perna da calça arregaçada e as mãos em frente ao peito, expondo assim as suas chagas para a lente. Do seu rosto, em parte encoberto pela barba espessa, destacam-se os olhos cansados e uma testa longa. Suas roupas estão sujas e desordenadas. A perspectiva do fotógrafo acompanha essa descrição a partir do primeiro plano com os pés, pernas, depois mãos e, finalmente, o rosto. É uma imagem incômoda, em que os olhos e a mão esquerda (ainda não muito deformada) parecem apelar por

---

<sup>1</sup> ARISTÓTELES. Poética. IN: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1979 (p. 246).

humanidade, enquanto os membros mais deteriorados inspiram compaixão e repugnância ao mesmo tempo. Esses sentimentos criam uma ponte sensível, que se atravessa recordando a *Poética* de Aristóteles, onde suscitar no público *terror e piedade* é o efeito esperado de uma tragédia<sup>3</sup>. Decerto a foto suscita-os, quando os elementos essenciais ao trágico encontram olhos espectadores que o enxergam na vivência humana no espaço e no tempo.

Fonte: SOUZA- ARAUJO, H. -*Profilaxia Rural no Estado do Paraná* op.cit. (p.114)



A tragédia humana existente sob a definição do médico como “*um inferno*” faz sentido contemporaneamente, quando ter sua humanidade vinculada à perfeição corpórea não é estranho. Muito pelo contrário, uma mácula dessa pode fenecer a primeira, principalmente se for uma marca visível sobre o corpo, nas mãos e no rosto. Aí se encontra a análise dessa experiência vital como tragédia, o que norteia a presente tese. Esta pesquisa terá a sua trama tecida pelos processos de estigmatização e de medicalização na primeira

---

<sup>2</sup> SOUZA ARAUJO, H. C. de . *Profilaxia Rural no Estado do Paraná: um esboço de geografia médica*, Curitiba: Livraria Econômica, 1919 (p. 114).

<sup>3</sup> Ver: ARISTÒTELES. *Poética*. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1979 (p. 245).

metade do século XX no Paraná, mais especificamente, em Guarapuava, na região central deste estado e no Leprosário São Roque, em Piraquara atual região metropolitana de Curitiba.

Nas fotos para a literatura médica das primeiras décadas do século passado, os profissionais da saúde diferenciam-se dos doentes por uma ordenação simbólica de elementos, como o uso da gravata, a limpeza da pele, o ambiente solene ao fundo; assim se dá a composição das noções de pertencimento. É uma leitura de sentidos de autoridade e de estigma que permeiam o texto ou a imagem, ao mesmo tempo em que instruem a solidariedade. Na fotografia abaixo, posam os novos médicos pertencentes à Comissão de Profilaxia Rural em 1916-1919; da esquerda para a direita, Souza Araújo é o terceiro sentado. Apesar de os médicos, ao contrário do doente, serem jovens, o ambiente, as roupas, o cabelo e a pose são rigorosos e ajudam a compor a “aura” de solenidade e seriedade para o meio científico.

Fonte: SOUZA-ARAÚJO, H. – *Profilaxia Rural no Estado do Paraná* – op.cit. (p. 16)



É a partir dessa dicotomização entre o doente, desordenado interna e externamente pela doença e pela falta de higiene, e o médico como sujeito ordenador das gentes e das coisas, que a presente tese pretende pensar a composição de identificações e perguntar pelo medo da diferença. A pesquisa será desenvolvida pela percepção de que a racionalidade moderna tentou subtrair o horrível da vida, escamoteando o seu caráter trágico. Mas como ele é parte intrínseca da experiência, acaba por transbordar novamente dentro da própria estratégia da modernidade, em um embate trágico, em que o tema é o estranhamento do outro e a trama é a constituição de uma identificação deteriorada, menos humana, sobre ele.

E é assim, com a depreciação identitária na modernidade, que se fornece um sentido à própria existência, em uma auto localização como “nós” perfectível, ou seja, os que são capazes de superar os obstáculos e realizar um progressivo futuro<sup>4</sup>, constituídos por um projeto civilizatório difuso e autoritário.

A motivação trágica dessa análise inspira-se em NIETZCHE quando apontou que não é a reflexão que mata a ação - ao comparar o homem dionisíaco com Hamlet - mas sim o conhecimento de uma essência eterna, imutável e horrível das coisas. O quadro então é um mundo sem consolo, em que se torna ridícula qualquer pretensão de *endireitá-lo*. Para Nietzsche, somente a arte seria o bálsamo que, através das categorias do *sublime* (que faz suportável o terrível), e do *cômico* (que liberta pelo absurdo do aborrecimento cotidiano), minimizaria o desespero causado pela primeira visão.<sup>5</sup> Também nessa forma funcionava a arte trágica grega, um palco onde o belo e o horrível que compõem a vida humana tornavam-se plasticamente conhecidos, em uma sabedoria maior que as palavras.

---

<sup>4</sup> Sobre a perfectibilidade como capacidade progressiva de superar obstáculos ver: ROUSSEAU. *Do Contrato Social* I. In: Os Pensadores. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (p. 31).

O trabalho que aqui se inicia fala de vivências trágicas na modernidade, pois o mundo ocidental prometido pode ser um grande desencantamento, mas o drama choroso contemporâneo não responde à complexidade das vidas sem nome (infames?) desta sociedade.<sup>6</sup> Vidas desenroladas como tragédias, compondo um ciclo que se fecha sem a justiça poética ou a salvação individual do *drama burguês*, ao contrário, possuindo um herói ou heroína que : “*Devido porém aos seus sofrimentos atrozes, acabou por exercer em seu redor um poder mágico e benéfico, que atua ainda depois do seu desaparecimento*”<sup>7</sup> Em parte é disso que trata a presente tese, sobre vida e sofrimento, pois que o trágico nada mais é que “*a impossibilidade de evitar a dor. É esse o rosto inevitável do destino, do ponto de vista humano*”<sup>8</sup>.

A problemática a ser trabalhada passa pela construção de igualdades e diferenças, em ordenações sociais e destinos de morte em vida. Com tais características arrisca-se aqui parafrasear a obra trágica *Antígona* de Sófocles<sup>9</sup>. Nessa peça, Sófocles desenvolveu uma tragédia na qual a personagem principal é filha de Édipo que, após perder seus dois irmãos lutando em lados opostos de uma batalha nas portas da cidade de Tebas, desafia a ordem do rei (Creonte) e enterra o irmão (Polinices) opositor a Tebas. Nesse ato ela desobedece à lei local em nome de uma lei universal e, por causa dele, é condenada à morte e sepultada viva em uma gruta de pedra. GINZBURG aponta que Antígona é uma voz humana e universal,

---

<sup>5</sup> Ver: Nietzsche. *A origem da Tragédia*. São Paulo: Moraes, s.d. (p. 52 e53).

<sup>6</sup> Infame aqui é utilizado no mesmo sentido de in-fames, ou seja vidas anônimas: “*sem voz e sem nome*”. Ver: TRONCA, Ítalo . *As Máscaras do Medo: Lepra e AIDS*. Campinas: Unicamp, 2000

<sup>7</sup> Aqui Nietzsche refere-se a Édipo, pai de Antígona, mas da mesma maneira que as desgraças são hereditárias nas tragédias, também as influências no meio circundante o são. Ver: Nietzsche op. cit. (p. 61).

<sup>8</sup> JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1979 (p.305).

<sup>9</sup> Analisar-se-á esta obra mas cabe lembrar que Nietzsche percebe já em Sófocles que o coro dionisíaco iniciava a desfazer-se. Ver: *Os Pensadores: Nietzsche*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (p. 14).

que fala de uma união maior que a comunidade e suas leis particulares, um pertencimento à humanidade<sup>10</sup>

Essa figura feminina que representa a humanidade mantém a firmeza durante toda a tragédia, somente quando à morte soa um lamento seu, mas não como uma retratação, pelo contrário é onde “*sua figura assume validade humana e se patenteia a grandeza de seu sacrifício*”<sup>11</sup>. Através dos acontecimentos aterrorizantes narrados na tragédia, ela fala da impossibilidade de se evitar a dor na vida, suscitando compaixão em um efeito catártico<sup>12</sup>, que reconcilia o humano com sua finitude radical<sup>13</sup>. Nela os atos humanos revestem-se de uma sabedoria que ultrapassa o homem, forma que permite a personagem de Antígona falar algo de validade universal.<sup>14</sup>

Na peça, a condenação de Antígona consiste em afastá-la do grupo da cidade e de tornar a sua morte invisível. A distância, tanto no espaço quanto no tempo, diminui os sentimentos de compaixão pela vida do outro, o que permite traçar um paralelo com a sociedade moderna que, aparentemente, facilitou essa tarefa, seguindo os passos de GINZBURG:

*“O progresso burocrático moveu-se na mesma direção, criando a possibilidade de tratar grandes quantidades de indivíduos como se fossem meros números – o que vem a ser outro modo de considerá-los a distância”*<sup>15</sup>

---

<sup>10</sup> GINZBURG. Carlo. Como matar um mandarim chinês: as implicações morais da distância. IN: *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Cia das Letras, 2001 (p. 200).

<sup>11</sup> LESKI, Albin. *A tragédia grega*. São Paulo: Perspectiva, 1971(p. 133). Lenski aponta que Antígona defenderia as leis dos deuses e não as que regiam a família em oposição ao estado, como analisava a tradição filosófica hegeliana.

<sup>12</sup> No verbete catarse encontra-se o significado de purgação e purificação. Ver: *Minidicionário da língua portuguesa / Aurélio*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

<sup>13</sup> SOUZA, Ronaldo de melo. Atualidade da tragédia grega. In: ROSENFELD, Kathrin (org). *Filosofia & Literatura: o trágico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 (p. 128) .

<sup>14</sup> Idem (p. 149).

<sup>15</sup> GINZBURG. Op. cit. 2001 (p 211).

Assim, o distanciamento possibilita uma desumanização do outro. Se este encontrava-se perto, é necessário afastá-lo, o que facilita tomá-lo e conhecê-lo somente por estereótipos e números. A forma trágica o traz de volta, apresenta-o ao representá-lo, e sua vivência desperta novamente piedade e terror.

Lembrando os componentes de *Antígona*, busca-se estabelecer uma ponte com suas palavras. Primeiro o *destino*, que naquela obra ultrapassava o período de uma vida e atingia a sua descendência, a tragédia continuava nos filhos de Édipo. Os *erros* dos pais recaíam sobre os filhos, o que pode ser ligado ao problema desenvolvido na presente tese sobre a medicalização da identidade, em que proposições eugênicas e de hereditariedade compõem uma mistura biológica e moral que identifica a pessoa e traça o seu destino pelas gerações.

Em segundo existem as *diferenças*. Para *Antígona* seus irmãos são percebidos como iguais e semelhantes: mesmo estando separados e em lados opostos, merecem o mesmo tratamento. Já para os olhos do rei, eles são diferentes: na sua ordenação das gentes e das coisas, um é traidor e o outro herói. Diferentes olhares destacam atributos diversos nas mesmas pessoas. Nomear e separar a diferença serão processos narrados e analisados nesta tese a partir da concepção de estigma e de civilização.

Por fim há a condenação de *Antígona* ao sepultamento em vida, sobre o qual ela fala: “*Ai de mim, que não tenho lugar na vida nem na morte, ai de mim, sem lar entre os vivos estrangeira entre os mortos*”<sup>16</sup>. Situação limítrofe de morte em vida, análoga a algumas experiências vivenciadas por pessoas sob o estigma de leproso no início do século XX, quando da elaboração de uma política de saúde para esta doença baseada no isolamento compulsório em leprosários no modelo de asilos- colônia.

---

<sup>16</sup> SÓFOCLES. *Antígona* op. cit. (p.18)

A presente pesquisa versa sobre a constituição de um “outro“ desqualificado e anômalo, o que possibilita a existência de um “nós” civilizado merecedor do progresso. Analisando diversos discursos – leprologia, imigração, eugenia, historiografia - busca-se pelos instrumentos e operações instituidoras de identificações deterioradas sobre algumas pessoas e como, uma vez portadoras desse estigma, elas vivenciaram uma diminuição de sua humanidade na primeira metade do século XX, no estado do Paraná. Ao seguir o pensamento de CASSIRER, pode-se iniciar a compreender a historicidade do nomear:

*“não é a função de um nome referir-se exhaustivamente a uma situação concreta, mas apenas isolar um aspecto (...). Cada classificação é dirigida e ditada por necessidades especiais, e é claro que essas necessidades variam de acordo com as condições diferentes da vida social e cultural do homem.”<sup>17</sup>*

O aspecto isolado pelo nome vai sobrepor uma característica às outras não nomeadas ou não utilizadas em uma dada classificação. Assim, se o atributo observado e sobreposto aos outros for lido como depreciativo, será sempre relacional a uma normatização de um grupo. Utilizar-se-á a concepção de estigma para o referido atributo, acompanhando a categorização de GOFFMAN<sup>18</sup>. Tratar-se-á de três tipos de estigmas nos discursos analisados: o corporal (que se refere a deformações físicas), o moral (que julga comportamentos alheios) e o de grupo (preconceitos contra etnias, nacionalidades, etc.). Eles apresentam-se quase sempre imbricados, com a percepção mesclando preconceitos físicos, comportamentais, etc.

O estigma é um princípio organizador da diferença, ele responde a uma necessidade de ordenação, catalogando-a em uma humanidade inferiorizada perante aos demais. Isso

---

<sup>17</sup> CASSIRER, Ernest. *Ensaio sobre o Homem: introdução a uma filosofia da cultura*. São Paulo: Martins Fontes, 1994 (p.220 e223)

<sup>18</sup> GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988 (p. 13).

pode envolver tanto uma doença (no caso estudado a lepra), como a identificação de grupos (para a formação populacional paranaense) em uma composição e atribuição de sentidos que cria signos de uma falta das qualidades (físicas, morais e coletivas).

A lepra é uma doença de manifestação lenta e prolongada que, até 1941, não conhecia nenhum tratamento comprovadamente eficaz. A evolução do seu quadro clínico potencializa a incapacitação dos membros do corpo, pois atinge a pele e o sistema nervoso. É causada pelo *microbacilo leprae*, que só existe no ser humano, e por ser de transmissão difícil, necessitando de um contato íntimo prolongado com um doente não tratado e de alguma predisposição, dá margem a muitas incompreensões, como lembra SONTAG: “*Toda doença tratada como mistério será temida e sentida como moralmente e literalmente contagiosa*”.<sup>19</sup> A lepra, hoje denominada hanseníase<sup>20</sup>, imerge no medo do que é desconhecido.

Não é tão somente por ser uma doença contagiosa que se justifica todo o temor que a envolve, embora a questão do contágio esteja intrinsecamente ligada ao fenômeno do retorno dos leprosários no início do século XX, pois que foi a partir da descoberta do bacilo por Hansen - em 1873 - que a política de isolamento (quase sempre obrigatório) desses doentes ganhou terreno em várias regiões do mundo.<sup>21</sup> No caso específico do Brasil, a questão está inserida e delimitada dentro dos projetos de reocupação do interior do território e integração nacional, substanciados na perspectiva de formatação populacional

---

<sup>19</sup> SONTAG, Susan. *Doença como Metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 1984 (p.6).

<sup>20</sup> O Brasil detém o segundo lugar mundial em número de casos da doença, perdendo apenas para a Índia. Ver: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia para o Controle da Hanseníase*. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

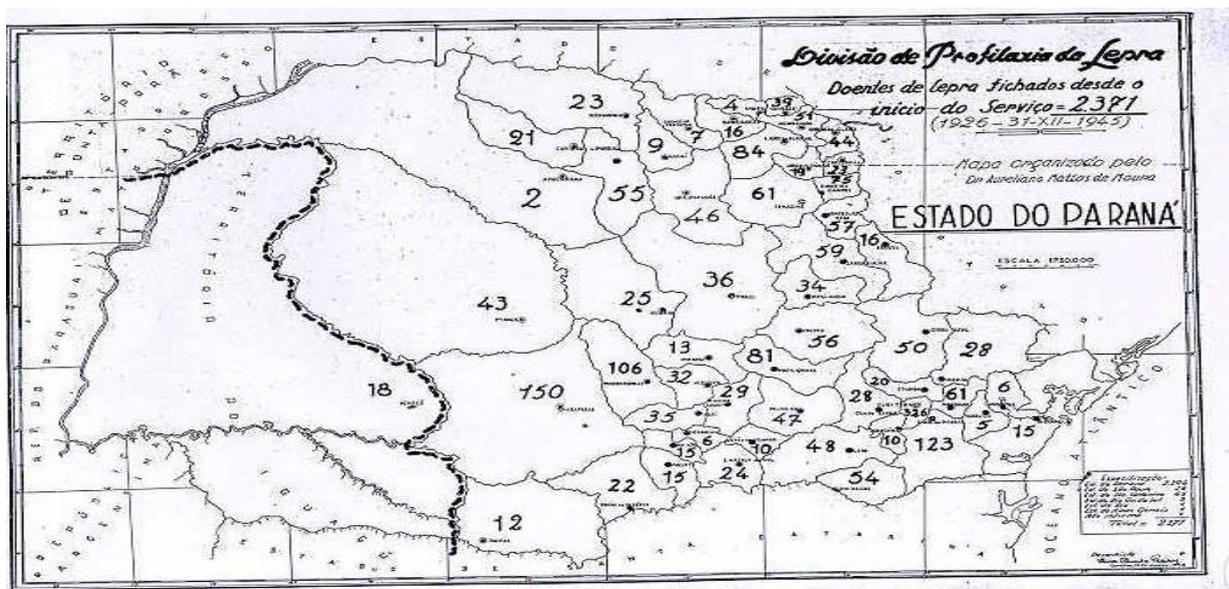
<sup>21</sup> SILLA, Eric. *The people are not the same: leprosy and identity in twentieth century Mali*. Oxford: James Currey, 1998 (p.24).

como “*uma raça forte e sadia*”<sup>22</sup>. Dentro dessa visão os portadores da doença serão transformados em “*ameaça social*”, o que legitimará a intervenção autoritária sobre o seu viver.<sup>23</sup>.

Entretanto, como o medo da lepra apresenta-se de maneira muito ampla e difusa, o foco na sua contagiosidade tece relações muito mais controláveis através da noção de ameaça social, em que a metaforização da doença e seus portadores como diferentes e inimigos da comunidade estabelecida, implementa a mobilização necessária para o funcionamento das políticas autoritárias de saúde pública.

Abaixo, esboça-se em um mapa o levantamento numérico dos casos de lepra no estado do Paraná no período 1926 a 1945. Os dados estão sobrepostos à divisão de municípios onde Guarapuava, na região central do desenho, apresenta-se com o número de 150 casos, demonstrando ser o segundo maior foco estadual da doença com um número inferior apenas ao de Curitiba, que apresentava 326 casos.

Fonte: SOUZA-ARAÚJO, H. C. de *História da Lepra no Brasil*. v. II, 6 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.



<sup>22</sup> QUEIROZ, Marcos de S. Hanseníase no Brasil. IN: CANESQUI, Ana Maria (org). *Ciências Sociais e Saúde para o Ensino Médico*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2000 (p 140).

Geograficamente distribuídos, esses números substituem várias vidas. No papel, elas parecem controladas e conhecidas. Esse é o universo em que se torna possível o domínio científico da doença em um espaço/tempo restrito. No mapa tudo é tão bem organizado e localizado. A espacialização é perfeita, sem dúvidas, sem ambivalências, sem desvios à regra e sem monstros. Cada pessoa virou um número, o único vestígio que restou de sua subjetividade nos anais do progresso médico.

O mapa é publicado por SOUZA ARAÚJO<sup>24</sup>, mas o levantamento é da divisão de Profilaxia da Lepra coordenada pelo médico Aureliano Matos de Moura, que também será diretor do Leprosário São Roque, local responsável pela centralização de todos os leprosos do estado no período do isolamento compulsório. Como será visto posteriormente, o circuito de saber sobre a doença no Paraná era bem fechado, poucos médicos encarregavam-se de tratar e pesquisar a lepra. Afinal, ainda hoje, é uma doença vista geralmente como ligada à miséria, o que a tornava bem pouco atraente para uma carreira profissional tão profícua como a medicina.

Além do mais, até 1941, a lepra era incurável e isso, apesar de ser visto por alguns médicos como um desafio, aparecia para a maioria como uma certeza de fracasso. Sem a crença na cura a eficácia simbólica de um poder sanador fica extremamente abalada. Assim, a ciência médica suprimia o trágico no asseio dos números, por onde afastava o terror da doença descontrolada, das pessoas deformadas, da dor dos tratamentos impostos, da exclusão da vida ordinária. O mapa configura o olhar de sobre vò tão caro a perspectiva

---

<sup>23</sup> Ver: QUEIROZ, Marcos de S. *Hanseníase no Brasil*. op. cit. (p 140). O autor analisa a problemática no eixo Rio – São Paulo, desconsiderando a extensão desta em outras regiões do país e suas especificidades.

<sup>24</sup> SOUZA-ARAÚJO, H. C. de *História da Lepra no Brasil*. v. II, 6 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.

científica e garante a distância como um lugar seguro para olhar sem compaixão o que antes já foi um semelhante.

No sentido inverso, a presente pesquisa percebe o mergulho no tema da lepra como uma jornada trágica, pois que fala da transformação das identidades submersas nesta experiência criadora de sentidos e símbolos. Contudo, segundo CASTORIADIS<sup>25</sup>, um simbolismo só se edifica sobre as ruínas dos edifícios simbólicos precedentes combinando elementos e assim inventando formas novas. É nesse movimento que o sentido gera o signo - e não o contrário - sendo que a constituição de novos sentidos e seus deslocamentos se dá na e pela história. Para o autor, o mundo humano é o transformar do natural por um meio simbólico. Assim definido a ele pertence a lepra, que de doença passa a ser uma identificação deteriorada.

A investigação tentará entender alguns dos sentidos dessa enfermidade, para isto ensaia decifrar alegorias que se inscrevem nos discursos sobre ela. A opção por essa análise parte da percepção levantada por TRONCA, quando aponta que também a fala científica, assim como a artística, lança mão de estilos estéticos – principalmente o sublime e o pitoresco - nas suas imagens sobre a lepra. Compondo uma linguagem alegórica para lidar com os sentimentos que a doença inspirava ao mesmo tempo que se instituíam um domínio de saber científico sobre ela, assim:

*“não há por que deixar de considerar a alegoria como um desses esquemas, uma estrutura artificial que construímos, entre outras, para controlar acontecimentos que, especialmente diante do impacto da doença, nos apavoram e sobre os quais, na verdade, não temos nenhum controle. Até mesmo de um ponto de vista social, pode-se dizer que não se trata apenas de controlar a manifestação sensível da doença, mas também de exercer um domínio, por parte do saber médico, sobre o próprio doente.”<sup>26</sup>*

---

<sup>25</sup> CASTORIADIS, Cornélius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

<sup>26</sup> TRONCA. Ítalo. *Máscaras do Medo* : lepra e AIDS. Campinas: Unicamp, 2000 (p. 18).

O sentido alegórico produziria um certo conhecimento sobre a doença ao minimizar o choque aterrador inicial. Mas cabe apontar que existe um campo de possibilidade polissêmica para a leitura da alegoria pois que os sentidos, apesar de serem amplos, não são infinitos. O arco alegórico pode passar a impressão de dissolver o tempo mas, também ele, só é possível dentro da história<sup>27</sup>

A temática da corrente pesquisa perpassa uma ampla gama de inter-relações que constroem as identificações de grupos através do estranhamento do outro e da sensibilidade ao diferente<sup>28</sup>. Dentre estas, destaca-se uma identificação deteriorada em especial, uma estigmatização forte e extremamente alegórica, a lepra. Seguindo ELIAS: “*O sinal físico serve de símbolo tangível de pretensa anomia do outro grupo, de seu valor humano inferior, de sua maldade intrínseca;*”<sup>29</sup> Busca-se também nesse autor a análise de configuração<sup>30</sup> para compreender como seres humanos interdependentes formam uma teia flexível de tensões, onde podem ser demarcadas figurações de *aliados* e *adversários*, nas quais grupos estabelecidos atribuem a si mesmos caracteres humanos superiores e estigmatizam, com características inferiores, o outro.<sup>31</sup>

Essa sensibilidade às diferenças é composta dentro de um processo civilizador, que também acentuou a solidão daqueles que, por sua doença, lembravam a transitoriedade da vida humana e a frivolidade de muitas de suas conquistas. É um sentido trágico que

---

<sup>27</sup> Idem (p. 100).

<sup>28</sup> Ver: ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. v. 1 e 2. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

<sup>29</sup> ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L.. *Os Estabelecidos e Outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000 (p.36).

<sup>30</sup> Configuração na obra de Norbert Elias é neste trabalho entendida como um padrão mutável das interações na sociedade, um modelo didático para romper com as polarizações clássicas que separam indivíduo e sociedade, seguindo a análise proposta por: SALLAS, Ana Luisa F. IN: *CAMPOS* - Revista de Antropologia Social. Curitiba: UFPr, jan. 2001.

<sup>31</sup> ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L.. *Os Estabelecidos e Outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000 (p.36).

atravessa essa vivência e se expõe nas alegorias, nas políticas, nos tratamentos e nas falas sobre a lepra e a diversidade humana.

O sentido moderno da palavra civilização é cunhado, afirma STAROBINSK, no final do século XVIII e abrange as noções de: “*abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura das artes e das ciências, crescimento do comércio e da indústria, aquisição de comodidades materiais e do luxo.*”<sup>32</sup> Essa concepção vem irmanada de seu próprio antônimo, a noção de barbárie. Ela é “*inseparável do seu avesso*”<sup>33</sup> e só em relação a este é que pôde construir uma paisagem de progresso, tão cara para a sua legitimação.

Já na interpretação de KOSELLECK, a época atual trouxe da crítica iluminista a noção de progresso como filosofia da história, em um processo de “*secularização no qual a escatologia foi transportada para uma história progressista.*”<sup>34</sup> É nesse quadro que uma elite virtuosa realiza o seu planejamento racional de futuro, projeto ao qual nem um recôndito da vida deveria escapar e que alienava a história em uma utopia. Assim, não é de estranhar encontrar esta “*herança*” no cerne do turbilhão moderno a ser analisado, pois que aquela pressupunha que: “*Planejar a história torna-se tão importante quanto dominar a natureza.*”<sup>35</sup>

Com esse horizonte de perspectiva, o primeiro capítulo da tese analisa discursos engendrados na região de Guarapuava, no Paraná, nos quais farejam-se sentidos de pertencimento tecidos pela estigmatização, por entre imagens desqualificantes da diferença, pela não perfectibilidade alheia, pela incapacidade civilizatória e pela identificação

---

<sup>32</sup> STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 2001 (p14).

<sup>33</sup> Idem (p. 56).

<sup>34</sup> KOSELLECK, Reinhardt. *Crítica e Crise: uma contribuição para a patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Eduerj/ Contraponto, 1999. (p. 14- 15)

<sup>35</sup> KOSELLECK, Reinhardt. Idem. (p. 16).

desumanizante do outro. O destaque é a estigmatização da lepra reforçada pelas posturas oficiais e midiáticas do município nas primeiras décadas do século XX, bem como as estratégias para formação populacional presentes na historiografia do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense no período entre 1900 e 1940.

A medicina do início do século passado é a tônica do segundo capítulo, que a interpreta como local de múltiplas construções identitárias, através da expansão de discursos biologizantes sobre as populações, bem como as edificações de estigmas físicos, morais e eugênicos. O capítulo parte de um horizonte discursivo mais amplo, dando ênfase à influência eugênica na medicina, e finaliza com o caso do Paraná através dos discursos sobre a lepra ali localizados. O intento é farejar a constituição de sujeitos e objetos cindidos pela racionalidade médica e como os membros dessa corporação personificaram-se no papel de *'analista de instituições'*<sup>36</sup> através de propostas profiláticas.

Finalmente, no terceiro capítulo, busca-se por indícios da sobrevivência dos doentes, iniciando pela análise da normatização de seu isolamento no espaço do novo leprosário São Roque, passando por noções de sofrimento ali localizadas e pelos fragmentos possíveis de suas experiências naquele universo. Também se buscam respostas nas percepções simbólicas de sentidos alegóricos que fundamentam a tradição de pensamento sobre a lepra, para assim arriscar mais algumas análises simbólicas dessa tragédia.

Dialogando uma vez mais com o canto do coro em *Antígona*, quando este, após ter falado do prodígio que é o ser humano sobre a face da terra, argumentava:

---

<sup>36</sup> Sobre o termo analista de instituições ver: MACHADO, Roberto et alli. *Danação da Norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; onde analisa que a partir da segunda metade do século XIX *'o médico torna-se cientista social, integrando à sua lógica a estatística, a geografia, a demografia, a topografia, a história; torna-se planejador urbano, e as grandes transformações da cidade, estiveram a partir de então ligadas à questão da saúde; torna-se enfim analista de instituições, (...)'*(p. 157).

*“Vive o presente, recorda o passado, antevê o futuro. Tudo lhe é possível. Na criação que o cerca só dois mistérios terríveis, dois limites. Um, a morte, da qual em vão tenta escapar. Outro, seu próprio irmão e semelhante, o qual não vê e não entende.”*<sup>37</sup>

Ao canto do corro segue-se uma ironia. Ela está contida na ação da própria heroína: por um lado a ação é uma afronta contra a lei do Estado, porém por outro, tal ação é um dever humano dos mais básicos, principalmente para com um irmão. Através dessa tensão Sófocles tece sua crítica irônica, pois como analisa JAEGER, após cantar a maravilha que seria o Homem... *“o orgulhoso hino emudece perante o súbito e trágico conhecimento da debilidade e da miséria humana”*.<sup>38</sup> Ironia que pode instrumentalizar a compreensão do viés de análise desenvolvido nas próximas páginas.

Ainda sobre o coro, naquele momento ele também cantara o tempo pelo passado, presente e futuro, e essas temporalidades são inerentes ao ofício do historiador, é nelas que ele se assemelha a um mediador de distâncias, que quando supõe ir ao passado encontra o seu próprio presente, já que estes se reenviam constantemente na produção do conhecimento histórico. A história é um auto-conhecimento produzido pela humanidade, assim também o é a poética trágica. Os dois encontram-se produzindo inteligibilidade para o existir cultural tecido pelo ser humano.<sup>39</sup>

Mas além disso, a tese também se relaciona com os dois limites referidos na citação acima (o irmão semelhante e a morte), pois que os dois limites humanos colocados por Sófocles aparecerão nela interligados. Por um lado o medo da morte, através de diversas

---

<sup>37</sup> SÓFOCLES. *Antígona*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 (p. 19).

<sup>38</sup> JAEGER, op. cit. p 307

<sup>39</sup> Para CASTORIADIS o conhecimento histórico é uma *“elucidação teórica do mundo humano”*, uma interpretação, uma *“transposição criadora”* ver: CASTORIADIS, C. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; já para CASSIRER ele é um *“auto conhecimento”*, como a poesia que *“constrói o universo humano”* ver: CASSIRER, Ernest. *Ensaio sobre o Homem: introdução a uma filosofia da cultura*. São Paulo: Martins Fontes, 1994 . Pelo lado da tragédia JAEGER) também define esta última como

percepções da doença e suas relações com processos de identificação de grupos humanos, por outro lado, mas imbricado naquele primeiro, está uma ampla gama de inter-relações que constroem as identificações de grupos através do estranhamento do outro e da sensibilidade ao diferente.

Em uma obra a ser utilizada como fonte, o médico Afrânio Peixoto<sup>40</sup> também encerrava seu texto em 1913 com uma digressão sobre a passagem supracitada de Antígona, aquela do coro elogiando a humanidade. Entretanto, dentro da sua racionalidade, a sentença aparecia somente até a questão da maravilha que é o ser humano. A continuação sobre os dois mistérios que o afligiam era silenciada, pois o médico fechava a citação antes dessa referência. Deslocada de seu contexto, perdia toda a fina ironia da trama.

Talvez esse silenciar represente que a morte e o semelhante fossem limites que angustiassem o próprio médico, para além de afligir o ser humano universal da tragédia, daí não nomear. A morte<sup>41</sup> pode ser vista como a inominável afronta à sua ciência, uma irremediável fragilidade da vida humana. O outro (o irmão) não era visto como semelhante e sim pelo estranhamento de suas diferenças. O medo permeava esse conhecer e, talvez, no horizonte vislumbrado por Peixoto, o desaparecimento desses dois já pudesse ser previsto em um futuro próximo, onde o sujeito da razão tornaria tudo possível no mito da irresistível escalada técnica da medicina. Afinal de contas, não é no mito que a tragédia tem seu princípio e também sua alma? Pois que é ela a forma capaz de constituir respostas à

---

um *auto conhecimento humano*. Assim arrisco concordar com a inerência trágica da história, ver: JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1979 (p.309).

<sup>40</sup> PEIXOTO, Afrânio. *Higiene*. v. II 6 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938 (p. 378).

<sup>41</sup> Para Certeau a morte é o inominável da modernidade, ver: CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1 artes de fazer*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

ambivalência inerente entre o mítico e o racionalista como instrumentos produtores de sentido?<sup>42</sup>

Para analisar tais configurações tecidas com o fio do receio, só lembrando ELIAS, quando observava: “*Só obtemos uma melhor compreensão das mudanças de conduta e sentimentos numa direção civilizadora, portanto, se nos tornarmos conscientes das mudanças na estrutura dos medos construídos, a que eles estão ligados.*”<sup>43</sup> O que perpassa essas relações entre diferenças é um medo sorrateiro que, infiltrado neste encontro, compõe seus personagens e delimita seus territórios.

Resumindo, a presente pesquisa analisa discursos de deterioração identitária em Guarapuava, na região centro sul parananense, e no Leprosário São Roque, no município de Piraquara também no Paraná, durante as primeiras décadas do século XX. Acompanhando a trajetória dos doentes de lepra a partir do projeto de profilaxia da doença baseado em isolamento centralizado e obrigatório, busca-se entender como a composição do outro é atravessada por noções de impureza, anomia, perigo, barbárie, degenerescência, que estigmatizam a pessoa por eles identificada e nomeada, diminuindo a sua condição humana.

Ao reconhecer o trágico presente no viver humano deseja-se subtrair distâncias, mesmo entre os mais diferentes seres humanos. Pois os sentimentos que norteiam esta jornada também se ancoram no coro de Antígona: “*Em mim só manda um rei: o que constrói as pontes e destrói muralhas*”<sup>44</sup>. Talvez enxergar e compreender as pontes e as muralhas que existem nas construções de identificações deterioradas sobre os “outros” ainda seja uma proveitosa maneira de derrubar aquelas últimas.

---

<sup>42</sup> VER: CASSIRER, Ernest. Op. cit. que, seguindo Durkheim, afirma ser a sociedade o modelo para o mito. Já para ARISTÓTELES o mito é o princípio e a alma da tragédia. Ver ainda: COSTA & REMÊDIOS, op. cit. que, acompanhando Vernant, vêem na tragédia uma resposta a ambivalência entre o mítico e o racionalista.

<sup>43</sup> ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: formação do estado e civilização*. v.2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993 (p.269).

---

<sup>44</sup> SÓFOCLES, op. cit. (p. 19).

**Capítulo 1:**  
**CONFLITOS CIVILIZATÓRIOS**  
**Identificações deterioradas em Guarapuava**

*“A doença é o lado sombrio da vida, uma espécie de cidadania mais onerosa, todas as pessoas vivas têm dupla cidadania, uma no reino da saúde e outra no reino da doença.”<sup>1</sup>*

Vivenciar a desqualificação da condição humana de uma pessoa, ou de um grupo, dentro de uma determinada sociedade é uma experiência terrificante. Tornar-se um cidadão de *segunda categoria*<sup>2</sup> é uma realidade corriqueira na contemporaneidade, qualquer atributo ligado a sua pessoa poderá ser a base para isso, como a cor da sua pele, a sua religião, a sua opção sexual, a sua nacionalidade, etc e etc; toda informação que você transmite sobre você mesmo pode ser usada (e será) para classificá-lo, nomeá-lo e localizá-lo dentro de uma miríade de seres e coisas, onde se terá mais, ou menos, direito de ser humano.

Ser visto como uma pessoa sã é ser portador de uma ordem interna, de um funcionamento sincronizado que o capacita a exercer o seu papel de sujeito moderno limpo e ajustado à atual sociedade ocidental. A partir da percepção de um ser doente, a situação muda, o seu nome e o seu lugar são outros, você é um outro. Sua nova identidade é a deteriorização da primeira. É desse pressuposto que se parte para examinar alguns

---

<sup>1</sup> SONTAG, Susan. *A Doença como Metáfora*. Op. cit. 1984 ( p.7).

<sup>2</sup> SONTAG. Idem, *ibidem*.

processos de desqualificação identitária no início do século XX no sul do Brasil, interior do estado do Paraná, na cidade de Guarapuava.

Em 1929 o Dr. Eurico Branco Ribeiro, renomado médico da referida cidade escrevia:

*“ A lepra é um velho mal que assola Guarapuava, tendo-se constituído, há muitos anos, nos arredores da cidade, um núcleo de lázaros que se mantém à custa da caridade pública.”*<sup>3</sup>

A pergunta aqui feita é como uma doença que era apresentada como um velho mal tornou-se um problema premente a ser resolvido no início do século XX em Guarapuava? De que maneira a lepra estava inserida na alteração do sentido identitário em um momento de definição e desqualificação de grupos em diversos discursos? Qual o espectro de atributos que instrumentalizam esse processo de deterioração da identidade? Como concepções de progresso, civilização e futuro – pensados em moldes europeus ocidentais - inscreviam-se em meio a argumentações definidoras de quem seria o nós e o diferente?

É a partir do problema identitário atravessando o ser/estar doente que se compõem o vínculo entre a desqualificação dos doentes pelo *mal de hansen* e os discursos sobre a formação populacional paranaense durante o início do século XX. Essa ponte é edificada sobre alicerces de estigmas, matizes e tragédias humanas, pois na elaboração de projetos identitários regionais, estava incluído um amplo leque classificatório de desviantes a ele, separando o dentro e o fora da ilusão civilizatória por muralhas feitas com palavras e papel.

---

<sup>3</sup> RIBEIRO, Eurico Branco . *O Coração do Paraná: estudo sanitário*. São Paulo: São Paulo, 1929 (p 23).

## 1.1 – Um Problema de Diferença: os “leprosos”

*“De todos os municípios do Paraná o mais infectado pela lepra é o de Guarapuava, que tem cerca de 100 casos, também o seu território é imenso. Neste município cogita-se da construção de uma Lazarópolis”<sup>4</sup>*

Desde o final do século XIX encontram-se textos sobre a lepra, os “leprosos” e a construção de um lazareto por entre os jornais de Guarapuava e nas atas da sua Câmara Municipal. Entretanto o assunto apresentava-se fragmentado, surgindo para logo desaparecer das páginas.

Em 1898, a presença da temática possui um tom no qual o doente de lepra é constituído como um perigo, e a solução apresentada é segregá-lo. No jornal “*O Guayra*”<sup>5</sup>, a informação é que a Câmara Municipal iria “*tratar de isolar os morféticos*”<sup>6</sup>. Em seguida o articulista faz uma explanação sobre o assunto, aponta o crescente número de doentes na cidade – avaliados entre 30 e 40 pessoas - como um problema, acusando-os de virem de outros municípios para esmolar em Guarapuava. O artigo do jornal, ao mesmo tempo em que não contesta diretamente o modelo de caridade para com os leprosos, acaba por apelar a ela em vários momentos, delineando um princípio de contradição sobre a temática, já que descreve a prática da caridade como o que “*lhes fornece os meios de subsistência*”<sup>7</sup>. Subentendia-se que, sem a caridade, os doentes não sobreviveriam? Ou pelo menos não viriam a Guarapuava? Os contornos da abordagem do assunto pelos meios de comunicação do município começam a ser delimitados, encontrando-se vestígios de uma diminuição de empatia caritativa para com os chamados “leprosos”.

---

<sup>4</sup> SOUZA ARAUJO, H. C. de. *A prophylaxia Rural no Estado do Paraná: esboço de geografia médica*. Curitiba : Livraria Econômica, 1919 (p.236).

<sup>5</sup> *O Guayra*. Ano IV, n.º 38. 15/01/1898.

<sup>6</sup> Idem (p.1).

<sup>7</sup> Idem, ibidem.

Ainda no final do século XIX, compõe-se uma noção de que a única maneira de lidar com o “leproso” é isolá-lo. Essa postura apresenta-se naturalizada e fundamentada na teoria do contágio, assim:

*“Desde que a bacteriologia afirma a existência do bacilo da lepra, desde que a ciência afirma que o mal é transmissível, o primeiro cuidado dos países onde se manifesta tem sido opor meios racionais a sua propagação, sendo o mais eficaz e natural o isolamento.*

*Mas consegui-lo satisfatoriamente, é preciso empregar rigor, é indispensável que haja ao redor do núcleo dos doentes um cordão sanitário completo a fim de impossibilitar a comunicação”<sup>8</sup>*

O referendo científico embasa-se na descoberta do bacilo por Hansen em 1873, ponto fundamental para compreensão das características do tratamento que será dispensado a esses doentes na primeira metade do século XX.

Se pela perspectiva da historiografia médica tradicional a data de 1873 é comemorada como mais um passo em uma irresistível caminhada da ciência rumo ao esclarecimento completo sobre a doença<sup>9</sup>, nas pesquisas mais recentes sobre o tema demonstra-se como a confirmação da transmissão por contágio acabou por reviver o medo da lepra e está no cerne do “*leprosaria revival*”<sup>10</sup>, ou seja, a escalada mundial do fenômeno da construção de grandes leprosários para isolamento obrigatório dos doentes, principalmente entre os anos 20 e início dos 40 no século XX. Com a descoberta do microbacilo, o debate de um século entre os médicos que acreditavam ser a lepra uma doença contagiosa e os que a pensavam como hereditária pendia para o lado dos primeiros. O espaço para o debate diminuía. O isolamento passava a ser visto como medida profilática

---

<sup>8</sup> Idem, ibidem.

<sup>9</sup> Ver bibliografia da primeira metade do século XX, como : MOURA, Aureliano Mattos de. *Lepra*. Curitiba: Empresa Gráfico Paranaense, 1940; MURARO, Flávio. *História da Lepra em São Paulo*. São Paulo: Revista dos tribunais, 1939 e NACLI, Adibe. *O Mal de Hansen e o serviço Social no Sanatório Colônia São Roque*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1959.

justificada como “natural” para o combate à doença. A expansão da medicalização social exigia rigor e pouca contestação, e assim logo se tornaria um assunto de polícia.

Voltando à citação acima referida do jornal de Guarapuava, percebe-se que nela as pessoas leprosas aparecem como desobedientes e/ou egoístas, mais por ignorância do perigo que representam do que por intenção. Para exemplificar a postura que o doente deveria ter, o articulista passa então a narrar uma história que se teria passado no Hawaí, onde um jovem estudante de direito e filho de um comerciante rico de Honolulu teria com “*estóica resignação*” comunicado o seu próprio caso de lepra às autoridades e aceitado como um dever de cidadão o seu isolamento obrigatório<sup>11</sup>. Aceitar a condição de ter a sua condição humana reduzida é uma conduta várias vezes exigida de um doente e, no caso da lepra, o estigma conferia essa nova identidade de menor valor humano definitivamente, pois que não havia cura.

O que se destaca aqui sobre o caso do rapaz de Honolulu, é o seu isolamento ser realizado pelo desterro de sua pessoa na ilha de Molokai, como se dava com todos os leprosos assim identificados no Hawaí. Essa ilha é e era um lugar símbolo para o pavor com que se revestia essa doença.<sup>12</sup> Além do mais, seria lá o espaço de construção da narrativa sobre o padre Damien, persona trágica estratégica na alegorização do medo e legitimação do isolamento dos portadores deste mal.<sup>13</sup>

Ainda seguindo o jornal guarapuavano, uma outra solução espacial era ali tecida, pois se a doença era vista como algo que vinha do exterior podia-se então apenas impedir a

---

<sup>10</sup> SILLA, Eric.. *The people are not the same: leprosy and identity in twentieth century Mali*. Oxford: James Currey, 1998 (p. 24).

<sup>11</sup> Ver: O Guayra. ano iv, n.º 38, 15 de janeiro, 1898. Esse caso será analisado com maiores detalhes no terceiro capítulo.

<sup>12</sup> Ver: TRONCA, Italo. op.cit. (p. 67)

sua entrada. Assim o articulista afirmava: “*é preferível evitar despesas inúteis, limitando-se a câmara a proibir a entrada no município de doentes atacados do mal,*”<sup>14</sup> Na passagem o investimento em atendimento é entendido como uma despesa inútil, a questão econômica só previa retorno a curto prazo e este não haveria. Naquelas condições de possibilidade somente a caridade poderia ser pensada sem retorno, situação bem diferente do que se apresentará para o problema após 1919, com o projeto de grandes investimentos para o levantamento e isolamento dos casos de lepra em todo o estado do Paraná. Essa diferenciação parece apontar que no final do século XIX em Guarapuava ainda não estava plenamente desenhada a utilidade de uma biopolítica dessas populações. O próprio texto publicado no jornal afirma ser a lepra uma “*moléstia cosmopolita*”<sup>15</sup>. Em oposição à segurança do microcosmos tradicional da pequena cidade do interior, descrevia-se o mundo como o lugar dos perigos representados pela doença.

Esse quadro pode ser interpretado sobre o cenário da doença durante o século XIX. Nesse momento o ocidente estava assistindo ao ressurgimento da lepra: afinal, o imperialismo dos países europeus havia incrementado os contatos entre as populações, facilitando a expansão de muitas doenças que antes estavam localizadas e controladas em determinadas regiões do globo, além de expor muitas delas a uma miséria de proporções até então desconhecidas através da desestruturação das sociedades tradicionais ali encontradas. Era principalmente naquele final de século que a lepra transfigurara-se em um assunto

---

<sup>13</sup> Padre Damien ( ou Damião) se isolou voluntariamente em Molokai para dar atendimento espiritual aos doentes ali até então abandonados, sobre isto ver: DEBROY, Steven. “*Nós, os leprosos*”. São Paulo: Loyola, 1994.

<sup>14</sup> *O Guayra*. ano iv, n.º 38, 15 de janeiro, 1898.

<sup>15</sup> Idem, ano iv, n.º 39, 22/01/1898 (p.1).

freqüente na literatura, na imprensa e na medicina.<sup>16</sup> Em frente a isso a fala do articulista possui um tom quase nostálgico.

O jornal continua analisando o caráter de degenerescência ligado à lepra e excursiona em uma busca genealógica nas supostas “*três raças*” formadoras do “*povo brasileiro*”. Com isso, o articulista chega à conclusão que os “*aborígenes*” ( ou seja os indígenas) não conheceriam a lepra, por outro lado, os “*negros*” ( trazidos como escravos para o país) deviam ter poucos doentes entre os que aqui aportavam já que não teriam resistido às condições da viagem; finalmente, entre os portugueses o autor defende que “*qualquer um*” poderia vir para cá.<sup>17</sup> Na figuração do “*qualquer*”, o texto achava o culpado pela mácula original, a partir da utilização do modelo das três raças e definia a quem estaria ligada à doença. Já na semana seguinte, o jornal continua com essa perspectiva, pedindo por uma polícia médica para várias doenças. Além da lepra, sífilis, tuberculose e impaludismo, analisa:

*“Não é só por temer o número das vítimas nem as conseqüências econômicas que daí derivam, devemos ter muito em conta a inferioridade consecutiva no desenvolvimento físico da raça, acompanhando-se de modificações importantes do caráter, do enfraquecimento da energia, empobrecimento moral e intelectual”*<sup>18</sup>

A lepra era constituída nessa fala como um perigo para o *futuro da raça*. Não seria só uma doença física, atacaria também a moral e a inteligência das gerações consecutivas, inferiorizando-as frente à potência humana. A figura da degenerescência hereditária aqui aparece vinculada ao estigma de leproso. Destaca-se a manutenção da visão hereditária sobre a doença, mesmo 25 anos após a descoberta do microbacilo causador do contágio.

---

<sup>16</sup> Ver: TRONCA . op. cit. (p. 23).

<sup>17</sup> *O Guayra* 22/01/1898. (p. 1).

<sup>18</sup> *O Guayra*. n.º 40, 29/01/1898 (p. 2).

Ainda em 1898 a Câmara votou um projeto que fornecia uma verba de 1:000\$000 (um conto de réis) para o isolamento dos “leprosos” e prometia medidas para impedir o fluxo desses doentes ao município.<sup>19</sup> Destaca-se aqui que legislar sobre essas pessoas era definir o seu isolamento e impedir que outros doentes viessem de fora do município. Segundo MARCONDES, os “leprosos” vinham a Guarapuava em busca das fontes de água sulfurosa às quais se atribuía o poder de cura da doença.<sup>20</sup> Assim se reforçava a imagem de doença alienígena.

Em 26 de janeiro 1899, a Câmara sancionou a lei que previa uma área no rio Coitinho para a construção de um leprosário somente para os doentes já residentes no município, prevendo também que tal concessão caducaria se, no prazo de um ano, não fossem iniciadas as obras<sup>21</sup>. Como em 1919 os leprosos continuavam habitando o chamado “Alto Cascavel”, uma região afastada da cidade e denunciada nos relatórios da prefeitura como insalubre<sup>22</sup>, deduz-se que a lei nunca chegou a ser executada.

Depois daquela resolução da Câmara no ano de 1899, o assunto aparece com menor urgência no jornal O Guayra, torna-se um *“lento, mas continuo e invariável progredir da hedionda enfermidade”*. Agora a doença é uma ameaça às famílias, pois que: *“Se porem nada se faz administrativamente, recomendamos a todos os pais de família a máxima cautela, evitando cuidadosamente as relações com enfermos atacados de lepra, que é*

---

<sup>19</sup> Livro de atas n.º 6. 24/11/1898. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava

<sup>20</sup> MARCONDES, Gracita Gruber & ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de. *Philantropia Guarapuavana: 150 anos de história*. Guarapuava: Unicentro, 2001 (p. 118).

<sup>21</sup> Livro de Atas n.º 6, 26 de janeiro de 1899. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava.

<sup>22</sup> Ver: Mensagem do prefeito aos Camaristas de 1919. Já sobre as atividades de dona Rosa Siqueira ver: BASTOS, Virgílio da Cruz. *Guarapuava*. 2 ed. Curitiba: Max Roedmer, 1928 onde define o atendimento aos leprosos na chamada “Vila dos Morféticos” doada pela referida senhora em comparação com as condições anteriores destes.

*contagiosa*".<sup>23</sup> Aqui mais um indício de que nada havia sido feito para que fosse cumprido o prazo estipulado para a construção de um leprosário naquela cidade.

O ano de 1898, no qual se debate a lei de construção do leprosário municipal, é um ano em que o assunto "*imigração européia*" está muito presente nos jornais. Quatro meses após a lei ser sancionada existe um artigo sobre a "*importância da introdução de imigrantes alemães pertencentes a classe agrícola*". No texto, o articulista vê a colonização alemã como sinônimo de progresso econômico:

*"Dispensarmos hemos de fazer ver as vantagens da aquisição de colonos agricultores e morigerados .em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e mesmo no Paraná, os colonos alemães tem levado o progresso, fazendo florescer o comercio e as industrias, para as regiões ermas e improdutivas onde foram estabelecer-se. No coração da floresta virgem, nos vales dos rios, na encostas das terras, nas planícies onde imperava o silêncio do deserto, erguem-se florescentes povoações, reina o alegre bucolismo dos centros industriais e agrícolas: belos edifícios, vastos cereais, importantes fabricas e estabelecimentos industriais surgiram por encanto levando a vida e as relações sociais para aqueles sertões, sede de algumas miseráveis tribos errantes que recusam submeter-se a vida civilizada."*<sup>24</sup>

Nessa citação estão construídas várias imagens. A floresta virgem como lugar do silêncio, pois parece que os sons da natureza não são audíveis para os ouvidos do articulista, ouvidos esses que existiam para os sons da maquinaria da civilização. Depois, uma figuração caótica presente na frase sobre as tribos errantes e insubmissas, que justifica a transformação em ordem pela ocupação imigrante. Para o autor o burburinho é bucólico, pois lembrem-se que ele não ouve sons na natureza. Burburinho das relações sociais capitalistas, em seu hábitat de fábricas, vastas plantações e edifícios. A civilização precisava de terras e gentes. A intervenção aparecia agora como seleção e exclusão dos

---

<sup>23</sup> *O Guayra*, ano vi, nº41, 2/maio/1899.

personagens para o teatro do progresso. TRONCA aponta que o ressurgimento da lepra no século XIX reforçou o racismo pelo medo da diferença<sup>25</sup> e é pelo viés desse medo que a temática era desenvolvida no início de século XX.

Configura-se uma interdependência, o que é composto como civilização é relacional com o que é pensado como barbárie, ou melhor, anomia. O que é considerado pelo jornal como o ‘melhor’ para colonizar a região só pode ser compreendido ao se indagar com o que, ou quem, é estigmatizado como o ‘pior’. O assunto dos leprosos inscreve-se nesse panorama.

A diferença pode ser percebida como afronte. A existência de *outsiders* que não partilhem o reservatório de normas (ou lembranças) estabelecidas é percebida como um ataque ao “nós”.<sup>26</sup> O estranhamento desses outros apresenta-se como uma leitura de sinais que imputem aos seus portadores uma classificação identitária deteriorada em relação ao nós, não portadores desses sinais. Tal processo não se forma somente em relação a nacionalidades ou etnias ou “raças”, também a doença pode ser um símbolo para a estigmatização. No caso de Guarapuava, a ocorrência de lepra parecia cegar qualquer possibilidade de percepção de outro atributo naquela pessoa. Esse é um dos sentidos que a doença adquire no período.

A doença é apresentada como desordem, impureza, deformidade em um processo sempre em relação a uma suposta normalidade perfectível de atributos esperados e desejáveis em um grupo, transformando a sua visibilidade em um problema. No caso, o município possuía o maior número de casos da doença no Paraná, em 1919. Só isso não

---

<sup>24</sup> Colonização In: *O Guayra*. Ano vi, nº40, 29/04/1899 (p.1).

<sup>25</sup> Ver: TRONCA. op cit . (p. 42).

<sup>26</sup> Ver: Elias, Norbert. *Estabelecidos e Outsiders...*op. cit. (p. 45)

justifica que o tema seja recorrente nas mensagens do prefeito aos camaristas e que a busca por uma “*solução*” seja um debate constante nos jornais da cidade pois já foi demonstrado que a lepra não era nenhuma novidade naquela região.

Estava acontecendo uma modificação no entendimento sobre a doença, pois com a confirmação de sua contagiosidade, ela tornara-se um perigo perante os olhos da cidade, na ânsia de constituir-se como população identificada com a civilização e capacitada para o progresso econômico. Agora, a existência de um grande número de leprosos apresentava-se como empecilho, pois que a imagem de insalubre poderia fazer a região ser preterida em relação a outras como local de assentamento de colonos europeus, condição *sine qua non* para a civilização, segundo a imprensa local. .

Mas o maior indício de uma mudança de postura em relação aos doentes se dá pela prática do isolamento. Dessa forma, o espaço proposto para isolar os doentes é cada vez mais distante. No final do século XIX, o jornal Guayra apresentava o rocio em torno da cidade como um lugar para a localização isolada dos leprosos. Já no início do século seguinte, a região seria loteada para os imigrantes europeus, fazendo com que os leprosos fossem retirados dela para algum lugar mais distante. A definição de qual seria esse lugar será a tônica da discussão que se seguiu.

Nessa problemática o ano de 1919 é representativo. É o ano em que foi publicado o levantamento dos casos da doença em todo o estado pelo médico Heráclides de Souza Araújo, e ele apontava ser Guarapuava o município com maior número de casos da doença, suplantando naquele momento inclusive Curitiba. Assim, no período 1919-1927, em Guarapuava, as vivências da população local estavam sendo transformadas em objetos de discursos e técnicas. Em julho de 1919, o jornal *O Pharol* apresenta uma reportagem sob o

título “*Na Tecla Sensível*” em que compõe um quadro sobre as práticas dos leprosos na cidade :

*“Fere, em cheio, nosso coração toda vez que observamos diariamente, perambular, pelas nossas ruas, essa legião de infelizes morféticos, mendigando, de porta em porta, uma migalha de pão para a sua manutenção”<sup>27</sup>*

Percebe-se a utilização da metáfora do ferimento no coração para a reação frente a situação dos leprosos no ambiente da cidade, como também o termo *sensível* no título. Os dois podem ser considerados indícios de uma relação permeada pelo emotivo, o que desvincularia o discurso de uma percepção racional científica e o ligaria a uma tradição caritativa, ao descrever o problema permeado por uma gama de emoções vinculadas a essa postura. A fala científica também apela para o estilo na sua escrita, lembrando TRONCA, a repetição dos discursos parecem diluir a história.<sup>28</sup> Assim, busca-se universalizar o apelo, escamoteando a novidade de colocar em questão a caridade para com os doentes. O novo vinha travestido com uma terminologia conhecida oriunda da própria prática que pretendia controlar e subordinar.

Lembre-se que esse período é o momento da expansão medicalizante da sociedade com as concepções higiênicas e, como será visto no capítulo seguinte, também eugênicas, invadindo diversos conhecimentos e norteando as concepções sobre o tipo humano desejado para o Paraná e para a região. Esses debates, baseados em saberes técnicos, não deixavam espaço para outras formas de conceituação do viver social nos meios oficiais.

A baliza temporal 1919-1927 constitui um período marcado pela intensificação da normatização sobre os leprosos. O ano de 1919 é o momento da reformulação do sistema de

---

<sup>27</sup> Na tecla sensível. In: *O Pharol*: órgão dedicado aos interesses de Guarapuava. ano I, n.º 8, 31 de julho de 1919 (p.02).

saúde nacional e de publicação dos trabalhos da Comissão de Profilaxia Rural no Paraná. Tudo a partir do final da Gripe Espanhola que, no início do ano de 1919, havia registrado os últimos casos no país.<sup>29</sup> No outro extremo, 1927 e foi nesse ano que se realizou uma suposta “*solução*” final para o problema do isolamento dos leprosos no estado do Paraná, e na cidade de Guarapuava, através do envio dos doentes para um local distante. Tal local era o Leprosário São Roque, inaugurado em 20 de outubro de 1926, localizado na época no município de Mal. Deodoro, hoje região pertencente a Piraquara.

Voltando a 1919, e seguindo os jornais de Guarapuava no mês de setembro, pode-se ampliar a compreensão da forma como os doentes foram investidos de um status de problema e perigo iminente. Para tanto, sob a manchete “*Quanta Insensibilidade!*”, a vinda dos doentes a cidade era adjetivada como: “...  *fatos irritantes e indecorosos que vem se desenrolando em nossas ruas á plena luz do Phebo (sic)*”.

Pode-se analisar que a questão da visibilidade dos doentes e da emoção continuam sendo os pontos fundamentais do debate. Em seguida, o articulista afirma: “...*esses infelizes morféticos, que, mendigam a caridade pública (sic)*”, novamente a questão da infelicidade e da caridade da qual eles dependeriam. Mas a piedade estava junto com o medo e logo o articulista afirma:

*“Ontem era um que comprava doces, e, oferecia a uma inexperiente criança; hoje, porem, já são dois, que, perseguem algumas mulheres, procurando, a todo transe, alastrar a terrível enfermidade.”*

Nas entrelinhas do jornal o sentido subjacente é que os leprosos colocam em risco os membros da comunidade representados como “puros” e “inocentes”, ou seja, crianças e

---

<sup>28</sup> Ver: TRONCA. op. cit. (p.22).

<sup>29</sup> Sobre a Gripe espanhola ver: OLINTO, Beatriz Anselmo . *Uma Cidade em Tempo de Epidemia*: Rio Grande e a Gripe Espanhola. (Dissertação de Mestrado) Florianópolis: UFSC, 1995.

mulheres. O apelo emotivo continua recorrente. O meio de comunicação estaria assim pedindo pela proteção a pureza, pois os leprosos seriam mais que doentes, eles teriam uma vivência diferenciada e que pretendiam transmitir, segundo a passagem:

*“A promiscuidade em que vivem os morféticos em nossa cidade, fato por nós tão censurado; impregnando o ambiente de micróbios deletério”. (após o autor justifica a sua preocupação) “não o é somente pelo perigo que nos ameaça, mas também pela compaixão (..)”<sup>30</sup>.*

Para finalizar, o artigo volta à compaixão, sentimento que os “puros” podem nutrir pelos “impuros”, em contrapartida ao sentimento mesquinho embutido nas tentativas de contágio. É necessário ler um segundo nível de significação para interpretar as mensagens, em que por um deslocamento de sentido, provoca-se um representação dos grupos ali constituídos. O sentido de impureza e anomia incorporado à doença não vem do mundo natural, a lepra é somente um signo sobre o qual se constroem diversos sentidos.

Ainda no ano de 1919, o prefeito promete a construção *“nos arredores da cidade, de um posto de isolamento para os morféticos”<sup>31</sup>*, promessa que o jornal diz esperar que seja cumprida e assim se aponta a solução desejada: a retirada do centro da cidade e o isolamento dos doentes. Não se fala em tratamento ou sistema de atendimento, apenas da segregação espacial, solução mais rápida para um grupo representado como perigoso a sociedade de cidade.

Afinal que perigo o leproso representava para essa sociedade? O corpo humano é representado socialmente não sendo apenas um aparelho biológico, ele é um corpo-signo a ser lido por uma sociedade. A leitura feita do corpo leproso passa pela visibilidade de sua pele doente, sinal de sua desorganização, de um caos corpóreo, que se opõe e ameaça a

---

<sup>30</sup> O Pharol. Guarapuava: ano 1, nº11. 15 de setembro de 1919.

ordem social pelo contágio, lugar de transgressão das fronteiras identificatórias. Criava-se um arco de ligação simbólica do ser leproso como pobre, sujo, imoral, etc.

Isolar o leproso, separar da cidade, embora nos arredores, mostra a ambigüidade da situação desses doentes e a dificuldade da sociedade de lidar com o problema. Ao instituir as fronteiras tenta-se dificultar a passagem, o contato contagioso, o encontro entre ordem e caos. No caso da lepra, o doente sofre uma “segregação compulsória” que representaria uma diminuição, ou melhor, uma exclusão de sua condição humana<sup>32</sup>. Como também aponta GOFFMAN: “*Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações (...).*”<sup>33</sup>

Serão nessas relações que se fabricarão os atores do espetáculo e os papéis a serem interpretados. No jornal O Pharol, de 31 de julho de 1919, sob o título “*É horrível!*” uma reportagem denuncia que “*diversas lavadeiras reclamam contra o fato anti-humano de dois morféticos perseguirem-nas (...)*”<sup>34</sup>. A utilização do termo *anti-humano*, assume a função de um discurso que descreve/prescrevendo<sup>35</sup> a ação dos doentes; sob a aparência de neutralidade jornalística se está a reduzir a percepção dessas pessoas doentes como seres humanos.

Continuando a reportagem, o articulista supõe os motivos que levariam os doentes a esse tipo de comportamento: “*morféticos que, se achando perdidos, procuram, de toda a forma, propagar o terrível mal*”. A reportagem levanta mais um fator para a necessidade de um local para o envio dos leprosos, pois seria um rumo para os doentes que não mais

---

<sup>31</sup> O PHAROL. Ano i, n.º 12. 12/outubro/1919 (p. 3).

<sup>32</sup> CLARO. Lenita B. Lorena. *Hanseníase: representações sobre a doença*. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1995 (p.36).

<sup>33</sup> GOFFMAN. op. cit. (p. 15).

<sup>34</sup> O Pharol. 31 de julho de 1919 (p. 03).

<sup>35</sup> Ver: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

ficariam em contato “perigoso” com as pessoas saudáveis. A lepra é um “*estigma fatal*”, sua incorporação reduz o ser-humano e o limita a um destino social: “*porque encerram aqueles assim distinguidos nos limites que lhes são atribuídos, impondo-lhes reconhecimento de tais limites*”<sup>36</sup>

Pode-se comparar com o século XIV, em um diálogo para medição de distância, estudado por GINZBURG, quando os leprosos foram acusados de tentar contagiar a população não doente em um suposto complô investigado pela Inquisição, no qual esses doentes estariam recebendo ordens de judeus e muçulmanos. Essa teoria do complô dos leprosos contra a cristandade possibilitou: “*aqui, pela primeira vez se desdobram plenamente as enormes potencialidades de purificação social encerradas no esquema da conspiração. Perante o medo do contágio físico e metafórico, os guetos, as marcas infamantes sobre as roupas já não bastavam.*”<sup>37</sup> No século XX não há mais a percepção do complô, contudo a vontade dos doentes de contagiar os sãos intencionalmente reaparece<sup>38</sup>.

No ano de 1922 o assunto refere-se a uma “*Vila para o isolamento de leprosos*” ou somente “*Vila Morfética*”. A tônica continuaria localização dos doentes e a necessidade de torná-los invisíveis aos olhos dos cidadãos, isolando-os em uma “vila”.

“*Em 1922 a prefeitura cogitou de extinguir o perigoso habito de andaram os lazarentos mendigando pelas vias públicas. Por esse tempo a venerável guarapuavana sra. D. Rosa de Siqueira Danguy deliberou auxiliar com a quantia de 50:000\$000 ( cinquenta conto de réis) qualquer empreendimento em prol dos morféticos pobres do município.*”<sup>39</sup>

<sup>36</sup> BOURDIEU, Pierre. Idem (p. 102).

<sup>37</sup> GINZBURG. Carlo. *A História Noturna: decifrando o Sabá*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. ?

<sup>38</sup> Lembrando ainda Italo Tronca, para quem o simbolismo confere uma aparência de perenidade mas não o é, pode-se fazer uma ligação com Nietzsche, para quem as palavras sempre impõem interpretações, o que para Tronca é a magia delas.

<sup>39</sup> RIBEIRO, Eurico Branco. *O Coração do Paraná: estudo sanitário*. São Paulo: São Paulo, 1929 (p.102).

Não por acaso, em 1923, voltam aos debates os contornos da colonização pretendida para o município, pois é nesse período que a vinda de imigrantes poloneses é negociada. Como indica a mensagem do prefeito municipal de Guarapuava à Câmara de Vereadores naquele ano, a imagem de Guarapuava como um local com grande número de leprosos havia se tornado um empecilho para o fomento à colonização européia. Em sua fala o prefeito refere-se a “*um pequeno grupo de infelizes leprosos*” que iriam afetar o “*bom nome do nosso salubérrimo município*” o que poderia vir afastar os “*colonos e seu espírito mercantil*”<sup>40</sup>. Nessa passagem a diferenciação entre os grupos humanos segue uma di-visão instigante, já que em oposição a um grupo construído pela localização da doença nos seus corpos, está um grupo definido pela sua posição “socio-geográfica” de colonos. O doente não visto como sujeito (é, quando muito, paciente). No caso do leproso sua incapacitação à subjetividade era permanente, pelo menos no falar de autoridade.

Percebe-se que a significação “*leprosos*” devora as outras possíveis deste corpo-signo, viabilizando a sua oposição ao termo “*colonos*” . Assim e conforme MERLEAU-PONTY: “*a expressão confere existência aquilo que exprime*”<sup>41</sup>. Pois o nomear é afastar o ser ou objeto do que ele possui de único e individual e nele ver um representante de uma categoria, culturalmente definida. Afinal, o sentido não é dado e sim compreendido.

O estigma de leproso é, destarte, um lugar/sentido carregado sobre o corpo, um sinal reconhecido da diferença por aquela comunidade, possibilitando uma fácil leitura. CLARO compreende o estigma pela perspectiva do grupo estigmatizador como “*a propriedade que possuem certas categorias de funcionarem como sinal desencadeador de uma emoção que*

---

<sup>40</sup> Mensagem do prefeito aos camaristas, 22/01/1923 (p.2).

<sup>41</sup> MERLEAU-PONTY, Maurice. *A Fenomenologia da Percepção*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (p.248).

*se manifesta numa conduta de afastamento imediato.*<sup>42</sup> A conduta prescrita pelo sinal é um desencadeador de emoções, assim o são lê o estigma e se afasta, enquanto do outro lado o doente vê a sua humanidade deteriorar-se nos olhares e condutas a ele demandadas.

Talvez mais que em qualquer outra doença, na lepra a transformação identitária do doente atinge um ponto no qual a pessoa chega a ser nomeada pela enfermidade. Ou seja, em uma vastidão de atributos possíveis de serem utilizados para uma identificação o escolhido para nomear aquela pessoa passará a ser “*leproso*”. Com essa face, selava-se um destino pessoal e ingressava-se em uma jornada em que todas as âncoras dissolviam-se e assim permitiam um relance da tragédia humana escondida nos meandros da ação civilizatória. Pois é bem na falta de medida que o trágico transborda, e é assim que, em 1924, o general Rondon vai demandar uma postura mais radical em relação ao afastamento dos leprosos:

*“A maioria (de morféticos) residia em uma coloniazinha distante 10 quilômetros da cidade e tinha o habito de sair aos sábados para tirar esmolas de porta em porta.*

*Até 1924, as suas casinhas de madeira ficavam logo alem do rio Cascavel, á beira da estrada do Iguaçu. Como medida preventiva, na ocasião da campanha contra os revolucionários de Isidoro Dias Lopes, o general Rondon mandou queimar as suas habitações, determinando-se a construção de outras num ponto pouco povoado do rocio, longe de estradas de grande transito.*<sup>43</sup>

O médico constrói uma narrativa que apela para o pitoresco, ao utilizar os diminutivos *coloniazinha* e *casinhas* e com esse estilo o autor “*persegue um efeito de pequenez e uma espécie de modéstia.*”<sup>44</sup> Efeito pertinente à figuração da doença e de seus portadores vinculados à caridade, esmola, miséria e falta de higiene.

---

<sup>42</sup> CLARO. Lenita . B. L. *Hanseníase*: representações sobre a doença. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1995.( p. 34)

<sup>43</sup> RIBEIRO. op. cit. (p. 101, 102).

<sup>44</sup> TRONCA. op. cit. (p. 43).

Para além disso, o que o autor está a contar na referida passagem é um ato radical que resume a relação que se instituía entre o “nós” nômico merecedor do progresso, em oposição à estigmatização desumanizante a que eram submetidos os “leprosos”. Assim, o sujeito da civilização, desbravador dos sertões por excelência, Marechal Rondon, chega a Guarapuava e já interfere na problemática incendiando as casas dos doentes e construindo outras mais afastadas. A civilização aceita bem o uso da violência contra os que são percebidos como ameaçadores ao seu projeto, principalmente nos trópicos onde pode deixar de lado algumas dissimulações.<sup>45</sup>

Doentes destituídos de direitos. Sem fala ou lugar nas fontes. Tragédias sem nome. Difíceis de encontrar, pois que o ocultar do horrível é intenso, não bastava reduzir a cinzas as casas para escamotear o conteúdo trágico do desenvolvimento: “*O único meio de que o homem moderno dispõe para se transformar é a radical transformação de todo o mundo físico, moral e social em que vive.*”<sup>46</sup> Rondon era um herói moderno (dito inclusive: das comunicações) e como tal age radicalmente sobre o meio impondo a sua verdade e a sua ordem.

Mesmo que isso tenha ocorrido com uma simbologia tradicional de purificação pelo fogo, a ação continha uma expansão do espaço despoluído em torno de um centro propagador da civilização. Após o fogo, o que resta é terra devastada, recriada como um terreno novo e assim apropriado para ser uma reocupação produtiva. Sem mais perguntas, debates ou legislações, a intervenção modernizante autoritária caracteriza-se pela ação que se pressupõe eficaz, em uma demonstração das formas de biopolítica que se estava implementando no estado do Paraná.

---

<sup>45</sup> Ver: TRONCA, op.cit (p. 46) e STAROBINSKI, op. cit. ( p. 19 e 33).

Neste meio tempo, Rosa Siqueira havia adquirido uma chácara a qual cedera para a Comissão de Profilaxia Rural e onde foi montado um posto de atendimento para os doentes. Uma das poucas medidas que não visavam apenas ao isolamento dos “leprosos”, mas um atendimento médico. Porém esse posto não demorou muito para ser desativado:

*“sobrevindo a revolução de 1924, acantonaram na chácara diversas forças das que operavam no município e, extinguindo-se o serviço de Profilaxia Rural mantido pelo governo federal retiraram-se os médicos que dele cuidavam. Assim, ficaram inaproveitados muitos esforços e dispêndios feitos no sentido de melhorar a situação dos pobres morféticos”<sup>47</sup>*

Com o fechamento do referido posto, o atendimento médico dos doentes foi abandonado. Novamente a questão é reduzida ao isolamento. O próprio médico autor destas falas avalia como positiva a desativação do atendimento:

*“Alias Guarapuava nada ganharia com a instalação de um simples Posto de assistência aos leprosos. Talvez até dai lhe adviesse mal maior (...)fizesse convergir para ele lazarentos de diversos pontos do estado e mesmo de estados vizinhos.”<sup>48</sup>*

O medo de que a existência de atendimento ocasionasse a vinda de mais “leprosos” para a cidade suplanta a perspectiva do tratamento dentro da medicalização da doença. Lembrar também que, em 1919, o médico chefe da Comissão de Profilaxia Rural do Paraná, o Dr. Heráclides de Souza Araújo, cogitara realizar o seu projeto *Lazarópolis*<sup>49</sup> em Guarapuava. Fechar o posto é também um sinal do receio que ali ele fosse implantado.

---

<sup>46</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1986 (p. 41).

<sup>47</sup> RIBEIRO. op. cit. (p. 103).

<sup>48</sup> RIBEIRO. op. cit. (p. 103).

<sup>49</sup> Este projeto será detalhado no segundo capítulo, também ver: SOUZA ARAUJO, H. C. de. *A prophylaxia Rural no Estado do Paraná: esboço de geografia médica*. Curitiba : Livraria Econômica, 1919 (p.236). Citado ao início do presente sub capítulo.

A questão que envolvia a constituição dos leprosos como um problema, para além de definir a lepra como um assunto médico e não de caridade, embasava-se em um temor intrínseco a esta doença, demonstrado no movimento de afastamento. Impulsionada pelo estigma, qualquer que fosse a solução teria que ser distante.

Entretanto a incansável e benemérita Rosa não se dá por vencida e doa a chácara para ser uma colônia de “leprosos”. Para administrar a instituição organiza uma comissão para gerir a obra e os recursos doados, e assim é iniciada a construção. A prefeitura, por sua vez, promete ajudar os doentes que ali se localizassem, porém em contrapartida faz o decreto n.º 11 de 1926, em que proibia a vinda deles à cidade para esmolar, assim:

*“Ficou assentado que a prefeitura proibisse a mendicância dos lázaros pelas vias públicas e providenciasse para a remessa quinzenal do abastecimento necessário aos doentes da colônia de Lázaros d. Rosa de Siqueira, (...)”<sup>50</sup>*

Mesmo antes da conclusão da obra vários leprosos já haviam se dirigido ao local da futura colônia. Espacialmente esse Leprosário seria composto de *“seis casas de morada, a casa de administração, uma farmácia, móveis e utensílios, medicamentos. Os doentes seriam transferidos tão logo fosse encontrado um médico especializado.”<sup>51</sup>* O local unia os aspectos de isolamento, caridade, atendimento médico e mantinha os leprosos no próprio município.

Dona Rosa, Marechal Rondon, o prefeito e, futuramente, o presidente do estado, aparecem sempre nomeados e agindo sobre a realidade caótica pois são instituídos como sujeitos da civilização. Por outro lado, nessas mesmas fontes parece que os anos não passam para o grupo chamado de “leprosos”, foram vinte e oito anos e eles aparecem como

---

<sup>50</sup> RIBEIRO. op. cit. (p. 104).

se fossem sempre os mesmos. Os discursos que constroem essa existência fora do tempo mantêm o tempo progressivo como uma exclusividade do ‘nós’ nômico à espera da promessa moderna. O outro (sejam leprosos ou povos) aparecem congelados no tempo. Sua diferença é vista como anomia. Sua subjetividade apagada. Só se discute o seu lugar. O véu de ilusão do progresso é a ação que primeiro congela a diferença e, depois, pressupõe extinguir o horrível.

Na modernidade o tempo dominou o espaço<sup>52</sup>. Porém, o futuro promissor é um tempo instável. No seu caminho tudo muda, o que era novo, logo virará empecilho. Logo, a promessa será outra, a vertigem triunfante da civilização moderna é um eterno amanhã. As tragédias transbordam por fontes feitas de um jogo entre o dizível e o indizível. Lugares expõem os conflitos e as tensões que ordenam qual memória sobreviverá e será contada. Afinal, é a vida que organiza a memória<sup>53</sup>.

Quem tem lugar nas fontes é Rosa: sobre ela fazem-se livros, inauguram-se placas, etc. Ao ler um discurso proferido na inauguração de uma placa comemorativa ( mais um lugar de memória), percebe-se que entre esses documentos/monumentos - texto e placa – misturam-se memória dever, memória arquivo e memória distância<sup>54</sup>. Assim, no ano de 1954, quando do aniversário de 135 anos da cidade de Guarapuava, afixou-se uma placa de bronze em homenagem a Rosa Lustosa Danguy de Siqueira, cabendo ao seu sobrinho proferir o discurso pelo momento. Nele, a senhora em questão é identificada pela sua

---

<sup>51</sup> MARCONDES & ABREU. op. cit. (p. 119).

<sup>52</sup> Para David HARVEY a sociedade moderna convive com sentidos diferentes de tempo que se entrecruzavam fornecendo um sensação de segurança através de movimentos cíclicos e repetitivos ( trabalho, férias, festas, etc) em um mundo: “ *em que o impulso geral do progresso parece ser sempre para a frente e para o alto – na direção do firmamento do desconhecido.*” .HARVEY, David. Condição pós Moderna. São paulo: Loyola, 1992 (187-188).

<sup>53</sup> POLLAK, Michael. Memória , Esquecimento e Silêncio. IN: *Estudos Históricos*. V.2,nº 5. Rio de Janeiro: FGV, 1989 (p. 14).

*“altruística bondade a todos os deserdados da sorte, notadamente aos infelizes hansenianos”.*<sup>55</sup>

Para legitimar esse ato de inauguração de um lugar de memória, o autor constrói uma pequena narrativa sobre a situação dos leprosos na cidade de Guarapuava no início do século XX e sobre a atuação de Dona Rosa junto a eles. Pode-se estabelecer um paralelo entre essa narrativa e as fontes recém vistas. Em um primeiro momento o discurso aponta a situação dos leprosos antes da atuação da benemérita, caracterizado como um passado em que *“outrora existiam segregados da Sociedade, aldeados no lugar Cascavel, nas proximidades da Cidade (sic)”*<sup>56</sup>.

Na passagem, além de o problema ser colocado no passado, é lembrado o *segregamento* ao mesmo tempo que a *proximidade* entre a cidade e o tal *aldeamento*. Ou seja, o problema inicial não é só dos portadores da doença - que sofrem a segregação - mas também é da sociedade que se localiza na cidade - com “c” maiúsculo - da qual eles estão próximos. Os portadores da doença aparecem, ao mesmo tempo, tão longe e tão perto. O problema da espacialização da segregação continua no segundo momento da narrativa, na qual Rosa interfere sobre a realidade caótica, ordenando-a:

*“ Lá pelos idos de 1922, Dona Rosa de Siqueira apiedou-se daqueles doentes que vinham, aos sábados, recorrer à caridade pública, batendo de porta em porta, nesta Cidade, a fim de obterem alimentos, remédios e roupas, no mais decepcionante e constrangedor dos espetáculos que ofereciam, além do mais sério perigo à saúde da população, pela constante promiscuidade estabelecida e, como os governantes de então, não haviam posto em prática as necessárias e cabíveis providências que o caso exigia, (...)”*<sup>57</sup>.

---

<sup>54</sup> Ver: NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: Puc, 1993.

<sup>55</sup> Oliveira, Antônio Lustosa de. *Passos de uma longa caminhada*. Curitiba, O formigueiro, s.d. (p. 225)

<sup>56</sup> Idem, ibidem.

<sup>57</sup> Idem (p.226).

Aqui se encontra novamente a questão do espaço: a prática dos leprosos de virem à cidade para mendigar é vista não só como um perigo à saúde pública e acusada de promíscua, mas também é um “*espetáculo decepcionante*”. Interessante afirmação, que pode ser analisada sobre a questão do olhar, assim o problema seria “ver” a doença e o outro, seu portador e ator do espetáculo. Mas também, pode-se analisar a questão da decepção proporcionada pelo espetáculo, pois uma decepção é sempre em relação a algo anterior, um desejo primeiro que, quando não realizado, ocasiona a decepção. “*Decepcionante espetáculo*”? Qual seria o espetáculo que a sociedade da cidade desejaria ver sem se decepcionar? GOFFMAN destaca a preponderância do sentido da visão no processo de estigmatização o que ocasiona a utilização de táticas tanto encobridoras – nas quais a doença não é revelada - quanto acobertadoras – que diminuem a visibilidade do mal para diminuir a tensão.<sup>58</sup>

Ainda nessa passagem, tem-se a imobilidade dos governantes, que tinham um dever prático não cumprido, em oposição à ação que será realizada por D. Rosa, ao *apiedar-se*. Os agentes da narrativa são aqui definidos e suas ações apresentam-se em sentidos contrários. Logo em seguida a ação será executada e esmiuçada:

*“sem mais delongas, a saudosa Dama paranaense dispôs-se a construir no lugar São Sebastião, distante seis quilômetros desta Cidade, um pequeno Leprosário, tendo mandado construir dez pequenas casa residenciais, assim como um amplo edifício para a administração e instalação de uma boa farmácia, com o salutar propósito de minorar a sorte de tantos infelizes.”<sup>59</sup>*

---

<sup>58</sup> GOFFMAN, op. cit. (p 84).

<sup>59</sup>Oliveira, Antônio Lustosa de. *Passos de uma longa caminhada*. Curitiba, O formigueiro, s.d. (p. 226).

O esquadramento social estava definido - 6 km de distância da cidade - e tentava-se saciar as necessidades que faziam os leprosos transpassarem os limites da segregação vindo ao meio urbano. Mas o roteiro dessa saga sofre um revés e o narrador tece mais um fio na trama:

*“Quando aquelas construções já se encontravam prontas para admitir o internamento de doentes, foi que o benemérito e saudoso Presidente do Estado – Dr. Caetano Munhoz da Rocha, iniciou a construção do grande Hospital – Colônia São Roque – no Município de Piraquara, tendo sido então, vendidas as casa aqui construídas e o produto da alienação encaminhado para o modelar nosocômio de Piraquara (...).”<sup>60</sup>*

No texto, narra-se uma transição sem intempéries, propõe-se a escamotear os conflitos entre visões diferentes sobre saúde pública e tratamento de doentes que se delineava na passagem anterior, em que o governo local aparecia como inativo. Agora, também o presidente (governador) do estado é caracterizado com o adjetivo de benemérito.

Como foi visto na primeira metade do século XX a cidade de Guarapuava assistiu ao debate sobre qual seria o lugar para os leprosos. As alternativas variavam entre o isolamento, a observação médica e a caridade assistencialista, mas todas através de soluções de esquadramento espacial.

Dentro da postura assistencialista e de uma tradição cristã, afinal Dona Rosa era definida como um ser de uma *“evangélica solidariedade humana”*<sup>61</sup>, visto haver doado recursos financeiros e o sítio ao grupo de leprosos. Todavia, quando em 1926 o leprosário de Rosa estava quase pronto, com alguns doentes já tendo se dirigido para lá, tudo muda pois que o governo do estado comunica o isolamento obrigatório de todos os “leprosos” no

---

<sup>60</sup> Idem, ibidem.

<sup>61</sup> Idem, (p.225).

novo Leprosário São Roque, na atual região metropolitana de Curitiba. O edil municipal logo muda de posição e apóia essa política de centralização dos doentes<sup>62</sup>. Na nova instituição eles seriam colocados sob a disciplina e a soberania do olhar médico, mas primordialmente seriam isolados e distantes. No mesmo ano de 1926 iniciou-se a remoção de doentes de todo o estado para a instituição dita modelar, o que também ocorrerá com os de Guarapuava em 1927. Em 1º de setembro de 1926 o governador escreve ao prefeito:

*“Tenho a vos dizer que é intenção do Governo do estado concentrar no Leprosário São Roque todos os doentes do Estado para o que tem esse próprio a capacidade necessária.*

*Concordo pois com a resolução da comissão construtora do ‘Dispensário Da. Rosa Siqueira’, de fazer reverter o produto da venda do dito dispensário, em benefício do Leprosário São Roque, conforme vossa comunicação. Caetano Munhoz da Rocha”<sup>63</sup>*

Em 25 de outubro de 1926 o governador escreve comunicando a inauguração do São Roque e pedindo providências ao prefeito:

*“Tendo sido inaugurado a 20 do corrente o Leprosário São Roque, situado no município de Deodoro e que é estabelecimento modelar, com a capacidade necessária ao recolhimento de todos os leprosos existentes no Estado e desejando realizar sem demora, o recolhimento dos doentes a esse estabelecimento, venho solicitar a vossa colaboração em um serviço de tão grande alcance social.*

*Para isso desejo que informeis quais os leprosos de cuja existência nesse Município tendes conhecimento, indicando o nome, o estado civil, o lugar de residência e os recursos que cada um dispõe”<sup>64</sup>*

A identificação de leproso sobre o corpo, tornava-o passível de um processo de busca, localização, desterritorialização, espacialização e centralização impostos por saberes/poderes. O poder disciplinar acarreta técnicas de seleção, normalização,

---

<sup>62</sup> Correspondência enviada pelo governo do estado à prefeitura municipal durante o ano de 1926 é recorrente neste tema, e finalmente em correspondência do dia 17/01/1927 o governo do estado pede a lista dos transferidos onde deveria conter nome, idade, sexo, nacionalidade e posses destes.

hierarquização e centralização que esmiuçam uma sociedade<sup>65</sup>. Aqui os indícios apontam nesse sentido, como na correspondência entre o diretor do Leprosário São Roque e o Governo do Estado no dia 17 de março de 1927, onde o diretor afirma que o caminhão do Leprosário estaria “*brevemente na cidade de Guarapuava em espaço de várias semanas*” na atividade de “*procura de leprosos*”<sup>66</sup>.

Ao contrário da chácara onde os leprosos iriam gerir o seu viver na própria região de Guarapuava, ou do Alto Cascavel onde tinham uma espacialização flexível, que havia permitido que durante anos fossem à cidade pedir esmolas pelas ruas, no novo Leprosário a exclusão e observação dos corpos doentes era realizada por uma separação total deles do resto da sociedade<sup>67</sup>. O espaço era distante de qualquer outro agrupamento humano e escondido das vistas desavisadas.

A localização dos significados das doenças é historicamente construída pelos diversos saberes. Dessa forma, pode-se perceber que as tensões, entre os governos do estado e do município com uma tradição caritativa da elite local, passam por diferentes concepções da doença e do corpo doente. São características do processo de redistribuição dos papéis no universo relacional vinculado à lepra, tanto no que concerne aos doentes e à caridade, quanto ao estado e ao saber médico, ocorrido no Brasil desde o início do século XX. Analisá-lo em sua heterogeneidade potencializa uma visão das relações entre cultura e biopolítica, nos processos constitutivos de significações para e na sociedade, através de heterologias, ou seja, discursos sobre o outro.

---

<sup>63</sup> Correspondência da prefeitura Municipal de Guarapuava. Ano 1926, v.I. Caixa 0071. AHMG.

<sup>64</sup> Idem

<sup>65</sup> FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*: curso no college de France. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (p.217).

<sup>66</sup> Livro de Ofícios nº2238, v.6, ano 1927, acervo do Departamento Estadual de Arquivo Público.

<sup>67</sup> O Leprosário São Roque será analisado mais detalhadamente no terceiro capítulo desta tese.

Deixar invisível uma doença que se apresenta como desordem, impureza, deformidade, é um processo relacional a uma suposta normalidade perfectível de atributos esperados e desejáveis em um grupo. Com essa perspectiva pode-se retornar à noção de estigma trabalhada por GOFFMAN: deterioração de uma identidade através da percepção de um atributo que destrói a observação dos outros atributos de uma pessoa.<sup>68</sup> Assim, o portador do estigma passa por uma mudança na percepção social de sua identificação. A partir dessa constituição de diferença, a pessoa estigmatizada sob a nomeação de “*leproso*” tem uma sobrevida à sua doença como uma “*morte social*” permeada por um processo excludente e que tende a diminuir a sua visibilidade.

Invisibilidade e desterritorialização são efeitos desse grande projeto de concentração dos leprosos do estado em um só lugar em seu primeiro momento. Os doentes eram recolhidos e enviados para a nova instituição, deixavam suas terras, suas famílias, seus trabalhos, etc. Com eles iam também os recursos doados por Rosa, que agora eram repassados ao estado. Em 1927 já encontramos os doentes da região de Guarapuava, tendo sido transportados para o Leprosário São Roque, medida que é elogiada por um médico da cidade, Dr. Eurico Branco Ribeiro:

*“Assim se aguardou o funcionamento do Leprozario São Roque, para cujo o patrimônio se encaminhou o saldo do donativo de d. Rosa de Siqueira, uma vez que a ele foram recolhidos recentemente os morféticos de Guarapuava.*

*Realizada a concentração dos lázaros do Paraná, ficou resolvida de maneira excelente para Guarapuava essa velha questão dos morféticos”<sup>69</sup>.*

---

<sup>68</sup> GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988 ( p.13-14).

<sup>69</sup> RIBEIRO, Eurico Branco. *No Coração do Paraná: um estudo sanitário*. São Paulo: SPE, 1929.

Para o médico, o novo São Roque aparecia como a solução do drama encenado pelos doentes na cidade de Guarapuava, mas como já foi dito, a lepra era mais do que um drama choroso e seus efeitos sobre a vida dessas pessoas podem ser reconhecidos ao olhá-los por sua forma trágica. O ângulo de leitura de tais vivências é composto pela percepção de que delas não se possuía salvação, nem glória no final<sup>70</sup>.

Uma vez transformado em um receptáculo da ameaça social representada na doença, seu destino pessoal estava definido. O processo de expulsão, isolamento e distanciamento a que os enfermos foram submetidos, descreve uma extensa mutação na condição humana. Para interpretar a mudança tece-se um apelo trágico, já que a ele estão ligados:

*“(...) uma aparência de significação que esconde uma arbitrariedade fundamental nas coisas; uma responsabilidade esmagadora (...); uma nobreza indestrutível no espírito humano, revelada principalmente no sofrimento, (...); um inextricável nó do destino, (...); uma sabedoria final a respeito da grandeza e inseqüência do homem no universo, finalmente alcançada através da purificação conferida por um profundo sofrimento no mínimo parcialmente não merecido e às vezes pagando o preço de total aniquilação.”<sup>71</sup>*

Purificação e sofrimento, responsabilidade e arbitrariedade, tudo em um espaço humano, são características presentes em cada muralha que a diferenciação deteriorada do outro edifica. Ver essas relações como tragédias é erguer pontes que aproximam experiências diversas, demonstrando a ambigüidade inerente nesses processos de identificação.

Lembrando a análise de GINZBURG<sup>72</sup>, ainda sobre a perseguição aos leprosos na França durante o século XIV, o autor percebia que possuíam uma situação limítrofe, ao

<sup>70</sup> Como em Antígona, onde também não existe um deus ex machina pois que Sófocles não o usava em suas tragédias. Ver: LESKI, Albin. *A tragédia grega*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

<sup>71</sup> MOST, Glenn W. Da Tragédia ao Trágico. IN: ROSENFELD, Kathrin (org). *Filosofia & Literatura: o trágico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 (p 24).

<sup>72</sup> GINZBURG, Carlo. *A História Noturna: decifrando o Sabá*. São Paulo: Cia das Letras, 1991 (p.50).

situar-se “*ao mesmo tempo no interior e no exterior da sociedade cristã*”, mas também, plena de implicações simbólicas. Afinal, se por um lado “*o amor a eles demonstrado por São Francisco de Assis, é apresentado como testemunho sublime de santidade*”, por outro, a sua perseguição e condenação são baseadas em ideais de *purificação social*. Ideais de santidade e purificação são também encontrados tanto da atuação da caridade local, quanto do próprio isolamento compulsório.

A noção de pureza é uma ordenação da sociedade, enquanto a anomia, conseqüentemente, é a demarcação do local da impureza. Sistematizando diferenças através de uma identificação dos puros que, como Rosa, ordenam um caos anterior, e dos impuros, que vivem na desordem sinônimo do caos. É nesse movimento que a questão dos leprosos em Guarapuava se insere, marcando os sentidos de uma identificação e criando seus signos. Em obra já clássica sobre o assunto, Mary DOUGLAS aponta:

*“Acredito que as idéias sobre separar, purificar, demarcar e punir transgressões, têm como sua função principal impor uma sistematização numa experiência inerentemente desordenada. É somente exagerando a diferença entre dentro e fora, acima e abaixo, fêmea e macho, com e contra, que um semblante de ordem é criado”<sup>73</sup>.*

Tanto fisicamente, quanto espiritualmente, o outro é muitas vezes visto como doente, sujo, anômalo.. Sobre isso pode-se lembrar as análises de Norbert ELIAS: em um estudo de caso sobre uma pequena cidade da Inglaterra, o autor aponta que ela se percebia dividida entre “estabelecidos” e “outsiders”, por mais que não existissem dados econômicos e sociais muito diferenciadores, além do tempo de residência naquela cidade. A partir disso os “estabelecidos” - que se percebem como um grupo diferenciado - constroem uma gama de diferenciações e estereótipos sobre os “outsiders” – que não se percebem como grupo –

sendo estes últimos rotulados pelos primeiros como sem limpeza, tanto higiênica, quanto moral.

*“O sentimento difundido de que o contato com membros dos grupos outsiders contamina, observado nos grupos estabelecidos, refere-se à contaminação pela anomia e pela sujeira misturados numa coisa só.”<sup>74</sup>*

É interessante levar em conta a questão da passagem acima no qual a sujeira e barbárie são percebidas como unívocas e contagiosas, o que desincentiva o contato com o grupo excluído. Características encontradas também na construção do sentido da lepra em Guarapuava, ali a doença apresenta-se como sinal da anomia. O leproso temido é aquele que ao invés de tornar-se invisível pelo distanciamento e disciplina de um Leprosário, explicita-se mendigando pelas ruas. Sem lugar, sem lei e sem moral, ele será o doente que persegue mulheres e tenta contagiar crianças. Será qualificado como impuro na pele e nas intenções.

A equivalência entre doença física e falta de moral estabelecida dentro das fontes, apresenta-se como invariante naquela estratégia de adjetivação do “outro”. São paráfrases e, como tais, só possibilitam interpretações dentro de uma formação discursiva específica como a estudada.

Paráfrases entre limpeza e moralidade apresentavam-se dentro de uma pedagogia higiênica imposta sobre os corpos a partir da sociedade industrial européia na primeira metade do século XIX, que se propunha a: *“eliminar seus vícios supostos, latentes ou visíveis, modificando suas práticas corporais. Instala-se uma verdadeira pastoral da*

---

<sup>73</sup> DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976 ( p. 15).

<sup>74</sup> ELIAS, Norbert. *Estabelecidos e Outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000 ( p.29).

*miséria, em que a limpeza teria força de exorcismo*”<sup>75</sup>. O objeto principal dessa pastoral era o corpo dos pobres percebidos como sujos e assim desordenados. A pobreza, assim como a doença, seriam estigmas do caos anômalo.

A higiene pública pressupunha a limpeza da pele e essa simbolizava a dos costumes, em uma pedagogia que identificava a limpeza externa e visível da pele com a pureza interior uma “*ordem moral*”<sup>76</sup>, fechando um círculo simbólico sem saída para o corpo do leproso. Afinal, era exatamente na pele, parte mais externa do corpo, que sua doença se manifestava para a leitura de múltiplos olhares.

A dicotomização entre o limpo e o sujo, o puro e o impuro assume uma figuração bem demarcada em 1928 em Guarapuava. Nesse ano encontra-se o autor local Virgílio BASTOS, em um livro sobre o município, destacando a atuação de dona Rosa e, abaixo de uma foto do leprosário construído por essa senhora, o autor diz: “*Este é o primeiro passo dado em Guarapuava em prol da resolução desse palpitante problema social que preocupa atualmente as cogitações de cientistas e governantes*”. Para a benemérita dama a metáfora utilizada é sobre a quantidade e profusão com a qual ela distribui atos de caridade sendo comparada a uma “*fonte maravilhosa de onde jorra essa catadupa de benefícios (sic)*”<sup>77</sup>. A metáfora da fonte liga a senhora em questão à água e essa à purificação<sup>78</sup>.

Dois pontos importantes cabem aqui serem analisados. Primeiro, que o livro acima referido havia sido escrito em ano anterior, estando na sua segunda edição em 1928. Como

---

<sup>75</sup> VIGARELO, Georges. *O Limpo e o Sujo: uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996 (p.211).

<sup>76</sup> VIGARELO, Georges. Idem (p. 221). Aqui Vigarello aproxima-se de Mary Douglas ao perceber a noção de sujeira como uma questão de ordenação social.

<sup>77</sup> BASTOS, Virgílio da Cruz. *Guarapuava*. 2 ed. Curitiba: Max Roedmer e Filhos, 1928 (sem paginação).

<sup>78</sup> Ver: ELIADE, Mircea. *Imagens e Símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 1991; onde o autor disserta: “*Em qualquer grupo religioso que se encontrem as Águas conservam invariavelmente sua função: elas desintegram, eliminam formas, lavam os pecados, são ao mesmo tempo purificadoras e regeneradoras*” (p. 152).

já foi dito, desde 1927 os leprosos haviam sido transferidos para Piraquara. Segundo, é que a filantropa, os cientistas e os governantes apareçam juntos nessa obra afinal. As soluções propostas por eles haviam sido diferenciadas e as próprias cláusulas para a doação dos recursos ao estado impostas por Rosa demonstravam restrições na sua confiança nos governantes.<sup>79</sup>

Na obra de Bastos, desenrolam-se discursos instituidores onde sujeitos “*tornam-se o que são*” ao serem nomeados e qualificados<sup>80</sup>. Enquanto a benemérita senhora e os políticos tornavam-se o que deveriam ser na escrita comemorativa, havia os que se tornavam o que não eram, ou jamais gostariam de ser. O maior medo, para além do temor da morte, o medo de tornar-se o outro, o diferente, o doente, mais que a morte física, uma morte social e a desumanização, trazida pela nomeação/diagnóstico da doença.<sup>81</sup>

Existe o suicídio de um casal em Guarapuava que pode ser analisado dentro dessa perspectiva; o fato é muito conhecido na cidade apesar de ter acontecido em 1938. É um assunto recorrente quando se fala de lepra. Oralmente contam uns que a esposa estaria com a doença, outros dizem que não foi nada disso e que o marido já vinha há muito deprimido. Infelizmente a controvérsia não será aqui resolvida, por falta de fontes que pudessem avaliar qualquer uma das alternativas, mas nem é preciso, o que importa são as interrelações simbólicas que o caso suscita .

O processo crime do referido suicídio é composto de depoimentos de várias testemunhas, mas todas elas afirmam desconhecer os motivos do casal para o ato. Apenas se descobre que a morte deles se deu por “*intoxicação de dose forte de cianureto*” que ingeriram na bebida após o almoço no espaço do próprio quarto, para logo em seguida

---

<sup>79</sup> Ver: *O Pharol*. Ano IV, n.º 124. 30 de julho de 1922 ( p. 2).

<sup>80</sup> Ver: BOURDIEU, Pierre. op. cit. (p. 102)

deitaram-se.<sup>82</sup> É nessa posição que as testemunhas os encontram ainda vivos e tentam prestar socorro. O marido diz ao amigo que foi socorrê-lo e perguntava o que se passava: “*Não é nada, cuide de meus filhos que daqui a pouco somos cadáveres.*”<sup>83</sup>

Das motivações de tal ato só existem indícios. Tanto no laudo cadavérico, onde se afirma que o marido vinha: “*ultimamente acometido de forte neurastenia estava dominado pela idéia de suicidar-se*”<sup>84</sup>. Bem como em um livro dedicado à trajetória da família<sup>85</sup>, onde se pode encontrar alguns indícios na narrativa sobre o suicídio:

“*O ano de 1938 foi **trágico** para a Família (...). Já no início do ano, a esposa (...), estava adoentada. Em fins de Janeiro precisou consultar um médico em Curitiba(...), mas o diagnóstico revelou que sua saúde estava comprometida. Enquanto isso, o (seu) genro tinha sido covardemente assassinado, não podendo assistir o seu sepultamento. (...), (o marido) tomou conhecimento do resultado da consulta, ficando abalado, pois jamais imaginava a gravidade da doença.*”<sup>86</sup>

O autor aponta vários acontecimentos que se passaram com o casal e os nomeia como trágicos. A compaixão suscitada por eles parece ser o único caminho para compreender o ato. Confirma-se existir uma doença grave envolvida nas motivações, que poderia não ser a lepra, mas era igualmente inominável, pode-se apenas cogitar algumas das suas características: poderia ser contagiosa, o que motivaria a ausência no sepultamento do genro; incurável, pelo abalo causado por seu diagnóstico; e/ou muito temida, afinal em nenhum momento ela é nomeada, pois nomear a doença é sempre uma forma de atraí-la<sup>87</sup>.

---

<sup>81</sup> CLARO, Lenita. op. cit. (p.36).

<sup>82</sup> Citações extraídas do processo crime sobre o suicídio do casal no ano de 1938

<sup>83</sup> Idem, depoimento da primeira testemunha

<sup>84</sup> Idem, Citações extraídas do processo crime sobre o suicídio do casal no ano de 1938

<sup>85</sup> POPLADE, Nestor & POPLADE, Sydney L. *Luigi Antônio Ciscato: sua vida, sua obra*. Curitiba: s.ed.,1998.

<sup>86</sup> POPLADE, N. & POPLADE, S.L. Idem (p 232).

<sup>87</sup> Ver: OLINTO, Beatriz Anselmo. *Uma Cidade...*op. cit.

São apenas suposições, mas sendo o casal pertencente à burguesia<sup>88</sup> de Guarapuava, estavam imersos em uma rede de condutas e nuances comportamentais nas quais portar em seus corpos uma doença incurável seria estigmatizador. Mesmo não sendo a lepra a doença que a referida senhora possuía, o simples existir de uma oralidade nesse sentido conta do medo em relação a uma doença sinônimo de mendicância e miséria, lida como signo de uma humanidade inferior, uma doença que sobrevive somente em sussurros ou silêncios incômodos.

Todo esse respeito à privacidade alheia não se repete em outras fontes, dessa forma bem mais profícuo é um outro processo que se desenrola na 2ª vara cível de Guarapuava. O referido processo tratava da remoção de um menor abandonado. Ao contrário da fonte anterior, nesta não só a doença era nomeada imediatamente, como até antecipada:

*“...chegou ao nosso conhecimento (promotor público) residir no distrito referido (Pinhão) um menor de nome João Cardoso, com 9 anos de idade, órfão de pai e mãe, cego das duas vistas, o qual **justamente por ser suspeito leproso**, se acha em estado de completo abandono, fechado dentro dum paiol, onde mora, completamente fechado, vivendo da caridade das pessoas da vizinhança.”<sup>89</sup>*

Na passagem está presente novamente a doença recaindo como um estigma para o seu portador, afinal o próprio procurador aponta como causa do “*completo abandono*” do menino a “*suspeita*” de que fosse portador do mal de Hansen. Também se destaca as condições de atuação da “*caridade*” em relação ao suposto doente. Assim, somente quando recluso e segregado, o menino tem acesso à prática caritativa.

---

<sup>88</sup> Utiliza-se o conceito burguesia por ser o senhor falecido o proprietário da companhia de força e luz do município; sobre isto ver: POPLADE, Nestor & POPLADE, Sydney L. op. cit.

<sup>89</sup> Processo da 2ª vara cível de Guarapuava, nº1759-21, ano 1933. Grifo da autora.

A compaixão sabia fazer exigências, a emotividade era condicionada à adesão (compliance) do doente<sup>90</sup>. Ou seja a obediência à normatização imposta sobre o seu corpo, no caso do menino aceitar ficar preso em um paiol, garantindo alguma “*caridade*” da “*vizinhança*”. Destaca-se as noções ambíguas de proximidade e distância contidas na passagem e em suas denominações de vizinhança.

O procurador pede no processo que o menino seja enviado ao Leprosário São Roque para que fosse verificada a suspeita e, no caso de não ser doente, deveria ser encaminhado para um abrigo de menores em Curitiba. Duas páginas depois encontra-se a ordem do juiz de Direito e Menores de Curitiba sobre a remoção do menino para o referido abrigo e nem mais uma palavra sobre a lepra. O menino era saudável.

Por uma suspeita de lepra arvora-se o direito de excluir e aprisionar a pessoa doente, que assim, separada do convívio, torna-se merecedora da “*caridade*” da mesma comunidade. Vêm-se interligados nesta problemática tanto o medo da doença, como o medo do outro que, além de diferente - no caso cego - é percebido como portador de um mal. A doença, em última instância, é sempre vista como exógena, tanto como punição ou como maldição<sup>91</sup>. Assim, ou ela é o “outro”, ou o “outro” é seu portador e não o “nós” ou o “eu”. Ao se prescrever a diferença identifica-se o doente como “outro”, legitimando a sua exclusão do grupo, ao qual até então pertencia.

Pode-se continuar nesta linha de análise, no ofício sobre a internação de um doente no Leprosário São Roque, em 12 de setembro de 1927. O enfermo é chamado de “*leproso*

---

<sup>90</sup> Segundo GONÇALVES, Helen. Corpo Doente: estudo acerca da percepção corporal da Tuberculose. IN: DUARTE, Luiz Fernando Dias & LEAL, Ondina Fachel (org.) *Doença, Sofrimento, Perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: FioCruz, 1998: “*Na medicina a adesão é vista como obediência do paciente, abrangendo desde a forma com que administra a ingestão dos medicamentos até padrões comportamentais já profundamente definidos*” (p.106).

Arthur R.” e a sua locomoção é denominada como “ *viagem do leproso*”<sup>92</sup>. A doença é a sua nova identidade, está a frente do seu nome, ou aparecendo como seu sinônimo. Nomear é isolar um aspecto a partir do qual a pessoa será incluída e reconhecida como pertencente a uma classificação específica<sup>93</sup>. O aspecto determinante para a identificação do senhor acima referido passou do seu nome e sobrenome para o atributo de sua doença que tinha a sua observação sobreposta às demais características que aquele homem portava.

A lepra é um estigma aparente de difícil encobrimento, já que a visibilidade do estigma é crucial para o foco de percepção sobre o outro. Como analisa GOFFMAN, os sinais corporais transmitem uma informação social de fácil alcance público, ao contrário da documentação de identidade que só às vezes é apresentada<sup>94</sup>, tornando mais evidente o sr. Arthur ser leproso do que se saber o seu nome.

Tornar significativas determinadas características e não outras, vem de uma longa constituição de nuances entre os seres humanos na qual, acompanhando ELIAS<sup>95</sup>, a civilização ocidental quanto mais mergulhada em um processo civilizador, mais desenvolveu uma sensibilidade às diferenças de conduta.

Em torno da constituição da lepra como um problema, uma ameaça social cria-se num universo relacional onde se configuram subjetividades, para as quais “*imputam e negociam significados para as suas experiências, delineiam e levam a cabo projetos e*

---

<sup>91</sup> Apesar de que a doença punição é vista com mais freqüência como exógena e a doença maldição seja muitas vezes vista em um primeiro momento como endógena, para maiores informações ver: LAPLANTINE, François. *Antropologia da Doença*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

<sup>92</sup> Livro de Ofício v.3, nº2232, 1927.

<sup>93</sup> CASSIRER, Ernest. *Ensaio sobre o Homem: introdução a uma filosofia da cultura*. São Paulo: Martins Fontes, 1994 (p.220 e223)

<sup>94</sup> GOFFMAN. Op. cit. p. 70

<sup>95</sup> ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. v.1. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994 (p. 246).

*estratégias para se (re)situar no mundo social o dado problema da doença*”<sup>96</sup>, como apontam ALVES & RABELO. Percebe-se como as inter-relações sociais expressam uma dimensão constitutiva da doença. Ela torna-se um fio que tece teias de diferenças entre “nós” e “outros” através de relações em que a tentativa de estabelecer distâncias acaba por imbricar inexoravelmente qualquer percepção de diferenças, pois que, conforme POUTIGNAT:

*“Os traços que levamos em conta não são a soma das diferenças objetivas, mas unicamente aqueles que os próprios atores consideram como significativos.”*<sup>97</sup>

Os limites da diferença serão colocados com a centralização de todos os leprosos do estado do Paraná, a partir do final do ano de 1926, no Leprosário São Roque em Piraquara. Tal centralização é acompanhada da obrigatoriedade da comunicação de casos da doença e do isolamento compulsório dos doentes, práticas que só serão questionadas a partir das modificações terapêuticas trazidas pelo uso da sulfona, a partir de 1941.

Isolavam-se os doentes longe da cidade, de todas as cidades do estado, achava-se o lugar para o impuro, a poluição, a degenerescência. Por serem infectadas, essas pessoas afastavam-se do espectro de populações desejáveis para a ocupação do Paraná. Deterioradas em sua identidade, o seu lugar era o outro, onde iriam compor uma sobrevivência à sua morte humana à espera da sua morte biológica. Um limbo, que em algo lembra um teatro de sombras da sua existência anterior.

---

<sup>96</sup> ALVES, Paulo César & RABELO, Mirian Cristina. *Antropologia da Saúde*: traçando identidade e explorando fronteiras. Rio de Janeiro: FioCruz/Relumê-Dumará, 1998 ( p. 119).

## 1.2-Ser Civilizado : colonos e seus outros

Em 1940 o Leprosário São Roque estaria lotado e seu diretor geral enviava telegramas com esta justificativa em resposta aos pedidos da prefeitura municipal de Guarapuava com relação ao transporte dos doentes para a instituição:

*“No momento, torna-se impossível qualquer providencia no sentido de serem conduzidos ao Hospital Colônia S. Roque os doentes de Guarapuava e, isto, porque, além de não existir nenhuma vaga, naquele hospital, não ha, também, nenhuma cama disponível.”<sup>98</sup>*

Como solução o prefeito municipal de Guarapuava envia à Câmara do município um pedido de crédito suplementar no orçamento do ano seguinte, afirmando:

*“como na maioria estes doentes encontram-se em situação miserável, faz-se mister, que esta Prefeitura custeie a sua manutenção, até que sejam encaminhados ao Leprosário, limpando assim, aos poucos, o Município de tão terrível mal.”<sup>99</sup>*

Ao contrário do que o Dr. Eurico Branco Ribeiro havia pensado em 1929, bem como havia sido propalado pela propaganda do governo Munhoz da Rocha, o problema não fora resolvido com a transferência dos doentes para o leprosário estadual. Em um pouco mais de uma década, a solução de concentrar obrigatoriamente os doentes de todo o estado em um só lugar demonstrava suas deficiências.

Novamente a prefeitura recorre a um discurso de limpeza em relação aos doentes. Em correspondência para a Sociedade de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra

---

<sup>97</sup> POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998 (p. 28).

<sup>98</sup> Correspondência da Prefeitura. Caixa 0094.1. v. 1. Ano 1940.

<sup>99</sup> Correspondência da Prefeitura. Caixa 0097.1. v. 2. Ano 1941.

de Ponta Grossa, o prefeito municipal de Guarapuava discorre sobre a “mancha” que é a lepra, e constrói dois novos atores sociais neste drama :

*“A cruzada a que voz propusestes, invocando por intermédio a cooperação da mulher Guarapuavana, para em conjugação de esforços prestar assistência aos lázaros, diz bem dos sentimentos nobilíssimos que revestem a mulher brasileira. (...)procurando desse modo, apagar uma mancha que ensombra o pavilhão pátrio.”<sup>100</sup>*

Ao binômio limpo/sujo no tratamento da questão junta-se a figura da mulher, apresentada com contornos eugênicos de mãe e zeladora de uma suposta pureza da raça, e da nação. Além disso a própria nação é apresentada como o espaço de atuação, não somente a cidade como nos debates de 1919, é ela também a fonte de identificação tanto de um suposto caráter da mulher, como o alvo da limpeza a ser feita.

A estigmatização do doente deteriorava a sua condição humana e inseria-se em um universo social de diferenciações que constituíam práticas identificadoras recorrentes para a composição dos sujeitos da civilização e dos seus “outros”. Entre elas havia sutilezas identitárias que, com maior ou menor intensidade, também condenavam e restringiam a promessa de futuro em papéis pré fixados e/ou estereotipados decorrentes de percepções identitárias dicotômicas.

*“Não é das menores características da estrutura da sociedade ocidental que o lema de seu movimento colonizador seja ‘civilização.’”<sup>101</sup>*

No ano de 1923, no seu relatório aos camaristas de Guarapuava, o prefeito constituía uma identificação através de uma oposição binária entre a figura do “leproso” e

<sup>100</sup> Correspondência da Prefeitura . Caixa 0097.1. v. 2. Ano 1941.

<sup>101</sup> ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. v.2.op. cit. (p. 258).

uma imagem de “colono” como agente civilizador.<sup>102</sup> Esse discurso é característico do período inicial da década de 20 em Guarapuava, colocando-se sob a lente do desejo civilizatório as diferenças humanas. Pelo menos no projeto de colonização elaborado pela prefeitura municipal. O projeto pretendia implementar uma nova ocupação do chamado “rocio” em torno da cidade, objetivando a criação de propriedades rurais que fornecessem gêneros alimentícios para a população urbana.

Acompanhando os relatórios do prefeito aos camaristas no período entre 1920 e 1927 percebe-se que apresentavam o assunto “*progresso municipal*” apoiado em três projetos de ação interligados: a (re)ocupação das terras da região por colonos europeus, a construção de vias férreas e estradas que ligassem o município ao estado, saneamento e regulamentação do espaço urbano.

No momento analisar-se-ão as imagens da colonização construídas nessas fontes para melhor entender os que eram excluídos do projeto. Assim, em 1920, o projeto de colonização do rocio aparece como “*palpitante assunto*” no relatório. O debate dessa temática é justificado pelo prefeito através da necessidade de fornecer uma resposta ao Sr. Ladyslau Radecki, enviado do cônsul polonês ao município, que expressava “*insistentes pedidos de informações sobre as terras que se prestam para receber colonos que desejam se estabelecer nos arredores da cidade*”. Nas palavras do prefeito esta intenção “*entendi ser uma boa oportunidade para a Câmara fundar uma Colônia Municipal nas terras do rocio*”.<sup>103</sup>

No relatório de 1921, os objetivos da colonização são descritos mais exaustivamente, seguidos pela legislação sobre o modo de divisão das terras e o seu

---

<sup>102</sup> Ver: Mensagem do prefeito aos camaristas, 22/01/1923 (p.2).

<sup>103</sup> Relatório do prefeito aos camaristas 10/12/1920. AHMG.

correspondente valor. O prefeito abre tal relatório exclamando: *“próximo e grandioso futuro(..). representado no ramal ferroviário por onde circulará o progresso.”*<sup>104</sup> Logo após, seu planejamento apresenta a função da terra como um objeto a ser utilizado racionalmente: *“fonte primordial emanadora da prosperidade de todos os povos, mediante o aparelhamento racional, assíduo e inteligente”*.<sup>105</sup> Compõem, dessa maneira, uma visão utilitarista sobre a natureza, em que o solo existe somente como fonte e base de desenvolvimento e a terra apresenta-se em seguida humanizada pela adjetivação de *“dádiosa e boa”*. Tal estratégia fornecia características humanas à natureza, para depois exigir sua manipulação racional pelo trabalho. Entretanto, esse ideário do governo municipal também apresentava o trabalho como um problema, assim:

*“O problema do trabalho, pela aquisição do braço que o pratique está a exigir séria e instantes providencia, medidas eficazes que derimam a nossa desoladora atualidade, é urgente e inaudível que os poderes publico venham ao encontro dessas necessidades de ordem geral, promovendo o povoamento do solo, convidando e atraindo o colono cujos múltiplos labores venham gerar abastança e a riqueza (sic).”*<sup>106</sup>.

Presente desordenado e caótico sobre o qual o agir humano organizaria, ao unir solo e homem, são vistos como essenciais a um desenvolvimento quantitativo e acumulativo. Porém, esse homem capacitado para o trabalho não é universal e, sim, uma identificação em particular o *“colono”*.

É nesse sentido que, em seguida, o prefeito fala que a colonização visa abastecer a população urbana com alimentos, pois que se encontrava *“em precaríssimas condições”*. Situação que se pretendia remediar com a *“salvadora medida”* de trazer os colonos

---

<sup>104</sup> Ver: MELLO, Sílvia Gomes Bento de. *“O Gigante e a Locomotiva”*. (Dissertação de mestrado) Florianópolis: UFSC, 2002

<sup>105</sup> Relatório do prefeito aos camaristas 17/01/1921. AHMG.

propostos pelo cônsul polonês. Ao final o prefeito exclama “ *se a terra é dadivosa e boa e o homem sadio e forte, cultivemo-la*”.

Terra humanizada e feminilizada, a ser manipulada por um humano em particular: masculinizado e saudável. O sujeito da ação é o homem que trabalha; por outro lado a feminilização da terra, que em oposição aquele primeiro, é transmutada em natureza, o objeto primordial da transformação operada pela labor humano, por este manipulada e dominada.

Nem todos os seres humanos estariam aptos a extrair o progresso e, no relatório de 1923, essa perspectiva será mais detalhada quando do assunto das feiras livres na cidade. Naquele momento, o prefeito apontava que o insucesso dessa atividade na cidade era decorrente da situação da agricultura no município. O diagnóstico da situação é montado através de uma explanação que contrapõe a figura do colono ao agricultor já existente na região, é uma identificação relacional com a seguinte forma:

*“ainda não possuímos a pequena agricultura organizada nas proximidades da cidade. Nossos agricultores, dispersos pela vasta extensão do município, não possuem esse espírito mercantil que caracteriza o colono estrangeiro, os quais, além da sua maior lavoura, (...)ainda aproveitam os pequenos produtos de hortas, pomares, etc, com que, de regra, suprem suas despesas ordinárias, representando aquela parte garantidora de sua prosperidade. Nossos agricultores assentam toda sua economia nas aventuras roças sujeitas a toda sorte de riscos,(...)”<sup>107</sup>*

Nessa passagem o agricultor local é composto, assim como o eram também os “leprosos”, como antítese do colono. Assim os primeiros estão dispersos no território em uma paralisia caótica, uma oposição à circulação ordenada das mercadorias da modernidade

---

<sup>106</sup> Relatório do prefeito aos camaristas 17/01/1921. AHMG

<sup>107</sup> Relatório do prefeito aos camaristas, 22/01/1923. AHMG

capitalista; as atividades deles são vistas como aventuras, em oposição à racionalização do uso da terra da civilização; também não diversificam o trabalho, limitando a potência da terra; finalmente não possuem o próprio espírito mercantil que é apresentado como inerente ao estrangeiro. A concepção de progresso na modernidade não quer dívidas com nenhum passado, com nenhuma experiência precedente.<sup>108</sup> A agricultura local é constituída discursivamente como o representante desse passado.

O passado é transfigurado em “atraso” e em obstáculo aos sujeitos do futuro. Sempre que um discurso atribui características a um grupo atribui, em oposição, a outro em uma nomeação interdependente, pois em uma operação diferenciadora o um está no outro e vice versa, como analisa SILVA:

*“ Assim como a definição da identidade depende da diferença, a definição do normal depende da definição do anormal. Aquilo que é deixado de fora é sempre parte da definição e da constituição do “dentro”. A definição daquilo que é considerado aceitável, desejável, natural é inteiramente dependente da definição daquilo que é considerado abjeto, rejeitável, antinatural. A identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido.”<sup>109</sup>*

A sombra do nós nômico e saudável estava presente no relatório do prefeito de 1923, onde o problema dos trabalhadores era seguido pelo problema do outro, ou seja a “assistência aos morféuticos”. Esses doentes estavam ocupando até aquela data o chamado rocio da cidade na região denominada “Alto Cascavel”, mas agora haviam recebido como doação de Rosa Siqueira uma chácara no rio Coitinho , o que, pensava o prefeito, iria resolver o problema limitando o seu espaço e a sua circulação. Note-se a própria

---

<sup>108</sup> Ver: HABERMAS, Jürgen. O Discurso Filosófico da Modernidade: doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (p.11-12).

<sup>109</sup> SILVA, Thomaz Tadeu. op. cit. (p. 84).

denominação de rocio para os arredores da cidade, já nomeia também para que deveria servir a região, não para abrigar leprosos e sim para roçar.

Uma vez definido um outro lugar para os leprosos , já em 1924 a prefeitura autorizava a demarcação das terras do rocio para a colonização.<sup>110</sup> Reafirmava-se que a ocupação do espaço circundante à cidade não era uma atividade para a qual todos os seres humanos estivessem qualificados, mas só os percebidos pelos poderes públicos como possuidores de determinados atributos que os identificassem como agentes da civilização e os “leprosos” estavam dela excluídos.

No relatório de 1926, os leprosos já aparecem morando, “*em sua maioria*”, no referido sítio mesmo estando as obras ainda em andamento. Ao mesmo tempo, o prefeito pede pela elaboração de legislação para a colonização do rocio.<sup>111</sup> Nesse mesmo ano é feito o projeto de lei sobre a colonização o qual, no seu artigo n.º 3, define as terras a serem ocupadas:

*“Das terras do rocio não aforadas ou destinadas a qualquer serventia comum, em campo ou mato, a prefeitura mandará dividir até mil alqueires em lotes de cinco a dez alqueires para vender a pessoas que exerçam a profissão de colonos, nacionais ou estrangeiros, que preenham as condições das leis federais sobre colonização.”<sup>112</sup>*

No ano seguinte, 1927, as terras do rocio continuavam a ser demarcadas; por outro lado a situação dos leprosos havia sido drasticamente alterada, pois foi nesse ano que os doentes foram enviados para o novo leprosário São Roque. Estando isolados compulsoriamente, silenciam-se os discursos do prefeito sobre eles, pois em sua

---

<sup>110</sup> Relatório do prefeito aos camaristas 10/10/1924. AHMG

<sup>111</sup> Idem 15/01/1926.

<sup>112</sup> Projetos de lei 1926 caixa 0426.1. projeto n.º 2, lei n.º 402 , 17/11/1926

perspectiva estava resolvido o problema. Enquanto isso as terras do rocio recebem uma legislação complementar, permitindo também a instalação de indústrias naquela área <sup>113</sup>

Nos relatórios, o colono europeu é travestido em uma figura de contornos míticos, agente civilizador, o sujeito moderno por excelência, figura discursiva unificada, centrada e racional. Desaparecidos os leprosos, outras figurações identitárias serão compostas, mantendo como centro referente um ideário civilizatório. O conflito identitário assumirá novas facetas em Guarapuava durante a década de 30. Quem será o novo outro anômico? Essa questão permeará um conflito local no qual se engendram duas identificações: “sírios” e “poloneses”.

A partir de um artigo publicado na capital do estado, será iniciada uma série de embates tendo como palco as páginas do jornal guarapuavano “*A Cidade*”. Os contornos serão definidos pelo presidente da Sociedade Polonesa local, que vai discutir, através de textos, com um representante da comunidade síria municipal, durante o mês de maio de 1934. Apesar de ser um conflito bem localizado e não muito extenso, esses artigos apresentam-se como narrativas complexas que tocam um universo figurativo sobre as qualidades desejáveis para a composição de uma população que capacitasse a região, quando não o Paraná e o Brasil, para ser uma civilização nos moldes ocidentais europeus.

O que se procura aqui analisar é como nesses textos alguns atributos são utilizados por ambos os lados, para desqualificar o outro e definir uma oposição entre os dois. Nesse mecanismo a construção “nós-eles” apresenta uma dinâmica discursiva que reutiliza os mesmos materiais simbólicos para compor diferenças. A alardeada imagem do Paraná como o espaço de convivência harmônica da diversidade não aparece aqui; em seu lugar,

---

<sup>113</sup> Relatórios do prefeito aos camaristas 17/01/1927 e 25/07/1927.

encontra-se o estranhamento da diferença e até a intolerância. No dia seis de maio de 1934 no jornal “A Cidade”, o sr. Eugênio Zaleski, subscrevendo-se presidente da sociedade polonesa, faz publicar o seu texto supostamente em resposta a afirmações que o Sr. Paulo Tacla teria proferido em uma *“malévola e injusta campanha”* que estaria desenvolvendo em seu jornal na capital contra os colonos poloneses.

*“Não é inimigo, Tacla , é moinho de vento! Só Deus pode medir a distancia entre o Harém e a seara do trigo. Poloneses e sírios dois pólos diferentes”<sup>114</sup>*

O que chama atenção é que o artigo responde às ofensas contra a colonização polonesa feitas pelo sr. Tacla não para este como um indivíduo, mas sim desqualificando toda a comunidade síria. Isso acontece porque a estigmatização social é sempre uma estigmatização grupal, na qual o plano individual está inscrito. Além de ser sempre interdependente entre os grupos envolvidos.<sup>115</sup>

Já no título, o autor compõe a diferenciação entre os povos qualificando um pelo trabalho na lavoura e desqualificando outro pela poligamia. A imagem do harém será uma das mais utilizadas para mostrar a “barbárie” e anomia do outro.

*“(...) eu , Paulo de Tacla, tenho que trabalhar na lavoura junto com o caboclo, do italiano, do polonês e do alemão? Eu que Allah me criou para o balcão onde se corta a chita e para a imprensa onde se retalha a reputação alheia”<sup>116</sup>*

O autor vai colocando palavras como se o Sr. Tacla as tivesse pronunciado e nelas constrói uma imagem onde o trabalho estava ligado à atividade agrícola e afastado das comerciais. Em seguida, cita vários nomes de pessoas com origem síria, sempre relacionando-os ou com sonegação de impostos ou como atravessadores ou ainda como

<sup>114</sup> A Cidade. Ano II, n.º 17, 6/5/34, (p 2).

<sup>115</sup> Ver: ELIAS, Norbert. *Estabelecidos...* op. cit. (p. 23).

<sup>116</sup> A Cidade. Ano II, n.º 17, 6/5/34 (p 3).

donos de “*casa de diversão*”. Depois reproduz algumas passagens da fala de Tacla em Curitiba para rebatê-las :

*“ Diz o seu órgão (jornal de Tacla): ‘os poloneses não assimilam a língua e os costumes brasileiros tão ligeiro como os sírios’. Deixemos essa questão de língua ao julgamento do público que decidirá quem é que faz da bela língua de Camões um monstrum. E os costumes? Basta uma comparação entre a civilização polonesa e síria. Uma ocidental, outra oriental.”*<sup>117</sup>

A localização e a qualificação em uma identidade nacional passa pelo uso da língua, o sotaque e o erro gramatical funcionam como uma desvalorização simbólica desse pertencimento. A diferenciação pelo uso da linguagem é integrante da dualidade civilização/barbárie, segundo STAROBINSKI: *É preciso que existam comunidades dotadas da verdadeira linguagem para que outros povos sejam considerados como mudos, homens que não sabem falar (barbáros).*<sup>118</sup>

A diferenciação composta no texto buscava dar formas à diferenciação, diminuindo as possibilidades de integração do grupo estigmatizado, através da oposição entre os adjetivos de “bela” para a língua e de “monstro” para sua utilização pelo grupo. A língua é uma das bases em que se localiza operação identificatória nacional, compondo uma mesmidade pela imagem de unissonância,<sup>119</sup> onde uma voz que não respeite as normas gramaticais existentes torna-se símbolo para descredenciar a este pertencimento o seu locutor, tornando o outro.

Em seguida relata o autor um viagem que teria sido realizada por um grupo de brasileiros à Síria: o “*êxtase*” causado pela beleza do local logo se teria transformado em

---

<sup>117</sup> Idem, ibidem.

<sup>118</sup> STAROBINSKI. Op. cit. (p. 20).

<sup>119</sup> Ver: ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989 (p.158).

“indignação”. Para justificar a mudança o autor compõe um quadro que apela para os sentidos a partir de um som, assim:

*“era o choro das mulheres oprimidas, das mulheres martirizadas, das mulheres BRASILEIRAS que abandonaram a Pátria, os pais, parentes e amigos para com abnegação que santifica acompanhar o marido, ARABE, que fugindo aos deveres sacro santos de esposo se transformou em algoz transmudado a aureola de esposa em coroa de mártir!”<sup>120</sup>*

Na passagem, primeiro santifica depois macula a relação marido/mulher. A partir do choro a figura da esposa é santificada, pois sofre abnegadamente, e é aproximada do leitor pois é brasileira (poderia ser você, ou sua filha ), em seguimento vem o afastamento da personagem marido árabe, que não respeita os deveres de um casamento ocidental (diferente do leitor). O quadro geral é de profanação de um contrato sagrado, poluição feita pela diferença.

Os desqualificados, os impuros, os outros, sempre aparecem ameaçando os mais puros do “nós”. Nesse sentido os “leprosos” atacariam mulheres, sírios não respeitariam suas esposas, etc. O que se desenha aqui é uma ligação da imagem “mulher” a ingenuidade e a pureza. Em outros discursos essa figuração será diferenciada ao ser ligada a comportamentos desviantes, em que a “mulher” aparecerá responsabilizada pela degenerescência e o vício<sup>121</sup>. Tais imagens diversas, entre o desejado e o desvio, demonstram estar mergulhadas em concepções ambíguas, podendo gravitar entre o idílico e o perigoso, dependendo da estratégia discursiva. Em discursos fundamentados por modelos identitários binários, como bárbaros e civilizados, saudáveis e doentes, masculino e

---

<sup>120</sup> *A Cidade*. Ano II, n.º 17, 6 de maio 1934 (p.3).

<sup>121</sup> Assunto que voltará a ser tratado no capítulo II desta tese.

feminino; qualquer ambigüidade dificulta a classificação e assim o conhecimento. É nesse quadro que a fluidez, a máscara e a dissimulação serão reprováveis e sempre imputadas ao outro. Isso pode também ser acompanhado no debate travado no jornal guarapuavano, onde:

*“Existirá porventura na história da Polônia episódios tristes como os que se contam e se confirmam passados com os sírios que da aparência de honestos comerciantes e maridos amantíssimos se transformam, quando ganham a fronteira da sua pátria em salteadores de caravanas e mercadores da carne, purificada pelo próprio martírio, da sua própria esposa?”<sup>122</sup>*

O recurso à história pretende dar veracidade às afirmações. A figura da mulher pura é a esposa martirizada. A trama aquece, sob o sol do deserto, por onde cruza a caravana a ser assaltada. O outro é dissimulação que esconde a identidade, ao contrário da identificação centrada e unívoca do ocidental, o outro é mudança, usa máscaras, que dificultam o conhecer.

Mas a imagem de pertencimento à civilização ocidental composta pelo articulista para a representação de “*polonês*” faz uso de um outro trunfo metafórico, assim:

*“Pode-se comparar o espetáculo que oferece o polonês, no palco da história brasileira, unido pelos laços sacrossantos da lei e da religião com a mulher brasileira, alegrando os olhos e confortando a alma do Brasil com as ‘loiras searas de trigo’, pode-se repito compara com a barbaria, com o ultraje, com a escravização da brasileira, entregue numa hora desditosa ao sírio que a entrega ao mercado, exposta no HAREM?”<sup>123</sup>*

A metáfora de “loiras” para a plantação de trigo aparece em diversos momentos e fontes sobre a agricultura realizada no Paraná por colonos europeus, implícita fica sempre a

---

<sup>122</sup> *A Cidade*. Ano II, n.º 17, 6 de maio de 1934 (p.3).

idéia do branqueamento como processo civilizador<sup>124</sup>. A imagem implícita na citação é de que a tal “*sacrossanta união*” entre o “*polonês*” e a “*mulher brasileira*” traria o branquear da população “*alegrando os olhos*”, capacitar-se para a civilização era também uma questão estética.

As cidades da Síria são em seguida descritas como: “*cheirosas cidades exalando perfume de bodes assados com alho e fava frita em óleo de cânhamo*” quando da procura por mulheres brasileiras escravizadas pela representação brasileira na “*MISSÃO FRANCESA CIVILIZADORA*”. O imperialismo como missão civilizatória, a mulher como fragilidade e pureza em meio a poluição representada pelos hábitos alimentares. São impuros pois comem impurezas. Afastar pelo estranho, o narrador é aqui marinheiro narra o exótico, o distante<sup>125</sup>. Para fechar o texto retorna ao Paraná:

*“Será esta gente semi bárbara, atras do balcão que confunde a dignidade da mulher brasileira com a mercadoria que vende a metro e peso que virá fazer a grandeza econômica do Paraná lavrando a sua terra, rasgando os sertões e construindo estradas?”*<sup>126</sup>

Novamente o comércio não é percebido como trabalho, sendo colocado em oposição ao progresso produtivo da ocupação e circulação de produtos nos “*sertões*” paranaenses. O papel feminino na sociedade árabe aparece de maneira estereotipada como uma mácula, ou melhor, um estigma que impede que se observe a complexidade da sociedade já que esse atributo primeiro cega o olhar para os outros possíveis.

---

<sup>123</sup> Idem, ibidem.

<sup>124</sup> Sobre como, no processo civilizador no Brasil, era inserido o ideal de branqueamento da população, ver: MACIEL, Maria Eunice de S. A Eugenia no Brasil. IN: *Anos 90: Revista do Programa de Pós graduação em História da UFRGS*. n° 11, Porto Alegre: UFRGS, 1999 (p. 127).

<sup>125</sup> BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (obras escolhidas) v. 1. São Paulo: Brasiliense, 6 ed., 1993 (p. 198, 199).

<sup>126</sup> Idem, ibidem

Na semana seguinte vem a resposta pela publicação no mesmo jornal de um texto do Sr. Bichara Abib, assinando “*pela colônia síria*”. A resposta vem no mesmo tom: para responder a uma pessoa tenta-se ofender todo um grupo através da mesma oposição civilização e barbárie. Assim a fala vai questionar quem é o bárbaro, no caso, agora será o polonês.

Não se pretendia defender nesses textos nenhuma diferença cultural, étnica, racial ou seja lá que outro aspecto de um direito à diferença; ao contrário, a oposição é sempre entre os civilizados e os bárbaros. Ambos os narradores querem identificar o seu grupo como o civilizado e desqualificar o outro como bárbaro. Em uma relação de dualidade que pode ser interpretada acompanhado STAROBINSKI: “*Civilização faz parte da família de conceitos a partir dos quais um oposto pode ser moldado, ou que começam a existir, eles próprios, a fim de se construir como opostos.*”<sup>127</sup>

O modelo a ser buscado é a civilização nos moldes ocidentais e modernos. As outras serão bárbaras e sua fala será desqualificada. Assim, compõe-se mais uma pérola sobre a convivência entre as etnias no Paraná, sob o título “*Quem bate à porta ouve resposta: lata vazia faz muito barulho*”<sup>128</sup>, onde o sr. Abib inicia agradecendo o espaço cedido pelo jornal e em seguida refere-se diretamente ao texto anteriormente publicado; após, cita três passagens, justamente as que se referem ironicamente à profissão de comerciante, a passagem da expressão “*salteadores de caravanas*” e a que supõe a escravização de mulheres brasileiras. Revidando a imagem de salteadores, vem a de criminosos para os poloneses:

---

<sup>127</sup> STAROBINSKI. Op. cit. (p. 20).

<sup>128</sup> A Cidade. Ano II, n.º 18, 13/05/34 (p 2).

*“Coisa estranha achou o articulista ser o sírio negociante. Em todos os países do mundo existem negociantes de todas as nacionalidades. (...)Aponte o nome de um só, si puder. Recorra o autor do libelo contra os sírios às delegacias de São Paulo e verá que ali se encontra cadastrado muitos nomes POLONESES verdadeiramente indesejáveis pelos crimes praticados”.*<sup>129</sup>

Sempre relacional, prescreve-se o outro como um espelho ao inverso, o que o “nós” não é, o “eles” é. Como se para retirar o atributo pejorativo sobre os ombros fosse necessário colocá-lo em outros. Para que um possa ser identificado como civilizado deve haver um outro na barbárie: *“Não se pode comparar o instinto de humanidade do sírio com os requintes de barbaria do polonês”* Para confirmar essa relação, o autor narra um caso supostamente passado na região:

*“Residia no Irati, há pouco tempo, um cidadão nascido na Síria e que no Brasil ‘atras do balcão retalhava chita’. Veio um dia até a suas casa outro cidadão, este nascido na Polônia e que no brasil plantava ‘louras searas de trigo’. Eram dois homem diferentes: um abastado negociante e outro maltrapilho, fomerento. O sírio recolheu-o na sua casa. E como não tivesse família fez do polonês seu filho. Um dia porem que fez o polonês em pagamento à hospitalidade que lhe deu o sírio. MATOU-O para saquea-lo. Ignora o articulista esse episódio triste da história do Paraná?”*<sup>130</sup>

Compaixão versus traição, civilização versus barbárie, ordem versus caos, pureza e poluição, previsibilidade do conhecido versus imprevisível do estranho. Narra-se um mundo dicotômico no qual não existiria o meio termo. O maniqueísmo funciona como um instrumento ótico que simplifica o processo de conhecimento. Essa bipolarização qualifica o grupo “nós” a partir da utilização de um exemplo com características elevadas de humanidade, enquanto o grupo “eles” é desqualificado também apenas com um exemplo, só que dos piores atributos possíveis naquela sociedade. Essa caracterização do todo por

---

<sup>129</sup> Idem, ibidem.

uma parte aparecerá em várias fontes analisadas neste capítulo e é essencial para compreender a estigmatização de grupos, em que o exemplo ruim funciona como a marca indelével para este. Na análise feita por ELIAS:

*“Assim, neste âmbito reduzido, encontra-se e, até certo ponto, aprendia-se a compreender uma ilusão de óptica que é característica da construção das imagens sociais de vários outros contextos sociais muito mais amplos: a imagem que os estabelecidos, os poderosos setores dirigentes de uma sociedade tem de si e transmitem aos outros tende a se pautar na minoria dos melhores, ou seja tende a idealização. A imagem dos outsiders, tende a se modelar na minoria dos piores, isto é tende a ser denegrada”.*<sup>131</sup>

A utilização do termo “*denegrir*” ao final da citação acima é do tradutor para a língua portuguesa, demonstrando uma característica do racismo intrínseco na linguagem, onde piorar uma imagem é torná-la negra.

De volta ao debate, o articulista disserta sobre quem seria o escravizador de mulheres, ao afirmar que o governo brasileiro extradita muitos poloneses que possuíram a profissão de cáptens, revidando e denominando-os agora como “*mercadores de carne*”. Em seguida capitaliza simbolicamente a identificação de sírio, ligando-a ao mundo do trabalho através de profissões valorizadas neste universo, emblemáticas da ciência e do progresso. Para além de negociantes, os sírios no Brasil seriam: “*médicos, advogados, engenheiros, professores, poetas filósofos, industriais e agricultores, desbravando as matas paulistas e edificando com os brasileiros a grandeza da Pátria*”<sup>132</sup>. O efeito dessa fala é a construção da identificação ser sírio como um agente da civilização.

Depois o autor diz que o artigo do Sr. Tacla, que teria provocado o início de toda a discussão, não se referia a todos os poloneses, mas somente ao General Stremeinzki “*por*

---

<sup>130</sup> Idem, ibidem

<sup>131</sup> ELIAS. Estabelecidos e Outsiders. op. cit.(p 56).

*que este jurou fidelidade ao Tsar da Rússia*”. Mas apesar de afirmar isso, o autor volta à carga contra a história polonesa: “*Leia o Sr. Zaleski a História Universal e verá que é muito mais bela a história dos árabes que a dos poloneses*”<sup>133</sup>. Padrão comparativo para as histórias nacionais seria então a estética.

Esse apelo à história busca legitimar uma identidade com ares de perenidade, embora diga muito mais sobre que atributos estão presentes nesse jogo simbólico da construção da mesmidade e delimitação da diferença. “Releituras” de história nacional que fazem existir sujeitos, fixações identitárias que recorrem a *“reivindicações baseadas em alguma versão essencialista de história e do passado, na qual a história é construída ou representada como uma verdade imutável.”*<sup>134</sup>

Após, o texto discorre sobre a harmoniosa convivência entre os imigrantes sírios e os brasileiros no país, sobre a adaptação e as similaridades dos dois povos, preparando o terreno para responder a questão dos hábitos alimentares. Assim, em seguida retoma esta questão dizendo que no Brasil também se come bode, mas por outro lado *“o que eu não vi ainda alguém comer aqui no Brasil e sim na Polônia é carne de cavalo, gatos e outros animais”*<sup>135</sup>.

Novamente, a questão é que o outro ingere a impureza, ou seja, está em um estágio inferior no processo civilizatório, no qual não existe distinção entre o puro e o impuro, em um mundo de anomia, sem leis, sem ordem classificatória das coisas<sup>136</sup>. A alimentação é um ritual cotidiano em que é reproduzida essa ordenação relacional. Pela segunda vez no

---

<sup>132</sup> A Cidade ano ii, nº 18, 13/05/34 p.2

<sup>133</sup> Idem, ibidem

<sup>134</sup> WOODWARD, Kathryn. In: SILVA, Thomaz Tadeu (org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000 (p.13-14).

<sup>135</sup> A Cidade ano ii, nº 18, 13/05/34 p.2

<sup>136</sup> Ver: DOUGLAS, Mary.. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

texto a fome é utilizada para desqualificar o outro grupo, pois ao afirmar a incapacidade de manter-se estava a questionar o progresso que poderia estar trazendo para estas terras.

Em seguida vem a defesa das contribuições sírias para a civilização ocidental, em que o autor aponta a construção naval, sem a qual “*como poderia a Polônia transpor os mares*”<sup>137</sup>, e o alfabeto, sendo esse último uma resposta direta à questão da língua que o primeiro texto havia levantado.

Mas logo aparece um elemento novo nesse embate e o autor configura no texto a ocorrência de conflitos em outro espaço no próprio cotidiano de Guarapuava e novamente apela para que não se meça um grupo por um indivíduo, mas também ele o faz quando se refere aos poloneses. A situação apresenta-se mais ampla do que poderia parecer no início da leitura:

*“ Ainda a poucos dias o Sr. Zaleski fazendo na Sociedade Polonesa um baile de entrada paga, recusou o pagamento do ingresso a um sírio, aqui residente, impedindo a sua entrada. Jesus foi crucificado por um judeu! Toda a judéia está maldita? Não, Sr. Zaleski, diga mal quem lhe fez mal, mas não culpe a Síria pelo erro de um único sírio, se alguém errou. Agora, para culminar o disparate dos poloneses, estão boicotando os nossos estabelecimentos comerciais. Aceitamos o boicote porque preferimos ficar com a nossa dignidade intacta.”*<sup>138</sup>

Para findar o assunto, pelo menos nas páginas, ao final do texto do Sr. Abib publica-se uma nota de redação onde o jornal afirma dar por terminada a discussão entre os dois senhores, pois que o órgão não mais as publicará por “*falta de espaço*”.

Na citação acima, indícios de uma espacialização dos grupos na cidade. Com sírios sendo barrados em lugares de sociabilidade entre os poloneses e esses últimos boicotando os estabelecimentos comerciais dos primeiros. É interessante notar que o boicote não é

<sup>137</sup> A Cidade ano ii, nº 18, 13/05/34 (p.3).

<sup>138</sup> Idem, ibidem.

notícia nos jornais, esse silêncio fala mais de uma tentativa de ocultamento e esfriamento da questão, bem como a própria negativa dos meios de comunicação em continuar a publicar tal debate, do que de uma pouca importância para tal conflito. Cabe ainda lembrar que esse mesmo jornal possuía grande parte de seu espaço dedicado à propaganda local e essa tinha uma parcela considerável composta por empresas e comércio de membros do que era identificado como colônia síria.

Apesar dessa tentativa, a discussão volta às páginas do jornal no dia 27 do mesmo mês com uma publicação “a pedido” sob título “*Terras para quem as cultiva e não para os intermediários cívicos*”, em seguida a exclamação: “*Semeia, semeador!*” O texto abre com uma saudação a “*laboriosa colônia polonesa do Paraná*”. Para desenhar a imagem o texto também compõe o seu outro:

*“Vai pois o Paraná receber mais contingente precioso para o labor agrário, correspondente as grandes necessidades do sertão, que realmente precisa de produtores; porque exploradores e expertos o Brasil está cheio e não se progride com negociatas e... conversa fiada”<sup>139</sup>*

Por um lado define-se o que é desejado: o progresso. Como alcançá-lo? (Re)Ocupar as terras com agricultores. Quais adjetivos as pessoas devem possuir para serem capazes da empreitada? Europeus e trabalhadores. Finalmente, qual é o reverso dessa imagem? Negociantes, espertos e conversadores. O outro é o espelho, sobre o qual se afirma e qualifica em uma diferença relacional, já a concepção de progresso é localizada no nós, trazendo para esses uma secularização da utopia teleologia ocidental, ao lançar como um destino histórico as esperanças escatológicas, o que abre um horizonte infinito de expectativas para a realização perfectível do nós.

---

<sup>139</sup> A Cidade. Ano II, n.º 10, 27/05/34 (p 3).

Na página seguinte, qualquer impressão de que o conflito estaria se amainando é dissolvida, pois que o sr. Bichara Abib volta a publicar um texto. Nele o autor afirma responder a um boletim que teria sido distribuído na cidade pelo sr. Geraldo Zaleski. No referido boletim existiam ofensas à comunidade síria, segundo as palavras de Abib: “*A colônia polonesa será coisa de ninguém? Mais um polonês que quer se celebrar.(...) sabe a generosa população desta terra hospitaleira que nós os sírios, é que fomos traiçoeiramente atacados.*”<sup>140</sup>

Após essas publicações, as referências a outros grupos cessam, apesar de continuarem a aparecer comunicações de festas e eleições, tanto na Sociedade Polonesa, como na Liga Pró Pátria Síria, recém fundada. São ambas presididas respectivamente pelos srs. Zalevski e Abib. O debate público entre os dois pode ter sido apenas uma estratégia eleitoral dentro de seus clubes. Mas de uma forma ou de outra, a bipolarização contida nesses embates é estratégica para a criação de noções de pertencimento e indica um fortalecimento de laços entre as pessoas que se identificavam com sendo de um dos grupos, capacitando-os como membros desejáveis para o projeto civilizatório.

Ideal civilizatório que delimita a fabricação e o uso das imagens desqualificantes do outro, ocasionando as mesmas imagens de barbárie, anomia e impureza contidas nas ofensas de ambos os lados, como: prostituição, criminalização, desvalorização da história, da linguagem e dos hábitos alimentares.

Entretanto, a menção do boicote aponta que o universo desse conflito estava além dos espaços discursivos, e também no arranjo relacional onde sujeitos ordenam suas posições cotidianamente vivenciadas, pois que: “*As identidades são fabricadas por meio*

---

<sup>140</sup> Idem (p. 4).

*da marcação da diferença. Essa marcação ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social.”<sup>141</sup>*

Sistema simbólico e formas de exclusão estão indistintamente imbricados quando na década de 20, o debate identitário em Guarapuava circulava sobre quem ou o que deveria ocupar o rocio da cidade. Para isso os leprosos haviam sido removidos e fora incentivada a vinda de imigrantes europeus, especificamente os poloneses. Já na década de 30 encontra-se outro quadro nas fontes, os leprosos não são mais o problema, o assunto é silenciado. Afinal, esses doentes haviam sido enviados para o Leprosário em Piraquara, região metropolitana de Curitiba. Longe o suficiente, mais ou menos 300 km, para não serem mais vistos e nem mais nomeados pelos jornais ou pelos relatórios da prefeitura. O cenário mudou e é agora dominado por diferentes que devem conviver no espaço do município, na cidade e ao redor dela.

Essa vivência transborda no conflito entre poloneses e sírios. Pelos jornais percebe-se a tentativa de compor uma união entre pessoas de uma mesma nacionalidade, para isso lança-se mão de uma manipulação de diferenças. Quem trará mais progresso para a região? Parece ser o que se pergunta aos leitores. A identificação é só uma: modernidade e civilização. A briga é por definir quem seria o seu agente. Para tanto são construídos dois ideais: o comerciante e o agricultor. Essas duas ocupações são transformadas em armaduras para as quais se enviam todos os imigrantes vindos da Polônia ou da Síria respectivamente, homogeneizando e compartimentando as diferenças. Dava-se um sentido conhecido para a convivência, limitando o que existe para se conhecer, e/ou tornando possível conhecê-lo.

---

<sup>141</sup> WOODWARD.op. cit. p.39

O debate no jornal forneceu elementos centrais para que pessoas pudessem se identificar e para experimentar a interação social que vivificavam. Pois que é no cotidiano que uma representação adquire significado, palco em que os atores podem encarná-las.

Mas entre a década de 20 e 30 outra personagem teve seu papel constituído e, logo depois, modificado: foi o imigrante japonês. Enquanto em vinte ele era visto como indesejável, em trinta aparece como uma opção para colonização. Assim o jornal curitibano “*A Gazeta do Povo*” publica um artigo em 1920, onde:

*“ Não contentes ainda com esses elementos heterogêneos à nossa raça (italianos, polacos, alemães e austríacos), que por serem necessários não deixam contudo de ser perigosos, de impedir a rapidez de nossa formação racial, embora tragam algo de bom, por terem caracteres firmes de raças fortes, certos patriotas querem, e vêem de há tempos querendo, a importação para o país da raça japonesa, do vesgo, do miúdo e amarelo nipon. (...) Fechemos nossa portas ao perigo amarelo, (...).”<sup>142</sup>*

O articulista opõe-se a várias imigrações, mas mantém a postura de que o europeu é uma “*raça forte*”, já em relação aos japoneses a postura é de constituir no texto uma imagem depreciativa, atribuindo características físicas àquela nacionalidade, no caso “*vesgo, miúdo e amarelo*”. Com tais informações o autor tenta inabilitar como imigrantes todo um grupo, a atribuição de características estereotipadas funciona como uma lente colocada sobre o olhar por onde se passa antes de enxergar.

Bem diferente é a figuração encontrada em 1934, bem no meio da briga entre poloneses e sírios em Guarapuava; nesse momento aparece uma outra postura em relação à imigração japonesa, e quem é desqualificado é o caboclo:

---

<sup>142</sup> *Gazeta do Povo*. N.º 302, de 6 /jan/1920 (p.1).

*“Quem conhece Jeca Tatu deve estar-se rindo escancaradamente do zelo antropológico com que surgiram na arena os defensores da nossa pureza racial contra a inferioridade que lhe pudesse acarretar a imigração japonesa. Para eles, devemos fechar nossos portos aos nipões – porque? Por que os nipões fariam baixar o nível racial do Brasil.”<sup>143</sup>*

O texto inicia ironizando as posturas racistas em relação aos japoneses. Porém, para fazer isso mantém uma verve racista em relação à população brasileira, açambarcando-a na figura do Jeca. Para o autor, como já não existe “pureza” na população local, não há motivos para fechar-se. O racismo parte da percepção do próprio país, para em seguida fazer um elogio às populações européias. Primeiro ele fala da impossibilidade de se ter o tipo de imigrante sonhado pela nossa elite intelectual, o europeu latino:

*“Seria excelente si pudéssemos povoar o Brasil mediante torrentes de imigrantes latinos, que mantivessem aqui uma certa unidade racial, para a homogeneidade da nação brasileira.”<sup>144</sup>*

A fala parece um lamento quando tenta explicar por que não é possível essa imigração no momento pois, segundo ele, os portugueses são poucos numericamente. Em relação aos espanhóis, argumenta que eles preferem a Argentina. Os italianos estariam muito ocupados indo para as colônias do império que Mussoline estava a construir e os franceses não emigram.<sup>145</sup>

Se os latinos estavam impossibilitados, o autor resolve analisar as possibilidades de outras imigrações ainda desejáveis, ou seja, dentro da perspectiva do branqueamento da população, dá base a este raciocínio um outro grupo, que apesar de não serem latinos, ainda eram *brancos* e *europeus*. Para o autor, a maioria das populações que ele enxergava como portadores dessas duas características também não poderiam vir para o Brasil, pois que: os

---

<sup>143</sup> A Cidade ano II, n.º 20, 27/05/34 (p.2).

<sup>144</sup> Idem, ibidem.

“nórdicos”, seriam poucos; os “ingleses” teriam o seu próprio império para colonizar; os “alemães” já estavam com Hitler no poder e este “*quer que a Alemanha tenha muitos soldados para a próxima guerra*”. Após esses é que eram referidos os “eslavos”, sobre quem afirma: “*Restam pois os povos eslavos.(...) No entanto uma visita as colônias polacas do Paraná não convencera ninguém de que seja esta a imigração que devemos preferir.*”<sup>146</sup>

Não se explica o motivo da desconfiança em relação aos poloneses, coloca-se como se fosse de conhecimento geral. Não construindo uma argumentação para justificar a sua postura em relação à imigração polonesa, o autor estava impedindo uma contra argumentação.<sup>147</sup> A repetição é essencial na tecitura de esteriótipos, como lembra HABERMAS, o desencantamento do mundo na modernidade é apenas um aparência, pois que não se livrou da compulsão mítica para a repetição, que compõe uma ligação entre o atual com o eterno, livrando-se de sua trivialidade ao homogenizar o tempo em rumo ao progresso.<sup>148</sup>

Preso nessa temporalidade, o articulista do jornal *A Cidade* disserta sobre a urgência de povoar o Brasil. O interior deste país é pensado como um deserto, as populações indígenas ali residentes não são em nenhum momento mencionadas. Era preciso levar o seu sonho civilizatório para estas terras, ocupá-las, pois que o autor vê outra ameaça:

*“Enchemo-lo (o Brasil) de gente o quanto antes, porque do contrário, depois que os povos superlotados houverem digerido a África e a Ásia, volverão olhos gulosos para este grande e belo presunto. Demais, sabemos que o deserto é inimigo da civilização. (...)*

---

<sup>145</sup> Idem, ibidem

<sup>146</sup> Idem, ibidem

<sup>147</sup> Pode-se estabelecer uma comparação entre esta classificação qualitativa decrescente de imigrantes e a encontrada no Manifesto Paranista de Romário Martins, para isto ver: SOUZA, Fabrício Leal. (Dissertação de mestrado) Assis: Unesp, 2002.

<sup>148</sup> Ver: HABERMAS, Jürgen. Discurso...op. cit. (p.17).

*A única política certa é a do povoamento. E devemos de interrompe-la ou dificulta-la a pretexto de que o japonês é inferior, como se o Jeca tatu fosse paradigma das raças superiores?”<sup>149</sup>*

O medo da identificação do Brasil como uma nação negra esta implícito, a própria fome a que povos africanos e asiáticos estavam submetidos transforma-se em uma metáfora para uma ocupação devastatória que eles poderiam fazer no país. Contudo, civilizar era sinônimo de povoar, assim o japonês é apresentado como dos males o menor ao ser equiparado ao caboclo.

Com a Segunda Guerra Mundial a postura preconceituosa em relação aos japoneses retornará e, em 1944, Romário Martins aponta-o como “*elemento perturbador*” e sua imigração algo de que “*nosso país começa tardiamente a arrepender-se*”<sup>150</sup>.

Povoamento como política civilizatória, permeado por concepções racistas sobre os imigrantes, tudo isso redundava em um circuito de trocas discursivas, em que o racismo fundamenta variadas concepções de gerenciamento das populações, defendidas por parte dos intelectuais, tanto no nível local, quanto nacional. A *intelligentsia* da nação assumiu um papel de arauto do futuro brasileiro e, no caso, também paranaense ao dissertar sobre aquela comunidade imaginada.

### **1.3 – Intelectuais e Historiografia: discursos sobre diferenças**

*“Ora, de que precisamos para poder manter nosso domínio diante dos acontecimentos que podem se produzir? Precisamos de discursos: de logoi, entendidos como discursos verdadeiros e discursos racionais.”<sup>151</sup>*

---

<sup>149</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>150</sup> MARTINS, Romário. *Terra e gente do Paraná*. Curitiba: Paranaense, 1944 (p.175).

<sup>151</sup> FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do College de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

Discursos racionais fundamentados na expansão biologizante dentro da intelectualidade brasileira. Buscava-se controlar tanto o destino nacional, quanto o corpo individual, com a medicalização das populações; entretanto, no início do século XX, essa intelligentsia pós-romântica brasileira também discutia a superioridade da civilização ocidental, destino e condicionamentos raciais, como viés de interpretação da história

A noção racial havia aportado na historiografia local desde meados do século XIX, quando do concurso do Instituto Histórico do Brasil sobre como deveria ser escrita a história do Brasil. O concurso foi vencido por Von Marthius, com uma perspectiva de que a deveria passar pelas três raças formadoras, a saber: o branco, o negro e o indígena. O concurso ocorreu em 1844, mas o seu modelo foi seguido por muito tempo e não só influenciou a escrita da história do Brasil, como também disseminou-se por grande parte da reflexão científico-intelectual do país preocupada em estabelecer as bases da nação. Essa discursividade, que fora fundada e legitimada pelo Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, impôs silêncios à diversidade ao instituí-la nesses limites.<sup>152</sup>

Essa análise da sociedade brasileira a partir da premissa racial vai mesclar-se com a expansão da medicina e não só sobreviverá à virada de século, como se apresentará renovada no início do século XX. O médico Afrânio Peixoto, no seu ensaio “*Minha Terra, Minha gente*” de 1916, define o que ele chama de gente brasileira através de uma análise de características que seriam inerentes a grupos compostos por definições raciais, assim:

---

<sup>152</sup> Sobre o modelo proposto por Von Marthius e a sua influência na historiografia brasileira ver: REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999 e SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São paulo: Cia das Letras, 1995.

*“O Brasil; a gente (...) os caboclos (entendido como os indígenas) pequena mentalidade, sem progresso (...) envelhecem sem deixar de ser meninos. Eram muito dados aos prazeres, danças, bebidas fermentadas, orgias; indolentes, incapazes de trabalho regular, desconfiados, traiçoeiros, rebeldes, preferiam a morte ao cativo;”<sup>153</sup>*

Assim os indígenas são apresentados com o verbo ser no passado, eles são o antes, construíam um primeiro momento originário das gentes como caótico, orgiático, em uma infância natural e sem história; sobre esse quadro o autor verá a ação do branco, iniciando a miscigenação, já que segundo ele:

*“As índias adaptavam-se mais facilmente à civilização, pois que se consideravam elevadas pela união com os brancos, que não as desdenhavam. (...) O romance Iracema é simbólico da preferência e dedicação que as indígenas davam aos seus conquistadores brancos.”<sup>154</sup>*

Aqui a conquista aparece romantizada e a superioridade da civilização é apresentada pelo eufemismo sobre o estupro das índias. A seguir o texto compõe um estereótipo do negro, onde eles:

*“...eram dóceis, esforçados, laboriosos, bem que pelo medo dos castigos corporais, que os senhores não poupavam. Paciente e servil, foi o negro quem derrubou florestas, escavou minas, resolveu e plantou os campos, colheu e preparou o açúcar, o café, o fumo, os cereais no Brasil”<sup>155</sup>*

Negros dóceis e trabalhadores pelo medo. Os senhores responsáveis por essa organização eram apresentados como o agente civilizatório, quem impulsionara todo o trabalho. Enquanto isso, as mulheres eram enfocadas pela lente da ama de leite, assim:

---

<sup>153</sup> PEIXOTO, Afrânio. *Páginas Escolhidas*. Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud & Bertrand, 1926. (p 232).

<sup>154</sup> Idem (p 232).

<sup>155</sup> Idem, *ibidem*.

*“As negras empregadas na pequena industria e no serviço doméstico, foram mucamas, criadas da casa, amas de leite, e concorreram com a sua sensibilidade afetuosa e humilde, além depenas e trabalho sem conta, para criar os futuros brasileiros.”<sup>156</sup>*

Herança negra seria então a sensibilidade dessa gente, mas a miscigenação entre brancos e negros também traz, segundo o autor, outras questões:

*“O cruzamento de brancos e pretos **infestou** o brasil de inumeráveis mulatos, sub-raça que participa do caráter de uma e de outra, com alguns defeitos aumentados, devido o clima, a má educação e, principalmente, à indisciplina social.”<sup>157</sup>*

Na fala do autor, aos mulatos nenhuma condescendência, pois que se o caráter era hereditário e a mistura acentuava os defeitos, ainda havia condicionantes externos que ocasionavam o principal problema: a indisciplina social. Percebe-se como o texto constitui o europeu como agente civilizador e, conseqüentemente, organizador de um caos natural original, afinal nessa visão fora ele que forçara o negro a trabalhar. Mas esse projeto de civilização aparece no texto sob uma ameaça, constituída pela utilização de uma metáfora que lembra a expansão de uma praga ou doença no termo *infestar* que define a situação da figura do mulato na idealização nacional de Afrânio.

Para o médico, o mulato era um resultado passageiro da miscigenação, que era uma promessa para o futuro, através dela os negros iriam sumir: *“calcula-se que em mais três outros séculos eles (os negros) tenham desaparecido nas diluições sucessivas de sangue branco, depurando o brasil do sangue negro que lhe imputaram.* Nessa passagem o negro aparece como uma *impureza* não natural do Brasil, que o tempo *corrigiria*. A idéia da descendência negra como impureza de sangue já havia aparecido nesse autor quando ele

---

<sup>156</sup> Idem (p 234).

analisa Capistrano de Abreu sobre o status que era ter um padre em uma família durante o período colonial, pois como era impedido aos mulatos ingressarem em ordens religiosas isso era “*prova da limpeza do sangue*”.<sup>158</sup> Para encerrar seu ensaio, o autor fala sobre os colonizadores europeus:

*“ Das várias raças que concorrem para a formação do povo brasileiro, dominam os brancos, e destes, os portugueses. (...) Inteligentes, astuciosos, aventureiros, cobiçosos de lucro, pesados aos inferiores, sensuais, vaidosos, tristes são qualidades do caráter deles, que explicam a razão de ser de muitos dos nossos ”*<sup>159</sup>

As qualidades e os defeitos imputados aos portugueses pelo autor refletem também a sua concepção da gente brasileira, portanto acabava por reafirmar a maior herança européia desse povo. O modelo explicativo social do Brasil pelo modelo das três raças apresentava-se vigoroso, mesmo setenta anos depois de sido proposto no Instituto Histórico.

A análise nacional pelo viés de problema racial podia, muitas vezes, aparecer metaforizado em terminologia étnica como em OLIVEIRA VIANA em seus ensaios de análise social, nos quais o autor se utiliza de uma terminologia médica para representar a problemática por ele proposta. A terminologia médica atravessava discursos variados legitimando-os como verdade, pois que era ela que se apresentava como a vitrine do progresso científico. Assim, pode-se analisar a utilização do termo “*gânglios regionais*” por Oliveira Viana como representativo dessa tendência.

---

<sup>157</sup> Idem (p. 233).

<sup>158</sup> Idem (p. 231).

<sup>159</sup> Idem (p. 235).

Segundo BRESCIANI<sup>160</sup> o pensamento reformista autoritário nacionalista com sua lógica compunha fios de solidariedade interna. Assim no Brasil o universalismo liberal será criticado a partir do final do século XIX, tendo em intelectuais como Oliveira Viana a justificativa de que ele não se adaptava à “*realidade nacional*”. Com apelos emocionais pelo ‘*povo e a nação*’ em uma tradição ruralista e de líderes de mão forte, constituía-se a fé na missão política das ciências.<sup>161</sup>

OLIVEIRA VIANA reforçava o determinismo de elementos exteriores ao indivíduo, através de três variáveis: raça, meio físico e história. O autor compunha como resposta ao convívio com a diferença uma interação a cargo do estado autoritário, alicerce de uma “*democracia corporativa*”<sup>162</sup> Estado autoritário como o único capaz de responder a realidade nacional e colocar em prática os conhecimentos científicos sobre a vida. Oliveira Viana, assim como Azevedo Amaral, idealizava um estado que, para além do monopólio da violência, possuiria também a exclusividade da salvação nacional. Como mão forte a manipular e alterar o futuro do país<sup>163</sup>.

Contudo, as condições de emergência e as reutilizações dessa discursividade sob perspectiva das três raças trazem consigo, além da biologização da problemática nacional, uma forma recorrente. Isso acontece porque vários autores, além de grassarem entre teses acadêmicas, artigos em revistas e jornais, também produziam ensaios.

Nessa forma textual, a mistura entre ciência e arte é autorizada e esperada. É um espaço com a flexibilidade necessária para que observações pessoais não invalidem o

---

<sup>160</sup> BRESCIANI, M. Stella. Forjar a Identidade Brasileira. IN: *Morte e progresso: Cultura brasileira como apagamento de rastros*. SP: UNESP, 1998.

<sup>161</sup> Idem (p 29).

<sup>162</sup> Idem (p. 57).

<sup>163</sup> Pode-se estabelecer um paralelo como o *iberismo*, pois nesta perspectiva também o interesse coletivo sobrepõem-se ao individual. Ver: CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

estatuto de verdade e ciência de um discurso. Como diria Antônio CANDIDO, esse gênero sincrético é uma criação onde:

*“O poderoso imã da literatura interferia na tendência sociológica, dando origem àquele gênero misto de ensaio, construído na confluência da história com a economia, a filosofia e a arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil”.*<sup>164</sup>

Esse destaque sobre a forma textual em que as análises eram realizadas visa demonstrar um sentido de diálogo entre as diversas disciplinas e seus representantes. No ensaio, tanto as áreas com status científico reconhecido, como disciplinas que lutavam por ele, e também a própria arte, podiam compor uma rede em que questões, conceitos e problemáticas eram debatidas e recriadas. Claro que isso não significa a formação de um bloco discursivo coeso ou unificado, mas sim contraditório, conflitante, heterogêneo, embora compartilhassem de um universo simbólico. Com a forma textual do ensaio, o autor garante o reconhecimento de seu *background* para manter-se como uma fala autorizada, ao mesmo tempo em que extrapola os limites de sua área de conhecimento e dá a sua opinião pessoal sobre história, sociedade, arte e ciência, etc; sem perder a legitimidade do seu discurso.

Voltando à questão da expansão discursiva racial, pode-se buscar também na educação, que eugenicamente era apresentada como reveladora da potência hereditária, ou sanitariamente, como modificadora da realidade social, abrindo como espaço discursivo para essa biologização do social através das perspectivas racialistas.

Em um livro didático secundário de geografia em 1933, encontra-se a construção de uma coerência discursiva entre concepções biológicas e políticas da humanidade, em que o autor tenta diferenciar raça de povo:

*“Raças são grupos humanos de idêntica constituição anatômica, transmitida por hereditariedade. Povos são grupos humanos, muitas vezes de formação complexa, mas com personalidade social, organização política, tendências e aptidões peculiares, que os tornam distintos de outros.”*<sup>165</sup>

A definição de “*idêntica constituição anatômica*” para justificar a existência de raças é inverossímil, a não ser para gêmeos univitelinos, mas o autor, ao constituí-la, pode negar a complexidade das diferenças dentro da biologia humana, domando-as para torná-las conhecidas. Já para a concepção povos o autor trabalha com palavras como personalidade, aptidão, compondo uma identidade apriorística para uma população e localizando-a como a legítima diferença.

Além da geografia, também na escrita da história a perspectiva racial não era nenhuma novidade. Mas o discurso histórico vai apresentar-se como uma tática discursiva complexa, um discurso generalizante e transferível utilizado por diferentes setores, perpassado por três campos que o teciam: o nacionalismo, que é a fala, sob os cuidados da filologia; a luta de classes, que é o trabalhar, responsabilidade da economia e por fim a raça, que é o viver, para biologia.<sup>166</sup> Esses pontos estarão presentes no discurso historiográfico do início do século XX do Paraná, demonstrando-se um campo profícuo para a análise da deterioração identitária de grupos, quando compunham ou selecionavam tipos humanos para a formação da população regional, quando não nacional.

A produção historiográfica, seguindo POUTIGNAT<sup>167</sup>, é um local de legitimação de uma identificação voltada para o passado, uma sistematização da memória, que constrói um

---

<sup>164</sup> CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. 8 ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

<sup>165</sup> LIMA, G. *Geografia Secundária*. Porto Alegre: Globo, 1933 (p 20).

<sup>166</sup> FOUCAULT, Michel *Em Defesa da Sociedade*: curso no college de France. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (p. 226).

<sup>167</sup> Ver: POUTIGNAT, Philipi e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998 (p.13)

espaço de socialização de uma experiência em comum através de símbolos e lembranças. Um passado que formata práticas presentes. Daí a importância de se estudar a produção historiográfica paranaense, enquanto saber autorizado para compor lugares identitários para a memória coletiva, selecionando-a ao sistematizá-la. Afinal, o falar autorizado é um “*ato de verdade*”<sup>168</sup>, ou seja, faz com que exista.

Na historiografia paranaense pode-se destacar Romário MARTINS, no qual há uma constante preocupação de caracterizar os tipos humanos que teriam formado o estado do Paraná. Tanto em *História do Paraná*<sup>169</sup>, como em *Paraná Antigo e Moderno*<sup>170</sup>, têm-se pistas sobre as quais grupos humanos serão percebidos como formadores do povo paranaense, através de uma análise que compunha unidades e diversidades instituidoras desses grupos.

Dessa forma, os indígenas são apresentados de forma romantizada como *uma “raça antiga e valorosa”* na primeira obra, enquanto na segunda, o autor justifica esse valor pelas “*virtudes morais e capacidade de adaptação às organizações do homem europeu*”. Quanto aos alemães, também na obra “*Paraná Antigo e Moderno*”, são vistos como uma unidade homogênea chamada pelo autor de “*elemento alemão*” caracterizados pelo seu grande número no estado e por possuírem um “*perigoso espírito absorvente*”.<sup>171</sup> Já os negros, serão tratados rapidamente na obra “*O que é o Paraná*”, onde o autor aponta a “*pouca contribuição estatística (...) contribuindo de modo insignificante e até despercebido deste grupo na formação populacional paranaense*”<sup>172</sup>.

---

<sup>168</sup> BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: Difel, 1989 (p. 114)

<sup>169</sup> MARTINS, Romário. *História do Paraná*. 3ed. Curitiba: Guaíra, s.d.

<sup>170</sup> Idem *Paraná antigo e moderno*. Curitiba: Typografia livraria Econômica, 1900.

<sup>171</sup> Idem (p: 64).

<sup>172</sup> Idem *O Que é o Paraná (A terra e o Homem)*. Curitiba: Comissão Colonizadora do Paraná, 1907 (p:41).

Analisando Romário MARTINS, percebe-se que para ele os indígenas só são desejáveis quando colonizáveis, os negros têm sua participação reduzida como formadores da população e os alemães são reduzidos ao estereótipo de não ser assimilável a latinidade.

Por outro lado, em 1900, o autor ROCHA POMBO havia contribuído para a discussão com a sua composição moral dos colonizadores portugueses vistos como portadores de “*fé e caridade*”.<sup>173</sup>

Assim, homogeneizando diferenças e instituindo outras, a historiografia paranaense potencializou um sentido de união para um grupo e, ao mesmo tempo em que o fazia, construiu as identidades legítimas, qualificando e desqualificando através de categorias racializadas. Criava-se uma memória para o estado e também para os grupos.

Acompanhando a mesma tendência, o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, fundado em 1900, inicia a publicar os seus boletins em 1917 e, a partir deles, pode-se levantar outros debates da produção histórica paranaense.

No primeiro Boletim do Instituto encontra-se um artigo de Sílvio ROMERO que, mesmo não sendo um historiador e sim um crítico literário, imbuía-se da função de analisar e propor soluções para as questões percebidas como problemas brasileiros, assim como toda o *establishment* intelectual brasileiro do início do século XX.

No referido artigo, Romero defende que o estado do *Iguassú* (sic), se formado, não deveria ser composto somente pela região oeste, mas sim da integral união do Paraná e de Santa Catarina. Não cabe aqui a análise da proposta, mas sim de uma percepção de ser humano como produto do meio ambiente, defendida pelo autor:

---

<sup>173</sup> ROCHA POMBO, J. F. *O Paraná no Centenário* (1500- 1900). Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

*“Os homens como as plantas, recebem sem que o saibam ou queiram, a impressão, o selo da terra que os produz. Não consta que, jamais, o filho de um brejal inóspito, um rebento dos mangues, por exemplo, tenha dado em alguma cousa.”*<sup>174</sup>

O meio geográfico como formador de pessoas é uma característica do Naturalismo como movimento na literatura brasileira desde o final do século XIX, quando a mesma premissa é aplicada a uma percepção das populações; assim, o seu destino já estaria traçado pela natureza do seu local de origem, uma degenerescência intrínseca que aproxima essa fala das concepções eugênicas.

A eugenia, como será visto, apesar de criada no século XIX, atingiu o seu ápice no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Basicamente a teoria pretendia um suposto “melhoramento” biológico da humanidade (o que poderia se referir a questões morais, biológicas, de beleza ou apenas branquear a população) através da hereditariedade. Vários intelectuais brasileiros encontraram na teoria uma base para suas elucubrações, o julgamento diferia, mas sempre o futuro nacional dependia de qual herança as gerações anteriores teriam legado para a formação populacional do país.

Esses discursos podem muito bem ser analisados dentro da noção de *jogo duplo*, tecida por BOURDIEU, em que a forma científica da enunciação é utilizada para exposição de um enunciado mítico, característico do período que ele denomina “*era da ciência*”, quando a eficácia social é vinculada à “*pulsão inconsciente que leva a dar a um problema*”

---

<sup>174</sup> *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*. anno 1, v 1. Curytiba: Livraria Mundial, 1917 (p.89) o Instituto Histórico publica sua revista entre 1917 e 1940 sob a égide de Romário Martins, que falece em 1943. A revista fica 13 anos sem circular reaparecendo somente em 1953 e voltando a ser periódica a partir de 1957, já com a participação de professores da UFPR.

*socialmente importante uma resposta unitária e total, ao estilo do mito e da religião, só se satisfaz tomando de empréstimo maneiras científicas de pensamento e expressão.”*<sup>175</sup>

Problema que também está presente no boletim do Instituto Histórico, onde apresenta em um discurso proferido por Lindolpho Pessoa, na “*Liga de Defesa Nacional*” a tentativa de responder a “*uma certa corrente de opinião que, eivada de mais gélido pessimismo faz circular como verdade inconcussa a afirmação da nossa inferioridade de sangue(...)*”.<sup>176</sup> Para responder a essa colocação utiliza-se das figuras dos bandeirantes (“*povo varonil e nobre*”), dos intelectuais (“*único padrão para se aferir o valor de uma nação*”) como demonstrações da possibilidade de “*consolidação e não regeneração. A consolidação do caracter nacional pela educação*”<sup>177</sup> Tentava assim afastar o estigma da inferioridade racial que condenaria o povo brasileiro a um destino de anomia e degenerescência percebidas como intimamente ligadas e combatíveis com educação, descendência portuguesa e intelectuais nacionais. Salvar o futuro nacional era conhecer os atributos herdados que definiam a história passada e vindoura da nação.

Em seguimento vem o artigo de Jayme dos Reis, intitulado “*Ethnologia Paranaense*” onde compõe uma mistura racial nacional rumo ao branqueamento, afinal: “*As outras raças aqui aportadas sentem viva inclinação para o brasileiro, facilmente se estabelecendo as uniões*” Essas, em um futuro próximo, acabariam por resultar no altivo tipo paranaense que se definiria: “*Conjunto de todos os atributos peculiares a cada*

---

<sup>175</sup> BOURDIEU. Economia das trocas Lingüísticas. o que falar quer dizer. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1998. (p.1780).

<sup>176</sup> *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*. anno 1, v 1. Curytiba: Livraria Mundial ,1917 (p 120).

<sup>177</sup> *Idem* (p 121).

*raça(...)selecionadas no grande cadinho das depurações, neutralizadas as opostas e inferiores e salientando-se as resistentes e superiores.”*<sup>178</sup>

O autor defendia que uma grande imigração européia seria a solução para a composição “*de elevados dotes físicos, intelectuais e morais*” na população paranaense. Destaca-se novamente como moral, e atributos físicos aparecem unidos. Nesse artigo, somente os europeus são percebidos como dotados das qualidades necessárias para o futuro desejado pelo autor, entenda-se esse como o desenvolvimento da civilização. Assim, civilizar o Brasil era apresentado como branquear, a cultura era subjugada a uma natureza. Outros grupos aparecem estigmatizados como inferiores e tendendo ao desaparecimento por uma seleção natural. A naturalização do destino é então uma temática que percorre o boletim histórico no período 1917 a 1940, momento em que o boletim estava ou sob a direção ou sob a influência de Romário Martins.

Em um artigo publicado em 1925 sob o título “*Branco, Amarelo e Preto*”, o próprio Romário MARTINS posiciona-se sentenciando “*que se pode prever, ainda para este século, o desaparecimento total dos seus restantes índices etiópicos na fisionomia da parte da população nacional que lhe é correspondente.*”<sup>179</sup>

Respondendo aos problemas por eles mesmos formulados em um desejo auto-identitário salvacionista, a pretensa inteligência compunha os níveis nacional e estadual como os espaços de identificação legítimos. Mas, mesmo em um boletim histórico, tais respostas eram fornecidas por leis naturais. Limitando as próprias possibilidades históricas dentro de um campo apriorístico da natureza, o ser-humano era condenado ou absolvido em um julgamento natural que definiria a sua existência, o seu direito à vida.

---

<sup>178</sup> *Idem* (p 150 – 151).

<sup>179</sup> *Idem*. v. 3. fasc. 1. Curitiba: Empreza Graphica Paranaense, 1925 (p 41).

Volta-se aqui à fábula da tríade brancos, negros e índios na historiografia brasileira: apagavam a diferença na diferença, o negro e o índio são construídos de maneira unitária, sem clivagens internas, como arquétipos inaugurantes dos “tipos nacionais” para a formação de um “povo brasileiro” e que impõem silêncios à diversidade e, ao instituí-la nestes limites, imobilizaram-na, nas palavras de SCHWARCZ

*“O projeto vencedor propunha uma fórmula, uma maneira de entender o Brasil. A idéia era correlacionar o desenvolvimento do país com o aperfeiçoamento específico das três raças que o compunham.(...)Ao branco cabia representar o papel de elemento civilizador. Ao índio, era necessário restituir sua dignidade original ajudando-o a galgar os degraus da civilização. Ao negro, por fim, restava o espaço da detração, uma vez que era entendido como fator de impedimento ao progresso da nação.”<sup>180</sup>:*

Essas generalizações e estereótipos são edificados sobre uma “*idéia força*” de nação, a qual, como afirma BOURDIEU<sup>181</sup>, é uma “*ilusão bem fundamentada*”, criada pelos próprios saberes técnicos e científicos. Lembre-se, ainda, ANDERSON e a sua conhecida análise da nação como uma “*comunidade imaginada*”, “*soberana*” e “*limitada*”.<sup>182</sup> Ao ser definida como uma solidariedade limitada à concepção de nação opõe-se a qualquer pretensão identificadora universalizante como humanidade.

Aqui se retorna à tragédia Antígona, onde quem fala é um sujeito humano, para contrapô-la a nação, que se fundamenta sobre uma língua, expressão de um nós excludente do resto dos seres humanos. A interpretação do viver humano como trágico cria uma solidariedade radical pela impossibilidade de escapar ao sofrimento, para o qual a tragédia é a forma pedagógica de conhecimento. Por outro lado, a constituição de fronteiras nacionais,

<sup>180</sup> SCHWARCZ, op. cit. (p.112).

<sup>181</sup> BOURDIEU. Poder Simbólico... op. cit. 1989 (p. 121).

<sup>182</sup> Ver: ANDERSON, Benedict. op. cit. p. 14 e 15.

étnicas, raciais pressupõe um racionalizar de diferenças, porém também amplia um empuxo trágico latente em cada uma de suas cisões.

Nesse mesmo caminho, o político e historiador paranaense Bento Munhoz da ROCHA fundamenta um Paraná como região através da percepção como a “*mancha loura do Brasil*”, em que seria acompanhado apenas por Santa Catarina e Rio Grande do Sul<sup>183</sup>, ajudando na construção de uma outra “ilusão”<sup>184</sup> que seria um “sul branco”.

A ela juntam-se imagens de masculino e feminino. Os papéis sociais masculinos são representados com base em concepções de trabalho e desenvolvimento econômico, como agentes da tecnologia, representantes civilizatórios na conquista dos sertões, agentes de uma intervenção modernizante.

A construção do outro, também é a composição de percepções de gênero. Como na metáfora da “mãe” utilizada para denominar a terra para o cultivo de trigo, pois que se a terra é feminina, a semente de trigo é a expansão da civilização ocidental<sup>185</sup> eminentemente masculina que fecunda a terra, tornando-a produtiva. Romário MARTINS<sup>186</sup>, não só legitima aqui uma atividade econômica, como também naturaliza papéis sociais.

Desse modo, homogeneizando diferenças e instituindo outras, a historiografia paranaense potencializou um sentido de união para um grupo e, ao mesmo em tempo que o fazia, construiu as identidades legítimas, qualificando e desqualificando através de categorias racializadas. Criava-se uma identidade para o estado e também para os grupos

---

<sup>183</sup> Ver: AMARAL, Manoel Luiz do. *Assim é o Paraná*. Curitiba: Kingraf/UFPR, s.d. (p 64)

<sup>184</sup> Ao analisar o fenômeno da religião Freud conceitua o termo ilusão, esta caracteriza-se pela sua derivação do desejo humano, assim: “ *Podemos chamar uma crença de ilusão quando uma realização de desejo constitui fator proeminente em sua motivação e, assim procedendo desprezamos suas relações com a realidade, tal como a própria ilusão não dá valor à verificação.*” FREUD. *O Futuro de uma Ilusão*. IN: Os pensadores. São Paulo: Abril, 1978.

<sup>185</sup> Ver: SZVARÇA, Décio R. *O Forjador: Ruínas de um Mito Romário Martins*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998 (p. 40).

considerados seus fundadores. As identidades sociais e culturais são construções históricas relacionais e dinâmicas, em um fazer constante de concepções de iguais e diferentes, como afirma SANTOS: “Sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação.”<sup>187</sup>

Pensando a partir da formação dos estados nacionais, mas principalmente durante o século XIX, com os movimentos nacionalistas, de que maneira as diferenças e as identificações tenderam a vincularem-se ao endereço das nacionalidades, lembra-se ANDERSON, que analisa:

*“A nação é imaginada como comunidade porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal.”*<sup>188</sup>

A identidade nacional formatava, quando não negava, as diferenças étnicas, sociais, culturais, etc. A atual crise dos estados nacionais colocou em questão a construtura da identidade nacional, abrindo frestas por onde emergiram outras e múltiplas formas de identificação. Para pensar essa multiplicidade, deve-se discutir a idéia de fragmentação das identidades, pois segundo HOBBSAWN: “as categorias como nação e nacionalismo hoje não são mais termos apropriados para descrever as entidades políticas descritas como tais”<sup>189</sup>.

Essas noções são utensílios que permitem conceber a experiência como um espaço de apropriações. Afinal, uma experiência é válida até que outra venha contradizê-la, ela está

---

<sup>186</sup> MARTINS, Romário -*Plantando Tudo dá: esforços e resultados da “Cruzada do Trigo” no estado do Paraná* - Curitiba: Imprensa Paranaense, s.d.

<sup>187</sup> SANTOS, B. S. *Pela Mão de Alice*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1997 (p.135).

<sup>188</sup> ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989 (p.16)

sempre aberta, necessitando de uma constante confirmação, afinal se o viver é múltiplo, o experimentar identitário também, conforme SANTOS: “É crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados”<sup>190</sup>

Se as experiências cotidianas questionam e inventam novas identidades, os projetos fundadores de saberes autorizados também. A memória coletiva trabalha com o esquecimento, processo que foi essencial para a construção das nações e suas identificações. Daí a importância de uma análise da historiografia paranaense, da primeira metade do século XX. Pois o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense firmar-se-á com um espaço para sistematização de uma historiografia regional . Conjuntamente, será na primeira metade do século XX que Romário Martins, o maior expoente do *Paranismo*<sup>191</sup> na historiografia, irá produzir suas principais obras. Romário Martins tornou-se um cânone, tendo várias características e axiomas presentes em suas obras sendo re-apropriadas constantemente durante todo o século XX, até os dias de hoje, tanto por falas oficiais, como pela historiografia, como pelo mercado turístico, entre outros.

Analisar esses momentos é buscar por práticas discursivas que relêem um universo de signos e símbolos, os quais são representados enquanto configurativos de identidades. Afinal, a História oferece um conhecimento controlado sobre o passado, uma ordenação seletiva da memória, que possui efeitos de realidade. Esses efeitos são fundamentais para a edificação de uma identidade, segundo LAGO:

---

<sup>189</sup> HOBBSBAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 (p.215).

<sup>190</sup> SANTOS. Op. cit. (p.135)

<sup>191</sup>Paranismo: movimento que envolveu áreas como artes plásticas, política, historiografia e geografia na busca de um ethos paranaense. Ver: PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: o Paraná inventado*. 2 ed. Curitiba: Quatro Ventos, 1998 e SOUZA. Fabrício Leal de . *Nação e Herói: a trajetória dos intelectuais paranistas*. (dissertação de mestrado)Assis: UNESP, 2002.

*“A identidade como representação ficcional do eu. Elaboração do registro do imaginário, procura justamente dar conta das contradições do sujeito, organizando-as numa história coerente, unitária, através da qual ele se referencia, como portador de um passado, relacionado ao presente e às suas expectativas de futuro.”<sup>192</sup>*

Foram principalmente os Institutos Históricos <sup>193</sup> que tomaram para si esta tarefa, de primeiro construir uma identidade nacional e após, através dos institutos estaduais, constituir os tipos regionais, colocando assim os limites das diferenças dentro do país, compondo uma coerência unitária, uma ordem para a diversidade<sup>194</sup>. Para compreender esses tipos e pensar as “maneiras de fazer” possíveis do consumo das representações produzidas pela historiografia, cabe lembrar FALCON sobre o imaginário social:

*“ é uma força reguladora da vida coletiva que , ao definir lugares e hierarquias, direitos e deveres constitui um elemento decisivo de controle dessa mesma vida coletiva, aí incluindo o exercício do poder.” <sup>195</sup>*

No Brasil a identidade nacional foi forjada de uma forma elitista, imagens de caráter, operações de intelectuais. Como foi visto, autores como Oliveira Viana, Sílvio Romero, Afrânio Peixoto, apesar das suas posições diversificadas sobre o futuro do “povo brasileiro”, têm em comum a busca por constituí-lo, e torná-lo o povo desejado para um Brasil estado-nação, através de fenótipos (como o branqueamento) e caráter (pensado como

<sup>192</sup> LAGO, Mara Coelho de Souza. Identidades: a fragmentação de um conceito. IN: *Fazendo Gênero 3*. Florianópolis: UFSC, 1998. (p. 05):

<sup>193</sup> Ver sobre o tema : SERPA, Élio. *Açorianos e Madeirenses na Historiografia*: a problemática da identidade. (mimeo). Florianópolis: UFSC, s.d.; SCHAWRTZ, Lilia. op. cit.; SZESZ, Christiane. O Conceito de Região: discursos e representações do Paraná. IN: NIPOTI, Cláudio de & ARRUDA, Gilmar. *Cidadania e Cultura*. V.1. ANPUH/Pr, 1996.

<sup>194</sup> Para Castoriadis o símbolo é organizador e fundante, sendo que as instituições são o simbólico sancionado. Ex: títulos de propriedade. Já Cassirer aponta que a memória simbólica reconstrói a experiência do passado; sobre isto ver: CASSIRER, Ernest. *Ensaio sobre o Homem*: introdução a uma filosofia da cultura. São Paulo: Martins Fontes, 1994 e CASTORIADIS, Cornélius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

nacional) de uma futura civilização brasileira(?),<sup>196</sup> unificando as diferenças, estabelecendo sujeitos que possibilitassem um auto reconhecimento.

Os intelectuais construíram uma lógica que explicasse essas diferenças buscando uma unidade; a variedade cultural é prejudicial à construção de uma comunidade política como um estado nação, pois ele necessita de homogeneidade, “labor e civilização”, em um viés etnocêntrico ocidental.. A análise da produção historiográfica do IHGEP, vem ao encontro das pesquisas de SERPA que, ao analisar o Instituto Histórico Catarinense, apontou que:

*“Essa pretensão da historiografia (...) em forjar uma identidade é pontuada por conflitos entre autores que em contextos diferenciados elegem etnias e suas características culturais como emblemas que querem projetar em determinado momento, sufocando, por vezes, as diferenças.”<sup>197</sup>*

É processo semelhante ao que se desenvolveu no IHGEP. Elidir diferenças e constituir outras são aspectos essenciais na construção de uma identidade e a historiografia é um instrumento essencial nesse processo, como saber legitimado para construir o passado que justificará o futuro, segundo ORTIZ:

*“ Toda memória é uma leitura do passado. Por isso, na sua elaboração, os intelectuais desempenham um papel preponderante. (...) Eles atuam como mediadores simbólicos estabelecendo um elo entre o pretérito e o presente. Tem-se assim, a legitimação dessa ou daquela visão, desse ou daquele destino.”<sup>198</sup>*

A legitimação de um discurso não é conseguida sem conflitos e contradições, nem é eterna, nem homogênea, é sim relacional. Uma luta por quem pode falar o quê, quando e de

---

<sup>195</sup> FALCON, Francisco. *História e Representação*. (mimeo) Rio de Janeiro: PUC, s.d.

<sup>196</sup> Ver sobre: CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

<sup>197</sup> SERPA, op. cit.

que maneira. É permeada por relações de poder e por elas constituída. Tomar a palavra é sempre um ato social, para CHARTIEU além disto ler é “ *uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores.*”<sup>199</sup> Como também não são redutíveis às lutas internas pela hegemonia de um grupo e de sua perspectiva teórica, pois coesões internas desfazem-se e os conflitos internos, apesar de extremamente relevantes, muitas vezes extrapolam os limites de sua cátedra - e é bem isso que está pesquisa esta tentando rastrear. Nesse sentido, lembra-se a não onipotência do autor, a não transparência do texto e a não onisciência do leitor no que se refere às significações possíveis de um discurso. Afinal, os discursos são sempre discursos históricos e a sua análise é um caminho para a compreensão de significações constituintes de mundo.

A identidade é uma construção simbólica em relação a um referente. Esse referente pode ser uma memória coletiva, que compõe uma narrativa em comum e assim responde a uma busca de experiências comunitárias. Ao tecer uma identidade voltada para um passado, este torna-se um percurso emblemático da unidade do grupo. Sobre o jogo das identidades ORTIZ, inspirado em Levi-Strauss, aponta a importância do “*negociar*” ou seja que “*delimitar simbolicamente um território, é levar em consideração a multiplicidade dos atores em concorrência*”<sup>200</sup>.

Na modernidade tudo deve circular em um fluxo intenso de gentes e coisas em um tempo/espço limiar, em que os discursos que nomeiam, vestem, classificam e catalogam as diferenças, buscam transformar esta em repetição; construir lugares - como a memória -

---

<sup>198</sup> ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho d'água, s.d.(p.78).

<sup>199</sup> CHARTIEU, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel,1992 (p.214)

<sup>200</sup> ORTIZ. op. cit., s.d. (p. 88).

para um reconhecer confortável, “*cheio de si*”<sup>201</sup>. Olhando o outro para ver a si mesmo, uma resposta possível ao problema do encontro com o diferente.

É nesse horizonte que serão atribuídas características a pessoas, povos e doenças, entre outros. Eles poderiam ser selecionados de acordo com um projeto de civilização. A biologização do ser será base para a sua identidade, o que virá a expandir a utilidade de pressupostos eugênicos e ampliar o próprio campo de atuação da medicina. Tudo isso será interpretado a seguir.

Por fim, essas produções de conhecimento sobre o outro tentavam redimir a condenação racial ocasionada pelo racismo intrínseco às elites brasileiras, mas essa postura levantará outros problemas de seleção de atributos biológicos e morais na definição relacional nós-outros. Como na citação sobre Antígona, na introdução desta tese, onde a morte e o outro (o “*irmão e semelhante*”) são os dois limites humanos, a compleição desses dois como lugares de medo e exclusão passa pela dificuldade de olhar o que é diferente e/ou desconhecido, por mais próximo que eles estejam.

---

<sup>201</sup> Ver: LARROSA, Jorge & Lara, Nuria. *Imagens do Outro*. Petrópolis: Vozes, 1998.

**CAPÍTULO 2:**  
**IDENTIDADE MEDICALIZADA:**  
**médicos, eugenia e lepra**

*“(...) Humanos tendem a ver o Outro – alguém que é diferente de alguma maneira - como sendo menos saudável ou higiênico. As ideologias religiosas, raciais e de classe exemplificam esta tendência ao ligar conjuntamente impureza física e moral’<sup>1</sup>*

O movimento de deterioração identitária do doente de lepra em Guarapuava não é, de nenhuma maneira, um aspecto isolado. Pelo contrário, a lepra era uma informação social que transformava o corpo e a identidade. Mais que uma metáfora para a deformidade, ela era um estigma proveniente de uma alegorização da impureza e da deterioração.

Para compreender esse fenômeno é necessário situá-lo no horizonte de possibilidades do desenvolvido da medicina social, a partir da segunda metade do século XIX. Nesse período, o imperialismo europeu possibilitou uma maior circulação de bens, riquezas, pessoas e doenças, o que conjuntamente acarretou a desestruturação dos métodos locais de contenção e delimitação dessas últimas.

A expansão do corolário de enfermidades criou o pano de fundo para a ampliação do controle social através de políticas de saúde pública. Essa intervenção acabou por demonstrar-se um abre alas para práticas de gerenciamento populacional desenvolvidas pelos estados nacionais no ocidente. Entre elas, em variados momentos dos séculos XIX e

---

<sup>1</sup> SILLA, Eric. *People are not the same: leprosy and identity in twentieth Mali*. ... op.cit. (p.6) Tradução da autora

XX, destacam-se processos de segregação e ou exclusão de grupos humanos embasados em doutrinas racialistas que, muitas vezes, se apresentavam como máximas de saúde pública.<sup>2</sup>

Era uma medicalização da sociedade, que expandia as perspectivas identitárias como atributos biologizados. Esse é o caso dos leprosos, mas também de estereótipos étnicos e raciais. Assim, analisar a biologização da identidade é o caminho mais apropriado para interpretar as trajetórias discursivas que envolvem a lepra. O processo de identificação é baseado em uma percepção relacional de si, é uma comunicação. Dependendo do momento ou do contexto, os atributos destacados nesse processo serão alterados. Por essa interpretação, a identidade é categorizada como um apego instável a uma posição de sujeito, e os discursos apresentam-se como operações estratégicas nesse decurso<sup>3</sup>.

Na modernidade, a nação apresenta-se como o endereço de fixação imaginária da identidade e a historiografia, como um local discursivo prioritário para tal formulação. Ela narrara e constituíra os tipos desejáveis e suas características físicas e morais, bem como havia diferenciado as etapas do progresso e estabelecera verdades sobre quem era o sujeito da civilização. O próprio sufixo *-ação* dessa palavra já institui uma busca por seu agente.<sup>4</sup>

Se falar com autoridade significa “*fazer com que exista*”<sup>5</sup>, o que se pretende agora analisar é como essas construções identitárias também lançaram âncoras na medicina e biologizaram o ser-humano, fazendo existir um rol de estigmas que literalmente corporificavam o medo da doença, da poluição, da corrupção, da degeneração.

Um lugar privilegiado de costura entre o receio em relação ao outro e as pretensões científicas da *intelligentsia* brasileira do início do século XX foi a discursividade

---

<sup>2</sup> SILLA, Eric. *People are not the same*: leprosy and identity in twentieth Mali. op.cit.( p. 7).

<sup>3</sup> Ver: HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? IN: Silva, Tomaz. op. cit. (p 105 – 109).

<sup>4</sup> VER: STAROBINSKI. Op. cit. (p 16).

<sup>5</sup> BOURDIEU. *Coisas Ditas*. op. cit. (p 71).

eugênica. A eugenia era um campo fértil para a reprodução e remodelação das diferenças humanas no qual se condensavam noções dispersas em circulação por entre as falas autorizadas do país.

O século XX iniciara sobre o contínuo da égide da fé na razão o que iria sacralizá-la e, segundo TODOROV, torná-la uma religião. Esse “*cientificismo*” pressupunha a possibilidade de apreensão total do real pela sua transparência e, assim, tornava o ser humano um mundo passível de intervenção e manipulação, pois “*nada impede de pensar na criação de um homem novo, de uma espécie liberada das imperfeições da espécie inicial: o que é lógico para as vacas o é também para os homens.*”<sup>6</sup>

As transformações norteadas pela razão seriam avalizadas como verdades científicas o que por si só seria uma moral virtuosa. Em um processo auto legitimador do binômio razão – ciência, encontram-se as bases em que se arvoram intelectuais e cientistas na pretensão de ingerir sobre o rebanho populacional no Brasil.

A medicina também seria um campo privilegiado para a invenção do ideal populacional para a nação, não só na eugenia, mas também em outras especialidades que definiram quais pessoas seriam perigosas a tal projeto e investiram-se da autoridade para excluí-las ao configurarem-se como arautos da razão e da ciência. Entre essas, aqui se destaca a leprologia e sua proposta profilática no início do século XX.

---

<sup>6</sup> TODOROV, Tzvetan.. *Memória do Mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: ARX, 2002 (p. 32- 33).

## 2.1-“O que é bom já nasce feito”: identidades para o futuro

*“ O homem é um ser orgânico que falhará no seu destino, como falhou tantas vezes antes, se recusar a reconhecer as aplicações biológicas de sua própria espécie”<sup>7</sup>*

O painel exposto na citação acima, em que o ser humano visto como espécie manipula racionalmente o seu presente em nome de uma promessa de futuro, não parece estranho no mundo atual no qual pesquisas que manipulam o DNA são assuntos corriqueiros. No início do século XXI, as possibilidades de intervenção sobre um destino biológico humano são imensas e os avanços técnicos da genética abrem o debate em torno da construção de uma bioética que apóie, com alguma responsabilidade, esse agir científico. Apesar de os temas da hereditariedade e do aperfeiçoamento biológico serem explorados de maneira recorrente em diversos meios midiáticos, a citação inicial não é de nenhuma palestra sobre o projeto Genoma, mas sim do ano de 1939.

Assim, neste momento, alguns pressupostos teóricos dos séculos XIX e XX voltam à tona e não se apresentam como estranhos. Talvez um indício que os proclamados avanços da ciência do novo século existem dentro de uma episteme ocidental de mais ou menos duzentos anos, quando o otimismo ilustrado do trinômio razão, ciência e progresso enraizou-se, expandiu-se e interveio sobre o viver humano.

Entre essas discussões existem nomes que são como fantasmagorias das promessas de um “*futuro melhor*” ou de um “*compromisso com as gerações futuras*”. Entre elas está a eugenia, conceito amplo e multifacetado, várias vezes reapropriado durante o último século. A teoria prometeu um futuro feliz para uma espécie humana aperfeiçoada (entendida como mais bela, mais forte, mais saudável, mais branca) através da seleção de

características desejáveis, que seriam supostamente hereditárias e assim deveria ser incentivada a sua transmissão para as próximas gerações. Por outro lado, haviam características não desejáveis, no horizonte de perfectibilidade eugênico, as quais deveriam ser extirpadas, através do impedimento de sua transmissão para as gerações futuras.

Naquele momento, tal tipo de seleção foi realizada pela interferência sobre quais pessoas poderiam procriar em uma dada sociedade; hoje, poderia ser uma intervenção diretamente dentro da estrutura genética de um ser vivo. Em um presente assim, quando uma tecnologia detém tanto poder, cabe uma nova leitura sobre um saber como a eugenia, que paira como sombra dessas concepções, pois ela também propôs intervir no presente selecionando e constituindo os sujeitos aptos para um futuro “perfeito”, conseqüentemente identificando os que deveriam desaparecer para que ele fosse possível.

O *véu de ilusão*<sup>8</sup> eugênico foi tecido na segunda metade do século XIX, especificamente a partir do livro *Hereditary Genius* de Frances Galton, publicado pela primeira vez em 1869, apesar de o termo em si só ser cunhado em 1883. Através do livro, Galton divulga a suas concepções, baseando-as na análise das genealogias de personalidades da Inglaterra e por elas julga existir aptidões hereditárias, como caridade, inteligência, moral, etc. Todos esses atributos seriam características transmissíveis dentro das famílias aristocráticas, afinal, na sua visão, ele mesmo era um exemplo, pois era primo de Charles Darwin.<sup>9</sup>

A boa aceitação da eugenia no ocidente e, em especial, no novo mundo pode ser compreendida analisando-se a extrema proliferação das teorias raciais na Europa durante o

---

<sup>7</sup> GATES apud KEHL, Renato. *Paes, Médicos e Mestres*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939 (p. 148).

<sup>8</sup> NIETZSCHE. *A Origem da Tragédia*. op. cit. “O conhecimento mata a ação, para agir é indispensável que sobre o mundo paira o véu da ilusão” (p52).

<sup>9</sup> Ver sobre o início da Eugenia: BIZZO, Nélio M. v. *O s Meninos do Brasil: idéias sobre reprodução, eugenia e cidadania na escola*. (tese de doutorado) São Paulo: USP, 1994.

século XIX.<sup>10</sup> Nesse universo, o conde de GOBINEAU é paradigmático, a partir do seu “*Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*” em 1853, uma “*nova chave para a história*” havia sido criada. A história passava a “*categoria das ciências exatas*”. A verdade histórica seria que o homem e suas civilizações rumavam ao desaparecimento, em uma decadência irreversível. Segundo o autor, isso ocorreria pela mistura de sangue, o que ocasionaria a degenerescência da raça. Como um nobre que era, na França de Luís Felipe parecia-lhe que o seu destino era o de toda a humanidade. Mas foi somente a partir do final do mesmo século que a leitura da obra de GOUBINEAU encontrou um ambiente profícuo, o que resultou em uma popularização da análise sobre o resultado da mistura de sangue para as civilizações e a concepção de degenerescência da raça.<sup>11</sup>

A eugenia era mais uma das teorias européias do período que buscavam explicar as diferenças entre os seres humanos através de causas naturais, produzindo conhecimentos que as legitimavam e prometiam para o futuro a solução de problemas por eles mesmos inventados. O futuro da espécie humana poderia ser definido pelo clima, pela geografia, pela seleção natural, etc; determinismos que destinariam o caminhar da humanidade<sup>12</sup>. A eugenia apresentava um novo futuro, para além do determinismo. Com ela o futuro era a potencialidade máxima da manipulação humana sobre a natureza, pois o ser humano recriaria a sua própria espécie, aperfeiçoando-a. O homem ocidental esclarecido é aquele que, através da ciência, modifica a natureza, domestica-a em seu proveito e forja o seu futuro; na sua episteme moderna, o ser humano e a sua natureza são objetos de

---

<sup>10</sup> Não se pretende aqui fazer um apanhado das teorias racialistas do século XIX, pois para isso seria necessário falar de Le Bon, Agassiz, Lombroso, entre muitos outros nomes, fugindo um pouco do objetivo específico deste capítulo.

<sup>11</sup> Ver: ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989 (p.201-205)

<sup>12</sup> BOURDIEU. *Economia das trocas Linguísticas*. op . cit, onde o autor analisa que o efeito de verdade é conseguido pelo jogo duplo de uma resposta total (tipo mito) expressada como científica; exemplifica utilizando a teoria dos climas.

conhecimento. O destino humano era passível de intervenção por essa racionalidade, este destino poderia ser alterado.

A eugenia é um poder sobre a vida que, como biopoder, tem seu funcionamento composto por dois pólos interligados: o primeiro é a disciplina do corpo, seu adestramento e conformação como corpo-máquina. O segundo pólo é o corpo-espécie, que sofre a intervenção nos seus processos biológicos com vistas a uma regulação de população.<sup>13</sup>

O biopoder auxiliou na construção do ser humano como objeto de ciência, aquele traço característico da episteme moderna<sup>14</sup>. Afinal, primeiro construiu-se o indivíduo, a seu respeito produziram-se discursos, seu corpo tornou-se dócil. Mas inseparavelmente disso é a espécie humana o alvo a normatizar, através do controle da sua reprodução possibilita-se uma bio-política das populações.<sup>15</sup> Lembrando mais uma vez Foucault:

*“Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi, é o que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico”<sup>16</sup>*

Estatização do biológico que cria o campo para que, ainda no século XIX, tanto a aceitação como as novas elaborações em torno do pensamento de Galton se expandam pelo mundo ocidental. Em 1883, mesmo ano que o termo eugenia havia sido inventado, o estado de Indiana nos EUA “promulgou leis que determinavam a esterilização compulsória de

<sup>13</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 12ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997 (p.131).

<sup>14</sup> Ver :FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. Op. cit. onde o autor analisa como, a partir de Kant, a episteme moderna assumiu duas características fundamentais: por um lado a síntese da diversidade da vida, por outro o homem duplicado, possibilitando que no século XIX o homem finito substitua o deus infinito.

<sup>15</sup> Neste mesmo sentido ver a pesquisa: MARQUES, Vera Regina B. *A Medicalização da Raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: UNICAMP, 1994.

<sup>16</sup> FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (p. 285/286).

*todo portador de características notadamente maléficas para o melhoramento da raça*”<sup>17</sup>

.Os Estados Unidos são um dos países em que a eugenia mais sustentará uma prática intervencionista sobre as pessoas compondo uma política de populações. Até o início do século XX alguns milhares de pessoas classificadas como loucos e criminosos terão sido esterilizados e castrados naquele país, para DARMON: “o país do tio sam tornou-se o eldorado dos médicos castradores”.<sup>18</sup>.

O ser humano visto como espécie, esta novidade do século XIX, possibilitou que os direitos liberais burgueses do indivíduo fossem flexibilizados em nome de um futuro coletivo. Uma perspectiva que submeteu o indivíduo a um novo personagem: de uma anatomia política individual passava-se para uma bio-política massificante que pensava em termos de populações<sup>19</sup>. Essa relação norteará e instrumentalizará a intervenção sobre a vida humana na primeira metade do século XX.

A pressão demográfica das populações pobres, os muitos mutilados e loucos deixados de saldo pela Grande Guerra, a pandemia de gripe de 1918, com seu rastro de mais ou menos 25 milhões de mortos no mundo, entre outros, constituíram um campo de populações olhadas com medo pela elite europeia e norte-americana. É a partir daí que se encontra uma radicalização e ampliação da aceitação dos discursos eugênicos, sendo que durante a década de 20, como diz BIZZO, eles se apresentarão como a “*salvação da nação*”<sup>20</sup>.

Será com a segunda edição de *Hereditary Genius*, em 1925, que a eugenia atingirá o seu ápice de popularização e sua maior aceitação nos ambientes acadêmicos. As

---

<sup>17</sup> BIZZO. op. cit.( p 81).

<sup>18</sup> Ver: DARMON, Pierre. *Médicos e Assassinos na Belle Epoque*. Ripo de janeiro: Paz e Terra,1991(p.206).

<sup>19</sup> FOUCAULT. *Em Defesa.....*op. cit. (p. 289).

<sup>20</sup> BIZZO. op. cit. (p. 86).

descobertas de Mendel, que demonstraram o funcionamento da hereditariedade e a não transmissibilidade das características adquiridas durante a vida para as gerações vindouras, não só não inviabilizaram o discurso eugênico como acabaram sofrendo releituras neste. O que segundo LUCA “*alerta para as múltiplas possibilidades de apreensão social das construções científicas*”<sup>21</sup>

É importante afirmar que não existe “O” discurso eugênico como um bloco único, mas sim várias falas autorizadas com características em comum e grupos que se auto denominam por ele. Muitas vezes e como será visto pelas fontes a serem analisadas, elas são contraditórias e permeadas por outros discursos, como a frenologia, a psiquiatria, o sanitarismo, entre outros, dependendo do momento e do local. Como no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, em que se tem o combate travado internamente entre os próprios participantes divididos entre *arianistas* (como Azevedo Amaral) e *não arianistas*, entre estes quais Roquete Pinto<sup>22</sup>. Os primeiros defendiam a adoção de uma política de proibição da entrada no Brasil de imigrantes não-brancos.<sup>23</sup> Porém, apesar dos embates internos, é marcante que em todos os projetos eugenistas exista a intervenção na vida das gerações presentes, a fim de selecioná-las em nome de um futuro, quase sempre nacional, perfectível e ao qual só algumas pessoas com determinadas características, e seus descendentes, teriam direito.

A eugenia apresentava-se como mais um instrumento de uma racionalidade técnica que tomava as rédeas do destino humano, tentando domá-lo. Produzia conhecimento para

---

<sup>21</sup> LUCA, Tânia R. de. *A revista do brasil: um diagnóstico para a nação*. São Paulo: Unesp, 1999 (p154).

<sup>22</sup> SCHWARCZ. op. cit. (p 96)aponta que Roquete Pinto era presidente do congresso e foi um opositor da tendência racista que propunha uma política eugênica radical e que influenciava a maioria dos participantes do congresso. Para Roquete, o problema brasileiro era a higiene e não a raça. Também se opôs a Renato Kehl que queria a implementação de leis eugênicas contra a imigração asiática.

<sup>23</sup> Ver sobre o 1º CBE: MACIEL, Maria Eunice de S. A Eugenia no Brasil. IN: *Anos 90*. Revista do Programa de pós-graduação da UFRGS. PoA: UFRGS, n.º 11, julho/1999 (p121-143)

manipular o presente, construindo um futuro previsível e eliminando o medo deste até então impugável desconhecido. A concepção da eugenia como uma tecnologia que escolhe quais populações teriam direito à vida e quais deveriam desaparecer, traz de imediato à lembrança o período e as práticas do nazismo na Alemanha. Mas a sua difusão foi muito além, pois foi a bio-política de intervenção sistemática sobre as populações também nos estados liberais democráticos e sua duração atingiu grande parte do século XX, como no caso da Suécia, onde a esterilização em massa desenvolveu-se até meados da década de 70 daquele século. Como lembra DARMON: “*Em matéria de eugenia, os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, os países nórdicos, a Suíça possuem tradições bem mais sólidas que a Alemanha*”<sup>24</sup>. Na América, não só nos Estados Unidos a eugenia encontrou terreno, mas também e muito amplamente no Brasil.

Para pensar a eugenia no Brasil, é necessário não se prender à concepção de ser essa apenas uma cópia de um ideário europeu. As leituras realizadas neste país foram produtoras de novas clivagens e ricas adaptações, que buscavam moldar essas concepções em forma de respostas ao que era percebido como a problemática da nacionalidade. A Europa do século XIX havia produzido muitas teorias raciais e muitos determinismos, alguns chegaram ao Brasil outros não, alguns foram fragmentados, outros misturados pela *intelligentsia* local. Assim, acompanham-se aqui as análises de SCHWARCZ e ORTIZ que vêem a criatividade e a originalidade dessa *cópia*. A elite intelectual desenvolve seu consumo criativo e diferenciado ao selecionar e adaptar aspectos das teorias racistas as suas análises da

---

<sup>24</sup> DARMON. op. cit. (p 204).

problemática identitária interna brasileira. É um processo de seleção e reelaboração, não um simples copiar, com motivações de um vivido específico e com projetos de futuro.<sup>25</sup>

O determinismo racial havia condenado o país, onde a mistura de raças incapacitaria o Brasil para a civilização, com uma degenerescência fundadora da população brasileira. A eugenia, com sua perspectiva de salvação nacional, através de um aprimoramento das gerações pelo intervencionismo, apresentava novas possibilidades para a construção de uma nação civilizada nos trópicos. Era a resposta ao determinismo que condenava a mistura, era a promessa que, apesar dela, algumas características de uma população poderiam ser conservadas e outras exterminadas, tudo em prol de uma perfectibilidade futura.

O questionamento racial, advindo do século XIX, e percebido como resposta aos problemas sociais, havia encontrado ressonância e adaptações nas mais variadas áreas de conhecimento: na história (desde Von Martius), na literatura (naturalismo, pré-modernistas, crítica literária), na medicina (Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto, Renato Kehl), no direito (a frenologia, o direito positivo e novamente Nina Rodrigues e Afrânio Peixoto), nos “cientistas sociais” (Oliveira Viana), etc. Apesar das profundas diferenças entre os autores acima citados, em todos eles o problema nacional foi formulado e, quase sempre, apresentava-se com perspectivas raciais. Mesmo que de formas diversas elas permeavam qualquer reflexão da intelectualidade nacional sobre o povo brasileiro. Essas concepções acabavam por ligá-los em um circuito de paráfrases em que as mais diversas áreas de conhecimento retomavam uma função racionalizadora de uma ligação de nação, raças e destino.

---

<sup>25</sup> SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993; ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Pode-se dar um sentido a essa proliferação de saberes como um processo de sua disciplinarização. Seguindo a análise de FOUCAULT, compunha-se uma nova relação de saberes a partir do início do século XIX, baseada em três pontos: o nacional (o falar, campo da filologia), o econômico (o trabalhar, campo da economia) e o racial (o viver, campo da biologia). Poderia ser um “*desbloqueio epistemológico*” que ocasionava não só uma proliferação dos saberes como, principalmente, o seu acúmulo sobre o corpo e as populações<sup>26</sup>. A eugenia no Brasil pode ser analisada neste quadro: ela estará infiltrada em diversos campos de conhecimento e fincará bases na medicina, influenciando sua expansão.

Encontra-se essa movimentação nas obras do médico Afrânio Peixoto, onde a eugenia apresenta-se matizada com o sanitarismo<sup>27</sup>, sendo percebida como parte de uma “*nova medicina*”, junto com a microbiologia, com a quimioterapia, entre outras. Nesse sentido Afrânio Peixoto, em sua obra sobre a higiene, dedicou o primeiro volume, denominado de *Higiene Geral*, a digressões sobre as condições do meio (solo, água, ar, clima, habitação) para a saúde, para em seguida passar aos hábitos corporais desejáveis (alimentação, vestuário, exercícios, asseio) e a *higiene industrial* no trabalho.<sup>28</sup> A intenção segundo o autor era constituir um corpo individual produtivo, pois que na *evolução histórica da higiene* iniciaria-se um novo ciclo, o econômico, onde as doenças seriam extintas pois que “*o doente é um instrumento ou máquina de trabalho e riqueza parado, estragado e ou perdido.*”<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel. *Em Defesa...* op. cit. (p. 221 e 226)

<sup>27</sup> Ver: PEIXOTO, Afrânio. *Higiene*. v 1-2 . 6 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938. Sobre o sanitarismo no início do século XX ver: LIMA, Nísia T. & HOCHMANN, Gilberto. *Condenado pela Raça, Absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitaria da primeira república*. IN: MAIO, Marcos Chor (org.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FioCruz, 1996.

<sup>28</sup> PEIXOTO, Afrânio. Op. cit. v. 1

<sup>29</sup> Idem v 2,( p 8).

Assim, para Afrânio, a higiene era uma prática preventiva, uma evolução da medicina que superava com essa a sua prática curativa. Para ele, a eugenia constituía a primeira parte dessa prevenção, ela seria a “*Higiene da Espécie*”<sup>30</sup>, sendo esse inclusive o nome do capítulo em que a eugenia é tratada na referida obra. Nessa nova fase da higiene o sujeito da história é coletivo, assim “*ao invés de se premunirem contra elas (as doenças) os indivíduos, a comunidade se empregaria em exterminá-las. As leis sociais de seguro e previdência, as campanhas de saneamento marcam esta direção.*”<sup>31</sup>

Percebendo-se que a primeira edição do livro é de 1913, aponta-se que o desbloqueio epistemológico delineava o espaço e o tempo, forjando-os em um endereço nacional para as campanhas médicas e no coletivo para além do indivíduo, bem como em um tempo progressivo, evolutivo para a humanidade vista biologicamente como espécie.

O autor, que tem influência da frenologia de Nina Rodrigues<sup>32</sup> e ao seu lado foi expoente da medicina legal do período, também valorizava a educação como um espaço de higienização das populações, já que a ignorância seria um dos males do povo. Essa expansão biologizante das ciências permite que fragmentos eugenistas apareçam inseridos em um rol de preocupações sanitaristas, adaptando-se e remodelando-se em um sistema de trocas e de apropriações, em que os pressupostos construíam uma coerência discursiva, muito mais que uma unidade teórica, pois o que os liga é uma postura de salvação nacional, autoritária e intervencionista sobre as populações.<sup>33</sup> Esse é o caminho que será trilhado por

---

<sup>30</sup> Idem (p 20).

<sup>31</sup> Idem (p . 9).

<sup>32</sup> Sobre Nina Rodrigues ver: CORREA, Mariza. *Ilusões de Liberdade: a escola de Nina Rodrigues e Antropologia no Brasil*. (Tese de Doutorado). FFLCH: USP, 1983.

<sup>33</sup> As posturas de Afrânio Peixoto são objeto de estudo em várias pesquisas bem conhecidas, entre elas destaca-se: HERSCHANN & PEREIRA. *A Invenção do Brasil Moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994; Afrânio Peixoto, Renato Kehl, entre outros tinham espaço garantido para as suas trocas intelectuais por Monteiro Lobato na Revista do Brasil, o que pode ser avaliado em: LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil*. São Paulo: Unesp, 1999.

vários intelectuais, não só construindo uma análise da sociedade, como também compondo um planejamento racional para uma intervenção transformadora, premissa para o futuro civilizado, e a eugenia foi um espaço privilegiado para semelhante reflexão.

A aliança eugenia/medicina pode ser analisada através das obras do médico Renato Kehl, o principal eugenista brasileiro<sup>34</sup>, e com uma produção profícua, incluindo-se vários títulos como: *Lições de Eugenia, Tipos Vulgares, Bíblia da Saúde, Por que sou Eugenista, Como escolher um Marido, Como escolher uma Esposa, Eugenia e Medicina Social, Formulário da Beleza, Livro do Chefe de Família, Catecismo para Adultos, Higiene Rural, Médico no Lar, Pais, Médicos e Mestres, Perigo Venéreo*, etc, nos quais se podem analisar as propostas eugênicas para o futuro brasileiro.

Primeiramente, cabe apontar um indício das estreitas ligações existentes na *intelligentsia* nacional. Quase todas as obras supracitadas são editadas pela Francisco Alves, mas a obra *Cura da Fealdade* é editada em 1923 por Monteiro Lobato. Isso remete às ligações desse último com os eugenistas, principalmente Kehl e Afrânio Peixoto. Tal assunto é bem conhecido na historiografia mais recente, não existindo aí nenhum paradoxo, já que em muitas obras de Lobato encontram-se, para além do seu nacionalismo e sanitarismo, também racismo e eugenia<sup>35</sup>. Nesse mesmo sentido KEHL havia prefaciado a obra *O Problema Vital* em 1918 e LOBATO, em contrapartida, fez o prefácio do livro *Bio-Perspectivas* de KEHL em 1938, além de manter na *Revista do Brasil* um espaço aberto para que ele publicasse as suas idéias<sup>36</sup>. Lembra-se essa relação para analisar que os intelectuais do Brasil no período não tinham uma compartimentalização de área muito

---

<sup>34</sup> Entre as atividades de Kehl encontram-se fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918), do Boletim de Eugenia (1929) e da Comissão Brasileira de Eugenia, sobre isso ver SCHWARCZ e QUEIROZ. *Raça e Diversidade*. São Paulo: EDUSP, 1996 e MACIEL. op. cit. e BIZZO, op. cit.

<sup>35</sup> Sobre Monteiro Lobato ver. SCHWARCZ. op. cit.; BIZZO, op. cit.; MARQUES; op. cit. e, especialmente, LUCA op. cit.

rígida, permitindo que as teorias circulassem em disciplinas diversas, pois era a nação que apresentava como o endereço identificatório de suas reflexões.

Continuando a análise das obras de KEHL, pode-se perceber algumas linhas marcantes da eugenia no Brasil. Esse médico empenhou-se em divulgar as idéias eugênicas pelo país, pois além de atuar no Rio de Janeiro e ser fundador da sociedade eugênica em São Paulo, também proferiu palestras em todo o território nacional e mesmo em Portugal. Na obra *Pais, Médicos e Mestres* de 1939, encontram-se reunidas várias palestras versando sobre a eugenia e medicina, nas quais o autor tentava fortalecer as relações entre os dois temas. A tarefa desenvolve-se em palestras como a *Higiene de Base*, proferida no Centro Médico Cearense em Fortaleza; a *Política Eugênica* proferida na Universidade do Porto em Portugal; *Platão e Galton*, para aos médicos de Belém e principalmente em *Médicos e os Novos Encargos Bio-Sociais*, na Sociedade Paulista de Medicina e em *Porque Sou Apologista da Profissão Médica*, proferida na Bahia. Nelas, Kehl, além de apresentar os pressupostos eugênicos, buscava também constituir a corporação médica como responsável pelo futuro do Brasil.

A medicina tornava-se o lugar do saber das diferenças entre os seres humanos, compondo-se assim em uma oposição ao universalismo tanto do direito jurídico, como da caridade cristã. Nesse sentido o autor analisa a situação dos Estados Unidos antes da implementação de políticas eugênicas, onde: “(...) a bíblia e a cadeira elétrica não foram suficientes para melhorar a situação de desordem reinante no país do Tio Sam.”<sup>37</sup> Nessa passagem a medicina é constituída como um campo para o enfrentamento entre “o princípio do direito e a mecânica da disciplina”, o que marca a composição de uma

---

<sup>36</sup> Ver BIZZO, op. cit.; MARQUES, op. cit.; SCHWACRZ, op. cit.; LUCA, op. cit; etc.

<sup>37</sup> KEHL, Renato. Pais, Médicos e Mestres. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939 (p. 105).

“*sociedade de normalização*”<sup>38</sup>. Nesse tipo de sociedade, o direito e a medicina se apresentam em uma oposição intercambiante, o que leva a uma invasão das técnicas e discursos disciplinares, oriundos da corporação médica, no campo do direito, da lei e da soberania, pois que : “ *a sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação*”<sup>39</sup>.

Processo percebido também durante a modernização do direito criminal no Brasil quando a oposição entre as escolas liberal clássica, defensora do livre arbítrio, e a positiva, como o determinismo, contava com a participação de médicos como Afrânio Peixoto e Nina Rodrigues, este último um dos principais teóricos e defensores do determinismo biológico para a criminalidade no direito penal brasileiro.<sup>40</sup> Era uma instrumentalização do direito como biopoder, inserindo-o neste biologismo expansionista da medicalização social.

A exigência da constituição de jurisprudência e de intervenção estatal sobre as mais variadas práticas sociais, quando elas eram consideradas prejudiciais à saúde da população pelo saber autorizado da medicina, é encontrada em variados discursos. Assim, Afrânio Peixoto, como expoente na medicina criminal também versava em prefácio a uma obra contra o espiritismo, escrita por dois médicos dos quais fora professor, sobre o papel do poder público que “*não pode ser indiferente à ruína nervosa , senão à alienação daqueles os quais lhe é missão velar, os inocentes, incautos, crédulos, que desses espetáculos e dessas sugestões são vítimas*”<sup>41</sup> O ritual da religiosidade é apresentado como espetáculo, a participação causadora de uma ruína nervosa e de alienação, já o poder público é

---

<sup>38</sup> FOUCAULT. *Em defesa...* op. cit.( p. 46).

<sup>39</sup> FOUCAULT. *Idem*, *ibidem*.

<sup>40</sup> Ver: RIBEIRO FILHO, Carlos Antônio C. Clássicos e Positivistas no Direito Penal Brasileiro. IN: HERSCHMANN & PEREIRA. *A Invenção do Brasil Moderno*. Rio e janeiro: Rocco, 1994 (p. 130-146).

apresentado como o interventor punitivo autorizado. Tudo isso após o diagnóstico realizado por médicos que realizavam “*uma lição médica sobre os prejuízos do espiritismo*”<sup>42</sup>

O referido livro se propõe explicar sobre essa lição médica e ela se dá por um desencantamento racional de práticas realizadas no que eles identificam como sendo o “espiritismo”. Sua análise desenvolve-se junto com acusações que desqualificam essas práticas como criminosas ao uni-las a crimes já reconhecidos, para isso as temáticas abordadas nos capítulos são: “*o espiritismo e o crime*”; o “*defloramento ocorrido no curso de uma sessão*” e, finalmente “*uma campanha repressiva*” contra o espiritismo<sup>43</sup>; tudo isso sempre sob os apelos pela saúde da coletividade. O que se analisa aqui é que os médicos imputavam-se um papel de fiscais da racionalidade científica, ao mesmo tempo em que se percebiam como uma vanguarda desta. Assim, compunham diagnósticos sociais e lutavam para que essas visões permeassem as instituições do estado de direito. A saúde coletiva apresentava-se para essa elite intelectual como questão primordial da modernidade pois através dela definira-se o desejado futuro nacional.

Nas obras de KEHL, o papel social dos médicos também se apresentava abrangente. A medicina legitimava-se em uma perspectiva progressiva que, prometendo o tal futuro perfectível através da sua racionalidade, poderia infiltrar-se em questões para além da saúde, como *misticismo* (aqui novamente a religiosidade popular é atacada) e nas *lutas de classe* (apresentada no plural ), assim:

*“Quem poderá negar que a medicina, dentro em pouco tempo, abrirá rumos ainda mais extraordinários no que concerne à moral, à prevenção das doenças psicossociais, aos terrores místicos, às lutas de classes e entre os próprios homens?”*<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> PEIXOTO, Afrânio Prefacio In: Ribeiro, Leonídio & CAMPOS, Murilo de. *O Espiritismo no Brasil*. São Paulo: Cia Editora nacional, 1931 (p. 8).

<sup>42</sup> Idem (p 5).

<sup>43</sup> Ribeiro, Leonídio & CAMPOS, Murilo de. *O Espiritismo no Brasil*. op. cit. ( p.82, 117,136, 143).

<sup>44</sup> KEHL, Renato. *Pais, Médico e Mestres*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939 (p. 149)

A medicina iria esmiuçar, esclarecer e desencantar vários aspectos do viver, tanto na religiosidade, como nas relações econômicas. Mas para além disso KEHL percebia um paradoxo na profissão médica sobre a qual discorre:

*“... porque salva a vida dos que deviam, por injunção natural, desaparecer e que sobrevivendo passam a proliferar, a aumentar os resíduos humanos, fatores da sobrecarga, dos atritos familiares, sociais, que impedem o livre movimento da humanidade na sua trajetória para o ideal, (...).<sup>45</sup>*

O autor percebia que a medicina, como intervenção da razão humana sobre a natureza, acabava por impedir o funcionamento da lei de seleção natural, o que ocasionaria, segundo ele, a sobrevivência dos que por ela “*deveriam desaparecer*” para que a humanidade pudesse cumprir o seu destino de “*livre movimento*”.

Tais idéias de seleção natural entre as pessoas também aparecem em Afrânio Peixoto, mas diferencia-se de KEHL, pois defende que os degenerados seriam estéreis em três gerações, tese conflitante com KEHL que iria defender que são mais profícuos em deixar descendentes. Também Afrânio, pela sua base sanitária, acreditava na regeneração pela medicina, o que também o diferencia de KEHL. Analisando a fala de Afrânio, encontra-se:

*“Um indivíduo se desencaminha para o alcoolismo: o filho será convulsivo na infância, depois epilético; o neto imbecil ou idiota, e nele felizmente se extingue a raça, depurada a espécie, que continua com os outros exemplares perfeitos ou capazes de aperfeiçoarem, da degeneração em que por ventura caíram, a regeneração a que se podem subir com higiene e medicina, ortobiose que é o preço da sobrevivência”<sup>46</sup>*

---

<sup>45</sup> Idem (p 155).

<sup>46</sup> PEIXOTO, Afrânio. Higiene v 2 op. cit. p 21.

Na passagem acima percebe-se que aspectos eugênicos foram reinterpretados pelo autor adaptando-os ao sanitarismo, o que possibilita a visão de uma perfectibilidade constituída em uma perspectiva de regeneração individual, o que é impossível no eugenismo de KEHL. Com isso pretende-se demonstrar que a eugenia era muito mais uma noção difusa que permeava o discurso de muitos médicos do período, do que uma teoria fechada e coerente.

As estratégias discursivas são construídas no próprio texto, aqui não há ilusão de uma metaestratégia apriorística que utilizaria as falas como marionetes, muito antes pelo contrário, os discursos - como muitas vezes já foi dito - não são coesos nem homogêneos, nem mesmo quando partem de uma mesma corporação. É assim que KEHL pode em sua obra tentar construir uma teoria eugênica unificada e norteadora de uma práxis. Daí defender uma formação eugênica para o profissional de medicina, pois que para ele todas as intervenções sociais que não vislumbrassem diferenças na humanidade, como ocorria com as leis sociais ou na filantropia, eram entravadores do aperfeiçoamento humano que o livre funcionamento da seleção natural ocasionaria.

São idéias que o autor apoiava nas obras de Leonard Darwin, filho de Darwin, e um dos maiores opositores das políticas sociais na Inglaterra. Se o médico tinha de se esgueirar nos mais variados recônditos da vida, deveria também julgar quais as soluções naturais deveriam ser ou não impedidas pela sua prática. Então para o autor os motivos da multiplicação dos eugenicamente indesejáveis seriam a filantropia, as políticas sociais de assistência e os avanços científicos, ou seja, tudo que impediria “o livre jogo das leis naturais, salvando a vida dos que estavam fadados a desaparecer”<sup>47</sup> O médico KEHL resolvia a problemática defendendo o que ele chamava de uma “*filantropia seletiva*”, ou

seja somente deveria haver uma política de auxílio para os “*bem dotados*” eugenicamente, a fim de incentivar a sua reprodução<sup>48</sup>. Pois que os seres humanos eram definidos hereditariamente devendo o meio apenas potencializar o extravasar das capacidades inatas de um indivíduo e a sua transmissão para seus descendentes, apoiando-se em um dito popular transmutado em uma máxima eugênica:

*“ O que é bom já nasce feito. Concorramos, pois, eugenicamente , para que só nasçam indivíduos bons, capacitando-se cada casal da responsabilidade que representa o ato da perpetuação da espécie”*<sup>49</sup>

Dentro desse raciocínio, a educação ocupava posição secundária, a ela caberia apenas revelar as características hereditárias. Para KEHL: “*Não basta educar*”.<sup>50</sup> Afinal, após Mendel, o determinismo hereditário fora reforçado para os eugenistas pela não transmissibilidade das características adquiridas, o que servira para colocar a educação em um papel de reveladora de potenciais individuais, mas nunca de criadora. Para demonstrar isso o autor expõe algumas conclusões de seu trabalho apresentado no 3º Congresso de Eugenia em New York. Destaca-se a conclusão final:

*“Pelo exposto pretendo ter evidenciado que a educação e as influências favoráveis do meio não são suficientes para melhorar a situação genética da coletividade,(...). Essas influências são por conseguinte temporárias, devendo ser repetidas em cada geração. Não fazem o milagre de criar bons caracteres. Apenas revelam bons caracteres, quando estes existem”*<sup>51</sup>

Quais seriam esses bons caracteres? Quem poderia avaliá-los? Que pessoas seriam esses “bem dotados”? O autor responde:

---

<sup>47</sup> KEHL, op. cit. (p.112).

<sup>48</sup> Idem (p.122,123,124).

<sup>49</sup> Idem (p. 197).

*“Poderá parecer a primeira vista que só são os indivíduos superiores os que apresentam uma intelectualidade elevada. Não é esse o nosso critério. Para nós o indivíduo superior e bem-dotado é todo aquele que se apresenta em um estado de **equilíbrio somato-psíquico**, isto é, que se manifesta física e mentalmente um indivíduo capaz e útil dentro de sua classe social.”<sup>52</sup>*

Assim era o médico quem teria o poder/saber para avaliar esses indivíduos, pois os caracteres seriam *somato psíquicos*, o viver humano era colocado em um perspectiva biológica, validando o espreitar médico sobre eles. Mas a citação acima também compõe uma tática discursiva mais extensa, pois que também retoma o trabalhar humano, açambarcando esse viver de maneira utilitarista. Portanto a capacidade biológica primeira seria demonstrada, ou comprovada, pela utilidade social de um indivíduo e o seu enquadramento em uma classe. O viver e trabalhar estão sendo tecidos dentro dessa discursividade e logo o falar nacional virá compor com eles, na figura de um Estado interventor e regulamentador das populações. O autor fechará, assim, três campos imbricados na produção de saber – viver, trabalhar e falar, tornando a humanidade um conjunto manipulável de populações.

O papel do médico continua a ser interpretado, ele observa o presente, detecta seus sintomas e faz um diagnóstico, porém o paciente não é um indivíduo apenas mas toda a humanidade e esse diagnóstico é catastrófico, ou poderia dizer trágico?

---

<sup>50</sup> Idem (p 101).

<sup>51</sup> Idem (p. 107).

<sup>52</sup> Idem (p. 109).

*“Atingimos o século XX. Que vemos? Uma população calculada em mais de dois bilhões de indivíduos, composta de elevada percentagem de estropiados, de tarado, de imbecis, de loucos, de criminosos, e de incapazes para manter a própria subsistência”<sup>53</sup>*

É interessante apontar que ao contrário das características dos “*bem dotados*” que nunca aparecem de maneira clara e direta, mas sempre como algo que mistura termos médicos e biológicos com “*moral*” e “*psicologia*”, os seres humanos considerados “*inferiores*” são definidos com termos de uso corrente e coloquial. Afinal, cada leitor deveria ter uma imagem sobre o que era um louco ou um imbecil ou um tarado, etc; o que acabava por comprovar a teoria do autor sobre a sua disseminação. Portanto, se o mal era grave, o doutor poderia receitar um remédio forte, ou seja, medidas radicais:

*“Precisamos, entretanto, de medidas ultra-profiláticas, isto é, de medidas que impeçam o aparecimento desses casos, que constituem legião, e ameaçam transformar a espécie humana num amontoado informe de infra-homens”<sup>54</sup>.*

Para o autor, se não houvesse uma intervenção eugênica na sociedade, o futuro seria de uma infra-humanidade “*degenerada*”, pois que os “*inferiores*” são mais “*profícuos*”-leia-se têm mais filhos - que os “*superiores*”. As causas arroladas pelo autor são várias: além das intervenções filantrópicas, o que também ocasionaria a grande procriação seria a própria improbidade e falta de “*visão de futuro*” dos “*degenerados e/ou inferiores*”, em uma total oposição à responsabilidade e à preocupação com o futuro dos “*superiores e/ou bem dotados*”. Cabe aqui analisar que essa é uma estratégia discursiva que reduz a humanidade dos considerados “*inferiores*”, pois eles são compostos quase como irracionais, sem possibilidade de pensar em perspectiva, vivendo somente o presente. Ao contrário, os

---

<sup>53</sup> Idem (p. 90).

“*superiores*” seriam aqueles capazes de racionalizar o futuro, atuando no presente com a perspectiva de torná-lo previsível e desejado. Da mesma maneira como os “*bem dotados*” agiam sobre a vida, agiam também os eugenistas, só que em relação ao futuro da coletividade.

Já nos onze pontos de “*Porque sou eugenista*” tem-se um quadro geral onde estão delineadas as concepções e propostas do autor para a sociedade. Os três primeiros pontos definem os axiomas sobre os quais se assentará toda a digressão eugênica:

*“1º Condições psicossomáticas de um povo são hereditárias (...); 2º O progresso bio-social de um povo assenta, portanto, na preponderância das gerações de indivíduos bem dotados (...) 3º A Eugenia proclama à conservação e à multiplicação das famílias bem constituídas e de prole sadia, de bem-dotados (...)”*<sup>55</sup>

Não se pensava uma humanidade una, mas sim povos com condições hereditárias específicas. Elas capacitariam ou não para o progresso, visto conjuntamente como biológico e social. A eugenia seria um instrumento para intervir nesse universo com vistas a auxiliar uma perfectibilidade saudável, propondo medidas práticas e pragmáticas como incentivo ao incremento numérico das pessoas consideradas “*bem dotadas*” ou eugenizadas e a restrição das possibilidades de crescimento numérico ou ascensão social para os ditos “*degenerados*”. As principais ações seriam:

*“4º Assegurar (...) medidas de proteção econômica de tais famílias; 5º Auxílio pecuniários aos órfãos (...) de cabedal hereditário ótimo; 6º Direitos de sucessão que favoreçam os trabalhadores dos campos para garantir estabilidade econômica das famílias sadias (...); 7º Medidas legais que facultem casamento na idade mais favorável possível para a procriação de todos os indivíduos considerados eugenizados (...); 8º Seleção rigorosa para candidatos a cursos acadêmicos e para cargos*

---

<sup>54</sup> Idem (p. 92).

<sup>55</sup> Idem (p 94).

*públicos (...); 9º Impedimento ao casamento de indivíduos patentemente degenerados, tarados e dos que, pelos seus antepassados, provenham evidentemente de ascendentes com cabedais geno-tipos incompatíveis com a boa progeneritura.<sup>56</sup>”*

Essas propostas limitariam as possibilidades de existência de grande parte da população já que a definição sobre quem seriam os “*degenerados*” é sempre ampla e maleável, açambarcando características físicas, com doenças, hábitos e comportamentos, o que possibilitava que qualquer um pudesse ser incluído ou excluído da lista dependendo da situação.

O próprio Renato Kehl margeia essa problemática no texto “*Gênios e Degenerados à luz da Heredologia*”<sup>57</sup> ao buscar rebater a concepção de *gênio nevropata* oriunda de Lombroso. Essa concepção, bastante difundida, pode ser aqui resumida como a de que todo gênio seria louco. Caso esse pressuposto fosse aceito como uma verdade, simplesmente ficaria inviabilizado todo o raciocínio eugênico. Pois que a seleção eugênica impediria o nascimento de todos os tipos de neuroses, inclusive as que vêm junto com a genialidade. Para evitar isso e defender a eugenia, o autor parte para uma caracterização de figuras famosas do pensamento e das artes ocidentais, tentando construir provas de que a maioria dos gênios seriam “*normais*”.

Toda a estratégia dessa fala está baseada em semântica, através de um longo repertório de eufemismos do qual o autor lança mão. Assim Schopenhauer tinha “*extravagâncias*”, Edgar Allan Poe passava por “*delírios etílicos*” (em oposição ao alcoolismo visto pelos eugenistas como vício hereditário), Nietzsche era acometido de “*crises de isolamento*”, Michelangelo era “*singular*”, entre outros. Ao final de sua lista de

---

<sup>56</sup> Idem (p 95).

características, o autor conclui que se elas fossem consideradas como sinais de loucura “chegaríamos à conclusão de que não há indivíduo normal;(...)”<sup>58</sup> O próprio Kehl havia chegado ao limite de um paradoxo que poderia invalidar sua própria teorização, mas logo constitui vários mecanismos para uma constante revalidação dos pressupostos eugênicos, como que impedindo o caminho que ele havia trilhado a outros incautos.

A verificação e validação dos pressupostos eugênicos também eram previstas nas teses de “*Por que sou Eugenista*” através do papel exercido pela educação que, além de revelar as qualidades inatas, também iria comprovar a própria degenerescência individual. Por fim aparecia o estado nacional, dado como endereço certo para a execução do planejamento eugênico.

*“10º (...) Instrução e educação eugênica nas escolas (...). acompanhamento da organização de árvores genealógicas de indivíduos sãos e de indivíduos degenerados, para provar a necessidade imperiosa da campanha eugênica e evidenciar a responsabilidade inerente ao ato da geração; 11º O Estado, tendo em consideração os itens acima, empenhar-se-á, desde já, para a defesa das futuras gerações, na preservação e multiplicação das boas linhagens das diversas classes de trabalhadores sadios e úteis, sejam manuais, artísticos ou intelectuais.”<sup>59</sup>*

O futuro seria para os sadios e úteis, todos cumprindo seus papéis definidos organicamente. O futuro era nacional, capitalista e potencial. O presente era intervenção e seleção no *haras* humano:

*“...o Brasil de amanhã, como povo, como nacionalidade, como potência dependerá dos cuidados eugênicos que lhe forem prestados pela presente geração<sup>60</sup>”*

---

<sup>57</sup> KEHL, Renato Gênios e degenerados: a luz da heredologia. IN KEHL, Renato. *Pais, Médico e Mestres*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939 (p. 173 - 181).

<sup>58</sup> Idem (p 180).

<sup>59</sup> KEHL, Renato. *Pais, Médico e Mestres*. Op. cit (p 96).

<sup>60</sup> Idem (p. 98).

A perspectiva é sempre de controle do presente para produzir um futuro previsível. Para tanto, KEHL propõe extensos registros fotográficos e estatísticos dos “tipos raciais” da população para a composição de um arquivo dos “*desvios étnicos*”.<sup>61</sup> A preocupação eugênica com o controle da imigração e dos “*cruzamentos*” dentro do Brasil leva o autor a traçar “*diretrizes para um povoamento racional*”. Essas diretrizes seriam produzidas a partir dos resultados obtidos através de várias técnicas de controle populacional desenvolvidas a partir de uma “*Heredologia*” ou seja um “*registro genealógico nacional*” que deveria ser tarefa de um instituto eugênico estatal, “*especialmente num país de caldeamento como o nosso, as quais dependem da existência de um Instituto nacional de Eugenia*”<sup>62</sup>

Entre os “*perigos*” que uma “*política biológica*” controlaria está o perigo da “*heterogenização racial*” causada tanto pela miscigenação quanto pela imigração que, segundo o autor, é “*condizente ao povoamento do nosso país, a que a classe médica não pode alhear-se, porque na função de zeladora do patrimônio biológico da nação terá de defende-lo contra os fatores que impliquem em sua deteriorização*”.<sup>63</sup>

Apelando para uma “*qualidade*” da formação populacional aponta o perigo para um Brasil visto pelo autor como uma nação latina e branca, tornar-se “*uma China incrustada no coração da América*”. Com isso o autor desenvolve um raciocínio em que o Estado, ao invés de trazer “*novas raças prolíficas*”, como os japoneses e chineses, deveria desenvolver políticas para “*preservar as etnias brasílicas*”<sup>64</sup>. As concepções de degenerescência, a institucionalização da intervenção sobre populações e as conseguintes

---

<sup>61</sup> Idem (p. 99).

<sup>62</sup> Idem (p. 97, 99,100).

<sup>63</sup> Idem (p.158,159).

políticas de segregação traçam o *racismo de estado*, uma das novidades compostas no século XX, segundo FOUCAULT:

*um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre os seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social.*”<sup>65</sup>

Assim, o médico Kehl alinhava soluções para o caso brasileiro através da interferência sobre a população de aparatos estatais. Na sua perspectiva, o Estado tornava-se o executor por excelência das técnicas produzidas pelos conhecimentos sobre o viver humano. Afinal, a eugenia era eminentemente autoritária em suas propostas e em suas técnicas. O Estado aparecia como a instituição capaz de exercer a coerção necessária para colocá-las em práticas e aos médicos caberia o poder/saber de frente na definição de uma identificação biológica nacional.

Debruçando-se sobre a sociedade, a eugenia seria o instrumento que reverteria a condenação à degenerescência, rompendo com essa continuidade fatalista advinda desde Gobineau. Agora, as populações eram manipuláveis, sua prole poderia ser prevista, a miscigenação controlada, não havia áreas interditas ao conhecimento racional. Gerir essa “*salvação nacional*” seria uma tarefa capitaneada intelectualmente por um saber em especial, a medicina. Segundo KEHL:

*“ A humanidade progride sempre. Seus recuos são às vezes súbitos mas nunca definitivos. Jamais ela teve, como agora, recursos para remover as causas da decadência, nesta era da eugenia,. Assim proclamada pelos maiores pensadores da atualidade. E ele está nas mãos dos médicos.”*<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> Idem (p. 164 e 165)

<sup>65</sup> FOUCAULT. Em Defesa...op. cit. ( p. 73).

A metáfora das mãos carrega uma idéia de habilidade, de um manusear competente. Competência que uniria os médicos, que deveriam ser uma corporação em uma luta contra males, as ameaças à felicidade, que afligissem a humanidade:

*“A medicina é um todo uno a lutar pela saúde e contra a doença e a degeneração; é um todo uno empenhado em fazer da humanidade um composto de elementos sadios e felizes”<sup>67</sup>*

Com objetivo universal mas atuação nacional, caracterizava-se a atuação eugênica. Para essa batalha anunciada, os médicos deveriam compor uma aliança com o auto proclamado defensor do interesse nacional, o Estado. Mas não qualquer modelo de Estado e sim o que tivesse meios de exercer políticas autoritárias<sup>68</sup>.

Não se pode pensar a eugenia como uma influência homogênea sobre os profissionais da medicina, seguindo uma temporalidade linear. Podem ser exemplificadas as diferenças entre dois médicos e suas concepções eugênicas. Analisando um discurso do dr. João CANDIDO, professor da faculdade de medicina do Paraná, verifica-se que, em 1923, em uma conferência sob o título de *A Eugenia*<sup>69</sup>, apesar de citar Kehl e visitar seus pressupostos, difere deste em relação ao papel do Estado na eugenia. Em Cândido, o Estado não era mencionado diretamente, ficando mais como uma mensagem subliminar, sem nunca ser conclamado a agir ou a criar instituições com fim de uma intervenção eugênica na sociedade, o que ocorre nas diretrizes de KEHL, escritas na década de trinta, em pleno Estado Novo. As diferenças não param por aí, elas continuam quando o assunto é miscigenação. Para CANDIDO, o brasileiro é:

---

<sup>66</sup> KEHL, Pais, Médicos,... op. cit. (p. 169).

<sup>67</sup> Idem (p 74).

<sup>68</sup> Ver: MARQUES. op. cit. p. 20; onde a autora afirma: *“Durante os anos 20 foram elaboradas as estratégias que tornaram as práticas eugênicas política de estado na década seguinte”*

*“ produto do cruzamento de três troncos principais e do caldeamento de outros sangues, não é um tipo inferior, nem é um indivíduo degenerado. O caboclo é forte e ousado, é patriota e inteligente quando não contamina seu sangue nem deteriora seu corpo”.*<sup>70</sup>

Eugenia, sanitarismo, teoria das três raças e meio se misturam nessa fala. O que a afasta das obras de Kehl, onde a deterioração do corpo e o contágio do sangue se dão pela hereditariedade.

Outras diferenças podem ser encontradas em um eugenista notório como AZEVEDO AMARAL. Em uma obra de 1938, onde defende o Estado Novo varguista através de uma teorização sobre o *Estado Autoritário*, a eugenia aparece como fundamento de um racismo de estado. O autor também versa nessa obra sobre as suas proposições no Congresso de Eugenia de 1929, em que ele, como arianista, já havia pleiteado a *“ adoção de providencias que assegurassem o controle efetivo do poder federal sobre a entrada de imigrantes no país”*<sup>71</sup>. Escrevendo agora em 1938, o autor vê que o controle da entrada de imigrantes realizado pelo estado, tão desejado por ele dez anos antes, havia se transformado em uma ameaça ao *“ futuro da nacionalidade”*<sup>72</sup>, pois que estava impedindo inclusive a entrada de europeus. A imigração continuava a ser apresentada como estratégia de branqueamento do Brasil, sendo este país visto como um espaço de um conflito racial, uma luta onde:

*“ É claro que somente se tornará possível assegurar a vitória étnica dos elementos representantes das raças de cultura européia si os reforçarmos pelo fluxo continuo de novo contingentes”*<sup>73</sup>.

---

<sup>69</sup> CANDIDO, João . *A Eugenia*. Curitiba: Livraria Econômica, 1923.

<sup>70</sup> Idem (p.22).

<sup>71</sup> AMARAL, Azevedo. *Estado Autoritário e Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938 (p 256).

<sup>72</sup> Idem ibidem

<sup>73</sup> Idem 259

Os novos imigrantes deveriam chegar quase como se fossem novas tropas para a batalha que aqui se travava e que seria “ *a chave de todo o destino de nacionalidade*”. Denominada de “*problema étnico brasileiro*”, raça e etnia aparecem com sinônimos e a história do Brasil é vista como o processo de triunfo perfectível da civilização européia sobre o território tropical e a miscigenação, segundo o autor:

*“O homem branco que em quadro séculos de desenvolvimento da nacionalidade tem sido o fator preponderante ou antes quase exclusivo da obra civilizadora, está em concorrência, no processo de caldeamento étnico com elementos representados por duas raças profundamente diferentes dele.”<sup>74</sup>*

A figura do caldeamento não aparece como mistura harmônica ou democrática, mas sim como campo de batalha, espaço de concorrência. Para o autor a perfectibilidade eugênica, que em seu caminho supera esses obstáculos, é européia e branca. AMARAL constrói o estado autoritário como a solução para a batalha, como o responsável pela seleção eugênica das populações, segundo ORTIZ:

*“É interessante observar que a política imigratória, além de seu significado econômico, possui uma dimensão ideológica que é o branqueamento da população brasileira. O fato de este branqueamento se dar no futuro, próximo ou remoto, está em perfeita adequação com a concepção de um estado brasileiro enquanto meta.”<sup>75</sup>*

Azevedo Amaral pressupunha em sua obra que um estado nacional autoritário encarnaria e executaria a vontade coletiva, eliminando os intermediários dessa vontade que seriam os políticos e a mediação realizada pelas instituições democráticas em um estado de direito. Para o autor, o estado autoritário brasileiro seria uma “*combinação harmoniosa*” na

---

<sup>74</sup> Idem, *ibidem*.

qual “sobrepujando porém essas relações individuais está o bem coletivo, diante do qual nenhuma liberdade e nenhum direito podem subsistir”<sup>76</sup>. Discursividade que encontrava eco em outra áreas de conhecimento, como na ciência social de OLIVEIRA VIANA<sup>77</sup>. Esse autor que, com o seu racismo marcou o pensamento social do período, também era partidário do branqueamento das populações como premissa civilizatória e do estado autoritário como propulsor do progresso nacional.

Oliveira Viana também diagnosticara um descompasso entre o estado liberal e a realidade brasileira por ele percebida, compondo como solução o autoritarismo. José Murilo de CARVALHO aponta que a postura de Viana derivaria de seu “iberismo”<sup>78</sup>, entendido como um ideal de sociedade em que os interesses individuais deviam ser regulados em função do objetivo coletivo, em oposição ao extremado individualismo liberal.<sup>79</sup>

Nesse sentido, Azevedo Amaral também poderia ser pensado como um *iberista*, entretanto a composição eugênica é diversa. Cabe lembrar que o eugenista Kehl inspirava-se, também, nas idéias de Leonard Darwin que, por sua vez, eram de um extremado individualismo puritano. Contradição? Sim, mas isso por que a eugenia no Brasil, como vários outros ideários, mescla-se, sofre colagens originais. As idéias vindas da Europa ou dos Estados Unidos são peneiradas, fragmentadas, as discrepâncias entre elas apagadas e quando recosturadas criam um universo diverso do que as originou.

---

<sup>75</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5 ed. São Paulo: brasiliense, 1994. (p. 31).

<sup>76</sup> AMARAL, op. cit. (p. 283, 284).

<sup>77</sup> Oliveira Viana é outro autor que tem merecido várias e competentes análises na historiografia recente, ver: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998; HARDMAN, Francisco Foot (org.) *Morte & Progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: Unesp, 1998.

<sup>78</sup> Sobre iberismo ver: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados*. Idem; onde define o iberismo: “Positivamente, é um ideal de sociedade fundado na cooperação, na incorporação, no predomínio do

Por outro lado, nos primeiros anos do século XX, o liberalismo havia declinado na Europa, que assistira à ascensão dos regimes totalitários, o que “*apenas transferiu a responsabilidade exclusiva da auto-perfectibilidade individual para a auto perfectibilidade da nação como sujeito coletivo*”<sup>80</sup> Transformação que contribuía ainda mais para a expansão teórica do gerenciamento de um coletivo nacional.

Voltando a AZEVEDO AMARAL: ao final de sua obra ele defendia que a liberdade individual fosse submetida ao interesse coletivo que, por sua vez, estaria representado pelo próprio estado. Aqui, volta a eugenia, como um instrumental de biopoder que apóia o racismo de estado como uma biopolítica e compõe um Estado vigilante, que identificaria e detectaria quais seriam as perturbações em uma pressuposta harmonia social.

Uma vez definidos quem ou o que seriam os empecilhos à homogeneidade cobiçada pelo ideal eugenista do autor, os mecanismos minuciosos virar-se-iam para eles, extirpando-os de diversas maneiras. Execução auto-justificadora, pois que ao mesmo tempo o estado é percebido como o legítimo poder para realizá-la e, ao fazê-lo, reforça a sua utilidade e autoridade como detentor e decifrador do interesse da coletividade. Em um poder de vida e morte:

*“A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura”*<sup>81</sup>.

---

*interesse coletivo sobre o individual, na regulação das forças sociais em função de um objetivo comunitário.”* (p 214).

<sup>79</sup>Ver: CARVALHO. Idem, ibidem.

<sup>80</sup> RAMOS, Maria Bernardete. *Perfectíveis Corpos: corpo e nação territorialidades imponderáveis*. UFSC: mimeo, 2002 (p. 4).

<sup>81</sup> FOUCAULT. Em Defesa...op.cit (p. 305).

Segundo FOUCAULT, este deixar morrer não é somente o assassinato direto, mas também a própria exposição dessas populações ao risco de morte, até uma morte política, bem como práticas de expulsão e rejeição em políticas de purificação social. O Estado, bem como os médicos da “*filantropia seletiva*” são os detentores do poder de vida e morte. Para tudo isso é essencial o racismo, sobre ele assenta-se toda essa biopolítica, pois que é o justificador desse direito de matar. O racismo moderno é uma tecnologia que sustenta a função da morte.<sup>82</sup> É o direito de deixar viver e deixar morrer incorporado pelo estado, onde o monopólio da vontade coletiva e o controle das pulsões legitimam o monopólio da violência e da força de polícia. Como em AMARAL, em que o autoritarismo teria de ser constantemente vigilante da suposta harmonia social, um poder corretor de desvios:

*“Entre a vontade nacional, expressa pela autoridade do Estado e a esfera de liberdade e iniciativa traçada ao cidadão, vem estabelecer-se na lógica dos princípios básicos do regime, uma harmonia cujo o rompimento não pode deixar de constituir um desvio da ação individual em detrimento do interesse comum. Admitir, portanto, que o Estado não inclua entre as suas atribuições precípua a vigilância para evitar a ocorrência de semelhante desarmonia seria negar os próprios fundamentos ideológicos do regime.”<sup>83</sup>*

O resumo da ópera é que a eugenia, com seu caráter estritamente autoritário, definia e identificava os obstáculos à perfectibilidade civilizatória, branca, bela e européia, catalogava desvios e inventava soluções. Principalmente, eram discursos formulados em locais autorizados, como a corporação médica, o que legitimava e dava existência aos seus parâmetros identificatórios da diversidade humana.

---

<sup>82</sup> Idem (p 306/308).

## 2.2 – Entre Vício e Virtude: a composição de duplos

*“A pretensão hegemônica da episteme platônica, que se compagina na paideia filosófica do saber acerca do ser, desautoriza a paideia poética do saber pelo sofrer”<sup>84</sup>*

Se o autoritarismo era um componente essencial no discurso eugênico, era necessário legitimá-lo. Para tal, constituiu-se uma estratégia narrativa que buscava as supostas “origens” da eugênia. Elas são articuladas no discurso eugênico e lançadas na antigüidade clássica, tecida como berço da razão ocidental. As balizas fundantes dessa digressão serão Esparta, no período de Licurgo, onde crianças com deficiências são mortas, e, não por coincidência, as obras de Platão, onde a pedagogia trágica grega é suplantada pela virtuosa consciência metafísica.

Na discursividade eugênica de Kehl, a figura de Licurgo é vista como um “*espírito forte*” que, com sua prática de atirar para morte as crianças nascidas “*raquíticas e defeituosas*”, inaugurava a eugenia<sup>85</sup>. Já Cândido chama essa política de um “*extremo deplorável*”, mas também a utiliza como momento fundante da eugênia<sup>86</sup>. Ambos percebem nessas medidas autoritárias e, supostamente, eugênicas a causa da beleza e inteligência gregas. As falas dos autores não só angariavam o status de conhecimento com raízes históricas quase memoráveis para as suas idéias, como também compunham uma análise causal que demonstraria a eficiência das suas teorizações: a Grécia, segundo eles, comprovaria como a intervenção eugênica aprimora a espécie humana.

---

<sup>83</sup> AMARAL. op. cit. (p 286).

<sup>84</sup> SOUZA, Ronaldo de Melo. A Atualidade da Tragédia Grega. In: ROSENFELD. op. cit. (p.115)

<sup>85</sup> KELH. op. cit. (p 89).

<sup>86</sup> CANDIDO. op. cit. ( p. 5).

O outro fundamento grego desse discurso eugênico é a comparação que Kehl faz entre Platão e Galton. Platão e a sua *A República* são vistos como uma sistematização seletiva do governo dos superiores, em resposta à inépcia democrática. Continuando a linha de análise, Kehl constrói uma perspectiva sobre Sócrates, apontando o filósofo como um primeiro teórico eugenista, ao citar uma passagem socrática onde se refletiria sobre os resultados de uma seleção dos *cruzamentos* entre humanos:

*“(...) que homens superiores não nos adviriam por este meio, escolhendo os indivíduos mais indicados para dar filhos sãos, vigorosos, inteligentes, capazes de aumentar o valor físico e moral da raça”<sup>87</sup>.*

Um Sócrates eugenista era apresentado, constituía-se a Grécia antiga como momento eugênico máximo. Os autores acabavam por construir uma idade de ouro para as suas explanações e, nesse passado remitificado, apropriam-se de Platão e Sócrates, como dois heróis para compor o Panteon eugênico junto com Galton. Eles são os heróis do drama racional otimista, afinal a promessa recorrente na eugenia era que ela seria *“a base da força, da beleza, da saúde e até da felicidade”<sup>88</sup>*. Segundo NIETZSCHE, a felicidade é o otimismo trazido no drama platônico, onde o herói, ou seja Sócrates: *“justifica os seus atos pelo recurso a razões e argumentos”<sup>89</sup>*.

Assim, apresentavam-se também as explanações dos homens de ciência da *intelligentsia* brasileiras, racionalizando problemas, excluindo diferenças e impondo soluções para o país. Com a disposição firme e constante que estar a praticar o bem (a ação racional) no presente, era a promessa de realização do futuro perfectível e feliz.

---

<sup>87</sup> KEHL. op. cit. (p. 130).

<sup>88</sup> CANDIDO. op. cit. (p. 5)

<sup>89</sup> NIETZSCHE, Frederich. *A Origem ...* op. cit. (p. 89).

Dar fim ao trágico contido no viver humano e realizar finalmente a promessa platônica, de uma maneira quase milenarista, era uma nostalgia eugênica e seu escopo de atuação discursiva.

*“Não esqueçamos as conseqüências dos preceitos socráticos: ‘Virtude é ciência, só se peca por ignorância. O homem virtuoso é o mais feliz’. Nestes três princípios do otimismo escamoteia-se a morte da tragédia”<sup>90</sup>*

Homens de ciência, médicos virtuosos e povo ignorante, esse era um quadro pintado pelos intelectuais brasileiros. O otimismo futurista dos qualificados homens eugênicos via uma missão a cumprir: retirar todo o feio, o horrível, o doente, o triste - e assim o trágico - da vivência das populações, mesmo que fosse a revelia delas. Razão, autoritarismo, progresso, ciência, futuro, palavras que traçam linhas, linhas que esboçam imagens, imagens que não parecem estranhas aos presentes dias.

Entretanto, seguindo a perspectiva de Schiller, o trágico é *“um aspecto fundamental da existência humana, indicativo irremediável, dolorosa incompatibilidade entre o homem e o mundo em que ele se acha por acaso”<sup>91</sup>*. Não podendo ser eliminado por decreto, ou projeto, o trágico também estava contido exatamente naquela intenção racionalista de edificar um sentido controlado para o ser humano no mundo.

Como pressupostos amplos e imprecisos que eram, a identificação e seleção eugênica dos seres humanos apresentavam-se como um universo semântico disseminado na corporação médica. As paráfrases para essa triagem não aparecem somente em textos abertamente eugênicos. Assim, ao analisar a Revista Médica do Paraná, pode-se buscar

---

<sup>90</sup> Idem (p. 90).

<sup>91</sup> MOST, Glenn W. *Da tragédia ao trágico*. In: ROSENFELD. op. cit (p. 34), analisando a concepção de trágico e de tragédia em Schiller.

indícios de como os ideais eugênicos infiltraram-se e embrenharam-se nas percepções sociais dos médicos.

Em 1936, em um artigo intitulado “*Disposições Pessoais aos Vícios*”<sup>92</sup>, o Dr. Eduardo Mussi busca pelas causas que levariam as pessoas a alguns hábitos e comportamentos considerados por ele como vícios. Nota-se que sobre o nome de vício também encontravam-se tanto drogas como opções sexuais.

Analisando cada um dos *vícios* apresentados no artigo pode-se encontrar “*cocaína*” como um “*vício deste sal não enxerta a quem não tenha uma tara predisponente*”. Assim a cocaína que, no período, era utilizada como remédio, só se transforma entrando para a denominação de vício do autor em pessoas consideradas possuidoras de uma *tara* anterior que as predispusse. O tornar-se viciado era dado a priori e não através do uso do produto. Também a *morfina* apresenta-se como vício para o “*nervoso que sofrendo insônia, tomando uma injeção, reclamará sempre outras e outras*”<sup>93</sup>. Aqui, além de uma predisposição a priori, o viciado é também caracterizado como nervoso e insone.

Uma série de enunciados vão compondo o ser viciado como alguém que já possui um mal interno que a utilização desmedida de uma substância apenas revelou. Destaca-se que, com essa estratégia, o autor eliminava qualquer possibilidade de se responsabilizar o saber médico pelas conseqüências do uso indiscriminado dessas substâncias como remédio.

Continuando, são arrolados como vícios: o fumo, que tem “*efeitos nocivos*” mas também “*aviva as idéias*”<sup>94</sup> e o jogo, considerado uma “*moda no Paraná*”. Para o jogo, o autor dedica uma análise mais ampla, misturando várias influências, pois que também

---

<sup>92</sup> MUSSI, Eduardo. “Disposições Pessoais aos Vícios” IN: *Revista Médica do Paraná*. Nº8; ano v. Curitiba: Associação Médica do Paraná, agosto, 1936.

<sup>93</sup> Idem (p. 283).

<sup>94</sup> Idem (p. 284).

“influi muito na aquisição desse vício a educação do lar e o meio”. Na passagem, continuam as condições anteriores ao próprio jogo sendo definidoras do viciado, mas agora, elas também são dadas pelo meio e não somente pelo ser biológico do indivíduo, se bem que ele não é esquecido, afinal “*é uma tara nevrozata a atuar sobre o indivíduo, é a predisposição hereditária*”<sup>95</sup>. O jogo também era visto como hereditário. Tal dispersão discursiva fazia com que o indivíduo cada vez fosse menos percebido como portador da responsabilidade gerada pela concepção de livre arbítrio, ao contrário, enredava-se em condições exteriores a sua vontade, que definiam o seu destino.

Mas logo o autor cita Rui Barbosa, em uma metáfora em que o jogo “*é a lepra do vivo e o verme do cadáver*”<sup>96</sup>. Mais que uma metáfora, tem-se aqui uma alegoria duradoura, que define uma idéia corrosiva e deformadora, tanto na vida como na morte. Seria através desta que se ligaria a lepra e o verme ao jogo, em uma percepção de que ambos corroem o ser. Uma estratégia discursiva, na qual esses aspectos identificam os três entes em uma similaridade, permitindo que a fala forme um *arco alegórico* sobre eles.

Porém, pode ser percebido como esse elo é um jogo semântico dentro de um universo simbólico humano, que se sobrepõe ao mundo da natureza, ao mesmo tempo em que finge dele ser retirado. Afinal, o ato do verme poderia apenas ser visto como alimentação, pouco importando que tipo de alimento está a ingerir. A lepra poderia ser lembrada apenas como uma patologia grave, sendo vistas suas manifestações externas sobre a pele e membros como sintomas. Mas não é isso que ocorre na fala, aqui o *jogo é a lepra*, o *jogo é o verme*, e assim, a *lepra é o verme dos vivos*. Todos os três comeriam e corroeriam o que já foi potencial e agora é ruína, resto, sombra do que poderia ter sido.

---

<sup>95</sup> Idem (p. 285).

<sup>96</sup> Idem, ibidem.

O próximo aspecto a ser analisado como vício é a sexualidade. O autor compõe a prostituição dividida entre masculina e feminina. Somente a masculina “é vício” e levaria os homens a “*degradar-se entre a mesa de garrafas e o covil infecto e asqueroso*”. Assim o que é visto como prostituição masculina é algo onde se misturam boêmia e alcoolismo, e que é repreendido pela infecção que traz, mas se é vício, a responsabilidade do seu praticante está diminuída, para além do seu controle.

Bem diferente da prostituição feminina, que não é vício e sim a “*degradação da espécie, motivada pela necessidade ou pelo erotismo*”<sup>97</sup>. Aqui o feminino é constituído como responsável pelo futuro da espécie humana, sua prostituição como degenerante, mas a culpa nas mulheres não é redimida, pois que elas teriam procurado esse caminho ou como uma opção de sobrevivência (livre arbítrio, pois poderiam ter buscado outra opção) ou então por gosto inscrito no tal *erotismo* (de novo opção).

Finalmente vem o álcool que é um vício que “*só adquire quem possuir miopragia (?) ancestral*”. Novamente a culpa é da geração e não do indivíduo. Assim o médico resume e determina as causas de todos esses vícios: “*É sempre psicose hereditária a influir no indivíduo, como a espada de Démoles*”<sup>98</sup>. A prerrogativa do hereditário reforçava a importância da heredologia de Kehl para o conhecimento das populações e para a medicina. Aquela instrumentalizaria uma técnica, como a eugenia, que pudesse manipular a herança das gerações precedentes, o que dentro dessa discursividade havia se tornado a única solução, ou melhor cura, em relação ao diagnóstico feito pelo referido médico. Para além do sanitarismo profilático, a eugenia propunha uma cura profunda e radical, o que tornava

---

<sup>97</sup> Idem, ibidem.

<sup>98</sup> Idem (p.286).

estrategicamente essencial a sua incorporação pelo discurso médico, afinal essa área estava em um momento expansionista sobre o conhecimento

Também nesse sentido Cândido, ainda nos anos 20, havia justificado a sua filiação à perspectiva eugênica, afirmando que após ter combatido os “*grandes flagelos, que mais danos causam a espécie humana*” que, para o autor seriam a tuberculose, “*peste branca*”, o alcoolismo e a sífilis, esses seriam “*três formidáveis inimigos da grande pujança de nossa raça e eu os combati*”. Após constituir um campo de batalha para a medicina e dizer da sua experiência nele, o autor afirma passar para “*o ultimo elo da cadeia*” para “*melhorar os destinos da humanidade*”, obviamente seria a eugenia denominada de “*zimbório refulgente no majestoso templo da nova era*”<sup>99</sup>. A saber, zimbório é a parte superior de algo.

Esses médicos apresentam nas suas falas explicações baseadas na hereditariedade, o engendrar biológico apresentava-se como essencial para a solução da problemática social por eles analisada. Mesmo quando o que estava em discussão era a educação, o debate estava mergulhado em concepções deterministas. As elites intelectuais do país estavam buscando construir um futuro, por isso pretendiam conhecê-lo a priori para poder coordená-lo, dando os traços que deveriam compor sua face identitária.

Essa face do futuro tinha o dever de ser imaculada, sem traços de doenças, vícios, feiura, sujeira, crimes, entre tantas outras temáticas tratadas pelos discursos de identidade nacional do período. Todos esses aspectos do viver humano eram vistos como extirpáveis pela manipulação racional da própria vida. Mas no interior desta *intelligentsia* havia uma disciplina que estava se candidatando a participar com destaque na construção desse futuro virtuoso: a medicina, pelas mãos e palavras de seus representantes.

*“Impedi os vícios de nascer e tereis feito bastante pela virtude.”<sup>100</sup>*

Passagem creditada a Rousseau, é utilizada por dois médicos em um texto de 1916, onde é transformada em máxima eugênica. O referido texto é uma dissertação sobre a interdição ou não do casamento para pessoas leprosas, realizada dentro da Comissão de Profilaxia da Lepra<sup>101</sup>. Mesmo estando quase convencidos pela teoria do contágio, os dois médicos hesitavam em abandonar a idéia de transmissão hereditária, o que ocasiona a prescrição de medidas eugênicas para os doentes de lepra.

*“Em quase todos os países é predominante a idéia de que os leprosos constituem elemento de grande perigo social, em se tratando de casamento, derivando daí a proibição de semelhantes uniões”<sup>102</sup>*

Dentro do diagnóstico desses dois doutores, a saber Valverde e Silva Araújo, estava prescrito que, igualmente à interdição ao casamento imposta para os “*tarados*”, também deveriam estar proibidos ao matrimônio os tuberculosos, nevropatas, sífilicos e leprosos. Embora chamem de “*brilhantes*” os trabalhos de Hansen, que haviam demonstrado ser a lepra contagiosa, os referidos médicos estavam imersos em um circuito discursivo onde eram disseminados pressupostos eugênicos. Com esse horizonte de perspectiva, os dois, mesmo não sendo eugenistas, não enxergavam nenhuma contradição defender ao mesmo tempo tanto restrições ao casamento daqueles doentes, em nome da puericultura da futuras gerações, quanto aceitar ser a lepra transmitida por contágio.

---

<sup>99</sup> CANDIDO. op. cit. (proêmio).

<sup>100</sup> ARAUJO, Paulo Silva & VALVERDE, Belmiro. Lei e Casamento. IN: SOUZA ARAUJO. *A História da Lepra no Brasil*. op. cit. v. III ( p 147).

<sup>101</sup> Sobre os debate da Comissão de Profilaxia da Lepra entre os anos de 1916 e 1919 ver: SOUZA ARAUJO. *A História da Lepra no Brasil*. op. cit. v. III (p 123).

Para legalizar tal análise, os autores recorrem à constituição brasileira em vigor, que permitia a anulação de casamento perante “*erro essencial*”, onde este era entendido pela regulamentação do casamento civil, artigo 72 parágrafo 3º, como:

*“A ignorância de defeito físico irremediável e anterior, como a impotência e qualquer moléstia incurável ou transmissível ou herança.”*<sup>103</sup>

Mesmo achando que o contágio era uma realidade, os autores não abrem mão da seleção eugênica dos casamentos, porém também se preocupam em defender um isolamento imediato dos filhos recém-nascidos de pais sabidamente leprosos. Na dúvida teórica sobre qual seria a medida profilática mais eficaz contra a doença, eles estavam a ascender uma vela para o contágio, outra para a herança, não querendo relaxar em nenhuma das hipóteses. Entretanto, conseguem chegar a algumas conclusões sobre a regulamentação das uniões de doentes de lepra:

*“I - Não é admissível o casamento entre um leproso e uma pessoa sã. II - Deve ser evitado o casamento entre leprosos. III - Não se pode estatuir em lei esta proibição. IV - O casamento entre eles só é tolerável nas leprosas sob vigilância médica. V - O divórcio é perfeitamente justificado entre cônjuges, desde que um deles seja leproso. VI - Quando declarável tardiamente a lepra em um casal é cabível o divórcio. VII - Essas duas determinativas devem ser estatuídas em lei, embora não seja aceitável a obrigatoriedade do divórcio. VIII- Os filhos dos leprosos devem ser separados desde que nascem, dos progenitores. IX - Devem ser tomadas rigorosas medidas de profilaxia para a descendência dos leprosos.”*<sup>104</sup>

Tudo respaldado pela concepção de que a “*eugenia de Galton ou o estudo social do aperfeiçoamento da produção humana encontra na puericultura o seu mais prestimoso*

---

<sup>102</sup> SOUZA ARAUJO. *A História da Lepra...* op.cit. v. III ( p 145).

<sup>103</sup> Idem. (p. 147).

*auxilio a melhoria da raça.*”<sup>105</sup> Essa prescrição eugênica em um tratado sobre lepra, mesmo quando a concepção do contágio já era bem aceita, tanto que os debates agora estavam voltados para a existência ou não de um vetor nesse processo de contaminação, parece demonstrar que as disseminações teóricas são mais amplas do que poderia ser pensado em um primeiro momento. A expansão da eugenia acontecia de um modo muito mais difuso, não necessitando formar nenhum bloco ou denominar um determinado grupo. Essa operação era sim uma penetração fragmentária que permitia estar incorporada no jargão acadêmico em forma de termos e axiomas dados como verdadeiros que se bastavam por si e que não necessitavam mais ser explicados. As preocupações eugênicas também estão explicitadas quando os médicos leprologistas da Comissão de Profilaxia da Lepra debatem a imigração:

*“ Tratando-se de imigração subvencionada pelo estado, este tem o direito e mesmo a obrigação de exercer uma fiscalização, excluindo pessoas cujos os antecedentes de saúde física e psíquica sejam defeituosas ou não ofereçam garantias de moralidade. (...) Exigindo este ( atestado do médico de bordo) de todos os passageiros ou somente dos de terceira classe.”*<sup>106</sup>

Na digressão acima, a figura do imigrante parece assemelhar-se com uma mercadoria, pois dele se quer garantias de retorno do investimento. Esse certificado de garantia do produto imigrante é, então pensado pelos leprologistas, como um atestado de antecedentes de saúde avaliados por uma autoridade médica. A passagem demonstra não só a ampliação desse saber/poder, através da biologização de cada recanto do viver humano, e à expansão eugênica da concepção do que seria saudável, mas também a sua função

---

<sup>104</sup> Idem. ididem.

<sup>105</sup> Idem. (p.144).

<sup>106</sup> Idem (p 151).

utilitária dentro da lógica do desenvolvimento econômico previsto no trabalho do imigrante.

Além disso, como a citação está falando de lepra, desponta mais um sentido que a doença assume: o de ser uma doença de miseráveis, pois que se não era possível exigir atestados de antecedentes médicos de todos, pelo menos aos passageiros da terceira classe deveria ser necessário. O perigo do contágio parece mesclar medo da doença e o dos pobres. Logo em seguida, aparece uma metáfora sobre a situação do leproso que não seria aceito em nenhum lugar, quando o médico afirma:

*“ Assim o leproso está em perigo de ficar uma espécie de judeu errante e seria conveniente considerar o que se deve fazer com doentes nessas condições.”<sup>107</sup>*

É uma metáfora de longa duração, ou seja uma alegoria. Novamente vêem-se as figuras do leproso e do judeu em um mesmo arco de linguagem. Situações limítrofes na sociedade ocidental em que um remete ao outro e vice-versa. O texto encerra definindo a necessidade de se criar um lugar para os doentes. Ordenar o caos é definir fronteiras entre lugares, onde cada coisa tem um nome e este nome tem um território. Evitando ambivalência que pode causar contato e, assim, contágio.

Depois de muito debate sobre qual seria o melhor isolamento, em 1919, a comissão elabora onze conclusões. Elas deveriam ser os suportes para um projeto de lei nacional sobre a doença, mas também acabariam por nortear o renascimento dos leprosários ao final da década seguinte no Brasil.

A primeira conclusão a que chega a comissão é que *“o isolamento dos leprosos, base racional da profilaxia da lepra, deve ser obrigatório, sem distinção de classe ou*

*indivíduo.*” Medida que se torna contraditória quando da segunda conclusão, pois nela é definido que as pessoas com “*meios suficientes*” poderiam ter o “*isolamento domiciliar*”, sob uma “*vigilância assídua e rigorosa*”.<sup>108</sup>

Nas duas primeiras conclusões estavam definidos os limites da condição de leproso, iniciando pela opção de denominá-lo pela sua doença ao invés de usar o termo doente. Entretanto ao mesmo tempo em que se afirmava serem todos iguais perante a razão profilática da medicina, também eram eles divididos pelas condições econômicas, pois que se definia que por essas o ter ou não direito ao isolamento domiciliar. Esses traços são essenciais para a compreensão da tragédia pessoal a ser vivida. Para alguns poucos privilegiados, o sepultamento em vida dar-se-ia dentro das paredes do seu quarto, isolados do mundo porém mantendo-se em suas casas. Bem diferente, e especificamente característica das conseqüências dessa biopolítica, era a situação de ser retirado da sua casa, da sua família, do mundo, com uso de força e separado em um lugar desconhecido e distante.

Nas conclusões da Comissão inicia-se rastrear a destruição dos vínculos pessoais e sociais a que o doente seria exposto. Destacam-se as considerações sobre o casamento, na quinta e sexta conclusões, onde ele era visto como: “*o casamento entre leprosos deve ser evitado, sendo, apenas tolerável sob vigilância médica*”; era estipulada a permissão de desquite quando um dos cônjuges fosse considerado leproso e proibia-se o “*exercício de qualquer profissão por indivíduo leproso entre a população sadia*”<sup>109</sup>.

Não só o doente estaria sob vigilância mas toda a família, conhecidos e médicos envolvidos em cada caso, pois que na décima conclusão encontra-se: “*já sendo a lepra de*

---

<sup>107</sup> Idem, ibidem.

<sup>108</sup> Idem (p. 159).

*notificação compulsória, será esta regulamentada convenientemente, fazendo-se obrigatoriamente a declaração dos casos suspeitos*".<sup>110</sup> A obrigatoriedade da comunicação e do isolamento dos casos da doença desencadeiam uma rede de mentiras, pois muitos doentes irão afirmar desconhecer o paradeiro de seus familiares quando entrevistados pelas autoridades médicas<sup>111</sup>.

As conclusões da Comissão de Profilaxia da Lepra definem também o modelo de isolamento obrigatório, afastado e concentrado para o recolhimento dos doentes na terceira conclusão. Isso ainda é justificado pela quarta conclusão, que disserta sobre a possibilidade da existência de um vetor (mosquito) que fosse o responsável pelo contágio.

Além disso, propõe-se: a proibição da entrada de qualquer imigrante que porte a doença (sétima conclusão) e da venda de produtos manuseados por doentes (oitava conclusão). Confere ainda, poder à autoridade sanitária de fiscalizar locais públicos e privados na busca de doentes (décima primeira conclusão).<sup>112</sup> Essas premissas são essenciais para a compreensão das práticas norteadoras da profilaxia para a lepra no Brasil a partir do final da década de 10 até o advento da sulfona nos anos 40. Nelas espelham-se as propostas regionais, como a legislação paranaense sobre a doença de 1918, sob os auspícios de Manguinhos, e de 1926, para o funcionamento do São Roque. Dessa forma, uma vez traçadas as diretrizes, pode-se buscar suas aplicações e nuances regionais. Aqui no caso, através de uma análise concentrada no estado do Paraná

---

<sup>109</sup> Idem (p. 157).

<sup>110</sup> Idem (p. 159).

<sup>111</sup> Ver: BORGES JR, Antônio de Oliveira. *Fragmentos de Vida*. Salvador: Helvécia, 1999; NACLI, Adibe. *O Mal de Hansen e o serviço Social no Sanatório Colônia São Roque*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1959 e FERNANDES Jr. Lindolfo Ribeiro. *A Secretaria da saúde e do Bem Estar do Paraná: suas origens e sua evolução no período de 1853 –1983*. Curitiba: Secretaria da Saúde, 1986.

<sup>112</sup> SOUZA ARAUJO. *A História da Lepra no Brasil*. op. cit. v. III (p 159).

No início do século XX, o debate médico sobre a lepra estava quase completamente ganho para os médicos que defendiam a teoria do contágio como explicação para a transmissão da doença, em oposição aos teóricos da hereditariedade. O próprio Oswaldo Cruz já havia apontado o caráter contagioso da enfermidade, em uma fala no ano de 1913, quando o notório médico via que *“o leproso é ao menos um dos depósitos do vírus. Isto está provado. Daí a necessidade de isola-lo da comunidade.”*<sup>113</sup> Essa era a formação que transmitira a vários dos seus alunos, entre eles o médico Heráclides de Souza Araújo que, em 1916, estaria encarregado pelo governo federal da Comissão de Profilaxia Rural do Estado do Paraná. Será também esse médico o responsável pela publicação de obras importantes para o estudo da lepra e de seus tratamentos no país durante a primeira metade do século XX.

Araújo veio ao Paraná em 1916 para chefiar a Comissão de Profilaxia Rural no estado, pretendendo desenvolver uma proposta profilática para a lepra. Como ex aluno de Oswaldo Cruz, além de aderir à teoria do contágio, não descartava a idéia de um vetor hemófago (mosquito ou mosca) que auxiliaria na transmissão. Todo o seu projeto partia da premissa do isolamento do doente:

*“sendo o leproso, portanto, a cultura ambulante do bacilo de Hansen – o portador do germe infectante – só há uma profilaxia para a lepra e esta se resume no isolamento do doente.”*<sup>114</sup>

O doente é visto biologicamente como uma cultura do bacilo. A metáfora é reificante ao estabelecer o elo de ligação de um pessoa com a vidraria de um laboratório, onde os bacilos, vírus, germes, são cultivados e isolados para estudo. A passagem acima

---

<sup>113</sup> SOUZA ARAÚJO. *Profilaxia Rural no Estado do Paraná*. op. cit 1919 (p 240).

<sup>114</sup> SOUZA ARAÚJO. *Idem*, 1919 (p. 239). Grifo do autor.

supõe que também o enfermo poderia ser manuseado e isolado sem nenhuma dimensão humana.

Para o grupo de jovens médicos<sup>115</sup> que formavam a Comissão de Profilaxia Rural do Estado do Paraná estava confirmado que a lepra era contagiosa. Assim, a solução apresentada como inconteste no programa profilático era o isolamento de todos os doentes. Não mais aquele isolamento em que os doentes pobres de lepra vagavam em torno das cidades pedindo esmolas, ou em Lazaretos também utilizados como depósitos para várias doenças contagiosas ou de mendigos em geral, como há relatos durante o século XIX e nos primeiros anos do XX.<sup>116</sup> O isolamento na nova proposta era institucionalizado e obrigatório, uma biopolítica minuciosa e estatal que vinha em contraposição das posturas anteriores.

As fontes sobre a lepra no Paraná multiplicam-se a partir de 1919, quando o trabalho da Profilaxia Rural (desenvolvido a partir de 1916) é publicado em livro. Nele, um amplo mapeamento, não só da lepra, como da sífilis, do impaludismo e das verminoses no estado, é disponibilizado aos leitores. O autor é o próprio Souza Araújo, que de início já afirma que a motivação de todo o trabalho havia sido a questão da lepra, mas por vários motivos ela acabara ficando relegada a um segundo plano naquele momento:

---

<sup>115</sup> Ver: figura 2 na introdução da tese (p. 9).

<sup>116</sup> Ver sobre a lepra no século XIX: MAURANO, Flávio. *História da Lepra em São Paulo*. V. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939 e SUTIL, Marcelo Saldanha. *Da Cidade a Sepultura: o lazareto São Roque na Curitiba de 1855 a 1926*. (monografia) Curitiba: UFPr, 1992. Neste último é analisado o antigo LAZARETO São Roque existente no bairro das Mercês em Curitiba, não confundir com o LEPROSÁRIO São Roque aqui estudado, pois apesar de manter o nome do santo, a postura de medicalização da sociedade é diferenciada. Estes lazaretos eram quase sempre abandonados pelas autoridades, sofrendo com péssimas condições de higiene e com pouco ou nenhum atendimento médico. Bem como, às vezes eram utilizados como depósitos para mendigos. Ver: BORGES Jr, Antonio de Oliveira. *Fragments de Vida*. Salvador: Helvécia, 1999 (p. 21-42)

*“Vários obstáculos foram aparecendo e não se fez até hoje (1919) a profilaxia da lepra, mas em compensação, a campanha contra as verminoses em todos municípios da marinha vai dando os mais brilhantes resultados, e a campanha anti-palúdica por nós iniciada e dirigida acabou com o grande espantinho e o grande ceifador da vida dos preciosos trabalhadores do sertão.”<sup>117</sup>*

O autor continua relatando as campanhas realizadas contra outras doenças, o trabalho conjunto a Comissão Rockefeller<sup>118</sup>, o caos dos serviços de saúde quando da gripe espanhola, etc. O livro, além de ser uma fonte profícua sobre esses assuntos, apresenta as propostas do médico para o atendimento à lepra. Nelas delineia-se a sua visão sobre o isolamento.

A profilaxia da lepra deveria ser composta pelo isolamento obrigatório em leprosários, que funcionassem no sistema de colônias auto suficientes, o que reduziria as possibilidades de contato dos doentes com o mundo exterior. A esse modelo ele chama de *Lazarópolis*. Tal projeto de leprosário-colônia apresenta muitas semelhanças com o que será implantado em 1926 como Leprosário São Roque, embora naquele momento, 1917, o médico sofresse críticas por ser sua idéia uma obra vultosa:

*“O Estado não pode suportar as despesas da organização, embora modestas, que o Dr. Heráclides Araújo projeta. A sua instalação e manutenção custariam algumas dezenas de contos, com resultados problemáticos”<sup>119</sup>*

A citação acima demonstra que em 1917 não existia um consenso a respeito do isolamento dos doentes no estado do Paraná. A construção de tal consenso será buscada intensamente durante os anos que se seguiram. Pela passagem do jornal, pode-se rastrear

---

<sup>117</sup> SOUZA ARAÚJO. *Profilaxia Rural...* op.cit. (p 12).

também uma mudança na constituição do papel do estado. Enquanto o articulista acima aponta as despesas que o erário público teria com a construção de um leprosário no modelo de colônia, menos de dez anos depois tal modelo executado no Paraná será exaltado como exemplo norteador para a saúde pública no nível nacional.

Esses indícios apontam que, entre os finais das décadas de 10 e 20, ocorreu uma mudança entre duas diferentes perspectivas sobre a saúde. Essa transformação da concepção de lazareto para o leprosário-colônia parece ter acontecido em várias regiões do mundo durante a primeira metade do século XX. No Brasil, o modelo leprosário colônia generalizou-se, demarcando uma maior atuação estatal perante a saúde pública.

Com um caráter eminentemente autoritário, a política de saúde pública demonstra a ampliação do papel do Estado que vinha assumindo a responsabilidade pelo manejo das populações. Seria um indício de uma influência eugênica? Pois que esta remetera ao estado tal função. Afinal, seus fragmentos teóricos estavam na formação profissional dos mesmos médicos que agora cobravam a intervenção e o investimento estatal na saúde, principalmente sobre a lepra.

Ainda em 1916, o então governador do estado Affonso Alves de Camargo havia assinado um decreto para a construção de uma colônia para leproso em Curitiba. Diante disso, Souza Araújo apresenta ao governador e aos deputados estaduais a questão que um leprosário colônia deveria ser construído em uma região mais isolada, podendo ser no interior do estado (Guarapuava?)<sup>120</sup> ou em uma ilha, mas nunca na capital. O médico logra

---

<sup>118</sup> A Comissão Rockefeller, segundo ROSEN, atuava no sentido de auxiliar os países na “*criação de agências de saúde nacionais e locais, incluídos os recursos humanos e materiais sobre os quais, no futuro se possam sustentar*”. Ver: ROSEN, George. *Uma História da Saúde Pública*. op.cit. (p.363).

<sup>119</sup> *Diário da Tarde*, Curitiba: 6 de janeiro, 1917.

<sup>120</sup> “*De todos os municípios do Paraná o mais infectado pela lepra é o de Guarapuava, que tem cerca de 100 casos, também o seu território é imenso. Neste município cogita-se da construção de uma Lazarópolis*” Ver:

êxito em seu intento e consegue deixar sua marca na legislação estadual para a lepra promulgada em 1917 e assinada pelo governador Affonso Camargo e por seu sucessor Caetano Munhoz da Rocha.<sup>121</sup>

Souza Araújo configura-se como um sujeito da razão: ele projeta sobre o papel o vir a ser futuro e nele organiza toda a classificação e ordenação das coisas. O mundo é perfectível na sua visão de superação constante rumo ao progresso e à felicidade, em um otimismo que só a crença na ciência é capaz de fornecer. Travestindo uma posição de sujeito ordenador, o seu projeto constrói uma classificação para os doentes:

*“Os leprosos são de 2 classes **válidos ou inválidos**, segundo o seu estado físico, isto é segundo a fase de desenvolvimento das lesões. Essas duas classes de leprosos se subdividem, segundo a sua situação material, em **ricos ou abastados, e pobres.**”<sup>122</sup>*

Na disciplina das categorias, o outro unitário na figura do leproso é racionalmente esmiuçado. Através das denominações suas possíveis diferenças são pré concebidas. Note-se que a classificação feita pelo médico é toda vinculada à produtividade e à distinção de classe social. A primeira distinção é feita pelo interesse de tornar a futura colônia auto suficiente, o que seria obtido pela exploração da força de trabalho dos *válidos*. A segunda, marcava a única alternativa ao internamento compulsório, o ser rico. Aos *ricos* seria facultado o isolamento domiciliar, mas sob uma fiscalização rigorosa e uma regulamentação bem específica: a propriedade em que se daria o isolamento deveria ser bem afastada de centros urbanos, com atendimento de enfermaria constante, visita médica

---

SOUZA ARAÚJO, H. C. de. *A prophylaxia Rural no Estado do Paraná: esboço de geografia médica*. Curitiba : Livraria Econômica, 1919 (p.236).

<sup>121</sup> SOUZA ARAÚJO. *História da Lepra...* op. cit. v.III (p. 242-244).

<sup>122</sup> SOUZA ARAÚJO. *Profilaxia...* op. cit. 1919 ( p. 241). Grifo do autor.

quinzenal, etc. Essas exigências tornavam inviável o isolamento domiciliar para a grande maioria da população brasileira.

Além do mais, a população nacional não tinha uma cotação muito alta com Araújo, sendo vista pejorativamente em relação à população européia. Segundo ele, na Europa, ao contrário do Brasil, o isolamento domiciliar poderia ser aplicado como profilaxia pelas próprias características da população, pois que:

*“Na Europa onde o povo é de regra mais ou menos ilustrado e sobretudo disciplinado, o isolamento a domicilio pode ser uma realidade, mas entre nós duvidamos muito (...).”<sup>123</sup>*

Em oposição relacional com a população brasileira, estaria caracterizando essa última como indisciplinada e incapaz de se auto isolar em suas residências. Como foi analisado em capítulo anterior, a formação dessa população é repetidas vezes catalogada como degenerada, tanto por médicos como pela intelectualidade em geral. Ela é composta como espaço de intervenção pelo ideário da salvação nacional, como aparecia nas propostas de técnicas eugênicas. Também nessa perspectiva a população do Brasil faria parte de um grande quadro natural; por outro lado, os europeus aparecem como a civilização que se ergueu sobre aquela primeira imagem de natureza, dominando-a. Tal postura justificava o autoritarismo que caracteriza não só a sociedade daquele país, mas também as suas políticas de saúde pública. O autoritarismo também nortearia o atendimento aos leprosos, tanto nos projetos de Souza Araújo, como na posterior execução do isolamento já no governo de Caetano Munhoz da Rocha.

No projeto profilático do médico ocorria uma dicotomização de configurações: por um lado os europeus como disciplinados, ou seja, que já haviam embutido a civilização

como autocontrole<sup>124</sup>, de outro está a imagem recorrente do leproso como alguém pobre que mendiga pelas cidades, miserável e perigoso transmissor do mal. Esse quadro precisa ser analisado tendo em mente as afirmações de Araújo, marcadas pela condescendência para com os europeus, o que se pode notar também quando disserta sobre como se daria a futura remoção dos leprosos paranaenses para o leprosário colônia:

*“Receamos mesmo pequenos levantes em certas regiões. Com mais prudência e persuasão, esperamos poder vencer os mais rebeldes. Em compensação contamos com um bom elemento, o colono europeu, que se acha espalhado por todo o Estado e é gente que conhece os seus deveres, assim como os seus direitos. A porcentagem de colonos polacos, alemães e austríacos afetados do mal de S. Lázaro, é assombrosa!”*<sup>125</sup>

Alguns pontos chamam a atenção na fala. Primeiro, é a remoção dos doentes ser descrita como uma operação de guerra em que se espera a resistência de “rebeldes” e o que se almeja é “vencer”. A militarização da profilaxia da doença, metaforizando-a em guerra, implementa, segundo SONTAG, uma credibilidade e precisão para a medicina moderna.<sup>126</sup> Pois poucos seriam os apelos críveis diante de um individualismo exacerbado, entre eles a guerra: “A metáfora implementa de maneira temível as doenças vistas como o estranho, o outro, como são os inimigos na guerra moderna;(...)”<sup>127</sup> A metáfora militar fornece os inimigos em uma operação de distanciamento, contribuindo para a estigmatização dessas doenças e dos que estão doentes.

Em segundo, os colonos europeus são vistos como conhecedores de seus deveres e direitos, assim são cidadãos no sentido liberal contratualista do termo, bem diferentes dos

---

<sup>123</sup> Idem 1919 ( p 240).

<sup>124</sup> Sobre a internalização do controle dentro do processo civilizador, ver: ELIAS, Norbert, O Processo ...v2. op. cit. (p. 193).

<sup>125</sup> SOUZA ARAÚJO. Op. cit., 1919 ( p 243).

<sup>126</sup> SONTAG, Susan. *Aids and its metaphors*. op. cit. (p. 97).

<sup>127</sup> Idem. (p. 99).

brasileiros que, como foi visto, tinham sua possibilidade de cidadania pensada pela *intelligentsia* local quase sempre em termos biológicos e autoritários. Mas existe uma terceira questão: o assombro provocado pela quantidade de colonos europeus que ficavam doentes, talvez fosse essa a reação ao choque causado pelo encontro da imagem do colono, o sujeito do trabalhador e da civilização, com a do leproso, de mendigo e impuro.

O médico Souza Araújo dá o tom que permeia o atendimento de saúde pública, pois segundo ele: “*não se pode tratar da salvação pública sem ser-se ditador*”<sup>128</sup> Por estas características, sua atuação é aqui analisada como a de um fomentador fáustico. Pela tragédia é possível compreender a figuração do Fausto médico, pois:

*“Para compreender a tragédia do fomentador, é preciso julgar sua visão de mundo, não só pelo que ela revela, pelos imensos novos horizontes que abre para a espécie humana, mas também pelo que ela esconde: pelas realidades humanas que se recusa a ver, pelas potencialidades que não é capaz de enfrentar.”*<sup>129</sup>

O aspecto trágico não está só no ser leproso e as vivências que esse estigma impõe sobre a pessoa que o porta; o trágico é a sombra da ação do visionário futurista, o fomentador do avanço científico sobre a sociedade. Para quem não é possível enxergar a humanidade nas diferenças, são apenas obstáculos que devem ser transpostos no caminho de um eterno vir a ser. Seguindo BERMAN<sup>130</sup>, analisa-se que o Fausto moderno tem a sua tragédia, ironicamente, no seu próprio desejo de realizar um mundo onde houvesse o mínimo sacrifício humano, onde estaria eliminada toda a tragédia do viver. Essa “*ilusão*

---

<sup>128</sup> SOUJA ARAUJO. *Profilaxia...* op. cit. 1919 (p. 112).

<sup>129</sup> BERMAN. *Tudo que é Sólido....* op. cit. (p. 66).

<sup>130</sup> Idem, *ibidem*.

*ilimitada do otimismo*”<sup>131</sup> legitima as mais diversas racionalizações da vida moderna, tentando escamotear o caráter trágico inerente a esta jornada”<sup>132</sup>.

Encontra-se no sujeito médico fomentador a figuração do homem virtuoso, que opõe ciência à ignorância, essa última representada em um estado quase natural pelo doente, objeto manipulável, em prol de um futuro perfectível da felicidade. A incompreensão moderna da inerência substancial entre bem e mal na vida humana também é detectada por TODOROV:

*“É inútil pensar que um regime político aperfeiçoado ou uma tecnologia mais eficiente possa trazer um remédio definitivo ao sofrimento deles (os seres humanos)”*<sup>133</sup>

Porém, a promessa milenarista do progresso esquece que o viver plural “*não é nenhum paraíso*”<sup>134</sup>, e sucumbe em uma crença de que os avanços da ciência poderiam libertar os humanos de sua própria humanidade. Nesse pressuposto encontram-se as feições totalitárias do século XX e eis que a razão otimista acoberta a interpretação trágica das vivências sob o estigma “leprosos” e impõe silêncio a subjetividades.

É um universo discursivo onde se enxerga o ser humano duplicado constituído pela episteme moderna, por um lado reduzido ao objeto empírico, ocasionando a impossibilidade de saber, por outro ao transcendental, como não objetividade e não

---

<sup>131</sup> NIETZSCHE. *A Origem da tragédia*....op. cit. (p 112)

<sup>132</sup> . Aqui se concorda novamente com Nietzsche: “*as conseqüências dos preceitos socráticos: ‘virtude é ciência; só se peca por ignorância; o homem virtuoso é o mais feliz’*. *Nestes três princípios do otimismo esconde-se a morte da tragédia*” Idem (p. 90)

<sup>133</sup> TODOROV. Op. cit. (p. 38).

<sup>134</sup> Idem. (p. 37).

mpírico.<sup>135</sup> Duplos como “*leproso*” e médico, sobre os quais são escarificadas<sup>136</sup> as escrituras de objeto e sujeito, de trágico e otimista, de caos e ordem, vício e virtude.

### 2.3 – “*Salus populi, suprema lex*”<sup>137</sup>: a (nov)idade profilática

Desde 1904 a lepra era uma moléstia de notificação compulsória (leia-se obrigatória) para efeito de isolamento por decreto federal, que é reeditado em 1914<sup>138</sup>. Já a legislação paranaense instituíra, desde 1918, que a obrigação de comunicar os casos da doença não era só dos médicos, mas também dos próprios familiares. Nessa mesma lei decreta-se a separação dos filhos sãos dos doentes de lepra, passando ao estado a responsabilidade sobre aqueles.<sup>139</sup> As conseqüências da legislação sobre a vida das pessoas em nenhum momento é questionada, o “leproso” nunca tem voz, ele aparece como o objeto a ser manipulado racionalmente pela ciência e em nome da segurança coletiva.

Tais legislações sobre a saúde coletiva iriam, durante as primeiras décadas do século XX, tornar-se cada vez mais amplas e complexas. Uma “*suprema lex*”, uma razão de estado, em nome da qual a organização de uma profilaxia extremamente autoritária e invasiva de qualquer direito individual será cunhada e executada sobre os doentes de lepra. No caso do Paraná, será Souza Araújo o sujeito da vanguarda profilática. É ele quem

---

<sup>135</sup> Interpretar o saber médico, é passar por uma concepção de *episteme*, entendida como relações que formam regularidades discursivas em uma determinada época, ver: FOUCAULT, Michel. *A Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999

<sup>136</sup> Escarificar é o de golpear a pele para produzir escoamento de humores humanos, ver: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário de Língua Portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1993.

<sup>137</sup> O Guayra 29/01/1898 nº40 (p.1).

<sup>138</sup> Decretos: 5156, de 8 de março de 1904 e 10821 de 18 de março de 1914.

<sup>139</sup> SOUZA ARAÚJO. op. cit. v III,1956 (p 242, 243).

projeta um lugar utópico para a exclusão total e idealizada dos enfermos, um leprosário colônia, ou melhor, como ele o chamava: uma *Lazarópolis*.

Para o médico, quando ela estivesse funcionando, as pessoas lá segregadas passariam a demonstrar suas potencialidades humanas, pois: “*Considerando que os leprosos entre si são indivíduos alegres, ordeiros e operosos..*”<sup>140</sup> Ser leproso apresenta-se para ele como uma identidade, porém suas características só aparecem qualificadas quando os doentes estão “*entre si*” no isolamento centralizado e total defendido pelo médico. Fora dele o doente era um perigo social que devia ser localizado, denunciado, isolado.

Estava definido dentro da medicina que falar de profilaxia da lepra era falar de isolamento do doente. É no seio desse paradigma, então vencedor e dominante, que existe a possibilidade de elaboração de uma proposta como a *Lazarópolis* de Souza Araújo. O *leprosaria revival* mundial do início do século XX tinha no Paraná um modelo a sua altura, que sonhava com doentes idealizados, em um espaço ordenado e totalmente auto suficiente e isolado.

Ao se olhar para a planta baixa da *Lazarópolis* projetada por Araújo em 1917<sup>141</sup>, a ser edificada em Piraquara, pode-se perceber que existem também algumas questões simbólicas que a permeiam. Assim, planeja-se como centro o encontro de duas ruas perpendiculares, nomeadas em homenagem a Oswaldo Cruz e Adolfo Lutz. Elas se juntariam na praça São Lázaro, onde seria construído um coreto. Perpassa este encontro uma tentativa de dar conta das ambigüidades que envolvem a lepra. Pois que, as duas visões de autoridade sobre a doença estariam contempladas (por um lado a ciência e seus

---

<sup>140</sup> Idem, *ibidem*

<sup>141</sup> SOUZA ARAÚJO. *Profilaxia*.op.cit, 1919 (p. 244).

heróis virtuosos: os médicos), por outro o delírio mítico fundador da lepra no ocidente cristão: a figura de Lazáro, para onde as retas ruas médicas convergiam.

Melhor ainda, na praça São Lázaro, para fechar e comemorar o grande encontro, erguer-se-ia um coreto. Um espaço para a realização ritualística que presentifica e sanciona a ordem. Um palco oficial pequeno, porém grande como metáfora. Pois nele a pretensão racionalista supunha suprimir a visão trágica do que se estava a encenar. Um coreto ao invés em vez de um teatro. O pitoresco para substituir a tragédia.

Na Lazarópolis, havia espaço para os filhos de doentes, que ficavam em região específica e eram compostos por dormitórios, creche e escola. Nesse primeiro projeto de centralização do isolamento, os filhos eram separados dos seus pais, embora permanecessem na Lazarópolis. Tudo em nome da extinção da doença, que tais medidas anunciavam com otimismo: “*A absoluta segregação dos filhos dos leprosos, a fim de subtraí-los ao contágio familiar, garantirá a extinção da lepra em uma única geração.*”<sup>142</sup>

Também destaca-se no projeto da Lazarópolis a existência de casa para as pessoas casadas, de dormitórios para os solteiros divididos por sexo, de espaço para oficina, para hortas e para atendimento médico. Essa organização parece tentar dar alguma estruturação social dentro do espaço da colônia, o que indicia o conhecimento, por parte do médico, do trauma ocasionado pelo política de isolamento obrigatório, o que extravasa ainda mais seu caráter trágico, que reside no conhecimento das conseqüências das ações virtuosas por parte do seu fomentador. Abaixo, reproduz-se a planta baixa do projeto *Lazarópolis*:

---

<sup>142</sup> Idem, *ibidem*.



O decreto 779 de 8 de outubro de 1918, criava a profilaxia rural no Paraná e era em grande parte dedicado à lepra: no art 67, parágrafo 1º: “*Será obrigatório, no estado do Paraná, o isolamento dos leprosos.*” Já no seu parágrafo 2º sobre as condições nos “*asilos-colônias*” tem-se que deveria “*se possível*” separar o leproso de seu cônjuge são, também separar dos filhos são, ou em alas especiais da colônia ou em instituição pública para esse fim.<sup>143</sup> A família, o meio em que aquela pessoa vivia não é em nenhum momento considerado, parece uma guerra onde uma lógica superior inviabiliza o pensar sobre qualquer outro dano, fosse social, ou psicológico.

Mas as medidas também atingem a questão do acobertamento da doença que, segundo GOFFMAN<sup>144</sup>, são medidas para tentar diminuir a tensão ao diminuir a visibilidade do estigma, assim : “*os leprosos deverão manter rigoroso asseio pessoal e os portadores de úlceras te-las sempre tratadas e oclusas*”.<sup>145</sup> E é certo que a tensão existia, já que o decreto deixa explícita a força que envolve essa relação : “*Art. 73. Aos leprosos que se recusarem ao isolamento nos estabelecimentos oficiais serão impostas medidas rigorosas.*”<sup>146</sup> Destaque-se a finalização do decreto com a seguinte frase, data e local “*está regulamentada a Profilaxia da Lepra no estado do Paraná. Manguinhos, 15 de outubro de 1918*”.

O local de sua assinatura demonstra a influência dos médicos em torno de Oswaldo Cruz, entre eles o próprio Souza Araújo: a legislação para o Paraná é elaborada no instituto Manguinhos, no Rio de Janeiro. O tom é radical, talvez porque está sendo escrito bem no

---

<sup>143</sup> SOUZA ARAÚJO. *História da Lepra*. op. cit. 1956. (p. 244).

<sup>144</sup> GOFFMAN. op. cit. (p 113).

<sup>145</sup> SOUZA ARAÚJO. *História...* v. III. (p 245).

<sup>146</sup> Idem, *ibidem*.

início da gripe espanhola, e frente à impotência da medicina para com ela. Busca-se extravasar a suposta competência dessa disciplina em outro local, na lepra.

Principalmente, e apesar de ser escrito por médicos, o decreto nunca chama as pessoas de doentes, ou pacientes, ou enfermos; sempre e tão somente denomina-os de leprosos. Com essa nomeação reveste-se o doente com a sua doença, ela passa a ser sua identidade perante o mundo oficial, uma identidade mais visível do que checar os papéis<sup>147</sup>. Com isso o doente será sempre o outro, tornando-o cada vez mais distante. É um distanciamento também geográfico, mas apenas sistematiza uma ordenação que já os havia expulsado de uma integralidade humana. A relação identificatória que se coloca é de dualidade que estabelece quem é sujeito e quem é objeto.

Em tudo isso, quem está construindo uma hegemonia é um grupo de médicos, que logo se denominarão pela sua especialidade, a leprologia, ou seja, o logos sobre a lepra, mas esses discursos deveriam apresentar-se com mais unidade para ampliar seu efeito de verdade, para isso e por cima de qualquer divergência era necessário afirmar: “*Hoje no Paraná, não há divergências quanto à orientação a seguir-se na profilaxia da lepra*”<sup>148</sup>. Falar que não existe só confirma que pelo menos houve, mas que já se tinha um vencedor, e era um modelo composto pela ampliação da atuação estatal através de convênio entre governos federal e estadual, a comunicação e o isolamento compulsórios dos enfermos, e a construção em um local distante de uma instituição tipo leprosário colônia para a centralização de todos os doentes recenseados no estado do Paraná.

Ligando o nível nacional ao local, aponta-se que foi a partir da iniciativa do governo federal de criação do Serviço de Profilaxia Rural com o objetivo de “*combater as endemias*

---

<sup>147</sup> Ver: GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

*que assolam o interior do país*”<sup>149</sup> que foram fundados postos sanitários em várias cidades do interior do país. É nesse movimento que se insere o posto da Profilaxia Rural inaugurado em Guarapuava, como foi visto no primeiro capítulo. Com o auxílio da senhora Rosa Siqueira, ele chegou a ser instalado mas o medo local de que atraísse mais leprosos (ou até mesmo a Lazarópolis) acabou por fechá-lo. Agora, a centralização dos doentes respondia aos anseios regionais de invisibilidade para a doença, tornando-a longe dos olhos e dos corações. O aspecto espacial foi fundamental, pois nele parece ter se materializado o desejado distanciamento do outro, ou melhor, o seu suposto desaparecimento.

É com esse sentido que ,em 1919, sob o impacto da gripe espanhola, os serviços nacionais de saúde são reformulados e, entre eles, a Profilaxia Rural definida como: “*O serviço contra a lepra será sujeito a um regime especial.*”<sup>150</sup> Regime especial para o qual o convênio entre o governo do Paraná e o governo federal viabilizará os recursos necessários, o projeto de um grande leprosário colonia centralizador dos doentes. As resistências haviam sido dissipadas mas a obra continuava vultosa, só que agora era legitimada como necessária através da constituição de uma verdade médica calamitosa sobre a situação do interior do estado, principalmente a partir dos trabalhos da Comissão de Profilaxia. Uma vez instituída a visão de caos sanitário, ela amparava a mitologia da instituição modelar para solucionar o problema criado. A ação ordenatória será organizada na segunda metade da década de 20, quando o governador Caetano Munhoz da Rocha impõem uma política de saúde pública sistematizada em grandes instituições no Paraná.

---

<sup>148</sup> SOUZA ARAÚJO. *Profilaxia....op. cit.*, 1919. (p. 244).

<sup>149</sup> Artigo 1º do decreto 13,001 de 1º de maio de 1918 que criou o serviço, In: SOUZA ARAÚJO. *Idem* ( p. 20).

<sup>150</sup> Artigo 1º parágrafo único decreto 13. 538 de 9 de abril de 1919, In: SOUZA ARAÚJO. *Idem* (p 34).

Munhoz da Rocha faz uma política de saúde pública monumental, simbolizada pela construção de três grandes instituições hospitalares: uma para a centralização de todos os leprosos do estado, o Leprosário São Roque; outra para atendimento aos tuberculosos, o Sanatório São Sebastião da Lapa e, finalmente, uma para doenças transmissíveis em geral, o Hospital de Isolamento Oswaldo Cruz.

Olhando para as várias fontes oficiais sobre essa política, pode-se compreender o papel designado aos leprosos, como no decreto de 09 de outubro de 1926, às vésperas de inaugurar o Leprosário São Roque: quando o governador legisla sobre a lepra, inicia justificando a inquestionabilidade do isolamento dos doentes.

*“ O presidente do estado do Paraná, considerando que o isolamento do doente constitui o único meio de evitar a propagação da lepra e de extinguir a moléstia e considerando que o Paraná já se acha aparelhado de um estabelecimento modelar para receber os leprosos”<sup>151</sup>*

Novamente o único caminho é isolar o doente, por mais que seja uma vítima da doença. É interessante lembrar a interpretação de Susan SONTAG, quando aponta que ser pensado como vítima em nenhum momento diminui a culpa de um doente, pois que: “ (...) *Não importa se o paciente é pensado como vítima. Vítimas sugerem inocência e inocência, na inexorável lógica que governa todos os termos relacionais, sugere culpa.*”<sup>152</sup>

Também na citação acima está a mítica do estabelecimento modelar. Por que ele é pensado como um modelo? Principalmente por sua proposta de construção como uma “ilha” auto suficiente, não era à toa que inicialmente Araújo propunha que fosse instalado

---

<sup>151</sup> Decreto 1194 In: FERNANDES JR. Lindolfo Ribeiro. *A Secretaria da Saúde e do Bem –Estar Social do Paraná: suas origens e sua evolução no período 1853-1983*. Curitiba: Secretaria da Saúde, 1986 (p 35).

<sup>152</sup> SONTAG. *Illness* ..op. cit. (p. 99).

de fato em uma ilha<sup>153</sup>. O contato com a sociedade deveria ser minimizado e para tal pretendia-se atender a qualquer necessidade que pudesse vir justificar uma saída da instituição. Planeja-se a organização interna do São Roque, como: “*dispunha de toda a infra-estrutura básica de uma pequena cidade, desde o abastecimento de água potável até a aquisição de aparelhos radiofônicos e cinematográficos.*”<sup>154</sup>

O leprosário organizado como uma pequena cidade já foi analisado em pesquisa recente como uma maneira de escamotear a sua função de local de exclusão, como no caso do Hospital Colônia Itapuã no Rio Grande do Sul: “*(...), tudo feito para dar a idéia de que a prisão era um lugarejo, quando a verdade era inversa: o lugarejo era uma prisão, isolada e segregada pelo mundo real.*”<sup>155</sup> Entretanto, a lepra era uma prisão de muros muito mais amplos, já que além de tijolos, o limite era simbólico e estava marcado na pele.

Por isso que, para além de amenizar a impressão de isolamento proposta nos grandes leprosários, também se pode buscar uma interpretação que responda à oposição entre seus projetos monumentais, construídos para serem modelo de intervenção social, com os lazaretos que os precediam. Lazaretos como o homônimo São Roque, localizado no bairro da Mercês em Curitiba, que eram utilizados para diversos fins como no caso: “*hospital de isolamento e leprosário.*”<sup>156</sup>

Através do depoimento de um ex doente que viveu a transição lazareto/ leprosário colônia no estado da Bahia, podem ser encontradas algumas pistas. Esse estado nordestino foi um dos últimos do país a adotar o modelo de colônia, inaugurando o seu somente no

<sup>153</sup> Ver: SOUZA ARAÚJO. *Profilaxia ...* op. cit. 1919 (p. 245).

<sup>154</sup> FERNANDES JR. op. cit. (p. 34).

<sup>155</sup> FIALCOFF, Dóris. Os fantasmas do preconceito. IN: *Extra Classe*. Ano 4, nº 23, Porto Alegre: Sinpro, julho 1999.

<sup>156</sup> SUTIL, M. *Da cidade...* op. cit. (p. 23). Os 66 leprosos que estavam no lazareto das Mercês foram transferidos para o novo Leprosário São Roque em 20 de outubro de 1926, ver: BOEING, Irmã Serena. *Quero*

ano de 1949, período em que, no Paraná, a partir do tratamento com sulfona, já se discutiam novas perspectivas para os doentes. Destacam-se aqui alguns fragmentos onde o autor e ex-doente conta aspectos do antigo leprosário (no modelo de lazareto) em que ficara internado:

*“Tudo era sujo. (...) Era um ambiente degradável que o novo hospede iria viver dias infundáveis. Ao olhar para o cobertor e a fronha, deparei-me com um monte de percevejos, negrejando por todo o leito. Foi um instante de horror e de grande repercussão psicológica.*

*(...) As dores e gemidos dos companheiros de quarto eram como se fossem punhaladas desferidas por um inimigo traiçoeiro covarde e destruidor.*

*(...) Isolar, prender sem medicar, é o mesmo que alimentar um criatório de bacilos em seres humanos confinados. (...)*

*Outro lance preocupante que a direção e a administração da casa não sabem como coibir são as constantes fugas dos doentes famintos, entregues a própria sorte. O lema aqui é fazer tudo, certo ou errado, enquanto temos boa aparência e estamos vivos.*

*(...)nos fins de ano, a saúde pública retira da rua velhos e mendigos e os encaminha aos lugares que eles julgam adequados. Assim é que as pessoas aqui referidas passam a conviver com a gente.*

*(...)Todo o final de semana, os internos fogem e vão ao baixo meretrício,(...) as infrações cometidas não são punidas porque a secretária de saúde não tem moral para reprimir coisa alguma, uma vez que os internos são tratados como bichos e não como seres humanos.”<sup>157</sup>*

Há uma imagem de desordem que amplia o sofrimento humano, em que sujeira, dor, fome, contágio, anomia compõem um ambiente de impureza. Doentes e sãos convivem sem nenhum respeito às normas classificadoras da saúde, a contaminação aparece como efeito da falta de disciplina. É perante tal universo que purificar demonstra-se como um sistematizar, sendo proposta do projeto de leprosário colônia e reforçando o seu caráter de grande feito científico civilizatório.

Outra imagem retirada da citação acima é a metáfora sobre a condição de tratamento daqueles doentes, na qual o termo “*bichos*” é utilizado para definir a desumanidade a que

---

*Misericórdia.. História da Congregação das Irmãs Franciscanas da São São José. Itapema: Pallotti, 1997 (p. 271).*

<sup>157</sup> BORGES Jr., Antônio de Oliveira. *Fragmentos de Vida*. Salvador: Helvécia, 1999.

estão sendo submetidos. Ocorre uma comparação que liga o estado de abandono dos doentes com um estado caótico de natureza. Metáforas que aparecem na ligação da doença com o caos, principalmente em discursos sobre locais onde os leprosos eram isolados sem nenhuma intervenção científica, podem aqui traçar um paralelo com o mais famoso deles, a ilha de Molokai.

Os relatos sobre a ilha apresentam dois momentos: o primeiro é o da anomia e da volta à selvageria, quando os leprosos são abandonados a sua própria sorte; o segundo é o da intervenção racional civilizatória, quando o héroi-sujeito ensina-os a viver sob normas, disciplina e principalmente resignação. No caso de Molokai, a figuração heróica recai sobre o padre Damião (Damien), cuja vida é contada em forma de saga:

*“Este território de terror, esta chaga horrorosa no rosto de nossa terra selvagem e bela, tornara-se conhecido em todo o mundo, graças a um certo padre Damião, um visionário, cristão e sacerdote, que tinha ido ao encontro dos expulsos e marginalizados, sozinho no meio dos abandonados por todos; havia vivido com eles durante dezesseis anos a fio, cuidando deles como um pai, levando-lhes um pouquinho de alegria e felicidade, **procurando fazer-lhes ver sentido do seu terrível sofrimento**. Essa terra, a mais triste que jamais se viu, ele a tornara habitável e , em resignação sadia, aceitável para os desesperados. Como esperava, ele próprio também ficou leproso e morreu naquele pedacinho da ilha Molocai, com 49 anos , no ano de 1889”<sup>158</sup>.*

Iniciando pela questão do contágio do padre, essa notícia, conjuntamente com a descoberta do bacilo por Hansen, acabaram por incentivar o medo da doença e legitimar as razões do isolamento. Interessante notar que durante os anos nos quais Damien não se havia contagiado, ele era utilizado como exemplo pelos defensores da hereditariedade da lepra<sup>159</sup>.

Depois se destaca a recorrente imagem do sujeito ordenador do viver, na qual o padre, ao chegar, encontra a anomia e o desespero, mas o transforma com sua intervenção em um meio habitável, de resignação e felicidade. O homem virtuoso é feliz, reafirma o

discurso e a trajetória de Damien, como também remete à máxima de Douglas em que: “*a boa higiene é incompatível com a caridade.*”<sup>160</sup>

Damien, Souza Araújo, Munhoz da Rocha, Rosa Siqueira todos são personagens com posições de sujeito da história, do conhecimento e da civilização. Os doentes, quase sempre sob o termo-estigma de “*os leprosos*”, são sempre um coletivo sem nome, sem individualidade, sem privacidade e sem vontade, já que nunca aparecem gerindo o seu próprio viver ou sua subjetividade. Somente na segunda metade do século XX começarão a aparecer fontes escritas pelos próprios doentes e ex doentes, o que permitirá uma percepção de outras subjetividades imersas no momento.

Enquanto isso, as falas são dicotômicas, a natureza é um estado caótico sobre o qual o saber racional do médico ou do estado ou da caridade impõem-se, dando sentido. Os heróis são ordenadores, sujeitos que suplantam o estado de natureza, repetindo em seu ato um momento fundante. Douglas analisa o ritual como uma ação mnemônica que modifica a experiência, expressando-a.<sup>161</sup> Na ordem binária da saúde e da doença, ritualiza-se a elevação humana sobre o resto dos seres viventes.

Ainda há na citação a metáfora da “*chaga horrorosa no rosto*”: para a ilha de Molokai, é uma sinédoque em que, por extensão, a chaga causada pela doença é utilizada para representar todo o local de concentração dos doentes. Tal chaga compõe uma relação de mácula com a terra, apresentada como inicialmente selvagem e bela. Essa relação remete às análises feitas por TRONCA a respeito das narrativas sobre Molokai onde se elaboram

---

<sup>158</sup> DEBROEY, Steven. *Nós, os leprosos*. São Paulo: Loyola, 1994 (p.11).

<sup>159</sup> Ver. Idem.

<sup>160</sup> DOUGLAS. Op. cit.(p.20).

<sup>161</sup> Idem. (p 82).

imagens de conflitos dualistas entre bem e mal, beleza e horror, pureza e pecado em uma “dicotomia essencial á tradição cristã”.<sup>162</sup>

E quanto a fazer os doentes verem um sentido no sofrimento? Ter um padre realizando ritos religiosos de fato deveria instituir algum sentido estóico a sua vida. DEBROEY cria em sua obra um padre Damien que já esperava pelo próprio contágio, o que demonstra uma configuração necessária a um herói moderno que deve conhecer e controlar o mundo ao seu redor e tudo prever. Embora, por outro lado, o autor também narre pequenas práticas do padre, como o acender de um cigarro ao tratar das feridas dos doentes para disfarçar o cheiro que sentia, ou o medo dos sons do vento e das pedras rolando do morro à noite enquanto ele rezava. Elas criam uma empatia do personagem com o leitor ao humanizá-lo, e pergunta-se nas entrelinhas: será que ele também encontrava um sentido para a sua jornada?

Sobre todas essas ruínas que compunham o imaginário da lepra é que se edifica o leprosário colônia, o novo sentido na vertigem racional otimista a que a medicina aderira. Ao focar a lente da razão científica como a única verdadeira ao olhar, desfocou-se a percepção do caráter trágico do viver, pressupondo ser possível superá-lo. Porém, o trágico está contido também na ação para um *dever-ser* e em suas conseqüências.

O leprosário colônia como uma pequena cidade, uma reprodução de coisas cotidianas, as pequenas coisas que simbolizam a civilização e afastam toda a anomia. Nem tão pequenas porém são suas singularidades e sua regulamentação *sui generis*, pois que era uma cidade para onde os moradores não se haviam mudado, mas sim sido removidos; onde seus filhos lá nascidos, lá não ficariam; de onde sair quase não se podia; um local distante

---

<sup>162</sup> TRONCA op. cit. (p. 69).

onde o cotidiano tinha uma organização detalhada e o único passaporte para entrar estava carimbado no corpo.

Contudo, para além das regulamentações era também uma realidade complexa e cheia de clivagens, o que será assunto no capítulo posterior. Mas é nessa perspectiva que se busca perceber os contornos sutis de um campo de onde emergiam sujeitos. Na nova profilaxia desenham-se papéis, ao mesmo tempo em que se distanciava o objeto de estudo e intervenção “*leproso*”. Nela estabeleciam-se os limites da sobrevida de ser visto como um corpo doente, incurável e perigoso.

O corpo é um local do poder na modernidade e de sua disseminação. É um corpo sobre o qual se inscrevem os signos daquela. CERTEAU afirmava ser o corpo um quadro vivo “*das regras e dos costumes*”, sobre ele são escritas as “*tábuas da lei*”. Assim, o logos ou a razão de uma sociedade se faz na carne. O saber e a ciência se fazem sobre o corpo, o corpo do outro, que se configuram nos discursos:

*Essas escrituras efetuam duas operações complementares: graças a elas, os seres vivos são ‘postos num texto’, transformados em significantes das regras (é uma contextualização) e, por outro lado, a razão ou o logos de uma sociedade ‘se faz carne’ ( trata-se de uma encarnação)<sup>163</sup>.*

É nessa perspectiva que se deve ler os discursos médicos sobre o corpo do “*leproso*”. Pois nesse corpo repousava a alegoria fatal, um signo desencadeador de tragédias pessoais intrínsecas mesmo nas narrativas médicas. Sobre ele também estarão alegorias que transmitem a concepção do corpo físico como metáfora de integridade, assim:

---

<sup>163</sup> CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*: 1. Artes de fazer. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1994 (p.231).

*“ O corpo é um modelo que pode significar qualquer sistema limitado. Seus limites podem representar quaisquer limites (...). Ver no corpo um símbolo da sociedade, e os poderes e perigos creditados à estrutura social reproduzidos em miniatura no corpo humano ”<sup>164</sup>*

O esmiuçar do corpo leproso, para além da própria doença, fala também de um projeto purificador para a sociedade. Ao analisar o material produzido pelo médico Souza Araújo, abrangendo tanto o período da Comissão de Profilaxia Rural, quanto o de isolamento nos leprosários colônias, muito mais que legitimar o isolamento profilático, traça concepções sobre a população brasileira através de textos, mapas e fotografias.

As fotografias médicas no Brasil compõem tanto um tipo social do doente, como as características que o identificam. Segundo SILVA, além de projetar noções de hierarquia e submissão, nelas ecoam também algumas características: como serem exposições de doenças visíveis onde só os mais pobres são retratados, enquanto o médico está sempre bem diferenciado do doente, que é o seu outro. Assim os médicos subestimariam os doentes, vistos como humildes e sem direito à privacidade.<sup>165</sup>

Na introdução desta tese já foram apresentadas duas fotos feitas por Souza Araújo que vem corroborar a análise acima exposta. Mas pode-se ir mais longe com a fotografia abaixo, na qual Souza Araújo apresenta a legenda: *“mãe e filhas casos adiantados de lepra tuberculosa”<sup>166</sup>*. Elas eram moradoras de uma das regiões que o médico visitou no ano de 1916, dentro dos trabalhos da Comissão de Profilaxia Rural. Expostas, olham para a lente e entram para a história como casos de uma doença que, para além de desfigurar seu rosto, configurou sua diferença sob um estigma.

---

<sup>164</sup> DOUGLAS, Mary. op. cit. ( p. 142).

<sup>165</sup> Ver: SILVA, Jonas Roberto. De aspecto quase florido. *Revista Brasileira de História: Ciência e Sociedade*. ANPUH. Nº 41, vol 21. 2001 (p. 201-216).

<sup>166</sup> SOUZA ARAÚJO. *Profilaxia...* op. cit. , 1919 (p 114).



Fonte: SOUZA ARAÚJO. *Profilaxia*. op. cit., 1919.

As fotos são também a plasticidade dessas tragédias. Uma formatação dos corpos e dos espaços onde se reduplica sujeito e objeto de conhecimento, visibilidade de símbolos de poder ou de estigma, que definem identificações e apagam outras, lembrando BARTHES:

*“Eu queria uma História dos Olhares. Pois que a Fotografia é o advento de mim mesmo como outro: uma dissociação astuciosa da consciência de identidade”*<sup>167</sup>

O observador, em um sobrevôo seguro, manterá sempre sua distância. Já as pessoas fotografadas tornam-se o que já eram mas não sabiam, objetos de estudo para olhar científico, quase lâminas para uma melhor observação do bacilo. A foto e sua legenda continuam a corroer eternamente a identidade daquelas mulheres chamadas de mãe e filhas, pois que só a doença ficou para a posteridade com um nome próprio.

Depois dessa foto, Souza Araújo coloca em exposição na sua vitrine dos horrores sobre a zona rural do estado, fotografias de pés ulcerados. Essa fragmentação do corpo do doente só vem a corroborar a sua coisificação. Ele é engolido simbolicamente por sua doença quando abaixo da fotografia lê-se a legenda: *“ulcera phagendenica (sic)”*. Se nomear faz com que exista, e nem o pé e nem o ser-humano a qual pertence são nomeados,

---

<sup>167</sup> BARTHES, Roland. *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984 (p.25).

então a lepra é que ganha autonomia em sua existência, enquanto a pessoa doente dissolve-se na imagem de suas chagas.

O horror provocado por essas fotos é a emoção inerente ao sublime, forma na qual reside uma espécie de prazer na “*contemplação de uma situação dolorosa*”<sup>168</sup>. Essa noção remete à concepção de tragédia na Poética de Aristóteles (lembrando: onde ela deveria suscitar terror e piedade na platéia). Seria o sublime uma via para a manifestação de alguma “*dignidade do sentimento*”<sup>169</sup> ? Caso sim, poderia ser uma forma possível de apelo empático pela diminuição da distância? Um espaço de apelo por uma humanidade? O sublime é um sentido que se expressa também na forma trágica e através dele pode-se reconhecer na condição humana algo para além de um fato físico, biológico e individual.

No momento em que são produzidas, as fotos parecem pretender angariar alguma compaixão, embora em um sentido utilitarista de legitimação da premência de um gerenciamento racional dessas populações. Já para o olhar presente nesta tese, pode ser uma forma de linguagem que fale ao humano. Por uma humanidade que tem sua proximidade escondida na interpretação dada à fotografia abaixo, onde mais uma família de doentes era exposta pelas lentes médicas:

---

<sup>168</sup> BASTOS, Fernando. *Panorama das Idéias Estéticas no Ocidente: de Platão a Kant*. Brasília: UnB, 1987 (p 132).

<sup>169</sup> Idem, *ibidem*.



Fonte: SOUZA ARAÚJO. *Profilaxia ...op. cit.* 1919.

A legenda da fotografia diz: “*Grupo de Leprosos*”<sup>170</sup>, homens, mulheres e crianças são denominados pelo atributo da doença. O estabelecimento da distância segura é uma estratégia na qual os atributos mencionados delimitam os papéis em um jogo de identificações, em que a inserção é ordenada pela dicotomização de seres humanos. Esse sentido é em grande parte delimitado pelas legendas, que funcionam como instruções para o observador, condicionando sua recepção. “*A contemplação livre não lhes é adequada. Elas inquietam o observador, que pressente que deve seguir um caminho definido para se aproximar delas*”<sup>171</sup>, afirmava Walter BENJAMIM. A legenda fornecia uma fronteira segura para a observação ao declarar mais uma vez a existência de diferença.

A estratégia de constituições de identidades para as pessoas envolvidas nesse processo de institucionalização da lepra é sempre relacional, daí o médico Souza Araújo compor o seu livro com fotografias tanto dos doentes como de seus sanadores médicos. Os médicos já haviam ganho as primeiras páginas da obra quando aparecem não só na pose “*pantheon*”, conforme visto na introdução, mas também na pose “*trabalhando no escritório*”.

---

<sup>170</sup> SOUZA ARAÚJO. *Profilaxia ...op. cit.*, 1919 (p. 112).

Aqui jaz a oposição entre objeto e sujeito do conhecimento desse ser humano cindido na modernidade. Enquanto os médicos realizam uma ação que pressupõe erudição, mexer com papéis em um ambiente de ordem produtiva como um escritório, os doentes estão parados imóveis, inertes em frente à miséria e com o chapéu na mão, como que implorando a sua salvação (pela ciência). Imagens que relembram como as vítimas na sociedade capitalista sempre são vistas com uma parcela de culpa e como os eugenistas defendiam a concepção que os degenerados não conseguiriam pensar o futuro em perspectiva.

Na fotografia do escritório, na próxima página, pode-se reparar, à esquerda, que um dos médicos está de frente para uma máquina de escrever. O maquinismo, a técnica e a razão são o milenarismo da modernidade. A eterna promessa de felicidade futura, que tenta suplantar o caráter trágico também contido na ação virtuosa. Pode-se utilizar a noção de “*nostalgia do futuro*” para interpretar esses “*sonhos de felicidade*”. Tal concepção foi tecida por Jean DELUMEAU, quando analisou os diversos milenarismos compostos no ocidente e definiu o conceito de *milenarismo* como a “*espera de um reino deste mundo, reino que seria uma espécie de paraíso terrestre reencontrado*”<sup>172</sup>. Delimitado dessa forma, nada depõe contra a sua utilização para a interpretação das promessas otimistas da medicina.

---

<sup>171</sup> BENJAMIN, Walter.. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura.* (obras escolhidas) v. 1. São Paulo: Brasiliense, 6 ed., 1993 (p.174).

<sup>172</sup> VER: DELUMEAU, Jean. *Mil Anos de Felicidade: uma história do paraíso.* São Paulo: Cia das Letras, 1997.



Fonte: SOUZA ARAUJO. *Profilaxia...* op. cit., 1919 (p. 29).

Se a ação virtuosa deveria levar à felicidade, a técnica ao progresso e a razão à verdade, não havia espaço para o fracasso. A cura é apresentada como questão de tempo na irresistível escalada da civilizatória que se propunha. Ser incurável qualificava a lepra como um território contraditório: por um lado, poderia vir a ser a confirmação do progresso médico, quando a boa nova da cura enfim chegasse; por outro, a demora dessa descoberta (quando a ciência exporia mais uma verdade) constituía um potencial de descrença para com o saber médico.

Por isso a cura parece estar sempre para chegar. Não importa se a fonte vem de um jornal em Guarapuava, ou de um médico em Curitiba, ou de um padre no Hawaí, ou de um doente letrado internado. As falas dizem de uma cura que estaria logo ali. Que, com mais um passo à frente da ciência, ela chegaria. Mas também existem dissonâncias nesse coro. O doente letrado que crê na cura torna-se risível para os outros internos no lazareto<sup>173</sup>. Suas vozes vêm como sussurros e apresentam um outro quadro, onde a esperança é ridícula e o riso vem em resposta, mas também como defesa, contra tal ingenuidade.

As fontes falam de cura tentando justificar o poder sanador dos médicos. Mesmo em Guarapuava, o jornal “O Pharol” anuncia, em 1922, os bons resultados obtidos nas pesquisas desenvolvidas por médicos na universidade do Hawaí. Falar da cura para esses meios é uma forma de fazê-la existir, de mantê-la plausivelmente próxima. Mesmo que, logo em seguida, seja publicada uma carta do pesquisador hawaiano desmentindo tal feito e afirmando ser cedo para se afirmar uma cura e, por isso, tal pesquisador promete manter contato enviando novas informações sobre o andamento de sua pesquisa.<sup>174</sup> Afinal se é cedo, pressupõe-se que em algum tempo o tal momento chegaria

Era necessário apontar expectativas da descoberta da cura para validar a intervenção médica, pois como já foi referido, o poder de um saber sanador passa pelo reconhecimento de sua capacidade de curar. CERTEAU aponta que nesse sentido a morte é a palavra proibida, a blasfêmia do fracasso: “*Há sempre algo a fazer*”<sup>175</sup>, tornando o moribundo o inominável.

Em livro dedicado à análise do abandono das pessoas moribundas na sociedade ocidental, Norbert ELIAS apontou que: “*O problema social da morte é especialmente difícil de resolver porque os vivos acham difícil identificar-se com os moribundos*”<sup>176</sup> Situação similar é encontrada em relação aos portadores de lepra, qualquer possibilidade de identificação esbarrava nas “*fantasias defensivas que as pessoas constroem como uma muralha contra a idéia da própria morte.*”<sup>177</sup> A relação estabelecida com esses doentes passa por essas muralhas invisíveis do desejo da perfectibilidade pessoal ou do grupo ao

---

<sup>173</sup> Ver: BORGES Jr. Antonio de Oliveira. *Fragments...op.cit.*

<sup>174</sup> Jornais *O Pharol*, ano II, n.º 46, 17 de outubro de 1920; ano II, n.º 53, 5 de dezembro de 1920; ano IV, n.º 124, 30 de julho de 1922.

<sup>175</sup> CERTEAU. *op. cit.* (p. 294).

<sup>176</sup> ELIAS, Norbert. *A Solidão dos Moribundos: seguido de Envelhecer e Morrer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 (p. 9).

<sup>177</sup> *Idem* (p. 17).

qual se identifica. Olhar para o doente como um próximo obrigaria a enxergar a própria deterioração no processo natural rumo à morte.

Em 1946, Souza Araújo publica sua grande obra “*A História da Lepra no Brasil*” . Nos três volumes que compõem a obra encontra-se: no primeiro, uma análise dos antecedentes da ocorrência da doença no país no período colonial e no império; no segundo, um enorme levantamento fotográfico sobre o atendimento de saúde pública nacional para a doença , onde são fotografados prédios de leprosários colônias por todo o território e de doentes exercendo atividades produtivas e lúdicas nesses espaços. No segundo volume também são retratadas as obras de preventórios para os filhos retirados dos doentes, bem como instalações em funcionamento, dentre eles o próprio Educandário Curitiba para onde os filhos dos internos no São Roque seriam levados. Quanto ao terceiro volume, o autor dedica-o ao debate médico brasileiro sobre a doença a partir do início do século XX.

Essa vasta obra chega ao público cinco anos após o tratamento com sulfona e um ano antes dela ser utilizada no S. R.. Será a partir do uso da sulfona que se colocará em cheque toda a postura isolacionista. Assim, analisa-se *História da Lepra....* como um *monumento final* ao isolacionismo com suas páginas com fotos das grandes obras realizadas em nome dessa perspectiva profilática.

No primeiro volume destaca-se o longo debate sobre qual “*raça*” teria trazido a doença para as terras brasileiras. Diferente de MURARO<sup>178</sup> que, no seu estudo sobre a lepra em São Paulo, eximia a imigração negra de qualquer participação na importação da doença, pois que a ela eram impostas duras condições de sobrevivência ao serem seqüestrados pelo

comércio de escravos. Já ARAÚJO, olhando a questão apenas a partir das péssimas condições de higiene em que chegavam aqui os navios negreiros, irá refutar não só Muraro como Juliano Moreira, que havia defendido a não existência da lepra na África antes da expansão européia e o qual será acusado de possuir “*um exagerado orgulho da sua raça*”.<sup>179</sup>

A argumentação de ARAÚJO baseia-se em Nina Robrigues, que afirmava: “*positivamente a proveniência africana da lepra neste estado (Bahia)*”<sup>180</sup>, mesclando-a com um trabalho sobre o Rio de Janeiro, onde se estabelecia uma ligação entre as palavras “*escravos*”, “*mendicidade*” e “*morféa*”, assim:

*“Tanto quanto podem remontar as nossas pesquisas, vemos que a mendicidade faz ato de presença na história desta capital a datar do século XVIII figurando nos primitivos grupos os escravos d’Africa, que aqui aportavam atacados de morféa e feridos de cegueira...”*<sup>181</sup>

Concordando com estes autores, o raciocínio do médico era de uma simplicidade obtusa, onde: se os negros eram mendigos e os mendigos eram leprosos, conseqüentemente, os negros eram leprosos. Essa tríade axiomática do preconceito perpassa o imaginário sobre a lepra em variados discursos, da tradição popular nordestina na figura do *Papa-Figo*<sup>182</sup> aos meios científicos que identificam a doença com a miséria. Ao expandir sua hipótese para todo o território nacional, afinal sua história da Lepra era “*no Brasil*”, Araújo acha um

---

<sup>178</sup> Ver: MURARO, Flavio. *História da Lepra em São Paulo*. V I São Paulo: Revista dos tribunais, 1939. Muraro aponta também que seria difícil a comercialização de pessoas doentes como escravos. Tal análise está em concordância com a fala do jornal guarapuavano visto no primeiro capítulo.

<sup>179</sup> Sobre a tese de MOREIRA ver tanto SOUZA ARAÚJO, Heráclides C. de. *História da Lepra no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956 e MURARO, op cit. Já a citação é de ARAÚJO. *História...* v. 1. (p. 11).

<sup>180</sup> RODRIGUES, Nina. Apud SOUZA ARAÚJO. *História da Lepra...*op. cit., 1956. (p 12).

<sup>181</sup> MELLO MORAES . apud. SOUZA ARAÚJO idem . ibidem

<sup>182</sup> A figura do Papa Figo era de um mendigo, negro e leproso que matava crianças para comer o fígado, o que supostamente curaria da lepra. Ver: CASCUDO, Camera. *Dicionário Folclórico Brasileiro*. 9 ed. São Paulo: Ediouro, s.d. (p 669).

culpado para a importação da doença. Mais ainda, o mal era concebido como algo que vem de fora para contaminar uma pureza original do nós, o que constituía uma visão idílica sobre os ameríndios ao defini-los como desconhecedores dessa forma de doença.<sup>183</sup>

O espaço dado ao debate sobre as “*origens da lepra*” entre a corporação médica, bem como o referencial utilizado pelo autor, vem corroborar a concepção de circuito discursivo, em que a intelectualidade local trocava pressupostos teóricos tecendo imbricadas e contraditórias teorizações sobre as populações que fundamentariam suas intervenções pseudo-científicas.

Por último, retoma-se a análise pela tragédia, afinal o universo trágico tentava discutir problemas morais e filosóficos cujo ponto central era uma ambigüidade: “*Isto porque a tragédia é o resultado de um mundo que se apresenta como o choque entre forças opostas: o mítico e o racional.*”<sup>184</sup> O otimismo racionalista moderno supõe extirpar o ambíguo, não haveria mais lugar entre o bem e o mal, ou entre a verdade e a mentira, entre o belo e o horrível. Mas ele mesmo é engolido pelo monstro polimorfo mito/razão que é o humano. A tragédia também residiria no otimismo do Fausto moderno, pois: “*Tão logo se livra de todos os obstáculos no caminho, o fomentador vê a si próprio no meio do caminho e deve ser afastado.*”<sup>185</sup>

Dessa forma, logo os grandes leprosários colônia e a obrigatoriedade do isolamento tornar-se-ão pedras no caminho frenético da modernidade. Com a implementação do uso da sulfona, iniciado no Paraná em 1947<sup>186</sup>, criam-se as condições de possibilidade de uma transformação da postura médica em relação à lepra: agora os médicos defenderiam o

---

<sup>183</sup> SOUZA ARAÚJO. *História da Lepra* ...v. 1. Op. cit. (p. 1- 5).

<sup>184</sup> COSTA, Lígia M. da & REMÊDIOS, Maria Luíza R. *A tragédia: estrutura e história*. São Paulo: Ática, 1988 (p. 8).

<sup>185</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986 (p. 69).

atendimento ambulatorial, condenando o isolamento compulsório e apontando os males dele advindos, entre eles o médico Ari SCHEIDT, que assumiu a direção do S.R. em 1951:

*“O advento das sulfonas, medicamentos comprovadamente eficazes no bloqueio da transmissibilidade da lepra, tornava qualquer argumento contrário a esta luta (pelo final do isolamento compulsório), um preconceito. Tal isolamento, um verdadeiro crime contra os leprosos, cada vez carecia de base científica a ele favorável, ao mesmo tempo em que dificultava, em muito, a profilaxia deste mal, em virtude do terror que despertava entre os antigos contatos dos pacientes internados, (...).”<sup>187</sup>*

Na passagem acima, podem-se analisar algumas modificações no atendimento ao doente pós sulfona. Nela estão explicitados conflitos dentro da corporação médica, cuja visão sobre o doente modificara-se, sendo agora visto com contorno de *paciente*. O “crime” tornara-se um ato contra o doente, não mais deste para contra a coletividade, colocando em risco os direitos desta, agora é ele que tem seus direitos feridos. Afinal, a profilaxia isolacionista havia permeado seus “contatos”, metáfora do médico para açambarcar toda a vida pessoal do paciente, em relações mediadas pelo “terror” ou medo.

Com a cura tornar-se-á possível ter uma visão humanizante do seu objeto sem desautorizar a pretensão científica de sua fala, pois que, agora, está assegurada como sanadora. Tal poder permite modificar o autoritarismo e a disciplina de suas estratégias sem deixar de serem hegemônicas, abrindo-se espaços até mesmo para a atuação de outros profissionais da saúde, como o serviço social.<sup>188</sup>

A utilização do termo “luta” pelo próprio médico estabelece a concepção de conflito para essa transformação, como local de embate por uma hegemonia de autoridade

---

<sup>186</sup> FERNANDES Jr. op.cit. (p 163).

<sup>187</sup> Idem (p. 158).

sobre o objeto. Mas a estratégia de legitimação é sempre a ciência, a questão é revestida pela questão de qual seria a fala mais científica. O antes é desqualificado como antigo e o novo vai receber seu manto. Tal elaboração da oposição antigo/moderno mantém uma aceleração do tempo progressivo em que: “*O moderno tende, acima de tudo, a se negar e destruir*”.<sup>189</sup> O trágico transbordava tanto na vivência do doente tanto quanto na superação do fomentador. ARAÚJO, e seu leprosário colônia, viraram antigos no incessante turbilhão moderno.

As mudanças no tratamento permitiram outros arranjos de poder, outros médicos tentavam se construir como os sujeitos da vanguarda do progresso, mas também mantinham a autoridade da corporação médica em geral sobre o manejo das populações. Ao mesmo tempo em que reforçavam a perspectiva da existência de uma evolução progressiva e constante da ciência através do advento da cura.

Pode-se colocar em cheque essa progressividade acumulativa pela própria continuidade de reedições, estando na 6ª em 1951, de um livro realizado na segunda década do século XX. O livro possuía o título “*O Médico no Lar: dicionário popular de medicina de urgência*”<sup>190</sup>, e fora escrito a quatro mãos por Monteiro LOBATO e Renato KEHL. Nele explicitava-se já em seu título, a intenção de divulgar para os “*lares*” do país, pelo menos para os lares letrados, os conhecimentos da medicina do período. Era escrito em uma linguagem simplificada que pretendia fugir da terminologia médica. A opção pela não

---

<sup>188</sup> Sobre a atuação do serviço social no São Roque ver: NACLI, Adibe. *O mal de hansen e o serviço social no Sanatório Colônia São Roque*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1959.

<sup>189</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4 ed. Campinas: Unicamp, 1996 (p.197).

<sup>190</sup> Ver: KEHL, R & LOBATO, M. *O Médico no Lar: dicionário popular de medicina de urgência*. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1951.

utilização do jargão profissional reforça o propósito de ampliação do público leitor, afinal o jargão “*gera uma verbosidade mistificadora que é obscura para o público.*”<sup>191</sup>.

As várias edições de tal livro vem corroborar a eficácia estratégica do abandono desse ritual do “falar difícil”, tão caro às disciplinas que aspiram *status* científico. Essa facilitação da recepção de tal obra médica lembra a análise de COSTA sobre a higienização médica da família em que:

*“ A necessidade de apresentar o banal sob o signo do insólito era uma condição necessária à implantação a hegemonia médica. A medicina social criava o fato médico inédito e apresentava-o à família que, atônita, descobria no saber higiênico a prova de sua incompetência”.*<sup>192</sup>

A manutenção e a expansão da hegemonia médica passava pela ampliação de seu público leitor e é para esse público que a obra “*O Médico no Lar*” mantinha, em 1951, os seguintes preceitos no verbete “*Lepra ou Morféa*” :

*“Todo leproso deve ser isolado (...) As úlceras serão recobertas (...) Todo caso suspeito ou declarado de lepra, deverá ser obrigatoriamente comunicado no departamento de profilaxia de lepra, para os respectivos isolamento e tratamento”.*<sup>193</sup>

Médico e escritor continuavam a ser publicados sem nenhuma revisão nos preceitos que divulgavam, a doença e o seu portador continuavam objetos de localização e intervenção policlesca e autoritária. A linearidade do suposto progresso médico não é encontrada em todas as obras na área. O que existe é uma convivência, em um mesmo

---

<sup>191</sup> PORTER, Roy. Perplexo com palavras difíceis: os usos do jargão médico IN: BURKE, Peter & PORTER, Roy (org.) *Línguas e Jargões*: contribuições para uma história social da linguagem. São Paulo: Unesp, 1997.

<sup>192</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989 (p.71).

<sup>193</sup> KEHL, R & LOBATO, M. *O Médico no Lar...* op. cit. (p. 185).

período, de paradigmas diferenciados. Eles são concepções diferentes e descontínuas, e não etapas lineares da evolução de uma mesma visão.

Contudo, merece um olhar mais atento o inerente caráter trágico contido na noção de eterno por vir perfectível da racionalidade sanadora. O trágico apresenta-se nas próprias falas médicas, nas quais construções de imagens, tanto pitorescas, quanto sublimes, conferem sentido às suas experiências com a lepra e suas instituições profiláticas. Tragédias que falam algo de humano e que, para caberem em palavras, utilizam figurações conhecidas, como na citação do Dr. Rui Noronha de Miranda:

*“Enfim pairavam sobre a doença uma série de interrogações, além do enorme e secular preconceito social com a mesma. Usando de uma metáfora, trabalhar nesta área (da lepra), naqueles anos, era sinônimo de adentrar no Inferno de Dante, onde dizem: ‘Quem entra aqui, não mais sai’.*<sup>194</sup>

Buscando por uma metáfora, o médico a encontra na imagem do inferno. Como Souza Araújo que, antes dele, também havia subscrito à fotografia do doente o termo “*inferno*”. A experiência de diretor do São Roque fala da busca de interpretações para a convivência com o medo, o horrível e a compaixão. Para torná-los mais palatáveis era preciso recorrer a um universo de imagens conhecidas que ainda fornecessem alguma esperança de haver um sentido em tudo aquilo.

---

<sup>194</sup> MIRANDA, Rui Noronha de. Entrevista IN: FERNANDES Jr. Lindolfo Ribeiro. op. cit. (p.161).

**Capítulo 3**  
**“Os Leprosos Chegaram”:**  
**sentidos da tragédia**

*“Vendo, um certo dia, D. Maria Luísa encher vários cartuchos com café, açúcar, arroz e feijão preto, perguntei: Para quem é isso? - Os leprosos chegaram. – Inácio? –Não, os leprosos de Santa Bárbara;(...)”<sup>1</sup>*

A frase é exclamada pela dona (Maria Luísa) de uma fazenda no final do século XIX, ao ver em grupo de doentes que se aproxima para receber uma das doações periódicas a eles feitas. Quem narra o momento é a professora alemã dos filhos daquela senhora. A professora há pouco havia conhecido um negro escravo e doente de lepra, chamado Inácio, que morava em um cantinho afastado da fazenda e, a partir desse encontro, iniciara a refletir sobre como a doença era tratada na sociedade brasileira. Essas reflexões estão em uma carta enviada para uma amiga em sua terra natal. A professora, de nome Ina, narra como primeiro ficara espantada com a naturalidade do tom em que lhe disseram qual era a doença do tal homem negro: *“como se falasse de alguém que estivesse resfriado.”*<sup>2</sup> Depois, presenciou a cena do auxílio à *“comunidade”* de doentes descrita na citação acima. O grupo denominado de *“comunidade”* vivia nos arredores de uma povoação não muito distante da fazenda, pois que vinham a ela pedir donativos. A situação destes é assim narrada:

---

<sup>1</sup> VON BINZER, Ina. *Os meus romanos: alegria e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. 5ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (p.118).

<sup>2</sup> Idem (p. 116).

*“uma espécie de colônia e para não contaminar os outros entrando em vendas ou através do dinheiro, eles mendigam seu sustento. Assim os doentes sem recursos acham-se em melhor situação do que se permanecessem exilados e completamente sós.”<sup>3</sup>*

Por outro lado Inácio, o negro doente e escravo da fazenda, não se juntara ao grupo, preferira viver com mais proximidade da filha, também escrava na fazenda. A opção fazia com que vivesse isolado diferente do que ocorria na “*comunidade de leprosos*”. Essa conferia aos seus integrantes um novo rol de relações sociais internas ao grupo, novos laços de identificação, em um pertencimento dentro de sua nova condição de ‘*leproso*’. A doença tornava-se o seu nome e um à margem do que fora antes.

Nesse jogo de distância e proximidade pode-se perceber na carta que a caridade vinha justificada pela própria aceitação pelos doentes da sua nova condição. A autora descreve que eles não mais participavam das trocas comerciais e humanas diárias daquela sociedade e, em contrapartida, asseguravam o ‘*direito*’ à compaixão, transmutada em doações de gêneros alimentícios.

Para a professora alemã, que cumprimentava todas as manhã Inácio, percebendo aí uma forma de consolo a ele: “*Pareceu-me que aquela troca de saudações matinais com pessoa mais feliz do que ele, representava um grande consolo para o pobre preto banido*”<sup>4</sup>, a idéia de um grupo de leprosos vivendo isolados invocava imagens e sensações mais tradicionais dentro do cristianismo, especialmente a do bom samaritano e da lepra como maldição. Como pode ser visto na citação abaixo:

---

<sup>3</sup> A fala é narrada pela professora Ina mas são as palavras da dona da fazenda. Ver: VON BINZER, Ina. Op. cit. (p.118).

<sup>4</sup> Idem. ( p. 117).

*“É horrivelmente triste e comovente pensar nesse agrupamento de párias, isolados do resto do mundo pela desgraça comum, irmanados pelo sofrimento e auxiliando-se mutuamente como samaritanos atingidos pela mesma maldição”.*<sup>5</sup>

Na diferença entre o senhor doente morador da fazenda e o grupo de *leprosos* a viver da caridade, passa a questão de identificação presente na lepra. Manter-se na fazenda, mesmo que isolado, receber um bom dia, mesmo que a distância, são pequenos fragmentos que parecem apontar para a manutenção de alguns aspectos do universo relacional que Inácio possuía antes da doença. Enquanto o grupo de doentes que aceitavam viver na *comunidade de leprosos*, apesar dos novos laços internos, viviam uma restrição drástica de seus contatos com o mundo exterior ao assumir o papel de leproso conforme delimitado pela tradição caritativa. Eles aparecem revestidos e resumidos pelo acordo tácito da compaixão permitida: corporificada no personagem do mendigo leproso.

Não é à toa que a dona da fazenda afirma já ter proposto ao Inácio ir juntar-se aos leprosos, proposta recusada. Também não é por acaso que Inácio continua com seu nome na narrativa feita pela professora, enquanto os outros são tão somente “*leprosos*”. A distância segura para impedir a *contaminação* é proporcional à percepção de quem são os outros. O outro é denominado por sua doença, enquanto Inácio continuava sendo denominado pelo seu nome pessoal e caracterizado pelos seus laços sociais, tanto familiares (como pai), como de trabalho (como escravo). “*Distância e proximidade são noções ambivalentes*”<sup>6</sup>, diria GINZBURG. A distância segura do centro purificado da fazenda (que poderia ser uma sinédoque para aquela sociedade) era menor para Inácio do que para os

---

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>6</sup> GINZBURG, Carlo. Como matar...op. cit. (p 211).

doentes denominados como “*leprosos*”. A manutenção de uma subjetividade parece acarretar uma relação mais próxima com o doente assim percebido.

Nessa pequena narrativa desenha-se uma visão de como a lepra era vivenciada no final do século XIX nas zonas rurais do sul- sudeste do país: como uma questão de lugar e comportamento. Não existia a noção de problema a ser resolvido para a condição dos doentes, como no caso de Guarapuava na virada do século e, principalmente, no estado do Paraná durante o governo Caetano Munhoz da Rocha.

Com essas imagens pode-se fundamentar uma perspectiva descontínua em relação ao tratamento da doença. Uma posição alternativa à visão de linearidade progressiva, tradicional nas histórias da medicina, é ver como o século XX trouxe propostas de institucionalização da lepra, como elas são uma ruptura, uma nova visão. Não uma evolução acumulável de um saber e sim um outro. Tal olhar alterará a vivência do ser leproso daquela sociedade. Transformações dentro da expansão racional médica, que penetra nas formas cotidianas de lidar com os doentes, instituindo novos lugares para a doença.

O espaço em que o novo exílio sobrevém é o São Roque. Ele será trabalhado no primeiro momento do presente capítulo. Em segundo, realizar-se-á uma tentativa de rastrear formas minúsculas de sobrevivência desses doentes, por onde apontam um engendrar de sua subjetividade para além da estratégia institucional. Durante o período do isolamento obrigatório, o doente estava inicialmente condenado ao limbo do leprosário até a sua morte física final. Que experiências podem sobrevir nesse espaço? Essa é a pergunta a ser respondida analisando-se momentos que permitam interpretar algumas experiências pelas características trágicas das quais estão imbuídas. Por fim, um mergulho simbólico em

algumas metáforas sobre a lepra que, através de apropriações alegórica, constitui-se um horizonte de diferenças.

### 3.1 - “*Quem entra aqui, não mais sai*”<sup>7</sup>: o internamento no São Roque:

*“ Lançado fora de uma sociedade que, conforme as utopias de antanho, limpa suas ruas e casas de tudo o que parasita a razão do trabalho – detritos, delinqüência, doença, velhice – o doente deve seguir a sua enfermidade onde será tratada, nas empresas especializadas onde logo se muda num objeto científico e lingüístico, estranho à vida e à língua cotidianos. É posto de lado numa das áreas técnicas e secretas ( hospitais, prisões, depósitos de lixo) que aliviam os vivos de tudo aquilo que poderia frear sua cadeia da produção e do consumo e que, na sombra onde ninguém penetra, consertam e fazem a triagem daquilo que pode ser reenviado `a superfície do progresso. Retido ali, torna-se um desconhecido para os seus. Não mora mais na casa deles nem no seu falar.”*<sup>8</sup>

A novidade no Paraná, a partir de 1926, é que o leproso não mais retornaria, nem para esmolar. Com a inauguração do Leprosário (colônia) São Roque, a restrição do seu universo relacional atingiria uma amplidão até então desconhecida, tornava invisível para o mundo exterior. Reduzido a objeto de pesquisa, tem seu lugar institucionalizado como depósito, onde esperará uma vida pela promessa da cura, em nome da qual se justifica a manipulação do seu ser. Contudo a promessa demora e ele mais uma vez torna-se o indesejável, o reverso da civilização. Lembrando STAROBINSKI:

*“o serviço ou a defesa da civilização poderão, eventualmente, legitimar o recurso à violência. O anticivilizado, o bárbaro devem ser postos fora de condição de prejudicar, se não podem ser educados ou convertidos”*<sup>9</sup>

<sup>7</sup> MIRANDA, Rui Noronha de. Citando Dante em entrevista IN: FERNANDES Jr. Op. cit. ( p.161).

<sup>8</sup> CERTEAU. op. cit.( p. 295).

<sup>9</sup> STAROBINSKI. Op. cit. (p. 33).

Sem a existência de uma possibilidade de cura, o leproso jamais poderia ser reconvertido em sujeito civilizatório, ao contrário, sua doença transforma-o em perigo àquela. A violência sob a qual foi exposto, com a obrigatoriedade do isolamento e sua centralização estadual, seria legitimada no discurso de defesa da sociedade. A razão do bem coletivo não conhecia freios de liberdade individual quando legislava em nome da civilização.

O leproso tornava-se o símbolo da falibilidade do progresso técnico e uma interrogação constante ao otimismo potencial do conhecimento médico, nas palavras do Dr. Rui Noronha de Miranda:

*“ Comecei a trabalhar com a lepra em 1935, quando ainda era estudante. Escondido de minha família (não me permitiriam se o soubessem) comecei a freqüentar o Leprosário São Roque. Lidar com a lepra, nesta época, implicava em uma aventura repleta de riscos: não se dispunha nenhuma medicação eficaz no seu tratamento,(...)”<sup>10</sup>*

Não possuir cura tornava a doença uma aventura na qual o jovem médico ingressa escondido. A terminologia utilizada aponta para a insegurança gerada pela falta de qualquer eficácia de tratamento, tão essencial a qualquer pretensão de capitalização sanadora a um poder/saber. Entretanto, nove anos antes, quando da inauguração do São Roque, o tom era bem diferente. Estabelecer uma comparação entre as falas permite analisar a ambigüidade trágica inerente ao projeto. Em 1926, a finalização da obra era celebrada na reportagem sobre a cerimônia inaugural no jornal *A Gazeta do Povo*, onde em tom festivo havia a manchete:

---

<sup>10</sup> Entrevista com o Dr. Rui Noronha de Miranda IN: FERNANDES Jr. Lindolfo R. op.cit. (p. 160).

*“O problema da Lepra resolvido no Paraná: a inauguração do leprosário São Roque. Cerca de 1500 pessoas assistiram ao ato – os discursos. Flagrantes tomados pela nossa reportagem.”<sup>11</sup>*

O teor da chamada lembra imediatamente as falas do mesmo período nos jornais de Guarapuava – vistas no primeiro capítulo - onde a idéia era que o “problema” lepra estaria resolvido com tal centralização dos doentes no Leprosário, logo Hospital Colônia, São Roque.

Na reportagem da Gazeta do Povo sobre a comemoração o adjetivo “*modelar*” é repetido na definição da instituição: ela é um “*estabelecimento modelar*” ou é “*sob todos os pontos modelar*”.<sup>12</sup> A adjetivação demonstrava que mais do que uma obra, o Leprosário São Roque propunha-se a ser um protótipo para o “*tratamento*” da lepra. Tentava-se materializar um potencial de total conhecimento sobre os portadores dessa doença ao pressupor poder centralizar a todos. É neste sentido que se lê no parágrafo seguinte da reportagem, onde o novo São Roque é chamado de “*grande monumento*”. Aqui é quase irresistível lembrar a 7ª tese sobre o conceito de história em Walter BENJAMIM: “*Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento a barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura*”<sup>13</sup>

Monumento à civilização e a sua barbárie intrínseca. Monumento que funciona como um “*plano inteligente e útil*”<sup>14</sup>, projetado como um instrumento de comunicação, que revela, transmite e justifica a sua existência no apelo por um sentido embasado na racionalidade científica; segundo a fala do jornal, ele serviria para:

<sup>11</sup> *Gazeta do Povo*. n.º 2312, ano viii, 21 de outubro de 1926 (p.1).

<sup>12</sup> *Gazeta do Povo*. idem. 21 de outubro, 1926 ( p. 1).

<sup>13</sup> BENJAMIM, Walter. *Magia e Técnica, arte e política*. Op. cit. (p 225).

“(...)*demonstrar aos outros estados da República que é o primeiro a lançar as bases de um grande monumento, erguido para o bem do povo, para o progresso da civilização e de conformidade com os mais recentes preceitos da ciência moderna*”<sup>15</sup>

Na citação acima delimitam-se os sentidos desejados para a mensagem: através da nomenclatura dos substantivos, ali é construído um universo semântico legítimo - onde *civilização, progresso, ciência e moderno* transformam-se em paráfrases - sobre as quais é tecido um ideal de desenvolvimento para o estado do Paraná. Além da constituição desses traços, pretende-se comunicar (*demonstrar*) o seu caráter grandiloquente (*monumento*) para o resto do país (*outros estados*). A elite política do estado também buscava um espaço no plano nacional, de sertão à civilização era uma jornada, um caminho a ser demarcado e essa é a função dos monumentos, de “*fazer recordar, avisar, iluminar*”.<sup>16</sup>

Era um monumento, mas continuava distante, um monumento de visibilidade controlada, pois chegava fragmentado pelos jornais e depois pelo filme documentário que seria realizado em 1927. O monumento leproário podia ser visível, mas as pessoas poluídas ali segregadas continuavam sendo afastadas dos centros civilizáveis.

A cerimônia de inauguração notificava o que aquele espaço deveria ser: era uma operação de comunicação e instituição. Para isso, os discursos autorizados sobre o tema foram arrolados em uma ordem decrescente: primeiro falou o presidente (governador) do estado, depois o arcebispo, após o inspetor de profilaxia da lepra de São Paulo e finalmente o prefeito de Deodoro (município ao qual a região do leproário então pertencia). O desfile

---

<sup>14</sup> *Gazeta do Povo*, 21 de outubro de 1926 ( p 1).

<sup>15</sup> *Gazeta do Povo*, idem, ibidem (negrito meu).

<sup>16</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória...*op.cit. (p 535).

de discursos constitui um “efeito de oráculo”<sup>17</sup> em que indivíduos investidos do poder de falar pelo coletivo colocam a sua vontade como sendo a de um grupo, requisitando para ela valor moral:

*“ O desvio das propriedades da posição social em proveito da pessoa só é possível na medida em que é dissimulado. Essa é a própria definição de poder simbólico. Um poder simbólico é um poder que supõe o reconhecimento, isto é, o desconhecimento da violência que se exerce através dele”*<sup>18</sup>

O porta voz supõe - finge - anular-se em benefício da coletividade a qual pretende representar e com isso reveste-se da autoridade de tal ausente coletivo. São atos que dão forma e sentido em um processo de monopolização do que seria a “verdade coletiva”. Logo, o ritual inaugural pretende açambarcar ambos os ângulos de abordagem institucionalizada da lepra naquele momento: o sagrado e o científico, a religião e a medicina, mediados pela figura do representante do Estado. Essa localização como mediador, assumida pelo governador, expande sua autoridade de oráculo do coletivo, podendo conformar um dever-ser para o coletivo que estava a encarnar.

Entretanto, é na construção da imagem do doente que emerge o ato de força existente no âmago da institucionalização. Assim, no dia seguinte o jornal *Gazeta do Povo*, que continuava cobrindo o evento, transcrevia na íntegra o discurso de Caetano Munhoz da Rocha na inauguração do S. R.:

*“(...) o certo é que o combate a lepra ocupou, desde logo, a primeira plana entre as múltiplas questões que no departamento da saúde pública reclamam o estudo e as atenções do governo. (...) Leprosário que hoje se inaugura, embora elevada à soma vultuosa de 1.500:000\$000 foi perfeitamente atendida com os recursos do Tesouro, oportuno porque o estabelecimento de todos os leprosos atualmente existente no estado, enquanto que mais tarde avolumar-se-iam certamente as dificuldades a*

<sup>17</sup> BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. op. cit. (p. 196).

<sup>18</sup> Idem. (p. 194).

*vencer, dada a contaminação crescentes das populações pela moléstia da Hansen. (.. ).como entrelaçando na mesma finalidade de defesa da sociedade e assistência ao doente, a ciência e a caridade, que ai se hão de exercer desdobrando a caridade em proteção material e amparo moral (...), a ciência pensando o enfermo pressurosa em minorar-lhe o sofrimento em desperta-lhe a esperança de melhores dias e estudando a moléstia na sua variada sintomatologia observando o resultado de um tratamento (...)"*<sup>19</sup>

Na fala acima, a lepra é constituída como inimigo a ser combatido, introduzindo o cenário de guerra inerente ao discurso de defesa da sociedade. Esse primeiro quadro inicia legitimando o vultoso gasto com a construção do leprosário. Tal valor, tão logo é apresentado, é também justificado pelo exercício de uma futurologia quando o custo seria maior pois a lepra estaria espalhada pela figuração do contágio. Ser a moléstia contagiosa era uma questão central na valorização da obra leprosário e é assim que o leproso entra em cena. Defender contra a lepra tornara-se excluir o leproso. Nessa tarefa, o governador tenta apaziguar as relações entre a pretensão científica e a tradição caritativa. A primeira promete o futuro em um milenarismo científico, que lança neste tempo inexorável a desejada cura e a utiliza como palavra de força para a disponibilização dos corpos doentes para a manipulação médica. Já a caridade avança pragmaticamente na conformação moral necessária para que o doente aceite as agruras de sua nova condição através do prometido acesso aos meios materiais para sua existência. É sobre a sobrevida do doente dentro do espaço do leprosário que a explanação do governador é ampliada:

*“ ... destinada a recolher o infeliz, que afinal não cometeu um crime, não incorreu nas penas do código e, entretanto, é segregado da sociedade, a cujo o convívio tinha direito e de que se vê privado, não obstante conservar os mesmos sentimentos básicos que se concentram no lar, e singelas habitações preparam-se, dispostas em mimosos grupos, que*

---

<sup>19</sup> Discurso do governador Caetano Munhoz da Rocha na inauguração do Leprosário São Roque, em 20 de outubro de 1926 IN: *Gazeta do Povo*, 22 de outubro de 1926 (p. 5).

*emprestam ao leprosário o aspecto de uma pequena cidade e procura-se minorar-lhe o infortúnio da existência proporcionando momentos de prazer e alegria (...).*

*E o pobre leproso, destarte assistido, em um meio amigo, não terá por certo gesto algum de revolta ao ver-se privado do seu maior dom, o da liberdade, mas, ao em vez, quando na contemplação destas amenas paisagens, como procurando, tentando vislumbrar e surpreender, além dos seus horizontes, a vida em que o homem se agita em perenes e sempre insatisfeitos anseios de felicidade, quando, então, a sua alma se confranger de angústia, sentirá conforto e lenitivo para o seu sofrimento com a idéia de que ele, o exilado da sociedade participará também das suas lutas e das suas conquistas, por intermédio dos filhos que o Estado acolhe e protege, instrui e educa, libertando-os do horrendo contágio e tornando-os úteis á sociedade e a Pátria.”<sup>20</sup>*

Na passagem do discurso acima referida, destaca-se o deslocamento de sentido através da projeção de uma realização futura. O início da citação pode surpreender pela confirmação, em uma fala oficial, de que o “*direito a liberdade*” daqueles doentes estava sendo retirado. Mas essa perspectiva é revertida na figuração do “*intermédio dos filhos*”. O doente então estaria fazendo um sacrifício em nome de seus próprios filhos que, uma vez cuidados pelo estado, estariam novamente “*libertos*” ao não se contagiarem. Essa projeção de uma realização “*utilitária*” futura (afinal, o papel das crianças já era previamente definido na fala do governador), pode ser entendida através de Bourdieu, quando afirma:

*“Em política, dizer é fazer, quer dizer, fazer crer que pode fazer o que diz e, em particular, dar a reconhecer e fazer reconhecer os princípios de divisão do mundo social, as palavras de ordem que produzem a sua própria verificação ao produzirem grupos e, deste modo, uma ordem social.”<sup>21</sup>*

Em meio a essa ordenação estratégica, aparece ainda a justificativa para a prevenção de “*gestos de revolta*” em uma escolha espacial confessa: “*amplos horizontes*” ( não se

---

<sup>20</sup> Idem IN: *Gazeta do Povo*, 22 de outubro de 1926 (p. 5).

pode esquecer de que quase não existem muros em torno do São Roque, pelo menos não de pedra e tijolos)<sup>22</sup>, aspecto de “*pequena cidade*” e “*amenas paisagens*” (noções que contêm a tendência de auto suficiência e de estar cercado pela natureza, o que relembra o quão isolados estavam do centro do projeto civilizatório). Além disso, a vida no mundo exterior é desvalorizada como “*agitada*” e “*insatisfatória*”. Não é necessário buscar uma interpretação *profunda* ou um sentido *verdadeiro*, que estaria escondido *atrás* das palavras do governador e que o pesquisador iria *descobrir*. A estratégia é confessada a cada parágrafo e a todo momento repetida. Definir e isolar o diferente, gerir seu espaço, entendê-lo como perigoso e como representante de uma humanidade inferior, parece ser uma discursividade com um amplo apelo ao projeto (desejo) de futuro e civilização ali elaborada.

Mas a redução da humanidade dessas pessoas, contida na estratégia do isolamento compulsório em leprosários colônia, demonstra a sua extensão de horizontes sobre essas vivências na própria regulamentação sobre a lepra e sobre o funcionamento do novo São Roque. Para iniciar, destaca-se que os regulamentos foram publicados no dia 11 de outubro, antes mesmo da inauguração do local. A ordem vinha antes da festa e a possibilitava, pois se a inauguração era algo comemorável era porque a função e os limites da institucionalização já eram conhecidos. A regulamentação partia da lei de reclusão dos leprosos no estado do Paraná, fora assinada pelo governador (presidente do estado) no dia 9 de outubro do mesmo ano, como decreto nº 1194 onde justifica:

*“considerando que o isolamento do doente é o único meio de evitar a propagação da lepra e de extinguir a moléstia e considerando que o Paraná já se acha aparelhado de um estabelecimento modelar para receber os leprosos do estado”*<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa/ Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand, 1989 (p 185-186).

<sup>22</sup> Ver: Imagem do fôlder com foto do leprosário quando da sua inauguração na página 280 da tese.

<sup>23</sup> *Gazeta do Povo*, 11 de outubro de 1926 (p. 8).

Tal decreto era composto por 16 artigos, o primeiro dedicava-se a definir não só a obrigatoriedade do isolamento de “*todos os leprosos*”, mas também decretava o lugar “no leprosário São Roque”. O segundo dedicava-se a definir a regras para os casos “*excepcionais*” em que seria permitido o isolamento domiciliar. A excepcionalidade concordava com a proposta que SOUZA ARAUJO descrevera em 1919, restringindo sua possibilidade a pessoas que tivessem condições financeiras de se auto isolar, bem como de manter pessoal especializado próprio ( inspeções médicas, enfermeiros efetivos, etc).

Aqui se delineia mais um espaço para a estigmatização da doença, ligando-a ainda mais à miséria. Afinal, enquanto um doente mais pobre que fosse “*descoberto*” pelos mecanismos de vigilância sanitária, seria removido definitivamente de sua casa para o leprosário e seus parentes examinados em dispensários na busca de outros casos, um doente com mais recursos financeiros poderia ter acesso a um médico particular que se encarregaria, não só de comunicar o caso, como também de inspecionar o isolamento em propriedade do próprio doente. O potencial de exposição pública desses dois doentes idealizados é bem diferenciado. Isso é relevante por se tratar de uma doença estigmatizante que leva à desumanização de seu portador e das pessoas a ele ligadas. Quanto menos a comunidade de origem do enfermo soubesse da sua doença, menor seria o efeito excludente sobre os seus familiares que ali permanecessem.

Essa análise pode ser comparada com o comportamento encontrado no final do mesmo século XX, quando a lepra já foi re-nomeada como hanseníase. A confrontação demonstra a extensão do estigma, pois a pesquisa de QUEIROZ & PUNTEL em 1997, apontara que, quanto mais alta a classe social do doente, mais receava que a sua doença fosse descoberta pelo seu círculo de relações, o que vem reafirmar como tal doença envolve

uma deterioração do status social tanto do doente como de seus familiares, pois: “o diagnóstico representa uma ameaça direta à imagem pública e ao sentimento de identidade que elas ( as famílias com doentes) tentam projetar para o mundo social e para si próprias”<sup>24</sup>. Relembrando o que já foi anteriormente referido: que a estigmatização envolve sempre um processo identitário grupal.<sup>25</sup>

Continuando a análise da legislação de 1926, em seguida são definidas as punições para quem desobedecer ao isolamento: no artigo 7º decreta-se a obrigatoriedade da comunicação dos casos, logo após vêm artigos sobre a inspeção das casas, colégios e estabelecimentos comerciais, bem como as correspondentes multas por tentar “iludir” tal inspeção.<sup>26</sup> A minúcia e a expansão previstas para a vigilância parecem ampliar mais o mecanismo do que a própria doença. O instrumental de controle era maior que a endemicidade da lepra.

Em seguimento, publica-se no jornal o regulamento do funcionamento do leprosário São Roque na íntegra. Diferentemente do que se encontra na obra de FERNANDES Jr<sup>27</sup> sobre a secretaria de saúde pública, onde este regulamento aparece resumido, sem a parte sobre a direção econômica e as considerações gerais. O escrever histórico é uma síntese seletiva em um jogo de lembrança e esquecimento. Muitas vezes, o silêncio relata mais do que pretenderia. Assim, Fernandes deixou de fora a parte do regulamento em que era definida a existência de guardas sanitários sob ordens da irmã diretora do São Roque. Entretanto, uma freira ter sob suas ordens um aparato com força policial, bem como a própria existência deles, fornece indícios sobre a imagem que o governo do estado tinha

---

<sup>24</sup> QUEIROZ, M. & PUNTEL, M. Op. cit. ... ( p. 105).

<sup>25</sup> Ver: ELIAS, Norbert. *Estabelecidos...* op. cit.( p. 23).

<sup>26</sup> Ver: artigo 9º do decreto na *Gazeta do Povo*. 11 de outubro, 1926 (p. 8).

<sup>27</sup> Ver: FERNANDES Jr. op. cit.( p. 41).

sobre o tipo de relações que se estabeleceriam naquele espaço e em quem ele poderia confiar como representante da violência estatal.

Delinea-se um acordo nessa regulamentação, que incluía alguns representantes da tradição caritativa transmutados para a filantropia dita “científica”<sup>28</sup> emergente no Brasil. A negociação de espaços para os vários sujeitos da profilaxia (igreja, estado e medicina) encontra um acordo tácito no microcosmo do São Roque. Obra simbólica que se consagra através da participação da igreja católica na figuração das irmãs. Um longo e lento conflito entre a progressiva tendência em substituir a caridade, religiosa ou particular, pela filantropia pública, desenrolado no Brasil a partir de meados do século XIX, encontrava termo em uma nova elaboração, onde se adaptavam os anteriores setores caritativos aderindo aos apelos pela ordem, pelo manejo científico e pela civilização.

Desta maneira, em nada é contraditório o poder policial dentro do leprosário estar nas mãos da Irmã, pois que os papéis estavam bem distribuídos nessa aliança de autoridade sobre os doentes. Esta distribuição de funções pode ser bem delimitada na análise do regulamento para o S.R., em que se destaca: “*Art.2º. A direção econômica será confiada a uma congregação religiosa*”.<sup>29</sup> A delegação da direção econômica às religiosas também atendia às necessidades do funcionamento da instituição já que seriam elas que estariam presentes nas atividades diárias e o regulamento pressupunha tentar prever o necessário para que a administração pudesse manter a ordem interna, ou seja, dinheiro e polícia.

Em seguida, a regulamentação trata “*Dos leprosos*”: delimita que os casos da doença atendidos na instituição seriam somente os estaduais; quais seriam os dados que

---

<sup>28</sup> Ver sobre como filantropia científica é a prática assistencial dominante no Brasil entre finais do século XIX e a década de 60 do século XX. “*Nessa fase, emergem as primeiras políticas públicas sociais. Busca-se adequar essas políticas ao ideário do progresso da ciência, da medicina higiênica, do interesse da nação, do ideário triunfante*” Ver: MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998 (p.71).

deveriam estar contidos na ficha de internamento (instrumentalizavam a localização de outros parentes doentes) e distribuição espacial dos internos nas enfermarias e nas habitações dentro do S. R., que se dava “*conforme as manifestações da moléstia*”, antes mesmo das divisões por idade, sexo e estado civil. A preponderância dessa ordem nosológica na disposição dos doentes dentro do leprosário, e não mais caritativa como no antigo lazareto (onde doentes e miseráveis ficavam todos juntos) ou somente social (como no projeto Lazarópolis), demonstra a expansão da ordem medicalizada dentro da tecitura dessa aliança filantrópica<sup>30</sup>, desenvolvida no projeto profilático. Nela havia espaços importantes para grupos representativos da assistência caritativa, só que dentro de um universo demarcado pelo poder/saber médico. Isso pode ser resumido no 7º artigo da regulamentação do São Roque: “*Todos dos leprosos deverão seguir rigorosamente todas as prescrições dos médicos concernentes ao seu tratamento (...)*”. Estava localizado o grupo detentor da palavra final sobre os doentes, criando o campo para uma expansão contínua das funções médicas naquela instituição.

A regulamentação continua definindo a situação das internações de pessoas casadas, quando somente um estivesse doente. Esse é o assunto do artigo 9º, no qual é previsto que o cônjuge saudável poderia “*espontaneamente*” acompanhar seu (ua) parceiro(a) no isolamento. Porém, caso o cônjuge não desejasse tal exílio, ficaria então: “*sujeito a vigilância da polícia sanitária durante 6 anos.*” A lepra desagregava a família, internado ou não, o estigma estava sobreposto a quem fosse vinculado à doença em algum momento. A saída aos que ficam livres do internamento será mudar-se. Os que quisessem se manter por perto do doente, mesmo no caso de não acompanhá-lo no internamento, podiam

---

<sup>29</sup> *Gazeta do Povo*. 11 de outubro, 1926 (p. 8).

estabelecer-se nos arrabaldes do leprosário iniciando ali uma ocupação. Por outro lado, havia os que queriam se ver livres da marca deixada pelo nomear da lepra no seu meio familiar e assim, uma vez estando transportado o parente doente ao S. R, era questão de sumir no mundo e não mais enviar notícias. Tais experiências, de abandono ou de transferência do núcleo familiar, eram previstas no projeto que visava ser uma “*pequena cidade*” tendo o regulamento também legislado, detalhadamente, sobre o que poderia restar de pessoal e privado aos internos, “*permitindo*” no artigo 10 o casamento “*entre leprosos*”.<sup>31</sup>

A doença, a obrigatoriedade da internação, a vigilância sobre os parentes, o abandono, ainda não atendem à amplidão da tragédia humana que envolvia esse programa profilático para a lepra. No artigo 11 pode-se traçar melhor as suas linhas:

*“11º Os filhos menores que não apresentem sinal nenhum da moléstia na ocasião do isolamento dos pais e os que nascerem no leprosário serão recolhidos imediatamente a estabelecimentos especiais, por conta do estado, que promovera os meios de sua manutenção, educação e ensino profissional. Parágrafo único: Aos filhos maiores ainda não contaminados pela lepra e que viverem em companhia dos pais na ocasião do isolamento, será permitido emprego no leprosário.”*<sup>32</sup>

Para os filhos maiores valia o mesmo que para os cônjuges indenes: a internação voluntária, pois que era mais fácil ao estado tê-los juntos no S. R. do que vigiá-los por seis anos em suas localidades de origem espalhadas por todo o Paraná. Já para os menores o projeto é bem mais amplo. O assistencialismo utilitarista da filantropia, em que o trabalho e a reclusão apareciam como regeneradores para os “*jovens delinqüentes e crianças*

---

<sup>30</sup> Sobre a mudança na distribuição do espaço interno das instituições quando da ascensão do saber-poder médico ver: WADI, Yonissa M. *Palácio de Guardar Doidos*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

<sup>31</sup> Ver: *Gazeta do Povo*. 11 de outubro, 1926 (p. 8).

<sup>32</sup> Idem, *ibidem*.

*abandonadas*”<sup>33</sup>, aparece aqui como o modelo a ser seguido na institucionalização de um atendimento diferenciado para os filhos dos doentes.

As crianças serão separadas dos pais, desde o seu nascimento. Inicialmente a separação era realizada em uma área específica do S. R., no “*Abrigo Escola*”<sup>34</sup>. Porém, a partir de 25 de maio de 1943, as crianças serão reclusas em uma instituição específica, um preventório: o Educandário Curitiba. A intenção de dispor sobre elas uma pedagogia pretendia: “*Incutir sentimentos de ordem, respeito as normas, de estímulo á família, de amor aos trabalho, estava no ideário do projeto filantrópico-burguês. Tudo fundado na melhor ciência e no culto ao progresso ininterrupto*”<sup>35</sup>. Nesse educandário, as crianças esperavam ou a morte, ou parentes saudáveis que os quisessem, ou atingir a maior idade, talvez casar, ou a manifestação da doença. No caso da última elas eram removidas imediatamente ao S. R. Os infantes internos no Educandário eram comumente denominados de “*orfãos de pais vivos*”<sup>36</sup>, termo em que se reencontra a noção de morte social vivenciada pelo doente e que sobrevém mesmo em momentos após o início do tratamento da doença com a sulfona.

Voltando às funções do Educandário Curitiba, ele é planejado no modelo de preventório cuja tarefa, segundo o médico e diretor do S. R. Aureliano Moura, era assegurar:

---

<sup>33</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. Op. cit. (p.76).

<sup>34</sup> Arquivo Morto do Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná, encontra-se na ficha de internamento de Henrique no dia 28 de outubro de 1927: “*Filho de 11 anos: É são e se acha internado no Abrigo Escola do Leprosário São Roque*”.

<sup>35</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. Op. cit. (p. 206).

<sup>36</sup> NACLI, Adibe. *O Mal de hansen e o serviço social no Sanatório Colônia São Roque*. Curitiba: Imprensa oficial do estado, 1959. (p.35 e 37).

*“(...) uma vigilância de rigor, uma proteção eficaz que possa sobrestar um ulterior desenvolvimento da doença, proteção que se traduzirá por uma melhoria das condições higiênicas, por uma alimentação quantitativa e qualitativamente adequada, por uma educação que os possa tornar, no dia de amanhã, indivíduos úteis à coletividade.”*<sup>37</sup>(...)

Ao contrário dos seus pais, os filhos não doentes ainda podiam ser reaproveitados, reciclados pela educação para o trabalho, para tornarem-se parte produtiva do progresso e da civilização. Essa lógica deveria ser repetida também internamente no espaço do S. R. Pois que, apesar de estarem em um ambiente de exclusão, aqueles doentes indesejáveis no projeto externo seriam ordenados dentro de uma moral para o trabalho no próprio microcosmos do leprosário, conforme contido em uma concepção metafórica de instituição que ligava a noção “*pequena cidade*” com um espaço de purificação pela ordem<sup>38</sup>.

Essa distribuição aparece nos parágrafos seguintes da regulamentação, a respeito do trabalho dos internos dentro do leprosário. As funções eram divididas por concepções de papéis para os sexos e os produtos do trabalho deveriam ser consumidos internamente. Determinava-se ainda que, ao final do ano, os mais “*esforçados*” (art 13 parágrafo único) seriam recompensados com premiações.

Será somente no artigo 15 que se aponta novamente o caráter definitivo do internamento: “*vedada ao leproso a saída do estabelecimento*”, bem como no 16 sobre as visitas, inclusive a dos filhos: “*Será permitida aos leprosos á visita dos filhos e outros parentes ou pessoas de amizade uma vez obtida ordem do diretor do serviço médico e sob*

---

<sup>37</sup> MOURA, Aureliano M. de – *Lepra* – Curitiba: Empresa Gráfica Paranense, 1940 (p. 52).

<sup>38</sup> Ordenar é uma função estratégica de uma discursividade que exerce poder ao prescrever significados e posições de sujeito em uma composição de microcosmos. No caso do S. R. a configuração previamente planejada seria a de uma “*pequena cidade*” com funções distribuída por sexo e ofícios em uma produção voltada ao próprio funcionamento da instituição e ao consumo dos doentes, bem como o planejamento da existência de atividades de lazer para os internos: “*Dispõe também o estabelecimento de salas para projeções cinematográficas e radiofônicas e vitrola, para distração dos enfermos*” *Gazeta do Povo*, ano VIII, nº 2312 de 21 de outubro de 1926.

*vigilância da diretoria do estabelecimento*”<sup>39</sup> Aparece aqui a trama de uma rede de vigilância que criava um indivíduo disciplinado e controlado na figuração: o interno.

Depois volta-se à “*da direção econômica*” (arts. 17 ao 19) que se encontra a cargo da congregação religiosa à qual as freiras pertenciam, e a irmã superiora seria a diretora do estabelecimento. Nessa regulamentação inicial seriam as irmãs que administrariam o leprosário, enquanto os médicos estariam regidos pelos artigos: “*Do serviço médico*” (arts. 20 ao 24) em que se definia que a eles cabia toda a parte clínica do S. R., onde exerceriam:

art 21: “*o tratamento sistemático dos leprosos pelos métodos mais modernos e mais eficazes, bem como estudos especiais sobre lepra, registrando em livros próprios as suas observações*”<sup>40</sup>

art 24 : “*O leprosário será franqueado, mediante autorização e fiscalização do diretor clínico, aos médicos especialistas, que desejarem faer estudos e observações sobre a lepra (...)*”<sup>41</sup>

Nos artigos acima define-se um caráter empírico experimental para a instituição, o que transformava os internos em cobaias em potencial de tais pesquisas. A compliance esperada por parte dos internos, ou seja a aceitação do tratamento pelo doente, não deveria ser total, pois que os artigos finais de “*disposições gerais*” prevêm, no já referido art. 25, que: “*Haverá um corpo de guardas sanitários em numero suficiente para atender o serviço de ordem e outros que for determinado pela Irmã diretora do leprosário*”<sup>42</sup>.

Porém a direção do S. R. passará, durante seu funcionamento, para a figura do “*médico diretor*”, restando às irmãs a administração das tarefas diárias. Tal mudança pode ser analisada como uma pista da contínua ampliação do campo de atuação considerado

<sup>39</sup> Regulamento do Leprosário São Roque, artigo 16°. IN: Gazeta do Povo. 11 de outubro, 1926 (p. 8).

<sup>40</sup> Idem, artigo 21° parágrafo c IN: Gazeta do Povo. 11 de outubro, 1926 (p. 8).

<sup>41</sup> Idem, artigo 24° ibidem .

<sup>42</sup> Idem, artigo 25°, parágrafo c. Idem, ibidem.

legítimo para a medicina, movimento no qual a substituição de paradigmas médicos era apresentada apenas como uma “evolução”. Assim, a aliança profilática sofria os efeitos de uma medicalização crescente o que, com o advento da sulfona, será ainda mais legitimada pela possibilidade de cura.

Retornando para a regulamentação, no artigo 29 aparece a função de incentivar os “*leprosos abastados*” a construir suas casas para o auto isolamento no próprio leprosário. Assim mesmo as pessoas com condições de se auto isolarem como previsto na lei seriam “*incentivados*” a irem para o leprosário. A amplidão da redução da condição humana do doente podia se infiltrar mesmo em famílias mais ricas que o estereótipo esperado do futuro interno, sem contudo minimizar as diferenças percebidas entre classes e reações à doença, como já apontado.

No último artigo reaparece a figura do filho saudável do leproso, voltando à tona, no artigo 30 onde se definia que o assunto teria regulamentação específica. Tal previsão demonstra a importância estratégica da questão na ordenação civilizatória projetada por Munhoz da Rocha.<sup>43</sup>

A abundância de fontes sobre a inauguração e o início de funcionamento do São Roque – com reportagens, fotos e, no ano seguinte, um filme realizado pelo governo do estado - já é um indício da força simbólica daquele local para a constituição de uma história oficial sobre o tratamento da doença no estado: o leprosário monumento deveria ser visto como uma vitória civilizatória. O evento inauguração apresenta-se como um ritual eficiente

---

<sup>43</sup> O que mereceria uma pesquisa mais extensa e atenta sobre tal temática.

nesse processo, um ritual para o qual se pode buscar em Mary DOUGLAS<sup>44</sup> um auxílio na compreensão. Para esta autora o ser humano é um animal ritual para quem:

*“Os rituais representam a forma das relações sociais e dão a elas expressão visível, capacitando as pessoas a conhecer sua própria sociedade. Os rituais influem sobre o corpo político por intermédio do agente simbólico do corpo físico.”*<sup>45</sup>

Para a referida autora as relações sociais são impossíveis sem atos simbólicos. É através da ritualização que ocorre a transmutação de aspectos naturais em morais. O ritual seria uma ação mnemônica que modificaria a experiência e, ao realizar tal mudança, restabeleceria o que *“deveria ter sido”*, expressando-o simbolicamente. Aqui a análise aproxima-se de BOURDIEU que também analisa os ritos como lugares onde um dever-ser é instituído<sup>46</sup>.

Com esse instrumental, pode-se voltar para aquele mesmo ano de 1926, quando a *Gazeta do Povo* publicara em fevereiro um texto sobre um grupo de colonos imigrantes austríacos que teriam ido para o estado de São Paulo. Na reportagem, o articulista mostrava-se indignado com a escolha territorial para tal colonização, analisando que *“por incuria nossa, mais uma oportunidade de enriquecer o estado com braços laboriosos, desviados para outras regiões insalubre do Paiz (sic)”*<sup>47</sup> Novamente a valorização dos imigrantes europeus como trabalhadores pela figura de sinédoque *‘braços laboriosos’*. Para desqualificar a região escolhida para a colonização utiliza-se o termo *“insalubre”*. Se ele desqualifica então, por outro lado, ser apresentado como salubre deveria qualificar. Essa é a

---

<sup>44</sup> DOUGLAS, Mary. op. cit. (p. 80).

<sup>45</sup> Idem (p. 158).

<sup>46</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das Trocas Lingüísticas: o que falar quer dizer*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1998 (p. 100).

<sup>47</sup> *Gazeta do Povo*, 6 de fevereiro, 1926.

imagem perseguida pelo jornal para o estado do Paraná. É nesse sentido que a Gazeta debate, também naquele mesmo ano, em suas páginas um suposto “*problema racial*”, bem como a “*famosa eugenia*”<sup>48</sup>. As reportagens e os artigos apontam para uma biologização da questão civilizatória, na qual controlar a visibilidade da lepra era parte essencial da estratégia desse dever-ser.

É através da delimitação do que se tornará público sobre a doença que se insere a reportagem do jornal analisado no dia 2 de julho de 1926, que anuncia: “*um médico brasileiro acredita ter encontrado a cura da lepra.*”<sup>49</sup> Assim “*o ministro da justiça solicitou providencias no sentido de serem feitas experiências num dos nossos leprosários*” O articulista afirma “*estamos na época das descobertas*”<sup>50</sup>.

A suposta cura era a utilização do óleo de chaumoulgra, produto que será amplamente utilizado no tratamento da lepra até ser substituído pelas sulfonas nos anos 40. O médico Jayme Drumond de Carvalho, lembrando esse tratamento, diz que: “*constituía-se num tratamento muito doloroso aos pacientes.*”<sup>51</sup> Sobre o uso da chaumoulgra no São Roque, temos as palavras do Dr. Aureliano Moura, em obra de 1940, sobre o tratamento: “*A terapêutica da lepra é paupérrima. Atualmente é ainda recomendado como melhor, o tratamento com óleo de hidrocarpo (chaumogra) e seus ésteres.*”<sup>52</sup> O óleo era aplicado pelo médico com infiltração intra-dérmica ou tratamento de *plancha*, um método introduzido pelo próprio médico no São Roque no ano de 1933 e que “*consistia em*

---

<sup>48</sup> Idem 19 de março 1926

<sup>49</sup> Idem, 2 de julho, 1926.

<sup>50</sup> Idem, 2 de julho, 1926.

<sup>51</sup> Entrevista de Jayme Drumond de Carvalho concedida a Lindolfo Fernandes Jr IN: FERNANDES Jr., Lindolfo Ribeiro. *A Secretaria da saúde e do Bem Estar do Paraná: suas origens e sua evolução no período de 1853 –1983*. Curitiba: Secretaria da Saúde, 1986 (p. 151)

<sup>52</sup> MOURA, Aureliano M. de – *Lepra* ...op. cit., 1940 (p. 37).

*múltiplas injeções cutâneas*”. O referido médico avaliava tal tratamento da seguinte maneira:

“*Desvantagens: a) tempo gasto na aplicação; b) dor produzida pelas múltiplas picadas a que se tem submeter o paciente (no mínimo 25); c) desperdício de medicamento (...); d) sinal de plancha, que consiste na pigmentação escura e persiste após o desaparecimento dos processos reacionais nas regiões infiltradas; e) ulcerações (...)*”<sup>53</sup>

O tratamento era compreendido como eficaz, hoje se sabe que não o era, mas o que se destaca é a sensibilidade diferenciada que transforma a dor sentida pelo paciente em um segundo lugar nas “*desvantagens*” do tratamento, logo após o gasto de tempo. Além da dor, o tratamento deixava o “*sinal de plancha*” que permanecia na pele do doente. Moura aponta que o sofrimento pela dor e pela marca deixada “*impressionam pior o doente*” que acabava por “*suportar mal*” o tratamento.<sup>54</sup>

Importante demonstrar que o modelo de atendimento estadual descrito pelo médico em 1940 possuía diferenças em relação à ordenação prevista no regulamento inicial de 1926. As alterações haviam delimitado mais estritamente o funcionamento da profilaxia da lepra, que agora estava sistematizada por 14 anos de funcionamento em: a) recensear e conhecer todos os casos do estado; b) depois transferir os doentes para o S. R (agora denominado Hospital Colônia); c) já para o dispensário, deveriam ser levados os casos *considerados “formas fechadas”*<sup>55</sup>, bem como os familiares (denominados comunicantes); d) aos comunicantes restava serem vigiados e identificados por carteiras de vigilância.<sup>56</sup>

---

<sup>53</sup> Idem (p 44 – 45).

<sup>54</sup> Idem (p. 45).

<sup>55</sup> Os dispensários vão ganhando importância na profilaxia da lepra a partir das pesquisas médicas que afirmavam que as “*formas fechadas*” da lepra não eram contagiosas. Ver: *Revista Médica do Paraná*. Ano IX, nº 3-4. Curitiba, 1940 (p.101).

<sup>56</sup> MOURA, Aureliano M. de – *Lepra ...op. cit.*, 1940 (p. 52).

Entretanto, por outro lado mantinham-se prescrições que remontavam às mesmas falas da inauguração. Assim, para o tratamento também é recomendado por MOURA:

*“(...) o doente de lepra necessita, antes de tudo manter ao rigor, os cuidados de higiene corporal, ter alimentação rica e sadia, sono reparador, trabalho e exercício físico adequado, distrações de espírito e receber **estímulo moral** (...)”<sup>57</sup>...*

Esse tratamento legitima em essência a obrigatoriedade de isolamento dos doentes ao reafirmar a necessidade da internação no São Roque: somente lá o doente poderia estar sob uma abordagem tão ampla de sua vida como a prevista acima. Assim, o modelo de profilaxia era resumido em notificação obrigatória, proibição de entrada no estado de novos casos, internamento obrigatório e vigilância obrigatória. O que pode ser aqui traduzido como uma exclusão do doente de sua condição humana anterior e seu ingresso em uma situação que perduraria por toda a sua vida, em um isolamento sem esperança de cura onde, após ter sido arrancado de seu meio, teria agora seus filhos separados no momento do nascimento. Sujeitos potenciais calados sob a identidade estigmatizante de leprosos, reduzidos a objetos de pesquisa do saber médico, expostos a tratamentos tanto dolorosos quanto ineficazes, instituídos por uma legislação amplamente autoritária.

O São Roque extravasava uma tragédia moderna. Com ele, o projeto de profilaxia da lepra no Paraná durante a primeira metade do século XX, mesmo sofrendo diversas mudanças, mantinha-se dentro de uma estratégia desumanizante do doente, contendo em suas linhas a catástrofe social e pessoal que atingia quem fosse tocado, de alguma maneira, pelo arco denominativo da lepra.

---

<sup>57</sup> Idem (p 35), negrito meu.

O sistema de profilaxia e tratamento da doença fornecem subsídios para a análise da expansão de biopoderes no ordenamento das populações sob a justificativa do bem-estar futuro. Essa ordem se revela como sendo uma estratégia, sem ninguém a dirigi-la, e todos cada vez mais emaranhados nela, que tem como única finalidade o aumento da ordem e do próprio poder<sup>58</sup>, o que contaminava e nutria o funcionamento da instituição e suas relações entre os médicos, freiras e doentes.

Essa aliança profilática era delicada e nos discursos de memória das irmãs reencontram-se também os sujeitos e os lugares do progresso. Analisando o texto sobre a inauguração do S. R. encontra-se, novamente, um Munhoz da Rocha como sujeito, “*o governador ajudava*”, bem como a repetição das imagens modelares sobre o estabelecimento pois lá está novamente o adjetivo “*modelar estabelecimento*” para o leprosário. Ainda sobre a inauguração, o livro disserta:

*“o Dr. Caetano Munhoz da Rocha pronunciou um brilhante discurso, dando por inaugurado o Estabelecimento. Dom João Francisco Braga fez um discurso alusivo àquela obra grandiosa realizada pelo Governador do estado e decerrou a placa comemorativa”<sup>59</sup>*

Com a passagem acima fica-se sabendo um pouco sobre a fala do representante da igreja durante a inauguração do S. R.; nas outras fontes, ela não era caracterizada. Ainda mais, informa sobre o descerramento de uma placa, ela que se localizava em um pequeno obelisco à frente do prédio administrativo do leprosário. Ela foi arrancada já na segunda metade do século XX pelo médico diretor de então por denominar de “*Leprosário*” o estabelecimento que agora era denominado *Hospital* ou *Sanatório*. No final do século XX,

---

<sup>58</sup> Ver: DREYFFUS & RABINOW. op. cit. quando remetem a Heidegger para quem a tecnologia é a ação de situar, ordenar e colocar a disposição todos os seres.

uma nova médica diretora recolocou a placa no lugar. Nesse pequeno episódio têm-se indícios da tensão que envolvia a aliança entre médicos e religiosos, mas principalmente, fareja-se a importância do nomear no universo simbólico da lepra, pois que o S. R. teve durante sua existência vários nomes diferenciados: Leprosário S. R., Hospital (Sanatório)–Colônia S. R., Hospital de Dermatologia Sanitária S. R. e, finalmente, a laicização do nome com o Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná<sup>60</sup>. Ainda por pouco não mudou de nome mais uma vez, como foi previsto em um projeto da década de 90 do século XX, que o denominaria “Parque da Saúde São Roque” e que tinha como slogan: “Do estigma do passado para um novo futuro”<sup>61</sup>.

Entretanto, de volta à fundação, o discurso oficial da congregação religiosa, apesar dos elogios à atuação do governo de Munhoz da Rocha, também é demonstrando um campo de tensões que permeavam a aliança medicina e caridade tecida pelo estado no espaço do S.R. Sua instabilidade perpassa na constituição de sentido para as experiências vivenciadas pelas freirinhas naquele local, caracterizando-as pelo cuidado constante para com os doentes em um local isolado, em um país distante e diferente como o Brasil, principalmente em relação às origens holandesas e alemãs daquelas irmãs, enviadas para cá exatamente na ocasião de organização do leprosário:

*“Em princípios de 1926, 8 irmãs da Misericórdia da terceira ordem de São Francisco de Assis transpuseram o vasto oceano, com destino ao Sul do Brasil, Estado do Paraná. Sua meta: trabalhar em meio dos hansenianos. Era um salto no escuro. Mesmo desconhecendo a Terra, as Pessoas e até a temida doença da Lepra, elas levavam no coração missionário a grande esperança de tornar conhecido por todos o Salvador, (...)”*<sup>62</sup>

---

<sup>59</sup> BOEING, Irma Serena. *Quero Misericórdia...* História da Congregação das Irmãs Franciscanas de São José. Itapema: Pallotti, 1997 (p 236 –237).

<sup>60</sup> Idem (p.278).

<sup>61</sup> Ver: Fôlder do Parque da Saúde São Roque realização do Governo do Estado do Paraná (p. 280 da tese).

<sup>62</sup> BOEING. Op. cit. (p 271).

Nessa fala, o caráter de jornada é realizador de um sentido que, com a utilização de maiúsculas em alguns substantivos, reforça a grandeza do desconhecido por elas enfrentado, além de passar a idéia de um trabalho missionário sobre um território pagão, já que pretendiam “*tornar*” conhecido o salvador delas.

Essa figuração das irmãs complementa-se com a postura de santificação de sua ação através da imagem de entrar em contato com os doentes. Tratá-los, morar com eles, são demonstrações de transposição dos limites de contaminação, lembrando que romper as fronteiras de poluição imunemente é condição *sine qua non* para a santidade.

*“Os primeiros anos de São Roque foram muito difíceis. Os doentes chegavam em estado de tanta miséria e abandono que a lepra, por vezes, assustava! Para lhes dar banho e fazer curativos, era preciso muito espírito de sacrifício e abnegação, uma grande força de vontade e, especialmente, muito amor ao próximo.”<sup>63</sup>*

Novamente encontra-se a narração envolvendo a temática da lepra lançando mão de uma estética do terror. A primeira sensação é o ‘*susto*’, que qualifica a atuação santificada posterior no “*banho*” e nos “*curativos*” passando a idéia de contato extremamente próximo e finalmente adjetiva-se a ação, tornando-a heróica. Mas a tensão está revelada na oposição entre a ação das freirinhas e o desempenho dos outros considerados responsáveis pela instituição, em vários momentos a narrativa tece uma desqualificação dos que não são da congregação, assim:

---

<sup>63</sup> BOEING, Irma Serena. Op. cit. (p. 273). Somente as irmãs moravam no S. R., enquanto os funcionários de escalões mais baixos morariam nos arredores da instituição e o médico responsável podia escolher onde morar já que, inicialmente, não necessitava estar presente todo o tempo.

*“(...)a motivação profunda deste trabalho se apoia na caridade desinteressada, onde nada se espera a não ser a recompensa de Deus. Lamentavelmente, nem todos, em contato direto com esses pobres hansenianos, trabalham nesta disposição de total dedicação. (...) Entre as dificuldades encontradas no passado, podemos citar: falta de médicos para o plantão da noite, em final de semana e feriados, (...). Dificuldades encontradas hoje: Falta de valorização do trabalho das religiosas, no hospital, má distribuição do pessoal de enfermagem pela direção, falta de seriedade na administração, (...)”<sup>64</sup>*

Os outros profissionais do atendimento: médicos e enfermeiros, são vistos no mínimo como não dedicados aos doentes, quando não questionados em sua honestidade, em uma estratégia que qualificava ainda mais a abnegação das irmãs, deixando claro que a direção do S.R. estava conferida a um médico, em uma distribuição de funções que ampliou a tensão entre médicos e freiras.

De volta a 1927, encontra-se uma carta do frei responsável pelo S. R. para a madre superiora da congregação na Europa, informando a dificuldade de adaptação que as irmãs experimentaram logo nos primeiros anos de funcionamento da instituição e os insistentes pedidos para uma visita da madre, pois que:

*“nem todas as determinações da Congregação podem ser executadas minuciosamente e de maneira costumeira. Conscienciosas como são as Irmãs se deparam com grandes dificuldades espirituais. As Irmãs devem então, elas mesmas formar seu conceito e agir conforme sua própria consciência, abstraindo das prescrições legais? Isto não pode ser.”<sup>65</sup>*

Os pedidos do frei pela hierarquia interna da ordem serão atendidos com a vinda da Madre geral no final daquele mesmo ano, o que reafirma a importância da manutenção da hierarquia dentro da Congregação. A estratégia minuciosa de gerenciamento daquela

---

<sup>64</sup> Idem (p. 276 – 277).

<sup>65</sup> GRUNDHOFF, Frei Nikodemus. Carta a madre Geral de 10 de março de 1927. IN: BOEING. Op. cit. (p 274 -275).

instituição e da vida dos doentes deveria deixar pouco espaço para uma individualização, mesmo que das freirinhas, pois elas tinham sua posição de sujeito desta história enquadrada no sujeito coletivo de sua congregação.

Diferente das memórias das freirinhas que destacam sua atuação cotidiana até a melhora do tratamento que diminuiu o “*pavor*”, as memórias médicas falam de técnica e da bravura da sua própria corporação e dos seus membros ao mergulharem no mundo da leprologia. Portanto, muitos são os heróis sujeitos do isolamento obrigatório e centralizado dos doentes de lepra no estado do Paraná: para os meios de comunicação e para o governo estadual o herói é Caetano Munhoz da Rocha; para a congregação religiosa e seus anais são as freiras, para a medicina são seus representantes. O único personagem destituído de qualquer postura de sujeito em todos esses discursos é o doente, ele é sempre o *leproso*. A doença é tecida como uma matéria que qualifica apenas quem sobre ela versa, legisla, medica ou benfazeja, nunca sobre quem dela sofre.

No livro de Moura, as pessoas sob a denominação “*os leprosos*” aparecem apenas como quatro casos que ele analisa clinicamente. A todos eles é perguntado pelos “*antecedentes de família*” na busca de outros casos. O médico também aponta que um dos doentes viveria em “*fóco leproso*”, a saber, o que é assim denominado é o município de Guarapuava.<sup>66</sup>

Essa insistência do médico em estabelecer os antecedentes também é encontrada nas fichas dos internos do S. R., em que, logo após os dados pessoais de identificação como “*nome, data de internação, local de origem, cor, estado civil, ocupação, tipo de residência, grau de instrução, posses*”; aparece o “*inquérito epidemiológico*”. Nele há uma rede de localização de doentes, minuciosa e até redundante, na qual a intenção seria esmiuçar a

situação dos membros da família do doente, um por um. Mas, em grande parte, elas ficavam em branco ou apenas o doente reafirmava ser o único caso da doença na família. Essa tática de proteção dos parentes aponta para a reelaboração da subjetividade dessas pessoas na nova situação trazida pela doença.

Nos mecanismos produtores de informações sobre o indivíduo internado existem vários tipos de fichas e diversos modelos que se seguiram ou conviveram. Destaca-se aqui a existência da *ficha leproológica*, depois substituída pela *ficha epidemiológica e clínica* que continha mais campos para detalhamento dos casos e era pelo menos de dois tipos diferentes, e foi posteriormente complementada ainda com a *ficha social e de assentamento*.<sup>67</sup>

Analisando as fichas como mecanismos de produção de saber/poder sobre os doentes, pode-se apontar que elas buscavam uma delimitação do indivíduo e para tanto lançavam mão de representações do corpo através de desenhos que tentavam demonstrar o que seria a frente e as costas de um corpo humano sem rosto, sem cabelo ou pelo e sem sexo. Sobre tal esboço demarcavam-se pequenos sinais como: ... ou //// , como símbolos do tipo e local da lesão que o doente possuía sobre a pele. Posteriormente esses sinais serão substituídos por números que indicariam a mesma coisa, só que de uma forma simbólica mais asséptica, assim mais aceita em um meio que buscava o status científico como a medicina.

E ainda mais: o desenho que tenta representar um corpo humano ganharia em seguida versões laterais com braços para o alto, pretendendo-se assim que nenhum espaço, dobra ou canto pudesse esconder o mal do olhar inquisidor da medicina, em um processo de

---

<sup>66</sup> MOURA, Aureliano Mattos de. *Lepra*. Curitiba: Empresa Gráfico Paranaense, 1940. (p 57).

<sup>67</sup> Modelos de fichas encontrados no arquivo morto do HDSPr.

ordenação e representação que revela onde a minúcia se prendia: em um corpo objeto homogêneo que não mantinha nenhum indício de subjetividade para aquele doente que se pretendia ali representar. A doença engolia o doente, tornava-se sua prisão e sua máscara.

Ainda sobre as fichas, destaca-se que as primeiras não possuíam espaço para um relato das atividades do paciente após internado. Afinal, o internamento em si era visto como a solução do problema lepra, o que parece impedir a visão de que aqueles doentes teriam um cotidiano, mesmo que em um espaço de reclusão e isolamento, onde iriam (re)compor vivências complexas. Essa impossibilidade de visão ocasionava que eventos da vida dos internos acabassem sendo datilografados no canto da ficha em uma ordem linear crescente pelas datas de ocorrência, assim encontram-se dados como “*evadido*”, “*recuperado*”, “*punido com detenção*” e “*falecido*”. Mas no início dos anos 50 essas fichas modificam-se com a anexação da “*ficha social e de assentamento*” com espaço específico e amplo para o arrolamento de eventos sobre os internos e, ainda, apresentam uma novidade: às vezes ocorre um evento chamado “*alta*”.<sup>68</sup>

Tal mudança já pode ser indiciada no início dos anos 40, quando Aureliano Moura definia o obstáculo que a doença representava para o conhecimento médico: “*A solução porém, do problema da lepra só será uma realidade quando tivermos uma terapêutica eficaz*”. Nessa fala encontra-se uma modificação do ângulo de percepção da lepra como um problema. Depois de 14 anos de funcionamento do isolamento obrigatório no São Roque, e de ter sido saudado pelo governo do estado como a solução final para a questão, era admitido pelo médico que a solução deveria ser outra.

---

<sup>68</sup> Ver: Arquivo Morto do Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná.

O que iniciara a ser uma possibilidade, tornar-se-á, com a utilização da sulfona para o tratamento da doença, a base de um novo paradigma profilático. Segundo GARCIA, a partir de 1941 foi introduzido o uso das sulfonas e só então começou a ter sentido o conceito de *cura* para a doença. A sulfona controlava a manifestação do microbacilo e legitimou as críticas contra o isolamento compulsório, o que possibilitará a saída dos pacientes dos asilos-colônia sendo que, em 1954, o internamento compulsório será abolido na legislação federal brasileira, liberando os doentes das internações obrigatórias.<sup>69</sup>

No Paraná, ao final dos 40, o novo tratamento com sulfona estava apresentando resultados, o que é demonstrado nas palavras do médico Ari Scheidt, que aponta as vantagens dessa terapêutica, ao mesmo tempo em que se qualifica como sujeito da transformação. Agora, o isolamento era transformado em “*desserviço*”, “*crime*” e sofria a pior das desqualificações, ser considerado: “*sem base científica*”. A defesa do tratamento ambulatorial é que se apresenta como a “*campanha atualizada*”<sup>70</sup>

Agora a proposta é que o dispensário seja a instituição privilegiada nessa nova profilaxia e não mais o leprosário colônia. Buscava-se o estatuto de verdade científica para uma outra proposta de tratamento da lepra, sendo isto era necessário compor uma face de erro e de atraso para o modelo até então vencedor, no qual o S. R. havia sido marco, local que o médico Scheidt conhecia bem.

Encontra-se a mudança trazida pela sulfona na perspectiva médica sobre a doença também nas palavras de outro ex-diretor do S. R.: o médico Rui Noronha de Miranda. Para ele a utilização do novo tratamento, iniciado no São Roque a partir de 1947, foi um “*sólido*

---

<sup>69</sup> GARCIA, J.R.L. Entre a “loucura” e a hanseníase: interfaces históricas das práticas e políticas instituídas. *Hansenologia Internationalis*, São Paulo, v. 26, n.1, p. 14-22, jan.\jun.2001

<sup>70</sup> Entrevista com o dr. Ari Scheidt In: FERNANDES Jr, Lindolfo. Op. cit. (p. 158).

*argumento (...) na nossa luta em prol do final do isolamento compulsório dos leprosos*". Também no que se refere à responsabilidade pela ocorrência da doença era apresentado um assunto que até então permanecera inominável nos discursos médicos, porém agora o médico afirma que a incidência da lepra só iria diminuir com a *"melhoria das condições sócio econômicas da população, (...) "*<sup>71</sup>. A luta poderia ser outra, mas continuava sendo *"nossa"*, subentenda-se, dos médicos.

O que fora novo tornara-se antigo, e assim, obstáculo para mais uma vertigem progressiva da medicina. Novos acertos de poder organizam-se nessas novas verdades. As relações da corporação encontravam um arranjo discursivo diferente: o São Roque passava de monumento à civilização, para uma ruína, travestido como um projeto ultrapassado. A inerência frágil do moderno é sua própria temporalidade, composta de eterno porvir. Um movimento que pretende ser progressivo e, para isso pressupõe esconder o requestrar de promessas inerente às suas novas inovações, seus laços com um passado em ruínas.

O São Roque como um *"lugar terapêutico reconhecido"* é uma obra simbólica, o que permite constantes releituras. Por um lado, sua inauguração foi a tentativa de realizar em um monumento a promessa de futuro que se pretendia atingir, era uma representação dos desejos de um coletivo ausente e instruído, que fica subentendido na figura do estado: *"Paraná pode se orgulhar de ser o primeiro estado, que conta hoje com um estabelecimento como o Leprosário São Roque"*<sup>72</sup>. No entanto, quando o médico Ari Scheidt assume como diretor em 1951, nos últimos anos do isolamento obrigatório, o quadro que ele pinta é bem diferente: define o seu cargo como algo que não é *"desejado por ninguém"* e a instituição como *"decadente, com mais de mil doentes internados e*

---

<sup>71</sup> Entrevista do dr. Rui Noronha de Miranda In: FERNANDES Jr, Lindolfo. Op. cit. (p. 163).

*quase sem nenhuma infraestrutura de serviços*”<sup>73</sup>. Em vinte e cinco anos de funcionamento não só o nome do S. R. havia sido modificado, mas também a leitura de seu sentido pelo poder/saber médico.

Porém, durante aquele período, o funcionamento do S. R. fora a consubstanciação da biologização da identidade através da figuração da pequena cidade de leprosos, bem como o espaço onde os portadores desse estigma identitário estariam disponibilizados para uma “*redescrição científica de subjetividades*”<sup>74</sup>, local onde a vivência constituía uma operação identitária que potencializa mutações de subjetividade, afastando a auto percepção de suas âncoras anteriores.

### 3.2 – “*O exilado da sociedade*”<sup>75</sup>: fragmentos de subjetividade

*“O povo fala. Por mais que os tiranos apreciem um povo mudo, o povo fala. Aos sussurros, a medo, na semi-escuridão, mas fala.”*<sup>76</sup>

A experiência do isolamento é um microcosmo no qual táticas de sobrevivência interagem com identidades discursivas em uma sutura efêmera, construindo respostas entre os constrangimentos da normatização e as práticas de autoconstituição. São articulações entre saberes, normatividades e capacidades de subjetividade que se encontram em um espaço de resistência, *compliance* e negociação. Como diz Stuart HALL:

---

<sup>72</sup> *Gazeta do Povo*, 21 de outubro de 1926 (p. 1).

<sup>73</sup> Entrevista com o dr. Ari Scheidt In: FERNANDES Jr, Lindolfo. Op. cit. (p. 153).

<sup>74</sup> COSTA, Jurandir Freire. *A Ética e o Espelho da Cultura*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

<sup>75</sup> Termo utilizado para denominar o doente no discurso do governador Caetano Munhoz da Rocha na inauguração do Leprosário São Roque, em 20 de outubro de 1926 IN: *Gazeta do Povo*, 22 de outubro de 1926.

<sup>76</sup> SÔFOCLES. *Antígona*. Op. cit. (p. 25)

*“As identidades são pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós”<sup>77</sup>*

Assim, a arrolação e nomeação de eventos que se encontram nas fichas dos doentes podem ser preenchidas com alguns sentidos sobre a experiência de viver no S. R.. Tais indícios são encontrados nas próprias falas médicas que, em momentos menos formais, indiciam experiências mais humanas naquela instituição; também nos poucos depoimentos de ex doentes sobre a lepra e sobre o S. R. Essas pequenas, ou nem tanto, subjetividades são compostas por entre palavras, sem centro, sem totalizações e, principalmente, em um universo extremamente estigmatizado. O que se investiga aqui são estratégias e táticas como um campo referencial para elaborações de subjetividades, em um espaço operatório.

A investigação inicia interrogando as relações que permeiam as falas dos médicos envolvidos com a leprologia. Muito mais que no livro de Moura, onde a escrita era para os seus pares e para a academia, ou nas fichas dos internos, onde a preocupação é normatizar e compartimentar indivíduos, pode-se conseguir alguma flexibilidade nas entrevistas realizadas por Fernandes Jr. com alguns ex-diretores do leprosário.<sup>78</sup>

Na entrevista com o médico Rui Noronha Miranda, diretor no período 1941- 1947, encontram-se imagens sobre o cotidiano dentro do S.R. no período do isolamento obrigatório. Conseqüentemente, depois da já referida citação ao inferno de Dante em relação ao entrar no leprosário, o médico ainda define:

---

<sup>77</sup> HALL, Stuart. Quem Precisa de identidade? In: SILVA. op. cit.( p.112).

<sup>78</sup> Serão utilizadas entrevistas dos médicos: Ari Scheidt, Jayme de Carvalho e Rui Noronha de Miranda concedidas a Lindolfo Fernandes Jr e transcritas na obra: FERNANDES Jr. Lindolfo Ribeiro. *A Secretaria da saúde e do Bem Estar do Paraná: suas origens e sua evolução no período de 1853 –1983*. Curitiba: Secretaria da Saúde, 1986.

*“Presenciei muitas cenas chocantes, horríveis, nestes anos em que lá residi. As mais marcantes relacionavam-se à compulsoriedade das internações. Retirar do interior de um lar uma criança, ou um jovem, ou mesmo a mãe ou o pai, colocá-lo numa ambulância e conduzi-los ao hospital, quase que sempre com uma reação emocional intensa da família, constituía-se num drama quase que mortal. O isolado era percebido como quase morto, visto que sair curado do leprosário, naquele tempo era praticamente impossível. Não menos dramática eram as cenas nas quais retirávamos as crianças do convívio com as mães, encaminhando-as ao educandário. Realmente, o cotidiano de uma instituição como aquela era marcado por acontecimentos muito angustiantes, onde a condição humana ia aos limites do desespero e da tristeza.”<sup>79</sup>*

Na citação acima vemos como os sujeitos negociam no cotidiano seus papéis e neles sofrem um processo de desqualificação. Ao serem “leprosos” perdiam os poucos direitos que possuíam, tornavam-se os indesejados, pois estavam excluídos do projeto civilizatório de trabalhar e fornicar pela pátria ou pela raça. Lembrando Jurandir Freire Costa sobre a medicalização da família<sup>80</sup>, em que a mulher fora transformada em mãe (ressaltava-se o que “*só ela é capaz de fazer*”) e o homem em pai provedor higienizado (um “*funcionário da ‘Raça’ e do Estado, a quem devia dedicar o melhor de suas forças. Seus deveres eram inúmeros; seus direitos diminutos*”).<sup>81</sup>

Com esse teatro de expectativas, os “leprosos” não poderiam engendrar papel de sujeito, eles perdiam o direito à promessa de futuro. E assim, perdiam também os seus filhos saudáveis, tantos nascidos como vindouros, pois que ao não serem entendidos como sujeitos, não eram mais nem *mater* nem *pater* para o projeto nacional. O dever/ser do “leproso” era outro e a sua perda incomensurável.

<sup>79</sup> MIRANDA, Rui Noronha In: FERNANDES Jr. Idem (p. 162-163).

<sup>80</sup> COSTA, Jurandir Freire *Ordem Médica e Norma Familiar*. 3ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989(p. 261).

<sup>81</sup> Idem. (p. 240).

O médico é mais um Fausto, na sua fala vislumbra-se a sua tragédia. E o conhecimento do microcosmos da instituição, criado pelo engenho civilizador medicalizante, aponta para as concessões que o humano presente faz em nome de um futuro ausente, mas que seduz pelo desejo. Acompanhando Foucault: “*mais do que perguntar a sujeitos ideais o que puderam ceder deles mesmos ou de seus poderes para se deixar sujeitar, é preciso procurar saber como as relações de sujeição fabricam sujeitos.*”<sup>82</sup> Essas relações aparecem quando o Dr. Rui Noronha de Miranda narra o funcionamento do S. R. e argumenta que durante um ano ele foi o único médico para atender os mais de 1000 internos, em um espaço com uma mortalidade de 62 pessoas ao ano.<sup>83</sup> Então encontram-se as relações vivificadas por entre sujeitos impotentes.

Os ex- diretores acabam por fornecer uma imagem do São Roque, que a partir de 1938 é denominado Hospital Colônia (posteriormente por lei federal: Sanatório Colônia)<sup>84</sup> como um local trágico. Nas suas falas parecem buscar por um dever-ser não cumprido de “heróis”, queriam ter feito alguma diferença, ter deixado algum efeito “benéfico” em tal meio, mesmo após suas passagens. Porém, só restam sensibilidades que a experiência imprimiu na memória individual. Encontra-se também nas palavras de Ari Scheidt, diretor entre 1951- 1956, esse estilo de narrativa, mesmo com as tentativas de escamoteá-la contidas na terminologia mais asséptica “*fator humano*”, utilizada pelo médico para falar do seu contato pessoal com os doentes:

---

<sup>82</sup> FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)* Rio de Janeiro: Zahar, 1997 (p. 71).

<sup>83</sup> MIRANDA, Rui N. Entrevista para Lindolfo Fernandes. IN: FERNANDES. Op. cit. (p 162).

<sup>84</sup> Ver: NACLI, Adibe. *O Mal de Hansen e o Serviço Social no Sanatório Colônia São Roque*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1959.

*“A compulsoriedade da internação do leproso, medida por demais draconiana, muito me revoltava. Imagine uma pessoa com mulher e filho trabalhando e encontrando o sustento para os seus neste trabalho. Repentinamente, este indivíduo era afastado compulsoriamente deste convívio, quando identificado como leproso. Em pouco tempo uma ambulância da secretaria chegava em sua casa e o indivíduo era imediatamente transportado ao São Roque, onde era mantido recluso ‘até sua cura’.”<sup>85</sup>*

A narração inspira terror e piedade, mais uma vez, mesmo tendo sido durante a direção de Ari que o isolamento deixara de ser obrigatório (1954). Embora ocorresse uma mudança de paradigma profilático, a forma narrativa utilizada pelo médico é de apelo sublime para falar do trágico.

Todavia, a disseminada concepção de evolução do conhecimento médico é interpretada aqui como uma mudança de paradigma, que transformou algo não considerado pelo paradigma rival<sup>86</sup> em uma norma nova. Agora a promessa de resolução do problema é o fim do isolamento. Tal mudança não ocorre por um avanço acumulativo progressivo do saber médico, mas sim com uma transformação no sistema de percepção do mundo que um determinado paradigma delimita. É como argumenta Thomas KUHN, sobre como as revoluções científicas se dão pela mudança de paradigma e como eles dispõem de forma diferenciada os mesmos dados. Assim, decorre de tal transição que *“os cientistas terão modificado a sua concepção da sua área de estudos, de seus métodos e de seus objetivos”*<sup>87</sup> O novo paradigma é um novo sistema de relações, uma outra promessa de sucesso, uma legitimação que ensinará a ver com olhares diferentes.

---

<sup>85</sup> SCHEIDT, Ari entrevista concedida a Fernandes Jr. IN: FERNANDES JR. op. cit. (p. 154), aspas originais do texto.

<sup>86</sup> Lembrar que MARCONDES, Gracita Gruber & ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de. *Philantropia Guarapuavana: 150 anos de história*. Guarapuava: Unicentro, 2001; apontavam que os doentes vinham a Guarapuava em busca das águas sulfurosas.

<sup>87</sup> KUHN, Thomas S, *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001 (p 116).

Mesmo com os novos sentidos trazidos pela perspectiva de cura, a fala do Dr. Ari SCHEIDT retoma noções de “*tristeza e abandono*” para adjetivar sua narrativa sobre o ser leproso:

*“Com o passar do tempo, essa mulher desamparada sofrida, muitas vezes procurava um novo companheiro, ao mesmo instante em que o recluso também fazia, amasiando-se com uma das internas. Assim, antes de qualquer coisa, tal medida era responsável pela desagregação dos núcleos familiares dos doentes, Estes, de tal maneira, só se viam prejudicados por seu isolamento e , sob esta terrível tensão emocional, passavam a se embriagar e, vez por outra, a apresentar reações auto e heteroagressivas. Eram freqüentes, quase que generalizadas, as ocorrências policiais no Hospital”<sup>88</sup>*

Nesse depoimento o ex-diretor analisa a violência, as fugas e outras questões como conseqüências da desagregação familiar e socio-econômica da situação anterior ao internamento do doente. Para ele, a política de isolamento obrigatório causava um amplo estrago no universo relacional da pessoa internada, para além da doença, possibilitava novos tipos de sofrimentos para o doente.

Além disto o médico narra o “*medo*” do tratamento, e como alguns colegas seus testavam a sensibilidade da pele do doente utilizando um cigarro aceso. Nesse panorama caótico e quase infernal constituído pela narrativa do médico, ele se constitui como sujeito ordenador, pois além de ser o período da flexibilização da obrigatoriedade de internação, a sua conduta como diretor é narrada como diferenciada, assim ele: “*caminhava por seus pátios, ouvindo as pessoas ali reclusas*”. Atuação alegorizada em seguida quando denomina-a como um “*confessionário*”.<sup>89</sup>

---

<sup>88</sup> SCHEIDT, Ari entrevista concedida a Fernandes Jr. IN: FERNANDES JR. op. cit (p 155).

<sup>89</sup> Idem, ibidem

Indícios de confissões sobre si dos doentes são encontrados através das narrativas compostas pelos atendentes do serviço social nos primeiros anos da década de 50, nestas pode-se ter um quadro do cotidiano desta “*pequena cidade*” feito entre compliance (aceitação do tratamento) e da relaboração de laços para compor uma sobrevivência à doença e ao sofrimento. Destaca-se aqui que essas narrativas são do período posterior ao início do uso da sulfona, o que garantia um horizonte de cura e alta para o doente, transformando-o em paciente de um tratamento que está sendo realizado em um “*sanatório – colônia*” e não mais depositado em um “*leprosário*” à espera da morte física. Embora o local espacial fosse o mesmo, a renomeação aparece como um caráter central na mudança da postura de atendimento médico em relação a lepra. Não é à toa que se arrancou a placa com a denominação “*leprosário*”, era um ato seletivo para a memória da instituição e para a definição de qual seria a informação legítima a ser passada ao interno sobre o local onde iria viver.

Dessa forma, com o uso da sulfona o atendimento à lepra foi reestruturado no tripé sanatório (casos abertos ou incapacitantes), dispensário (casos fechados não contagiantes e fiscalização dos comunicantes) e preventório (para os filhos menores saudáveis dos internos). É nesse período que se encontram fontes que dão a palavra aos doentes. Essa mudança, que legitima a produção de verdade do paciente sobre si mesmo, é possível porque agora existe um mecanismo disciplinador poderoso, a expectativa de “cura” e/ou de concessão de “licença” para sair do S. R. Será em nome dela que se aceitará o tratamento, a reclusão e o regulamento do S. R.. Com a perspectiva futura de obter uma licença, o doente internado: “*se conforma melhor com a segregação, submete-se com maior interesse ao tratamento, para atingir o maior número de exames negativos, e procura bem comportar-*

*se no sentido de alcançar o seu objetivo*”<sup>90</sup>, embora a obtenção de tal salvo conduto para a vida, não fosse tão simples assim.

O que se pode observar nas pré-condições para a obtenção da “*licença*” é que era necessária: uma série de doze exames “*negativos*”, ser aprovado por banca examinadora médica, ter “*condições sociais*” exteriores e, finalmente mas importantíssimo, “*não apresentar estigmas impressionantes da doença.*”<sup>91</sup> A dificuldade deveria ser grande pois a vida do doente havia sido transtornada pelo internamento, o que causava dificuldades econômicas que podiam comprometer o item sobre as condições sociais e, principalmente, o diagnóstico tardio que envolve essa doença de evolução lenta ampliava o espectro de deformidades para o seu portador. A visibilidade das marcas deixadas pela lepra continuava uma questão central na desqualificação do doente.

Percebe-se que a sulfona trouxe muitas transformações no isolamento, embora, por outro lado, não tenha diminuído o estigma que envolvia a doença. Isso pode ser acompanhado nos processos de constituição de verdades sobre si por parte dos internos, mesmo estando transcritos (traduzidos) e interpretados pelas palavras de um assistente social. Nessas fontes encontram-se casos de “*evasão*” dos internos, como pode ser acompanhado na trajetória do interno Sérgio. Ele conta ao assistente que fugiu após receber uma carta da esposa contanto que ela e os filhos estavam “*abrigados na mata, pois que a polícia da localidade lhes havia posto fogo na casa e pertences.*” A esse relato o assistente explica que: “*Inúmeras razões motivam a fuga dos doentes. Dentre elas predominam ,*

---

<sup>90</sup> NACLI, Adibe. Op. cit. ( p. 60)

<sup>91</sup> Ver: NACLI. Op. cit (p 65).

*talvez 90 % dos casos, a saudade da companheira, a falta que sentem dos filhos e a ânsia de liberdade* <sup>92</sup>

Novamente o fogo é ateado na casa de um doente, destruição que também simbolizava a impossibilidade de retorno da condição de leproso, pelo menos do ponto de vista da comunidade a que o enfermo havia pertencido até então. Uma vez conhecida qual a doença seu estigma penetraria indelevelmente naquele universo relacional.

As narrativas dos doentes definem como o S. R. era também um espaço de produção de sentido para subjetividade através desses “atos de verdade”, nos quais se deve dizer o que se é, pois que “*a manifestação verbal da verdade que se esconde no fundo de si mesma aparece como uma peça indispensável ao governo dos homens uns pelos outros, (...)*”<sup>93</sup>

É nesse sentido que um outro interno, o senhor Osvaldo, se auto nomeia de “*hanseniano, alcoólatra em recuperação e sugestão*” já no título de sua narrativa. É um texto composto na forma de depoimento no Alcoólicos Anônimos, em que o autor faz uma sistematização de memórias com o fim explícito de fornecer um exemplo para seus companheiros de associação:

*“ Após oito meses de exames me descobriram a moléstia e em agosto de 1954 internaram-me no sanatório São Roque, Piraquara. Logo que comecei o tratamento, após seis meses não sentia mais nada da moléstia e meu corpo parecia perfeito. (...) Como morava no pavilhão de colegas mais idosos e experientes, eles de imediato me propuseram que saísse do sanatório e fosse refazer minha vida. (...) os meus colegas se prontificaram e aconselharam –me que o melhor seria fugir (...) . Nesta preparação da fuga no quarto do pavilhão havia inúmeras rodadas de bebidas alcoólicas. (...) No dia em que fugi não deu certo (...), alguém tinha presenciado a fuga e denunciou a direção do hospital e la fui pela primeira vez para a cadeia interna por quinze dias”*<sup>94</sup>

<sup>92</sup> Idem (p 64.)

<sup>93</sup> FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)* Rio de Janeiro: Zahar, 1997 (p. 101 e 105).

<sup>94</sup> Depoimento do senhor Osvaldo no período de recuperação no Alcoólicos Anônimos In: Arquivo pessoal da Dra. Reny Munaretto (p 1-2)

Depois ele tenta fugir novamente, consegue e alista-se no exército, sempre escondendo a sua doença. Durante o serviço teve manifestações da doença, que foi confundida com sífilis pelo hospital militar. Lá o autor conta do sofrimento pelas dores causadas pela reação de hanseníase que estava passando: “*para ter de duas a três horas de acomodação sem choro, gritos e lamentação me aplicavam morfina*”. Por isso ele confessa a sua doença e é reinternado no S. R., onde:

*“ na minha chegada fui recepcionado por uma irmã de caridade que fez por onde o diretor do sanatório pela Segunda vez me trancafiasse na cadeia, mesmo sabendo de minhas dores. Mas graças aos colegas hansenianos e uma outra irmã de caridade só fiquei um dia – noite no xadrez”.*<sup>95</sup>

Nessa passagem demonstram-se as relações que permeavam aquela vivência no São Roque. O médico diretor aparece tendo a palavra final, mais sob influência das irmãs. Além disso, desenha-se uma rede de solidariedade entre os doentes, ao mobilizarem-se para pedir a libertação do seu Osvaldo. Encontram-se aqui resistências de sujeitos ao tecerem novas proximidades empáticas em sua sobrevida.

Também pode ser percebido como a aliança profilática funcionava de maneira muito mais sutil do que as funções previstas no regulamento da instituição, pois as freiras exerciam influências variadas sobre a direção (a cargo de um médico), bem como elas estabeleciam negociações com os internos em um jogo delimitado entre a coerção e o apoio.

---

<sup>95</sup> Idem (p. 4).

Já seu Osvaldo, por volta de um ano depois, foge novamente, vai para a sua cidade natal, mente para o posto de higiene local dizendo ser egresso do S. R. e não fugitivo. O médico do posto faz as seguintes recomendações:

*“que eu deveria separar os meus talheres da família, não poderia frequentar clubes sociais, trocar de uniforme com outros atletas, namorar ou fazer programa com mulheres sadias, frequentar bar em rodas de amigos, etc.”<sup>96</sup>*

As recomendações evitavam a troca de objetos de uso íntimo, mas também atingem o ciclo de sociabilidade do doente. Ao evitar que ele participasse de eventos públicos mais alegres, enquanto nada dizia sobre frequentar outras aglomerações de pessoas como igrejas, por exemplo. Parece existir uma formatação de qual seria uma conduta esperada de um egresso do S. R. . Contudo e principalmente, mantinham-se noções de pureza e poluição contidas na proibição do namoro com mulheres sadias, o que faz parte da desqualificação do doente como progenitor em nome de um futuro eugênico.

Porém Osvaldo não cumpre nenhuma das prescrições e ainda faz chantagem com o fiscal e o médico do posto, pois tinha informações sobre “*serviços e doações ilícitas*” feitas pelos dois, o que ficara sabendo através de conhecidos durante as noitadas. Depois de um longo período nesta boêmia, ele sente-se um alcoólatra e resolve:

*“se eu provocasse uma reação do mal de hansen eu iria internar no sanatório São Roque por algum tempo e talvez encontrasse uma mulher hanseniana e casássemos para modificar a minha vida”<sup>97</sup>.*

Nessas passagens da narrativa, a doença transforma-se também em um instrumental de barganha social. Revelá-la ou escondê-la são opções dentro de táticas de sobrevivência,

---

<sup>96</sup> Idem (p 5).

é um jogo mais fluido do que poderia ser imaginado apenas analisando as estratégias institucionais. Pois, como a sua doença tem um caráter de identificação estigmatizante reconhecido, a vivência desse doente vai demandar uma astúcia prática e móvel para que ele rearranje da melhor maneira possível a sua sobrevivência.

Com esse horizonte é que ele pode utilizar tanto de chantagem, para calar as autoridades locais, como de recaída da doença, para voltar ao S. R. O local acaba configurando-se como uma ordenação prática, uma vez de volta ao S. R. sua conduta deve ser outra. A sua percepção de si é maleável, pois a subjetividade negocia com situações relacionais da experiência. Jurandir Freire COSTA resume bem esse processo de diferenciação que vincula a percepção de subjetividade à noção de identidade, assim:

*“ O sujeito adere à ilusão da identidade, fazendo da formação imaginária egonarcísica sinônimo de tal ‘essência’. Esta identidade subjetiva é moldada no interior de um grupo, cuja identidade sociocultural tem origem e mantém-se pelo ‘narcisismo das pequenas diferenças’. A tribo, coletividade ou sociedade afirma a unicidade de sua feição por oposição a outras comunidades, e, em função dos mitos de origem ou dos mitos da superioridade cultural comparada, cria a imagem do ‘nós’ face aos ‘outros’ ou a ‘eles’ ”.*<sup>98</sup>

A narrativa de Osvaldo faz esse caminho, consome papéis sociais entre o boêmio alcoólatra e marido dono da quitanda, já a doença aparece dolorosamente para o primeiro (punição?) e controlada na compliance ao tratamento do segundo (recompensa?). Confessar, produzir verdades sobre si, definir seu estado e o seu ser, é concordando com FOUCAULT que se pode analisar tal narrativa:

---

<sup>97</sup> Idem (p 7).

*“ A questão colocada é, então, esta: como é possível que na cultura ocidental cristã, o governo dos homens exija daqueles que são dirigidos, para além de atos de obediência e de submissão, ‘atos de verdade’ que têm como particularidade o fato de que não somente o sujeito é obrigado a dizer a verdade, mas dizer a verdade sobre si mesmo, suas faltas, seus desejos, seu estado d’alma etc.”<sup>99</sup>*

Em outras narrativas, o S. R. também aparece como um refúgio para o doente perante as agruras da estigmatização. A idéia do retorno após a fuga, a do reinternamento após a alta, passam por esse processo de abandono do mundo exterior quando da ocasião do primeiro internamento e a desestruturação afetiva, social, econômica e identitária dele decorrente. Assim, NACLI narra o caso de uma ex-interna que, mesmo não sendo mais contagiante, não consegue meios de auto sustento após a alta, por isso vem requerer o sua reinternação.<sup>100</sup>

Nem as mudanças após a sulfona, nem o fim do isolamento obrigatório diminuíram ou garantiram a reintegração social. Como aponta GARCIA, embora os doentes pudessem sair dos asilos, muitos não tinham para onde voltar e nem como se sustentar novamente na sociedade “*sadia* ”.<sup>101</sup> Entretanto o problema da reintegração era mais extenso e passava pela questão do estigma da doença. Assim, após a perspectiva de alta, o tratamento dos internos do S. R. também pretendia preparar para uma volta ao trabalho, como relata o Dr. Ari Scheidt que montara “*oficinas artesanais*” para “*dotar o futuro egresso de uma futura profissão, base de sua futura reinserção social*”<sup>102</sup>

A questão é que mesmo o egresso do S. R. estando curado, ele e sua família não se livravam da estigmatização, pois a doença continuava envolvida em uma aura de mistério,

---

<sup>98</sup> COSTA, Jurandir Freire. *A Ética e o Espelho da Cultura*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994 (p. 146)

<sup>99</sup> FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos ...* op.cit. (p. 101).

<sup>100</sup> NACLI, Adibe. *O mal de hansen...*op. cit. (p. 77).

<sup>101</sup> GARCIA, J.R.L. Entre a “loucura” e a hanseníase: interfaces históricas das práticas e políticas instituídas. In: *Hansenologia Internationalis*, São Paulo, v. 26, n.1, p. 14-22, jan.\jun.2001 (p. 19).

poluição e medo da diferença. Lembrando HARVEY: “*As ordenações simbólicas do espaço e do tempo fornecem uma estrutura para a experiência mediante a qual aprendemos quem ou o que somos na sociedade*”<sup>103</sup>

Assim, se por um lado as fugas do leprosário eram constantes, também o eram as reinternações. Muitos dos doentes passavam a vida após diagnóstico da lepra em um movimento de fugir e retornar até a maturidade, quando paravam de fugir e então ficavam até a morte dentro da própria instituição. A adaptação à nova identidade, os novos laços que nesta se estabelecem, a vida dentro da instituição são táticas de sobrevivência que se desenvolvem conjuntamente com a compliance à estratégia de tratamento. Essa reação pode ser analisada na narrativa da interna Joana, que conta sua tragédia ao assistente social:

*“Minha vida tem sido terrível. Passo as noites acordada, aborrecida, nervosa, pensando que a outra desfruta de tudo e eu sofro até fome, (...) Nos primeiros anos da minha doença, vinha sempre me ver (o marido), mas por interesse, pois queria que eu assinasse os papéis para poder vender as propriedades. E falava em vir morar em Curitiba, para ficar perto do Sanatório. Quando fiz o que me pediu ele vendeu o que eu tinha, meus filhos me informaram a verdade. Abandonei tudo (fugiu do sanatório) e consegui ainda ficar com a casa e os móveis. (...) Os homens são sem coração. A senhora veja: a dona L. e as outras estão passando por provação semelhante e ainda os maridos querem se desquitarem. Os homens tem todas as regalias. Aqui mesmo os doentes arranjam outras mulheres e, quando saem, voltam para junto de suas esposas. Não é verdade?”*<sup>104</sup>

No fragmento de fala acima, apenas um relance do processo vivido ao se ver envolvido pela identificação da doença e o isolamento compulsório. O papel aceitara tudo, o projeto do São Roque fora um monumento à modernidade, mas a vida pessoal é ampla e

---

<sup>102</sup> SCHEIDT, Ari em entrevista a Fernandes IN: FERNANDES JR. op. cit. (p. 156).

<sup>103</sup> HARVEY, David. *Condição Pós Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 8 ed. São Paulo: Loyola, 1999 (p 198).

<sup>104</sup> NACLI, Adibe. Op. cit. (p. 99 – 102).

complexa e não pode ser controlada, nem sistematizada de maneira simples. O projeto de profilaxia da lepra transbordara sua latência trágica no sofrimento solitário das pessoas internadas. Por outro lado, essa mesma fala demonstra o S. R. como um local de criação, reconstrução de laços interpessoais. Para entender esse espaço inter-relacional, recorre-se a CERTEAU através das categorias de estratégia e tática, entendendo-se como estratégia:

*“o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente. Ela postula Um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta.”<sup>105</sup>*

Partindo dessa categorização, os próprios procedimentos disciplinares serão vampirizados por outros procedimentos<sup>106</sup> informais, que são as táticas de uma criatividade para sobreviver, em que os doentes relacionam-se com o sistema de atendimento sintetizado no São Roque. Para isso, volta-se em CERTEAU para definir tática como:

*“um cálculo que não pode contar com um lugar próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro da totalidade visível. A tática só tem lugar no outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreende-lo por inteiro, poder rete-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias.”<sup>107</sup>*

Fugir, voltar, namorar, casar, embriagar-se, confessar, ir para a prisão, trabalhar, chorar são engenhos que compõem o cotidiano elaborado no S. R.; a previsão de pequena cidade realizou-se de maneira muito mais ampla, criativa e humana do que estava previsto no projeto, a vida é mais fecunda que os planos.

---

<sup>105</sup> CERTEAU, Michel de . *A Invenção do Cotidiano*: 1. artes de fazer. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1994 (p.46).

<sup>106</sup> Idem (p. 116).

<sup>107</sup> Idem (p. 46).

Do outro lado, queimar casas, vender bens, perder terras<sup>108</sup>, são exemplos que se inscrevem na questão central do projeto de civilização para o Paraná no período, em que a estratégia de reocupação das terras era essencial à visão de progresso, para a qual torná-las produtivas pelo trabalho era o ideário do futuro prometido. Como já foi dito, para isso eram desejados e construídos sujeitos qualificados (masculinos, brancos e saudáveis), enquanto a desqualificação pela lepra desprovia o doente tanto como homo faber como pater/mater e o excluía do direito a sua terra. A terra era prometida e, como foi o caso da região do rocío em Guarapuava, após ser desocupada pelos leprosos ( em outras situações foram os índios, os negros ou os caboclos) era utilizada para uma colonização justificada na idealização de grupos civilizadores.

Voltando ao universo relacional do S. R. pode-se analisar também a fala de uma mãe de um doente sobre o processo de internamento :

*“ Aquela gente da Saúde não sabe o quando dói a separação de um filho. Nada me explicaram. Nem eu nem meu filho tínhamos a menor idéia do que fosse um hospital para essa doença. (...) Nossa vida mudou muito, depois que o R. foi para o hospital. Vivo dentro de casa, não visito ninguém, para não ser visitada. (...) Afastei-me de tudo e de todos. Meu menino (o outro filho) brinca sempre só. (..) Sim é fácil falar. Mas se acontecer de alguém saber da verdade, prejudicará até o serviço de meu irmão, que tem carrocinha e vende pão”<sup>109</sup>*

Essa mulher enfrenta sozinha tanto o autoritarismo da profilaxia como o estigma social da doença. No primeiro caso, está só na falta de informação após o internamento do filho; no segundo, está em um auto isolamento prévio no sentido de evitar o que seria causado pelo conhecimento por outrem da doença do seu filho. As solidões que essa pessoa vivencia são como as dos moribundos analisados por ELIAS quando disserta:

---

<sup>108</sup> Ver como muitos internos perdiam sua terras em NACLI, Adibe. op. cit. (p 78).

*“O conceito de solidão inclui também uma pessoa em meio a muitas outras para as quais não tem nenhum significado, para as quais não faz diferença sua existência, e que romperam qualquer laço de sentimentos com ela”.*<sup>110</sup>

Na solidão revela-se a tática da “mãe” como um controle de danos, menos pior ela e os filhos isolados, do que perder o ganha pão familiar localizado na figura do seu irmão (tio).

Em uma avaliação do funcionamento do S. R., NACLI ainda aponta sentidos para as vidas ali passadas, recorrendo à metáfora da tragédia em seu estilo de interpretação sobre as pessoas com quem conviveu durante o seu trabalho na instituição:

*“Tomou conhecimento de verdadeiras tragédias dentro de vidas que estavam confinados no sanatório colônia São Roque, que em virtude das quais certos pacientes, não raras vezes, insistiam em ficar segregados até o fim de seus dias. Prematuramente envelhecidos, mutilados, alquebrados pela doença e pelas decepções, sem ninguém que os pudesse acolher, sentindo que não poderiam, aqui fora, enfrentar novamente a luta pela vida, transformado em fatores negativos, eles preferiram deixar-se ficar no sanatório. Alguns haviam permanecido ali tantos anos que não lhes restava mais nada na vida cá fora.”*<sup>111</sup>

O S. R. era um lugar sentido. Lá transcorrem mudanças, o doente depois de ter sido transformado em perigo e pária da sociedade, vem a conhecer outras dimensões para a reelaboração de sua subjetividade, lá ele reconstruiria relações e afetividades. Como lembra FOUCAULT: “ *As transformações maquínicas da subjetividade nos obrigam a levar em*

---

<sup>109</sup> NACLI, Adibe. Op. cit. (p.108- 109).

<sup>110</sup> ELIAS, Norbert. *A Solidão...* op. cit. (p 75).

<sup>111</sup> NACLI, Adibe. Op. cit. (p 76).

*conta, antes que uma homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade, uma heterogênesse desta.”*<sup>112</sup>

Interpretar indícios da sobrevida subjetiva desses *leprosos* no São Roque não é fácil, mas voltando às Fichas Sociais e de Assentamento (FSA) pode-se seguir alguns aspectos das vivências lá experimentadas. Nas fichas havia a recomendação: “*Registrar todas as ocorrências pessoais e disciplinares do Internado*”<sup>113</sup> O que seria considerado ocorrência torna-se claro a partir do tipo de evento que ali é registrado. Dessa forma arrolam-se internações, saídas autorizadas, casamento, maternidade/ paternidade, reinternamentos, punições decorrentes de “*evasão*” e posterior “*recuperação*” dos internos, termos utilizados como eufemismo para as fugas e recapturas.

Nas fichas também se anotam as punições para infrações ao regulamento, a principal delas é a cadeia, chamada de “*xadrês*”. Os motivos mais recorrentes que levam alguém a ele são, além das fugas (até 15 dias), os furtos (até 45 dias) e a embriaguez (até 75 dias). Porém existem outros motivos, como os descritos nas fichas da interna Terezinha e do interno Ayrton. A guarapuavana Terezinha cumpre, a partir do dia 13 de abril de 1959, uma punição de dez dias de “*xadrês*” por “*haver maltratado com palavras e desrespeito a irmã encarregada da seção feminina*”. Já no caso do interno Ayrton, sua F.S.A. conta de várias punições que dizem um pouco da vida no S. R. Assim, além de punições por embriaguez, encontra-se por desacato ao dono do bar, por ter bebidas dentro dos seu *carville* (casas familiares dentro do S. R.) e finalmente, também é preso por “*atear fogo em pertences do estado e agressão a interno*”<sup>114</sup>

---

<sup>112</sup> FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos ...* op.cit. (p. 5).

<sup>113</sup> FSA no Arquivo morto do Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná (S. R)

<sup>114</sup> FSA no Arquivo Morto do HDSPr.

Por essas fichas sabe-se que mesmo nas residências dos internos havia uma vigilância, que dentro do espaço do S. R. também havia um bar, que o convívio relacional entre os doentes era envolto em tensões e que a disciplina, no que se referia às freiras, era severa. Todavia as táticas são minúsculas e por isso mesmo deveriam ser muito mais numerosas, mas as fontes revelam apenas as que foram descobertas pelos mecanismos disciplinadores da instituição.

Após a utilização da sulfona no tratamento, os doentes têm sua posição dentro do projeto profilático alterada. Por um lado, como foi visto, através dos seus atos de verdade confessionais obtêm um espaço oficial para as suas falas, por outro, tornam-se previstos estrategicamente dentro da estrutura organizacional administrativa do S. R. Nessa organização existe a figura da prefeitura do S. R., um local supostamente de comando que deveria ser ocupado por um representante dos internos. Sancionava-se um espaço para uma teatralização de sujeitos gerenciadores de suas vidas. Por mais que o fazer-se subjetivo do interno não estivesse restrito àquele local, as obrigações demandadas à prefeitura e a participação deles nesse processo demonstram-se valorizadas pelos internos.<sup>115</sup> Olhando o organograma pode-se ver que as funções burocráticas e de manutenção da estrutura física do S. R. estavam nas mãos da prefeitura, o que no mínimo deveria ocupar um bom tempo e número de internos nas atividades.

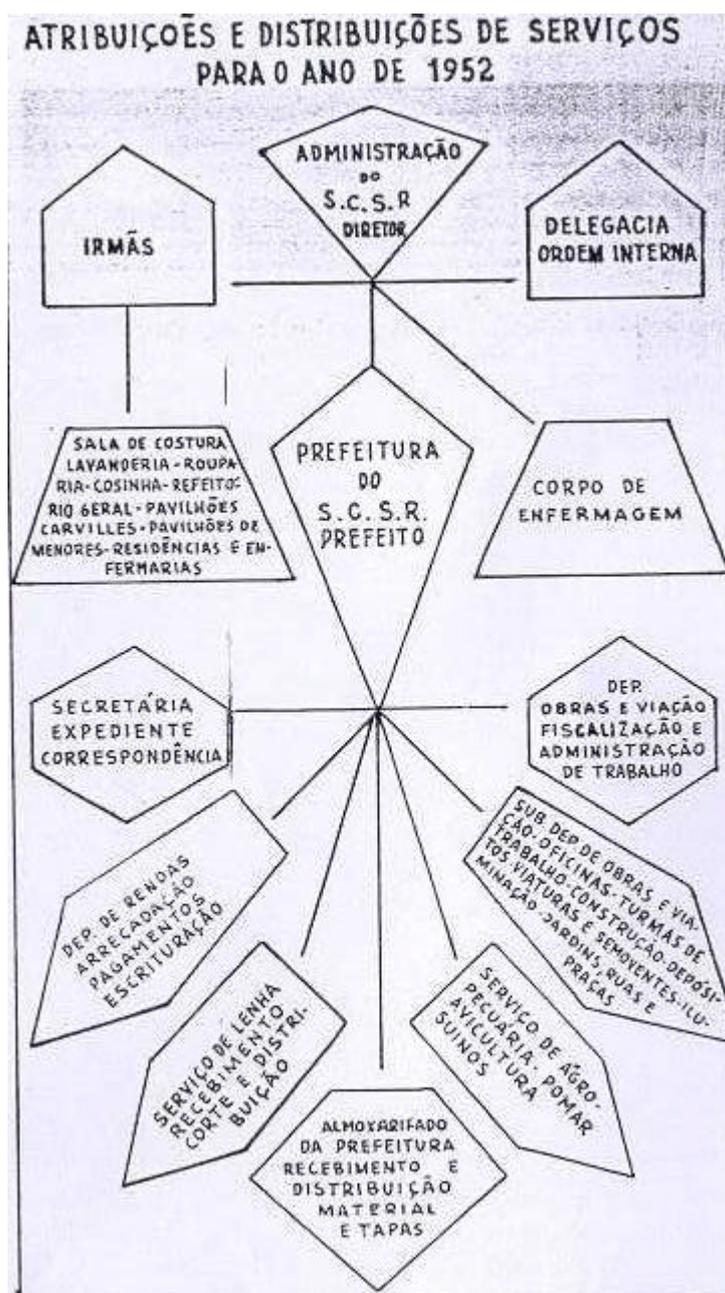
Destaca-se também nesse organograma que, quanto mais especificadas são as funções, menos reconhecida é a sua importância e autoridade. Pois que para o médico diretor, para o corpo de enfermeiros e para a delegacia de ordem interna, não se apresentava nenhuma explicação de suas funções. A simples nomeação parece ao autor bastar-se, em

---

<sup>115</sup> Ver: BORGES JR, Antônio de Oliveira. *Fragmentos de Vida*. Salvador: Helvécia, 1999, sobre como ele sentia-se sendo prefeito do leprosário colônia a onde estava internado.

um sinal de reconhecimento de sua legitimidade. Já no que se refere às irmãs e aos doentes, eles têm suas funções esmiuçadas, o que se apresenta como uma tentativa de delimitá-las e assim restringi-las.

Fonte: NACLI, Adibe. *O Mal de Hansen...* op. cit. (p 53).



Essa distribuição de funções inscreve-se junto com os discursos já analisados, desde o projeto de profilaxia de Souza Araújo, passando pelos discursos de inauguração, bem como na construção de uma igreja no S.R<sup>116</sup>, ainda nos depoimentos dos médicos e na fala de doentes para o AA ou para o assistente social, em todos esses pode-se encontrar algo em comum: existia uma preocupação constante nessas diversas fontes de manter, ou tentar manter, o ânimo ou a “*moral*”<sup>117</sup> entre os doentes internados.

Para analisar essa preocupação recorrente retoma-se Nietzsche, quando ele analisa o cristianismo como uma vulgarização do platonismo. É com esse horizonte de perspectiva que se pode estabelecer uma analogia entre a noção *consciência escrava* para esse autor e a situação do doente internado no S. R. A questão sobre a “*moral*” e o ânimo das pessoas consubstanciava-se em uma tentativa de escape perante o sofrimento da vida, em uma noção de “*salvar a alma pois não possuem o corpo, é pecado porque não participam das alegrias.*”<sup>118</sup> A estóica resignação cristã era uma resposta à vida, uma pedagogia para o doente.

Disciplinar a pessoa doente tornava-se um abandono final do corpo vital (ele não o abandonara primeiro?!) e o encontro da virtude. Aqui se desenha a negação de qualquer pedagogia interpretativa a partir do trágico inerente ao viver, por uma opção que adere a metafísica de tradição platônica que embasa o cristianismo:

*“ O saber pelo sofrer, que é o saber de experiência feito, tragicamente adquirido na concruz dos caminhos e descaminhos da vida, é substituído pelo saber prévio acerca do ser a priori. A condenação platônica da poesia trágica é uma exigência de seu novo projeto educacional.”*<sup>119</sup>

<sup>116</sup> BOEING, Irmã Serena. *Quero Misericórdia..* op. cit., 1997 (p. 278).

<sup>117</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>118</sup> Introdução para NIETZSCHE. IN: *Os Pensadores: Nietzsche*. 2 ed. São Paulo : Abril Cultural, 1978 (p. XVI).

<sup>119</sup> SOUZA, Ronaldo de Melo. Atualidade da tragédia Grega. In: ROSENFELD, Kathrin (org). *Filosofia & Literatura: o trágico*. Op. cit. 2001 (p. 119).

Sepultada como Antígona, a tragicidade do viver não mais fornecerá um auto reconhecimento solitário característico dos heróis trágicos, onde luz e trevas coexistem e criam. Em oposição a ela, a pedagogia da virtude (cristã –platônica) elabora imagens moralizantes sobre a doença e seus portadores, bem como compõe expectativas de condutas para esses últimos.

Uma vez doentes virtuosos, novamente eram merecedores da compaixão e as freiras do S. R. estavam lá para cumprir o seu papel para com o rebanho do seu salvador. E assim novamente encontram-se as condições subumanas a que os doentes eram expostos. No texto de BOEING, as irmãs de caridade denunciavam:

*“(...) falta de humanidade para com os doentes, que eram transportados em vagão de trem especial, trancados por fora e largados na estação perto do leprosário, mesmo sabendo que muitos não podiam permanecer de pé. As irmãs buscavam de carrocinha, havendo casos em que eram levados de carrinho de mão. Mais tarde, passaram a ser trazidos pela polícia em suas viatura ou lotações de ônibus ( jardineiras).”<sup>120</sup>*

A dor empática que o leitor experimenta retoma o estilo sublime e a estranheza aos métodos narrados, ao pitoresco. As irmãs não fogem da forma sancionada para o tema, bem como os médicos não cansam de fazer uma *mea culpa* disfarçada ao procurar demonstrar seus atos de heroísmo no S. R.

Esse é o caso do dr. Ary Scheidt que narra “*um dos casos que mais me chocou*”, sobre uma menina de 17 anos, portadora da forma fechada e assim estado “*internada de forma equivocada*”. Lá no S. R. ela contrai tuberculose e vem a falecer. O ex- diretor culpa por essa morte os sanatórios especializados que não recebiam leprosos e conta como ele

---

<sup>120</sup> BOEING. Op. cit. (p 277).

conseguiu que após esse caso um médico “*tisiologista*” fosse ao S. R. uma vez por semana. Entretanto fecha o relato dizendo: “*mais de 30 anos após ainda recordo do ocorrido, trágico e completamente desnecessário num sinal mais que evidente do fracasso do isolamento compulsório destas pessoas*”<sup>121</sup> Fracasso da corporação à qual ele mesmo pertencia e de um modelo construído em nome da própria racionalidade médica. Fazer o território existencial pessoal, delimitar um território existencial coletivo, essa foi a luta dentro da instituição, um empenho diário por um cotidiano. Mas esse esforço só se realiza na formação de novas relações, afinidades, amizades e inimizades. Para entender esse processo cabe ainda mais um olhar sobre as narrativas. Elas são parte da terapêutica, recordando Walter BENJAMIM em “*Conto e cura*” onde ele diria:

*“ Também já se sabe como o relato que o paciente faz ao médico no início do tratamento pode se tornar o começo de um processo curativo. Daí a pergunta se a narração não formaria o clima propício e a condição mais favorável de muitas curas, e mesmo se não seriam todas as doenças curáveis se apenas se deixassem flutuar para bem longe – até a foz – na correnteza da narração.”*<sup>122</sup>

O narrar é parte da cura, mas não só dos doentes, também dos médicos, das freiras (e da historiadora), todos mergulham nessa correnteza tentando dar uma forma conhecida a uma experiência dolorosa, para qual somente o reconhecimento trágico pode recriar interpretações e sobrevidas.

No universo simbólico da lepra, a existência de uma cura médica para a doença não alterou a percepção estigmatizante da doença. O estigma será um fantasma que ficará em cada marca visível que a lepra deixou em seu corpo, em cada conhecido que sabe do seu

---

<sup>121</sup> SCHEIDT, Ari entrevista concedida a Fernandes Jr. IN: FERNANDES JR. op. cit. (p. 157).

<sup>122</sup> BENJAMIM, Walter. *Rua de Mão Única*...op. cit. (p. 269).

período internado, nas memórias involuntárias das noites de insônia. Por esses sentidos lidos na pessoa estigmatizada é que, ao analisar o funcionamento das colônias, mesmo após o fim do isolamento compulsório, QUEIROZ afirmou :

*“Embora não mais ser o sistema hospitalar de confinamento, de reclusão absoluta, uma vez ingressando na colônia, o doente não conseguia mais sair. Mesmo que curado parasitológica e clinicamente, culturalmente ele não conseguia mais reinserir-se na sociedade e continuava doente para sempre.”*<sup>123</sup>

Os discursos de inauguração, os anais das freirinhas, as memórias dos médicos e assistentes sociais, falas dos ex-internos, sistematização da pesquisadora, discursos de comemoração ou condenação sobre o isolamento, imagens do São Roque como inferno ou como um refúgio, afinal a memória é seletiva, fragmentária e composta sob conflito. A história tenta dessacralizar essas posições diferenciadas, embora reconheça a legitimidade perspectiva das falas. Porém sobrevém, para além de todas elas, a identificação persistente de *leproso*, afinal de contas as alegorias têm uma longa duração e mesmo após a possibilidade de cura voltam nos detalhes.

### **3.3- Poluição Sagrada: a lepra como alegoria**

*“Precisaríamos de uma história mutidimensional e antropológica que comportasse seus ingredientes de ruído e de furor, de desordem e de morte. A história dos historiadores está em atraso antropológico em relação às tragédias gregas, elisabetanas, e particularmente a Shakespeare, que mostraram que as tragédias da História eram tragédias da paixão, da desmedida, da cegueira humanas.”*<sup>124</sup>

<sup>123</sup> QUEIROZ, Marcos de S. *Hanseníase no Brasil* op. cit. (p 145).

<sup>124</sup> MORIN, Edgar e KERN, Anne Brigitte. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 2000 (p.17).

A história é uma tradução, ou seja, um transporte por entre fronteiras, que se verá enriquecida pelo apelo a uma forma trágica de conhecimento. Na qual trevas valem tanto quanto a luz, o ocultar é um movimento conjunto com o descobrir e o distante revela-se próximo. Sentidos humanos que só a tragédia podia captar e que o ofício de escrever história em nada contradiz.

Para falar da distância e das separações implementadas para afastar as pessoas identificadas com um menor valor humano, projeta-se algumas interpretações de alegorias como imagens que gravitam em trono da temática lepra. Alegorias apropriadas pelas ambições tecno-científicas que, ao manipularem estrategicamente três medos: *da doença, da dor e da desumanização das aparências*<sup>125</sup>, pressupunham controlar corpos.

O que é relevante para a análise é que são discursos que tentam ordenar, classificar, apreender uma realidade. Afinal o corpo individual e/ou social é edificado e lido, na busca de indícios para a catalogação da separação, da diferença entre um eu/nós perfectível e um tu/eles lugar de toda a anomia e impureza. Tais configurações podem ainda ser seguidas no espaço de reclusão do S. R., através de um filme realizado pelo governo do estado um ano após a inauguração compondo um documentário mudo que fala sobre as obras da administração de Caetano Munhoz da Rocha.

Assim, em 1927, a produtora *Botelho Film* grava a película: “*Pelo Paraná Maior*”<sup>126</sup>. Uma obra de propaganda do governo estadual que pretendia passar a imagem de que o Paraná estaria vivenciando uma grande transformação. Na primeira legenda do filme pode-se ler:

---

<sup>125</sup> VER: SANT’ANNA, Denize B. de. *É possível realizar uma história do corpo?* IN: SOARES, Carmem (org.) *Corpo e História*. Campinas. Autores associados, 2001 (p. 5).

<sup>126</sup> Acervo da Cinemateca Pública do Estado do Paraná.

*“novos aspectos são a obra ciclópica do governo Munhoz da Rocha que com visão segura dos destinos paranaenses solucionou com pulso firme e ação bem fazeja vários problemas sociais e políticos que demandavam resolução”<sup>127</sup>*

Na legenda acima, encontram-se elementos de uma concepção de gestão pública onde o objetivo é “*destino*”, ou seja algo dado a priori que deve ser consumado. Embora tal seqüência demandasse “*pulso firme*”, o que caracteriza também uma concepção de liderança política de tipo autoritário. As imagens e legendas definiam quais eram os problemas e teriam sido as soluções, em uma narrativa que apaga outras. Sobre a narração cinematográfica, pode-se concordar com VAZ quando afirma: “*o cinema – como imagem em movimento que exclui e inclui, que potencializa o olho humano e educa os sentidos para a experiência moderna,*”<sup>128</sup>

Dessa forma, entende-se a obra “*Por um Paraná Maior*” como uma pedagogia visual sobre o Paraná, seus problemas e as soluções, realizadas por Caetano, o sujeito da ação. Em seguimento à abertura, aparecem imagens do centro da cidade de Curitiba, suas ruas mais movimentadas, prédios públicos e praças. São imagens de movimento, circulação e burburinho que conferiam a capital de um estado periférico da federação uma representação de cidade moderna através do ideal de movimento e grandiloqüência.

Na segunda parte do filme é que se iniciam as imagem de obras denominadas de “*assistência social*” realizadas pelo governador. Logo na abertura desse segundo momento da película, aparece a legenda:

---

<sup>127</sup>. BOTELHO Film. *Pelo Paraná Maior.*: 1927.

<sup>128</sup> VAZ, Alexandre Fernandez. Memória e Progresso: sobre a presença do corpo na arqueologia da modernidade em Walter Benjamin. IN: SOARES, Carmem (org.) *Corpo e História*. Campinas. Autores associados, 2001 (p. 55).

*“A lepra, a horrível morfêa, o morbus. Apavorante e indomável, a desafiar a ciência do universo, de que é habitante soturno e indesejável, foi decididamente atacado no solo paranaense, pela energia bem fazeja do governo com a construção do LEPROSÁRIO SÃO ROQUE”<sup>129</sup>*

Primeiro o discurso apela ao medo coletivo nos adjetivos de “*horrível*”, “*apavorante*” e “*soturno*” para a doença. Criado tal ambiente, pode-se utilizar a estratégia narrativa de defesa da sociedade contra uma ameaça. Ela aparece nas expressões de oposição entre o “*desafiar a ciência*” e a defesa no “*solo paranaense*”. Constituída um campo de batalha, uma guerra, pode-se valorizar a ação do governador. Criar um ambiente de temor sobre uma doença, segundo a interpretação de SONTAG, é do interesse do autoritarismo político.<sup>130</sup>

O filme é uma imbricada teia de visibilidade e invisibilidade, lembrando FERRO: “*como um produto, uma imagem objeto, cujas significações não são somente cinematográficas. Ele não vale somente por aquilo que testemunha, mas também pela abordagem sócio-histórica que autoriza.*”<sup>131</sup> Assim, quando o documentário passa a mostrar cenas internas da instituição, compreende-se qual o tipo de abordagem ele está a autorizar. São filmadas as benfeitorias como a usina elétrica, moradias, caixa d’água, lavanderia e, em seguida, diz: “*as roupas dos doentes são esterilizadas pelos processos mecânicos mais modernos*”. O São Roque era apresentado como um lugar símbolo da modernidade prometida pelo governo do estado.

Continuando a filmagem interna do São Roque, aparecem imagens dos dormitórios dos “*infelizes leprosos*”, da sala de jantar, dos lavatórios, do consultório médico. A legenda

<sup>129</sup> BOTELHO Film. *Pelo Paraná Maior*. 1927.

<sup>130</sup> SONTAG, Susan. *Aids and Its Metaphors*. Op. cit. (p. 149).

<sup>131</sup> FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992 (p. 87).

introduz então: “*Dr. Medeiros, diretor do Leprosário São Roque.*” A imagem do médico diretor é em close e ele veste jaleco branco, colarinho e gravata.

Enquanto os doentes aparecem em um plano de fundo, deitados em camas ou em frente aos prédios, o médico está em close, o que permite identificar a pessoa pelo seu rosto. É uma imagem que constrói uma individualidade para o rosto filmado. Já a distância é impossível ver o rosto daqueles doentes, destacar uma pessoa da outra, assim eles são compostos como um objeto coletivo, tanto nas imagens, quanto na denominação “*os leprosos*”.

As pessoas internadas em nenhum momento são nomeadas pessoalmente, diferentemente do que acontece com os médicos e as freiras. Sobre os médicos especialmente, diz a legenda: “*Abnegado corpo médico*”, só espíritos superiores são capazes de abnegação, esse é o caminho da santidade. Dialogando com STAROBINSKI, quando afirma que: “*O sagrado da civilização substitui o sagrado da religião*”<sup>132</sup>, pode-se perceber aqueles profissionais da saúde como seus novos sacerdotes. Por isso eles aparecem em plano americano (da cintura para cima), pois esse foco permite a identificação pessoal, e com signos diferenciados do seu poder, como jaleco, colarinho e gravata.

O outro grupo que tem direito a ser sujeito são as freiras, sobre elas a legenda informa: “*As irmãs franciscanas, vindas especialmente da Europa para a sagrada missão do tratamento dos atacados do mal de Lázaro*”. É uma retomada do mito fundador *lázaro*, com ele autoriza-se a convivência no reinado da ciência de uma outra tradição de sacração, desde que em aliança com a primeira.

---

<sup>132</sup> STAROBINSKI, Jean. Op. cit. ( p. 33).

Esses papéis já haviam sido definidos no regulamento do próprio leprosário, o que não impede a contínua expansão poder médico na instituição, nem os inúmeros e minúsculos (às vezes nem tanto) conflitos entre eles e as freiras, que ecoam baixinho nos corredores e nas fontes sobre o São Roque.

Analisando mais uma vez a seqüência do documentário, aparece um plano americano das irmãs, em seguida, um close da madre. Assim, pode-se afirmar que os papéis de poder são personificados e sancionados em close nesse filme. Quanto mais fechado o plano e mais cedo na edição, maior o poder da posição de sujeito conferida à pessoa filmada.

Nesta ordem foi filmado primeiro o médico diretor , depois a irmã superiora, agora aparece a enfermeira chefe, também em close e, por último, os guardas sanitários, os quais foram filmados em plano americano e com a legenda “*tem a seu cargo a vigilância contra fugas possíveis*”. Eles não usam jaleco e sim casacos escuros e chapéus, bigodes e estão de braços cruzados. A imagem contrasta com a preponderância da tonalidade branca quando das imagens dos médicos, freiras e enfermeiras. Talvez até para abrandar essa passagem brusca nas tonalidades da película, de fato um tanto assustador para o espectador. A edição volta-se à capela que compõem a instituição, onde segundo a legenda os doentes encontram “*a esperança alicerçada na fé cristã*”. O incentivo ao estoicismo cristão como fonte de aceitação por parte do doente da política profilática da lepra é um componente preponderante dos discursos oficiais e aparece também na elaboração do filme..

As imagens dos prédios continuam, agora com a casa designada para observação de casos suspeitos e que “*abriga também, provisoriamente, os filhos dos leprosos, ainda não contaminados pelo mal.*” Mesmo antes da construção do chamado preventório, que se

efetivaria com o Educandário Curitiba, a separação dos filhos das pessoas doentes já era imediata ao nascimento.

Após um plano que mostra o conjunto das casas designadas para os doentes, no qual se vêem ao longe pessoas passando, o documentário muda de perspectiva e inicia a focar closes dos doentes. Tais imagens são feitas de poses para a câmera e com legendas bem específicas determinando o sentido que se pretende transmitir.

O primeiro sentido é o familiar, assim se mostra uma casa com pessoas sentadas no alpendre. Nesse alpendre é dado um close em uma mulher com duas crianças, todas muito brancas, atrás delas vêem-se as mãos e as pernas de um homem. Depois, o foco vai para o homem, atrás dele aparecem a mesma mulher e as crianças. Uma casa com pai, mãe e filhos essa é a leitura que se pede para tal imagem, buscando demonstrar como S. R. era uma instituição familiar e não desagregadora como se encontram em outras fontes.

Outra concepção que se pretende transmitir é a de existir um cotidiano comum dentro da instituição. Afinal, ela era planejada como uma pequena cidade. Assim, após a família, aparecem jovens com a legenda: *“quatro moças doentes”*. Elas não possuem nenhuma marca visível da doença e caminham em direção à câmera de mãos dadas, embora uma mantenha a mão no bolso.

Minimizar a violência e o trauma trazidos por aquele modelo profilático é uma estratégia marcante da filmagem. Por outro lado, isso não poderia minimizar a concepção de ser a doença um problema e um perigo. Portanto, não se abre mão das imagens de terror,. Logo após as moças caminhando sem sinais da doença corta-se para a legenda: *“Uma doente, assaz deformada pelo mal, esconde o rosto horrendo à objetiva”*.<sup>133</sup> Vê-se então ser projetada a imagem de uma mulher sentada na calçada com um lenço na cabeça

de braços cruzados. Ela vira-se para o lado tentando esconder-se. Mas a filmagem continua a focá-la em sua tentativa frustrada de fugir da câmera. Assistir a tal imagem é incomodo e inesquecível. Compartilha-se uma dor e uma compaixão por aquela figura humana sendo exposta sem nenhum respeito à sua intimidade. É um apelo pré-concebido pela montagem da obra, é uma forma conhecida para o tratamento do assunto lepra, é o sublime.

Sublime é o sentido provocado pela tragédia, diz MOST<sup>134</sup>. Era o efeito desejado pela edição pois que primeiro configurou o pitoresco na imagem das moças passeando de mãos dadas, então, com um corte brusco da perspectiva e anunciado pela legenda, aparece uma imagem de horror , que amplifica e formata a sensibilidade dos receptores em apelos de estilo reconhecível.

A próxima legenda é: *“caridosa e destemida nurse”*. A denominação em inglês amplia a noção de ser uma instituição moderna. Mas o assunto é a separação dos filhos saudáveis. Os adjetivos para a enfermeira tentam eufemizar a separação que está sendo realizada. É nesse sentido também a imagem seguinte de crianças brincando de roda. Só após essas imagens que amenizam o choque da separação de mãe e filhos, é que surge uma legenda sobre tal separação: *“Para o melhor isolamento dos filhos dos leprosos, o governo já iniciou a construção de edifícios especiais, distantes alguns quilômetros do leprosário para abriga-los.”*<sup>135</sup>

Pode-se analisar o filme como um aparato pedagógico sobre as funções e os papéis que compunham o grande projeto profilático para lepra no estado. Pois que, acompanhando a análise de Walter BENJAMIM: *“ O filme serve para exercitar o homem nas novas*

---

<sup>133</sup> BOTELHO Film. *Pelo Paraná Maior.*: 1927.

<sup>134</sup> MOST, Glenn W. Da Tragédia ao Trágico In. ROSENFELD, Kathrin (org). *Filosofia & Literatura: o trágico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 (p. 33).

<sup>135</sup> BOTELHO Film. *Pelo Paraná Maior.*: 1927.

*percepções e reações exigidas por um aparelho técnico cujo papel cresce cada vez mais em sua vida cotidiana.*”<sup>136</sup>

Assim, se na sociedade ocidental a técnica torna-se uma segunda natureza e o ser humano precisa de um aprendizado para ela, pode-se compreender como didática a forma como o filme esmiuça o tratamento dado a lepra:

*“ Para evitar a permanência dos doentes entre as populações, o governo vem de tomar medidas rigorosas de polícia, pelas quais, a existência de qualquer leproso no território do estado é logo comunicada as autoridades que providenciam imediatamente a sua internação no leprosário”*<sup>137</sup>

A concepção é de eficiência e polícia como mecanismo de controle dos doentes. Uma vez internados, devidamente isolados, eles passam de perigo à produção para o cumprimento de papéis civilizados em sua nova morada, pois que: *“A vida no leprosário não é displicente e ociosa. Muito ao contrário, os leprosos exercem a sua atividade em vários mistérios.*”<sup>138</sup>

Assim, aparecem imagens de mulheres trabalhando com costura, embaixo de uma araucária e sob o olhar de uma freira (vigilância). Em seguida, surgem homens serrando lenha e trabalhando no campo, com outros homens de capa e chapéu só olhando essa atividade. A divisão do trabalho é dada pelo sexo, cada um tem funções idealizadas específicas, mas também existe uma divisão pela doença, quem pega na enxada e na agulha são os doentes, as freiras e os seguranças ficam olhando.

Já que doentes isolados são compostos como produtivos, agora estão qualificados para ter acesso ao lazer, a legenda informa: *“ E tem também as suas diversões, entre as*

---

<sup>136</sup> BENJAMIM, Walter. *Magia e Técnica* op. cit. (p 174).

<sup>137</sup> BOTELHO Film. *Pelo Paraná Maior.*: 1927

*quais o radio, o cinema, e a grande cocaina da época o foot- ball.*” Decorrem imagens de vários homens tentando acertar o pé em uma bola no meio das araucárias. Em seguida a legenda “*Os mais velhos fazem torcida*” e aparecem homens sentados parados olhando fixo para a frente. O processo de fabricação das cenas é tão evidente, que deixa um mal estar no espectador, um embaraço, como aquele de quem descobre sem querer o truque do mágico.

Depois dessas imagens forçadamente pitorescas, o sublime retorna com toda a força na abordagem da questão sobre os filhos dos doentes. Sob a legenda: “ *a primeira criança nascida no Leprosário, de mãe morfética. De acordo com o regulamento foi imediatamente separada da desgraçada criatura que lhe deu o ser*”. A imagem é de uma freira com uma criança no colo, com o médico diretor ao seu lado. Ambos estão parados olhando para a câmera. Então o médico faz um pequeno gesto para que se movimentem e descem juntos alguns degraus em direção da lente. O único movimento espontâneo é o da criança, que agita os bracinhos. Em seguida nova legenda:

*“Mundo de contrastes! Foi este um dia alegre para as irmãs enfermeiras que descobriram um novo campo para exercício de sua ativa e misericordiosa caridade. (...) Chamam-lhe ‘Nossa princesa’ e será levada a pia batismal tendo como padrinhos o Dr. Medeiros e a madre Superiora. Conseguirão salva-la do terrível mal?”*<sup>139</sup>

Com um close na criança fecha-se o enredo folhetinesco dado à situação. Constituindo a separação como um ato heróico dos sujeitos da profilaxia, silencia-se a dor outorgada pela medida.

Para finalizar a narrativa cinematográfica, aparece uma irmã aparentemente lecionando a um grupo de crianças, pois elas seguram livros e a irmã aponta algo neles. A

---

<sup>138</sup>. Idem.

legenda diz: “ *Irmã Felícia, uma jovem linda e caridosa filha de Jesus, ensina a ler jovens leprosos...*”. A beleza atribuída a freira propicia uma sensação prazerosa, em oposição ao sublime que é um arrebatamento, uma tensão. A palavra chave está na tensão que o sublime desperta e o belo dissipa. A atribuição de beleza a uma freira pode ser analisada como uma jornada, na qual o sentido buscado é:

*“O Belo era buscado na harmonia entre o racional e estética compósita de beleza plástica e ética moralizante. Recuperava-se assim, a idéia clássica de beleza em que harmonia corporal refletiria a nobreza da alma”<sup>140</sup>*

Desejo de beleza como algo fixo, fora do seu tempo e universal, ligado ao verdadeiro, ao puro, ao virtuoso. Essa noção impregnava o olhar sobre a lepra, como uma região que resistia a todas as incursões disciplinadoras das aparências. Assim, encerrava-se a segunda parte do filme dedicada ao S. R., seguia-se um intervalo e a terceira parte sobre a instituição para atendimento aos tuberculosos, também construída por aquele governo do estado.

O cinema apresentava-se ao início do século XX como “*uma máquina de vanguarda pelos sábios e técnicos. Via-se nele o instrumento registrador do movimento e de tudo aquilo que os olhos não podem reter*” diz Marc Ferro.<sup>141</sup> Nada mais útil a uma profilaxia que se pretendia apresentar como um modelo civilizatório, utilizar da linguagem cinematográfica para instituir-se como tal.

Entretanto, quando o assunto é lepra, encontra-se no cinema um horizonte alegórico ainda mais amplo. Nesse sentido, existe uma imagem sobre a doença no cinema

---

<sup>139</sup> BOTELHO Film. Idem.

hollywoodiano exemplificada na composição das personagens da mãe e da irmã de Ben Hur, no filme de mesmo nome. Elas, depois de tornarem-se leprosas, só aparecem encurvadas, vestidas com trapos e bandagens, símbolos reconhecidos da lepra. Além de esconderem-se dos olhos do protagonista, deixando que ele as desse como mortas. A lepra seria assim algo de conhecimento mais doloroso que aquela última.

As duas personagens aceitam sua nova situação de leprosas, submetem-se ao ritual de isolamento imposto pela sociedade, são assim merecedoras da caridade. No caso do filme até há cura, pela própria intervenção de Cristo transubstanciado na água da chuva. Essas imagens retornam tanto o simbolismo da água como purificação, o que para a simbologia da lepra aparece como sinônimo de cura, como à análise de TRONCA, onde o Cristo ressuscitando Lázaro é o delírio fundador da cura para a lepra. Ambas tratam a doença como impureza (era uma das abominações do Levítico) só sendo curável pelo poder divino, que retira a marca da punição que impusera.

Esse arco alegórico sobre a lepra pode levar de volta a KUHN, quando ele aponta que um paradigma é um pré-requisito para a percepção: “ *O que um homem vê depende tanto daquilo que ele olha como daquilo que sua experiência visual - conceitual prévia o ensinou a ver*”<sup>142</sup>, diria esse autor. Extrapolando em muito o campo da ciência para o qual essa frase foi cunhada, busca-se encontrar ligações simbólicas que pré condicionam o encontro com a doença, seus limites e sua visibilidade.

Dito isso, coloca-se o problema de tentar analisar as imagens que sobrecarregam a lepra. Iniciar-se-á pela impureza. Se a poluição é uma questão de lugar, algo que não é

---

<sup>140</sup> RAMOS, Maria Bernardete. A Política da Beleza: nacionalismo, corpo e sexualidade no projeto de padronização brasileira. In: *Diálogos Latinoamericanos*. Universidade de Aarhus/Centro de estudos Brasileiros, 2000 (p.91).

<sup>141</sup> FERRO, Marc. Cinema e História. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992 (p. 71).

<sup>142</sup> KUHN, Thomas. Op. cit. (p. 148).

pensado como poluidor em uma situação pode ser percebido como sendo em outra. Para acontecer tal confusão de lugares, eles devem ser estabelecidos anteriormente, assim a poluição existe sempre em relação a uma classificação idealizada. É através de um universo classificatório que se cria a compreensão tanto de ambigüidade quanto de anomalia para qualquer elemento que seja passível de interpretações diferentes ou não ajustados a uma categoria.<sup>143</sup>

A ambigüidade e o anômalo remetem ao limítrofe, pois causam o desconforto para uma ordenação, ou melhor, para uma cosmologia. Mesmo na modernidade, supostamente desencantada, os portadores dessas denominações aparecem como *flashback* de uma viscosidade caótica. Segundo as palavras de ELIADE, sobre o atual homem não-religioso ocidental:

*“ Notemos que nos nossos dias ainda são utilizadas as mesmas imagens quando se trata de formular os perigos que ameaçam certo tipo de civilização: fala-se do caos, de desordem, das trevas onde nosso mundo se afundará. Todas essas expressões significam a abolição de uma ordem de um Cosmos, de uma estrutura orgânica, e a reimersão em um estado fluído , amorfo, enfim caótico ”<sup>144</sup>*

Claro que essas imagens estão imersas em especificidades históricas, mas o que se observa aqui são as formas que essas reutilizações adotam e os sentidos de que são impregnadas. Imagens recorrentes como a do círculo em torno da cidade parra afastar a doença.<sup>145</sup> Círculos protetores da cidade que, como “nosso” cosmos, se opõem à alteridade

---

<sup>143</sup> Ver: DOUGLAS, Mari. Pureza e Perigo. Op. cit. (p. 52). Ver também: BHABBA, Homi. O Local da Cultura. B. H.: UFMG, 1998. Quando lembra Benjamim onde ambíguo na modernidade seria o figurativo da dialética, paralisia desta, utopia (p. 42).

<sup>144</sup> ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992 (p. 48).

<sup>145</sup> Como no ocidente medieval em épocas de epidemia, quando frades circulavam rezando em torno da vila para impedir a entrada daquela. Ver: DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente* (1300-1800). São Paulo: Cia das Letras, 1987.

caótica da doença, externa desordem. Uma ameaça à cidade é uma ameaça à ordenação do mundo.

A lepra também é vista como uma desordem externa em relação ao “nós” centro puro e ordenado. Tal perspectiva revela-se no nomear da doença: *“Foi para os gregos e os latinos, elefantíases, leontíasis, leuca, morfêa, vitiligo. Foi na idade média, mal do mouro, lepra dos judeus, lepra do egito, gafeira, mal de lazaro, etc.”*<sup>146</sup> Mouro, judeu, egito são os outros do europeu medieval.

Buscando George Rosen que, ao trabalhar com a situação dos leprosos na Idade Média, os denomina de “mortos-vivos” que se pode analisar melhor a questão. Os leprosos eram expulsos de sua comunidade e percebidos como ameaça. O referido autor descreve as práticas de isolamento dos doentes naquele período. Elas apresentam-se como rituais de estigmatização (obrigatoriedade do uso de roupas específicas, matracas ou sinos avisando a sua aproximação, etc.) e funerários (enterro simbólico, uso de mortalha, etc.). Nas palavras do autor:

*“Sendo a doença incurável, ele se tornava um proscrito para o resto da vida. Muito antes de receber a benção misericordiosa da morte física, já se o destituía de seus direitos civis e se o considera, socialmente, morto.”*<sup>147</sup>

Se por um lado os leprosos estavam socialmente mortos, por outro havia a obrigatoriedade de roupas e sons que avisassem a sua presença e permitissem o afastamento do incauto. Chega-se a uma situação limítrofe, em um lugar entre a vida e a morte. Com uma viscosidade fantasmagórica corroía as classificações, pela aderência do contágio

<sup>146</sup> MOURA, Aureliano M. *Lepra*. Curitiba: Empreza Gráfica Paranense, 1940 (p. 3).

<sup>147</sup> ROSEN, George. *Uma História da Saúde Pública*. São Paulo: Hucitec-Unesp, 1994 (p.61).

ameaçava a ordem do microcosmos corpóreo: uma sinédoque da ameaça ao corpo coletivo do “nós”.

Dentro de uma tradição bíblica, a Igreja Católica tomara a seu encargo o cuidado com os leprosos desde a Europa medieval. Da interpretação do Levítico vinham as concepções de impureza espiritual e física que deveriam ser isoladas, pois a impureza era concebida como contagiosa, e quais ritos purificantes a serem empregados, afinal:

*“O cristianismo é uma religião histórica, que tem raízes profundas em outra religião histórica, a dos judeus. Consequentemente, para explicar ou compreender melhor certos sacramentos e certos simbolismos, temos que procurar suas ‘figuras’ no antigo testamento.”<sup>148</sup>*

Já pelo Novo Testamento vinha a idéia de cura somente pelo divino através do toque de Cristo.

*“E, eis que veio um leproso, e o adorou, dizendo: Senhor, se quiseres, podes tornar-me limpo. E Jesus estendendo a mão, tocou-o, dizendo: Quero, sê limpo. E logo ficou purificado da lepra (Mt. 8,2-3)”<sup>149</sup>*

As normas de higiene são incompatíveis com a caridade<sup>150</sup> e essa ambigüidade fornece vestígios para uma análise mais ampla do problema. Há também a questão do toque: tentar compreender a sua importância, afinal por que Jesus precisava tocá-lo para curá-lo? O poder de atravessar fronteiras sem poluir-se comprova seu papel sagrado? Questionamentos que falam sobre algumas percepções da doença e, por mais que os períodos estejam aqui fragmentados, podem contribuir como pistas sobre significações invocadas com certa frequência para a lepra.

---

<sup>148</sup> ELIADE, Mircea. *Imagens e Símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 1991 ( p.157).

<sup>149</sup> *Novo Testamento*. Campinas: Os Gideões Internacionais, s.d. (p.13).

Tocar o impuro é uma imagem medieval presente sobre o convívio limiar com as comunidades judaicas. Os outros eram olhados pela lente da impureza, tocá-los também era poluir-se. Assim, eles possuíam uma situação similar a dos leprosos. Ambos eram a representação da ambivalência naquela sociedade, dentro e fora ao mesmo tempo. Não espanta que fossem vistos em associação<sup>151</sup>.

Além do mais, a diferente ordenação de coisas e seres existentes nos hábitos judaicos era transformada em estigmas de desumanização e impureza, a qual, assim como a lepra, infectava pelo toque. Esse movimento é uma presença arraigada no ocidente, segundo o próprio SENNETT: “*O toque é uma experiência corporal profundamente ancorada na cultura cristã.*”<sup>152</sup> O toque é uma ponte física com o outro, exige proximidade ou pelo menos redução da distância corporal.

FOUCAULT, na *História da Loucura*, já analisara a situação limítrofe dos leprosos na Idade Média, em que eles eram malditos e sagrados. Essa situação limiar era espacializada pela sua proximidade das cidades, mas isolados o suficiente para não serem observados, às margens mas não fora. Essa ambivalência dava-se a partir de ser a doença uma punição divina, transformando aquele que a possui em um depositário do poder divino, o que ocasionava o dever da caridade para com ele.<sup>153</sup> FOUCAULT percebe que, com a redução da lepra na Europa a partir do século XVII, período de esvaziamento dos leprosários, a posição ambivalente será ocupada pelo louco.<sup>154</sup>

---

<sup>150</sup> Ver: DOUGLAS, Mary. op. cit. (p.20).

<sup>151</sup> Lembrar a teoria do complô contra a cristandade onde leprosos, judeus e muçulmanos estariam unidos para contaminar a água (símbolo de pureza) dos poços. Ver: GINZBURG, Carlo. *A História Noturna*: Op. cit. Sobre a situação dos judeus ver: SENNETT, Richard. *Flesh and Stone: the body and the city in western civilization*. New York: Norton, 1994.

<sup>152</sup> SENNETT, Richard. Idem (p. 225). Tradução minha.

<sup>153</sup> Ver: DREYFFUS & RABINOW. op. cit. ( p.3).

<sup>154</sup> Ver: FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

Falar sobre a lepra na Idade Média, seus estigmas e os rituais impostos aos doentes no período é um assunto, no mínimo, bastante debatido. O problema apresenta-se também em termos de doença - punição, assim:

*“a sociedade medieval atribuía às doenças causas metafísicas, como a punição dos pecados. Esta concepção se aliava aos tabus que existiam em relação a tudo que colocasse em ação as noções de corporal e carnal. No caso da lepra isto se revestia de um significado específico, uma vez que ela já aparecia citada na tradução grega da bíblia como punição divina.”<sup>155</sup>*

A generalização medieval parece ser uma estratégia discursiva obrigatória nas pesquisas sobre a lepra. Abrir uma pesquisa construindo uma linearidade originária para explicar a doença, para além de qualificar o trabalho por um ângulo de profundidade perspectiva, parece uma expectativa de que haja algum sentido para a sua existência. Essa escolha interpretativa contemporânea, que liga lepra e medieval, deixou marcas na representação da doença e criou um universo semântico em torno do seu nome que fomenta a relação estigma e silêncio que envolveu a doença.

A lepra tornou-se um nome, ou lançado em um passado remoto, ou distanciado da discussão pelo eufemismo médico da hanseníase. Como se encontra no livro de BORGES, quando narra que, ao fazer uma palestra sobre hanseníase em uma igreja evangélica, alguém perguntou: *“Que doença é essa afinal? É AIDS? Eu nunca ouvi falar dela”*.<sup>156</sup> Ao que ele respondeu ser a lepra; com essa menção: *“Houve uma confusão generalizada; todos gritavam, se debatiam, gesticulavam, chiavam como se estivessem chupando cana, ou sei lá o que. Esperei, pacientemente, terminar toda aquela histeria que o nome da*

---

<sup>155</sup> PINTO, Paulo Gabriel H. da Rocha. O Estigma do Pecado: a lepra durante a idade média. In: *PHYSIS*: revista de saúde coletiva. N.º 1, v. 5. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

<sup>156</sup> BORGES JR, Antônio de Oliveira. *Fragmentos de Vida*. Salvador: Helvécia, 1999 (p. 86).

*doença causara entre os ouvintes, (...)”<sup>157</sup>. A lepra tornou-se uma doença alegoria, que fala do simbolismo da diferença e da impureza, mais do que de uma enfermidade biológica provocada por um microbacilo.*

Afinal, a doutrina cristã é alegorizante: o corpo tem o dever-ser de recipiente perfeito para a santidade, inconfundivelmente. Pois que se Deus é perfeito e o “nós” humanos somos a sua imagem e semelhança. Todavia, pode-se pensar essa doutrina religiosa também na sociedade atual na busca de reutilizações alegóricas em relação à lepra.

Construir uma ordenação em um mundo percebido como caos, tal é a questão. O nomear é rotular e, assim, determinar um lugar. Por esse viés, a pureza e a poluição são antes de tudo uma problemática de lugares, ou seja, de ordenação: “*a doença é, ao mesmo tempo, desordem, a perigosa alteridade no corpo humano e até o cerne da vida, (...)”<sup>158</sup>*

O nomear em uma cultura é uma estabilização de um mundo. Nesse processo histórico de nomeação uma doença e o corpo doente também são localizados e ordenados, compondo alteridades, sujeitos e identificações. Essa tradição interpretativa ocidental tece sentidos metafóricos para a lepra....

*“Desconfio de todos. Aborreço a vida, mas sendo obrigado a viver, como vai correr a minha vida? Um por um todos se arreceiam de mim, e todos me detestam. Em toda parte sou por todos enxotado, de toda parte repellido. Ninguém me quer ver; quando apareço, ninguém me tolera. Tocou me a lepra moral. Eu sou como a peste, pois todos fogem de mim; sou pior que a peste, sou como um cão hidrófobo que se persegue, e cuja morte se deseja!”<sup>159</sup>*

Na passagem acima vê-se a metaforização da doença física para um conteúdo moral; essa linguagem compõe a doença em metáforas de longa duração, sendo assim, são

---

<sup>157</sup> Idem, (p 86).

<sup>158</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (p. xxiii).

mais especificamente alegorias. Na alegoria o comparante substitui o comparado, ela diz o outro. A linguagem alegórica difere da metafórica por ser mais extensa, mais ampla e detalhada. Por ela o próximo se revela distante e o distante próximo, um remete ao outro, um se diz no outro, nele tem sua negação e afirmação.

Em um dicionário de sinônimos, o sentido figurativo do termo leproso é “*corrupto, pervertido, vicioso*”<sup>160</sup>. A alegoria é uma figura estratégica no discurso. A alegorização do discurso sobre a lepra permite um certo conhecimento sobre a doença e sobre os sentidos que ela adquire em uma sociedade, mas é importante mostrar que esse recurso não está restrito às falas religiosas ou literárias, mas perpassou o discurso científico, no caso o médico, e também estava engendrado na legitimação de políticas públicas.

A lepra é um lugar simbólico da percepção estigmatizante do outro, que se revela pelas alegorias que permeiam os discursos sobre a doença. Contudo, ao utilizar a figura da alegoria não se pretende diminuir nem a sua dinâmica, nem a diversidade das apropriações históricas dessa doença, muito pelo contrário, apenas demonstrar fraturas e brechas que sabotam qualquer pretensão linear evolutiva na temporalidade da operação histórica.

Encontrar-se-á, no final do século XX, pastores que utilizam a doença como alegoria para o pecado, como em “*A Lepra e o Pecado*” onde o famoso pastor norte americano Billy Graham disserta:

*“O que desejo mostrar esta noite é que a lepra e o pecado se parecem muito. Como a lepra, assim é o pecado. Para os hebreus a lepra se tornou símbolo do pecado pelos seguintes motivos:*

*1- A lepra e o pecado são repugnantes(...): Era tão repugnante que o leproso deveria gritar de longe: Imundo! Imundo!, sempre que alguém se aproximava dele.*

---

<sup>159</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Luneta Mágica*. (p.31).

<sup>160</sup> *Dicionário de Sinônimos Melhoramentos*. São Paulo: Melhoramentos, 1994 (p. 384).

2- *A lepra e o pecado são altamente contagiosos (...) A lepra era tão contagiosa que os leprosos viviam separados de contato com outras pessoas. (...) Ela (uma moléstia denominada pecado) leva o homem à destruição eterna, assim como a lepra leva o homem à morte.*

3- *A lepra e o pecado são incuráveis, fora da operação graciosa de Deus. (...) A Bíblia diz 'O sangue de Jesus seu filho nos purifica de todo pecado'. Portanto, a vacina, o antídoto, o remédio para curar a enfermidade chamada pecado é o sangue de Jesus.'*<sup>161</sup>

Repugnante, contagioso e incurável pelos seres humanos, um estigma que, além de censurar, condena eternamente. Sendo o ser humano um animal emaranhado em teias simbólicas, como compreender essas permanências alegóricas sobre a lepra? Essas formas da doença poderiam ser uma maneira de figurar o medo da diferença? De marcá-la e controlá-la? Para além do domínio biológico o que se fareja é uma moralização figurativa dessa enfermidade.<sup>162</sup>

Ainda buscando imagens atuais sobre a lepra, pode-se encontrar revificadas novamente as suas ligações com o sagrado. Ainda dentro da tradição cristã, a doutrina espírita tem publicadas em páginas na Internet textos que se referem à doença, que são constituídos como mensagens enviadas por espíritos que já estariam desencarnados, em um deles pode-se ler:

*“Depois de muitas caídas/ A lepra, em duras esperas/ É a luz que sana as feridas/ Que trazemos de outras eras/ Nesta idéia clara e simples/ Desde muito me concentro: A lepra mostra por fora/ Aquilo que está por dentro”*<sup>163</sup>

Atenção na forma poética do texto que mantém a situação ambígua e limítrofe vinculada à lepra. Por um lado na rima final ela é representada como um retrato de Dorian

<sup>161</sup> GRAHAM, Billy - IN: <http://www.esclsanet.com.br/usuarios/ibbbalepraeopocado.htm>

<sup>162</sup> A estética do terror possibilitada pela alegoria é utilizada como justificativa para as políticas de exclusão dos doentes, ver: TRONCA, Ítalo. op. cit.

Grey, ou seja, uma corporificação de uma degeneração espiritual, embora logo ao início ela fosse adjetivada como uma *luz* que *cura* o espírito. Cura pela expiação? Sofrimento que santifica? Como se ao exteriorizar o mal interior pela manifestação lepra a pessoa estivesse em um processo de purificação em uma perspectiva de profundidade, assim primeiro se tem um mal espiritual visto como interno, depois a lepra exterior no corpo como terapêutica de purificação.

Ora, é nessa percepção, na qual os prazeres e instintos da vida tornam-se errados, pecados ou impuros; que se inscrevem os valores de uma moral platônica (socrática) e cristã: “forjaram o mito da salvação da alma, pois não possuíam o corpo”.<sup>164</sup> O que torna preferível um mal no corpo do que no espírito. Essa é uma moralização que hostiliza todo o vitalismo humano, pelo medo da dor inerente à vida. “Nada é mais insalubre, em meio a nossa insalubre modernidade, do que a compaixão cristã”<sup>165</sup>, diria Nietzsche. E já que a metáfora é médica, o remédio por ele conhecido para tal insalubridade era a tragédia. Lugar onde a dor e o terror da vida podiam ser conhecidos e não extirpados, onde a piedade não era uma negação ao humano e sim uma experiência intrínseca nessa jornada.

Assim se chega à moralização da doença a partir do arco alegórico que liga pecado e lepra, um torna-se o outro e se diz nele. Não é à toa que, em alguns momentos, a civilização ocidental em sua tradição judaico-cristã elaborou a lepra como uma punição divina, principalmente em relação a algum pecado carnal. Essa reelaboração simbólica pode perpassar vários discursos, a persistência da doença moralizada pode dizer algo sobre como uma estratégia supostamente vencedora não consegue jamais sobrepor-se totalmente. Esse

---

<sup>163</sup> QUAGLIO, Irmão In: [www.nova\\_pagina2.htm](http://www.nova_pagina2.htm)

<sup>164</sup> Ver: Introdução para. NIETZSCHE In: *Os Pensadores* op. cit. ( p XVI).

<sup>165</sup> NIETZSCHE, Frederich. O Anticristo IN: *Os Pensadores* . op. cit. (p. 348).

seria o caso do saber médico transformando a doença em assunto seu pela sua laicização?

Daí advinha a necessidade da aliança profilática para o S. R.?

Pois mesmos inseridos em um processo de laicização, não diminuíram os sentidos pejorativos ligados a lepra, assim em Saramago:

*“O homem sentou no chão dobrado como um feto. E prometeu morrer sem resistência se a lepra que lhe nascera durante a noite não fosse nunca descoberta pelos companheiros que talvez ainda soubessem ler.”<sup>166</sup>*

A metáfora da lepra é usada para o analfabetismo, o arco alegórico das características de uma marca vergonhosa para o seu portador, algo a ser escondido. Vergonha que moraliza a noção da doença. A moralização da doença é um recurso narrativo explicativo recorrente em grandes calamidades públicas, encontram-se muito em relação a epidemias e contribui para ver a doença como punição.<sup>167</sup>

Essa moralização da lepra é muito presente também na literatura brasileira, principalmente ligada à luxúria feminina com imagens de pecado ou impureza. Essa ligação se apresenta assídua durante o Romantismo. Têm-se exemplos com Álvares de Azevedo:

*“A única que tu ganharás será nojenta. Aquelas mulheres são repulsivas. O rosto é macio, os olhos lânguidos, o seio moreno mas o corpo é imundo. Tem uma lepra que ocultam num sorriso. Bofarinheiras de infâmia dão em troca do gozo o veneno da sífilis. Antes amar uma lazarenta!”<sup>168</sup>*

Ou com José de Alencar:

---

<sup>166</sup> SARAMAGO, José. Ano 1993. IN [www.jornaldepoesia.htm](http://www.jornaldepoesia.htm)

<sup>167</sup> DEFOE, Daniel. *Um Diário do Ano da Peste*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002 No início do século XVIII encontra-se em DEFOE a busca de culpados pela chegada da peste a Londres nos “vícios” da corte que “trouxeram aquele terrível castigo para toda a nação”(p.29).

<sup>168</sup> AZEVEDO, Álvares de . *Macário*.

– (...).Enquanto abrir a mão para receber o salário, contando os meus beijos pelo número das notas do banco, ou medindo o fogo das minhas carícias pelo peso do ouro; enquanto ostentar a impudência da cortesã e fizer timbre da minha infâmia, um homem honesto pode rolar-se nos meus braços sem que a mais leve nódoa manche a sua honra; mas se pedir-lhe que me aceite, se lhe suplicar a esmola de um pouco de afeição, oh! então o meu contato será como a lepra para a sua dignidade e a sua reputação. Todo o homem honesto deve repelir-me!”<sup>169</sup>

Mesmo entrando no pré-modernismo, encontra-se a utilização do binômio lepra/luxúria feminina, como em Machado de Assis na obra *Entre Santos*:

“Pode ser, atalhou S. José, mas não há de ser mais interessante que a adúltera que aqui veio hoje prostrar-se a meus pés. **Vinha pedir-me que lhe limpasse o coração da lepra da luxúria.** Brigara ontem mesmo com o namorado, que a injuriou torpemente, e passou a noite em lágrimas. De manhã, determinou abandoná-lo e veio buscar aqui a força precisa para sair das garras do demônio.”

Utilizar a literatura como um espaço para perceber os sentidos da lepra aponta o campo simbólico que essa doença estava imersa, tanto no século XIX como até meados do XX.

Por outro ângulo, perceber a que se ligava o nome da doença estigmatizadora fornece um ponto referencial para analisar a imagem desse outro(a) naquela sociedade. Segundo DOUGLAS<sup>170</sup>, os sinais de impureza são mais inequívocos em uma sociedade do que as normas morais, assim é mais fácil perceber a transgressão das últimas quando também envolve o rompimento de um preceito de poluição. As linhas sociais acabam sendo mais precárias que as de impureza.<sup>171</sup> A lepra como punição divina vem pelo rompimento de uma dessas fronteiras, ela torna-se a mácula da impureza. A doença torna-se uma analogia à ordem social, onde purificar é sistematizar, o impuro é o fora da ordem. Mas

<sup>169</sup> ALENCAR, José de . *Lucíola*.

<sup>170</sup> DOUGLAS, Mary. op. cit. (p. 160).

essas noções vêm pela própria classificação, só depois dela existir é que pode-se pensar em uma anomalia, como algo que não se encaixa naquela primeira.

A moralização pela composição de alegorias trás a questão da depreciação da sexualidade feminina contida nas imagens literárias da luxúria. A mulher era um dos alvos principais das campanhas eugênicas, nelas ela era constituída por imagens de zeladoras do futuro da “*raça*” e da nação, de terem como exclusivo papel social o matrimônio e à criação dos filhos. Papéis que também permeavam as próprias campanhas contra a lepra, principalmente posterior aos anos 30, que tinham como alvo uma disciplinarização das mulheres e uma formatação do feminino, ao mesmo tempo em que divulgavam os saberes de um sujeito masculino na figura do médico conselheiro.<sup>172</sup> Constituía-se uma oposição figurativa entre a mulher mãe eugênica e a mulher sexualizada impura e assim leprosa.

Outra figuração em torno da lepra, é o tipo idealizado da institucionalização, representado na narrativa sobre o jovem de Honolulu. Esse é constituído como diferencial, ele tem um caráter elevado ao colocar a coletividade e a lei acima dos interesses individuais. Ele é o máximo da auto objetivação. De tão sujeito civilizado que é, aceita tornar-se objeto. Sabe o lugar e a ordem das coisas.

Investiga-se novamente esta narrativa publicada no jornal “*O Guáira*” em Guarapuava no ano de 1898, sobre o jovem estudante de direito, filho de rica família de comerciantes que, ao se saber leproso, não titubeia e comunica o seu próprio caso às autoridades havaianas. Submete-se, sem resistências, ao isolamento obrigatório em Molokai:

---

<sup>171</sup> Idem. (p. 170).

<sup>172</sup> Revista Médica do Paraná, n.º 9 ano 1937.

*“Não hesitou um momento em fazer os aprestes para a inevitável viagem dando parte a Repartição da Higiene que ordenou o transporte do infeliz para a ilha dos leprosos. Ao embarcar despediu-se com frases tocantes de seus pais e amigos, recordando aos numerosos circundantes os deveres do cidadão que jamais deve hesitar em obedecer a lei por dura que pareça.”<sup>173</sup>*

O herói do conto é rico e tem acesso à educação, diferentemente dos doentes que esmolavam em Guarapuava e dos enviados para o Leprosário São Roque. Supõe o texto que se ele, que tinha algo a perder, aceitou isolar-se, os miseráveis doentes locais, que não teriam supostamente nada a perder (somente sua humanidade?) deveriam aceitar sem contestar. A conduta do leproso ideal, se é que isso é possível, é a de resignar-se ao isolamento. Essa postura lembra muito outros momentos e discursos, como a própria “*compliance*” do paciente dentro da medicina atual para com o tratamento a ele prescrito.

Outras falas ainda podem ser retomadas sobre os sentidos adquiridos pela doença, como em Câmara Cascudo em que aparece a existência na cultura popular brasileira da figura do *Papa Figo*:

*“É a pessoa que mata crianças para comer o fígado, curando-se da lepra ou morfêia. Crêem que a lepra é uma degenerescência do sangue. Mal de sangue, mal de fígado. Recupera-se a pureza sangüínea obtendo-se um novo fígado que o gera .*

*Ver: Casa Grande e Senzala, 368, quando a Comissão Rockefeller no combate a febre amarela mandara retirar parte do fígado para verificação, diziam-se ser um fornecimento em massa aos leprosos ricos e nunca uma exigência da análise. Ver: Geografia do Mito Brasileiro”<sup>174</sup>.*

Como os leprosos de Guarapuava do início do século XX que tentavam aproximar-se de crianças, novamente esses doentes, para livrarem-se de sua impureza, necessitam

<sup>173</sup> O Guayra. ano iv, n.º 38, 15 de janeiro, 1898.

<sup>174</sup> CASCUDO, Câmara – *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 9 ed. SP. Ediouro, s.d.

macular a pureza alheia. Pureza de sangue que remete tanto à figura do vampiro, quanto à da degenerescência, simbolizadas na doença. Essa, por sua vez, como estigma fatal sobrepõe-se às outras identidades possíveis, igualando tanto negros pobres (papa-figo) quanto brancos ricos (fundação Rockefeller) em uma condição desumanizada.

Cinema, literatura, religião, historiografia, medicina, mídia, discursos os quais apontam indícios da existência de um universo de significações que, em vários momentos diferenciados, foram reenviadas sobre a doença permitindo um reconhecimento controlado e mais tranquilizante ao seu encontro. Potencializando formas de conhecimento e subtraindo outras. Porém, também extravasam sensações incômodas, questionando classificações estabelecidas no vislumbrar das tentativas de encobrir o ambíguo, o impuro. O que pode ser melhor compreendido acompanhando NIETZSCHE:

*“ Não quero dizer que a concepção trágica do mundo tenha sido universal e definitivamente aniquilada pelo esforço do espírito antidionísio; sabemos somente que ela teve de fugir ao domínio da arte, teve de se refigurar, por assim dizer, no mundo das trevas e de degenerar em culto secreto.”<sup>175</sup>*

Estudar os sentidos atribuídos ao ser “*leproso*” como perigo, anomia, caos, poluição, etc (e não apenas o “*estar*” com uma doença), é compreender como essa enfermidade estigmatizante proporcionava uma deterioração identitária dentro de um período em que a expansão dos discursos biologizantes ingeria-se nos mais variados processos de identificação, localização e exclusão de diferenças. Contudo, só se tem uma visão mais ampla dessas ligações percebendo a lente alegórica que as permeava, atribuindo sentidos e ampliando aspectos trágicos da vivência.

---

<sup>175</sup> NIETZSCHE. *A origem...*op.cit. (p. 109).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“A memória importa não tanto pelo conhecimento que trás mas pela ação que governa. O seu custo é a dor.”<sup>1</sup>*

É verão, o ano é 2001, não consigo encontrar a entrada para o Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná, o antigo leprosário colônia São Roque, em Piraquara. Procuro a partir da estrada principal que liga essa cidade a Curitiba. Rendo-me, decido pedir ajuda e freio o carro em frente a uma parada de ônibus onde dois senhores conversam. Dou bom dia e pergunto se eles conhecem tal hospital, após um primeiro aceno negativo com a cabeça, um dos senhores fala *“Não é o leprosário que a senhora quer?!”*

O senhor em questão era o “seu” Clemente, ele e a esposa “dona” Dalva trabalharam muitos anos no São Roque e até hoje moram quase em frente. Dou uma carona para ele, vamos conversando e eu conto que estou fazendo uma pesquisa. Ele me diz: *“Fale com a doutora Reny ou com a irmã Inês que elas lhe ajudarão”*. Respectivamente a médica diretora do São Roque naquele momento e a irmã responsável pela administração do local.

Após deixar o meu informante em sua casa, chego ao portão principal do São Roque, só uma parte de frente para a rua de entrada é murada, o resto é demarcado por uma cerca, mas o portão da entrada é grande e junto há uma guarita com um segurança. Paro o carro, desço e digo ao segurança que gostaria de falar com a doutora Reny (obrigada, seu

---

<sup>1</sup> RIBEIRO, Renato Janine. Apresentação IN: ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. v. 1 Rio de Janeiro: Zahar, 1994 (p. 10).

Clemente!), ele me responde que devo me dirigir ao prédio da administração. Antes de voltar ao carro pego minha máquina fotográfica e faço menção de fotografar a entrada – um caminho ladeado por araucárias e hortências- “*Sem fotos. É proibido tirar fotos*”, me responde surpreso o guardião. Vejo em sua feição espanto com minha atitude, o que também me espanta.. “*Mas é bonito*” respondo futilmente, tentando disfarçar minha intenção de produzir fontes. Mas ele já me deu as costas fazendo um sinal para que eu andasse com o carro.

Em um primeiro momento, pensei que a surpresa do guarda com a minha intenção de fotografar a entrada fosse algo como: “*Para que fotografar um hospital? Ou o que há de bonito aqui?*”. Hoje, um ano e meio e muita pesquisa depois, entendo que ele me achara ingênua. Uma ingenuidade de quem ainda não conhecia um terror e uma piedade que nenhuma fotografia poderá captar. Pois se alguns doentes rasgam suas fotos anteriores e não se olham no espelho<sup>2</sup> é pelo desencontro entre o eu sentido e a imagem que é projetada, assim, parece que as imagens tendem a feri-los ainda mais, a reforçar o estigma.

Eu também aprendi a respeitar não só a dor, como a privacidade dessas pessoas. Pois de outra forma, palavras pela humanidade seriam caladas pela repetição do atentado à cidadania desses sujeitos, que têm suas histórias sepultadas em cada caso “pitoresco” contado sobre o sofrimento alheio. A única forma que encontrei para narrar essas vivências com a consideração que elas mereciam foi a trágica.

Dialogando novamente com Antígona, ao condená-la à morte, Creonte também pretendia impedir o casamento dessa filha de um incesto (entre Édipo e Jocasta) com o seu filho Hemon. Sua intenção era a purificação da linhagem, o que garantiria o futuro

---

<sup>2</sup> BORGES Jr. Antônio de Oliveira. *Fragmentos da Vida*. Salvador: helvécia, 1999 (p. 44).

dinástico de sua casa.<sup>3</sup>. Essa tragédia falava de ambigüidade e purificação, e nesse sentido permeia a densa tensão desses elementos com os quais se estabeleceu aqui um paralelo.

A tensão pureza/poluição dos primeiros anos do século XX em Guarapuava e no estado do Paraná passava pelos os embates sobre a diversidade humana e sobre seleção de caracteres civilizados desejados para a população do estado eram dicotomicamente compostos com uma definição de quais seriam os indesejados. Esses últimos foram travestidos como problemas a serem resolvidos pela intervenção racional de saberes.

Entre os grupos compostos como desqualificados, excluídos da promessa moderna, estavam os doentes de lepra, que se tornaram alvo de uma ampla e autoritária profilaxia. O horizonte discursivo da diferença pretendia resolver ambigüidades e purificar a sociedade. Assim se enredaram pessoas em redes simbólicas, fornecendo sentidos às suas existências com idéias de pertencimento a um destino de grupo.

Formando uma imagem de quem seriam os sujeitos do progresso vindouro e de quem seriam os entraves a serem extirpados por ações racionais e científicas, as estratégias discursivas estavam presentes tanto na prefeitura quanto na mídia guarapuavana na primeira metade do século XX, tanto nos médicos eugenistas e leprologistas no estado e na nação, como também na sua historiografia.

No Brasil, o debate sobre a identidade era perpassado pela problemática biológica da vida, das raças, das doenças e do futuro nacional. Tentava-se redimir o futuro do país livrando as suas populações dos determinismos raciais, geográficos, climáticos, hereditários. Essa era a tônica da disseminação de mecanismos profiláticos estatais, principalmente sobre a lepra.

---

<sup>3</sup> ROSENFELD, Kathrin H. In: ROSENFELD. op. cit. (p 156 e 157).

A cegueira humana em relação ao seu próximo é um tema trágico. Ela constrói muralhas que dividem a si mesmo. Essas tragédias continuam sendo encenadas sob o manto da comemoração sacralizadora que fixa diferenças. Pode-se, ao final do trabalho, olhar os discursos das diferenças encontrados no final do século XX na mesma cidade de Guarapuava e no estado do Paraná, para tentar compreender a constituição de uma identificação como algo também premente nos dias atuais.

Assim, em 1998, quando do aniversário daquela cidade retoma-se o discurso do encontro das etnias. Num jornal local, localizam-se indícios desse encontro:

*“Hoje a festa é de todos nós. Em 9 de dezembro Guarapuava completa 179 anos de fundação. São mais de 65 mil dias de caminhadas por suas ruas, inauguradas pelos índios, marcadas pelos tropeiros e reclamadas por fundadores europeus.”<sup>4</sup>*

Estão delineados acima quais grupos serão identificados como “*etnias*”. Mas o referido jornal irá, ao longo de suas páginas, compondo um quadro de nuances, clivagens, falas e silêncios entre os grupos humanos muito mais amplo. Os índios serão lembrados principalmente de maneira mítica pelos discursos fundadores - como na construção da figura do *Guairacá*<sup>5</sup>, que representaria o nascimento de um sentimento nacional na sua luta contra os espanhóis.

Quanto aos europeus, serão o principal alvo de uma complexa, e às vezes sutil, construção de identidades diversificadas entre alemães, italianos, franceses, ucranianos,

---

<sup>4</sup> Jornal *Esquema Oeste*, nº1417, 5-11/dez, 1998 (p.1), negrito meu.

<sup>5</sup> Figura mítica regional de um índio que teria lutado contra a expansão espanhola, a quem se atribuí a frase: “*Esta terra tem dono*”, que é utilizado como símbolo da cidade e do 26º GAC ali localizado.

austríacos, poloneses e suábios. Esses grupos aparecem identificados através de termos como: *trabalho, cultura, civilização e religiosidade*<sup>6</sup>.

A participação dos africanos será definida em uma frase: “*os escravos foram trazidos pelos portugueses e contribuíram com suas danças, seu misticismo e hábitos alimentares*”<sup>7</sup>. O resto é silêncio pois, ao se construir uma memória, é necessário esquecer-se muitas outras.

Apesar disso, alguns indícios da produção das diferenças podem ser percebidos na composição de dicotomias quando da herança deixada por esses “fundadores”. Assim, enquanto os europeus trazem o *trabalho*, os africanos a *dança*, os primeiros a *civilização*, os segundos o *hábito*, a espiritualidade dos primeiros é chamada de *religiosidade*, a dos segundos é *misticismo*.<sup>8</sup>

Diferenciações como essas são elaboradas a partir do processo de identificação da população brasileira através dos discursos de diferenciação pela tríade brancos, negros e índios em vários momentos do século XX. Para além dessas diferenciações sancionadas, a experiência na diversidade é muito mais complexa já que é mergulhada em um universo de interdependências. A identificação não perde o seu foco relacional, ao perguntar pela qualificação de uma figuração de grupo, inquire também sobre uma figuração desqualificada de outro. O jornal de Guarapuava é um espaço de sacralização do passado, de invenção de uma memória coletiva por discursos comemoradores, lembrando TODOROV:

---

<sup>6</sup> Jornal *Esquema Oeste*, nº1417, 5-11/dez, 1998 ( p. 06 ).

<sup>7</sup> Idem (p.06 e 07).

<sup>8</sup> Estes termos são utilizados pelo jornal para identificar os grupos humanos. Idem (p. 01, 06,07)

*“Como a testemunha, o comemorador é guiado sobretudo pelo interesse; mas como o historiador, produz seu discurso no espaço público e apresenta-o como dotado de uma verdade irrefutável, distante da fragilidade do depoimento pessoal. (...) Esse discurso reflete a imagem que uma sociedade ou grupo dentro da sociedade querem dar de si mesmos”<sup>9</sup>*

As identificações com percepções de raça nacional, misturadas a noções de deterministas biológicas e morais, com referências difusas de um pano de fundo eugênico, ocasionaram que o estranhamento da diversidade ocorresse por noções de insalubridade, impureza e/ou demonstrações de inferioridade/superioridade fundante de distinções entre a humanidade. Tal moldagem é que permitiu a delimitação dos sentimentos empáticos às relações estabelecidas com os considerados como “nós”, o que acaba por potencializar não só a indiferença para com os vistos como “eles/outros”, mas também capacita para a ação cruel para com estes.

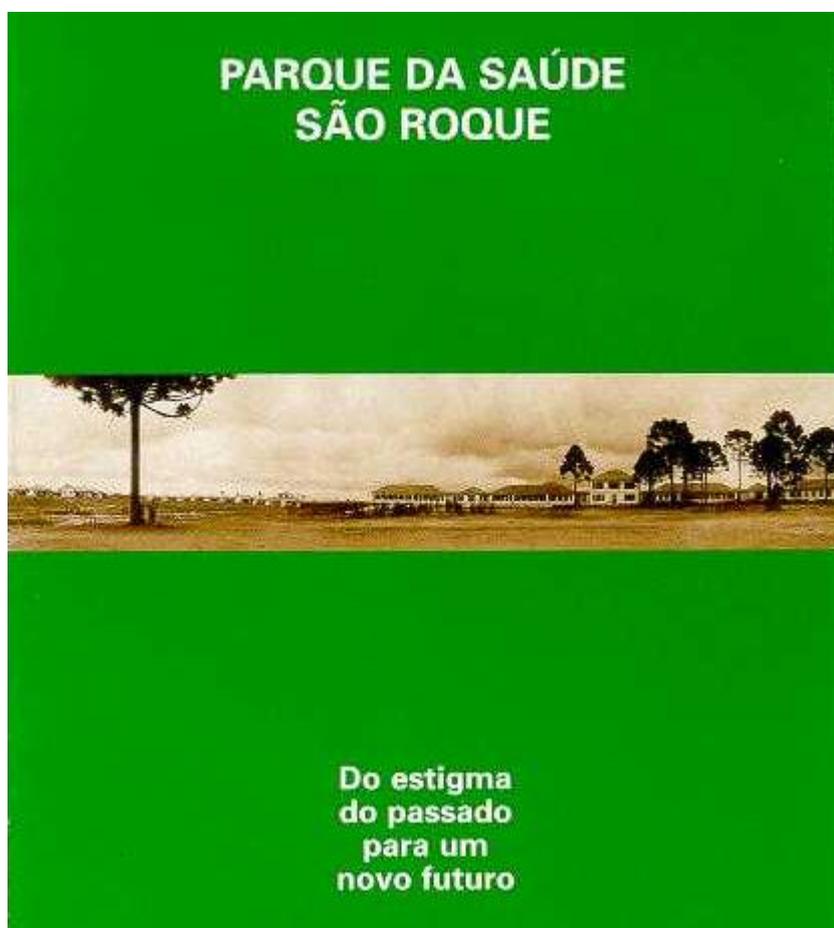
A trajetória dos doentes de lepra no início do século XX, analisada nesta tese, veio compor este jogo de visibilidade e invisibilidade, estigma e resignação, em que é uma identificação deteriorada radical, dentro de um universo de variados mecanismos instituidores de diferenças entre os seres humanos.

A lepra, doença conhecida também como hanseníase, é hoje, início do século XXI uma doença esquecida, pelo menos no Brasil, onde pouca informação chega à um público maior que os círculos especializados. Esse esquecimento não responde pelos milhares de casos que o país comporta, pois que é ele o segundo no mundo em números de casos da doença, atrás apenas da Índia <sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> TODOROV, Tzvetan. Op. cit. (p 155-154).

<sup>10</sup> Conforme dados da Organização Mundial da Saúde, 2002, no mundo foram registrados 800.000 casos de Hanseníase em 2000. O Brasil apresentou o segundo lugar em prevalência, 4,3 doentes por 10.000 habitantes, concentrando 12,8% dos casos mundiais, e foram registrados 42.000 casos novos sendo superado apenas pela Índia. Na América Latina, o Brasil ocupa o primeiro lugar em número de casos registrados. As regiões



Fonte: Governo do Estado do Paraná. 1998.

Os projetos profiláticos tiveram um papel preponderante na deterioração da percepção do outro/enfermo, e a hanseníase continua sendo um lugar de estigmatização. Assim, em uma propaganda do final do século XX, a oposição entre a invisibilidade desse doente e a sua construção de uma sobrevida à doença pode ser exemplificada pelo projeto do governador Jaime Lerner.

No pôster ilustrativo pode-se ler “*Do estigma do passado para um novo futuro*”. O projeto pretendia transformar o espaço do antigo S. R. no “*Parque de Saúde São Roque*” com espaço para conferências, atividades recreativas, laboratórios de pesquisa, etc. O projeto só esquecia que ainda existem muitos doentes que moram naquela instituição e que, por mais que não sejam vistos, o seu hospital continua atendendo numerosos enfermos de hanseníase.

---

Norte/Nordeste chegam a uma prevalência de até 19\10.000 hab. Ver: BRASIL, Ministério da Saúde.

*“O mais apavorado é o que semeia o medo. A violência é mãe da violência. Ontem foi meu irmão. Hoje sou eu. A quem, agora, se dirige tua intimidação?”*<sup>11</sup> Matar Antígona é purificar a linhagem futura, é findar com o limítrofe, é pretender excluir a diferença, é desejar um futuro homogenizado, é supor ser possível retirar o trágico do viver humano. Estas tentativas continuam presentes...

## FONTES

### **Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná:**

- Livro Offícios v.1, nº 2227, 1927.
- Livro Offícios v.2, nº 2228, 1927.
- Livro Offícios v.3 nº 2229, 1927.
- Livro Offícios v.6, nº 2238, 1927.
- Livro Offícios v.7, nº 2241, 1927.

### **Biblioteca Pública do Estado**

- *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*. Anos: 1917 à 1940.
- CANDIDO, João. *A Eugenia*. Curitiba: Econômica, 1923.
- *Diário da Tarde*. Ano 1917.
- *Gazeta do Povo*. Anos 1919 e 1926.
- KEHL, Renato. *A Interpretação do Homem*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1951.
- \_\_\_\_\_. *Pais, Médicos e Mestres*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939.
- MARTINS, Romário. *Paraná Antigo e Moderno*. Curitiba: Typografia Da Livraria Econômica, 1900.
- \_\_\_\_\_. *Terra e gente do Paraná*. Curitiba: Paranaense, 1944.

- \_\_\_\_\_. *Plantando Tudo Dá*: esforços e resultados da “Cruzada do Trigo” no estado do Paraná, s.d.
- \_\_\_\_\_. *O que é o Paraná ( A Terra e o Homem)*. Curitiba: Comissão de Colonização do Paraná, 1907.
- \_\_\_\_\_. *Quantos somos e Quem Somos*: dados para a história e estatística do povoamento do Paraná. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1941.
- MOURA, Aureliano Mattos de. *Lepra*. Curitiba: Empresa Gráfico Paranaense, 1940.
- MURARO, Flávio. *História da Lepra em São Paulo*. São Paulo: Revista dos tribunais, 1939.
- NACLI, Adibe. *O Mal de Hansen e o serviço Social no Sanatório Colônia São Roque*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1959.
- NASCIMENTO, Eurípedes G. *A Lepra*. Rio de Janeiro: Faculdades de Medicina, 1913.
- *Paraná na Exposição do Centenário (1822-1922)*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1923.
- PEIXOTO, Afrânio. *Páginas Escolhidas*. Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud & Bertrand, 1926.
- \_\_\_\_\_. *Higiene*. 6 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938.
- *Revista Médica do Paraná*. Anos: 1937 à 1947.
- RIBEIRO, Leonídio. *Ensaios e Perfis*. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1954,
- \_\_\_\_ & CAMPOS, Murilo de. *O Espiritismo no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1931.

- SOUZA-ARAÚJO, Heráclides C. de. *A Profilaxia Rural no Estado do Paraná*. Curitiba: Econômica, 1919.
- \_\_\_\_\_. *História da Lepra no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.
- Serviço Nacional de Lepra. *Tratado de Leprologia*. Rio de Janeiro: M.E.S., 1950.

### **Arquivo Histórico Municipal de Guarapuava**

BASTOS, Virgílio da Cruz. *Guarapuava*. 2ed. Curitiba: Max Roedmer e Filhos, 1928.

OLIVEIRA, Antônio Lustosa de . *Passos de uma Longa Caminhada*. Curitiba: O Formigueiro, s.d.

RIBEIRO, Eurico Branco. *O Coração do Paraná: estudo sanitário*. São Paulo: São Paulo, 1929.

Mensagem do Prefeito Municipal - Caixa 0398.1: 1919, 1920, 1923, 1924,1926, 1927, 1929, 1930.

Correspondência da Prefeitura - Caixa 0070.1: 1925

Correspondência da Prefeitura - Caixa 0071.1: 1926

Correspondência da Prefeitura - Caixa 0094.1 :1940

Correspondência da Prefeitura - Caixa 0096.1: 1941

Correspondência da Prefeitura - Caixa 0097.1: 1941

Fundo de Arquivo Eurico Branco Ribeiro

Jornal *O Pharol*, 1919,1920, 1921, 1922.

Jornal *A Cidade*, 1922, 1934,

Jornal *Folha do Oeste*, 1950

Jornal *O Guayra*, 1898, 1899.

Processo da 2ª Vara Cível - 1759.21, 1933.

Processo Crime, 1938.

### **Biblioteca Municipal e Casa da Cultura de Guarapuava**

Jornal *O Pharol*, 1919, 1920, 1921, 1922.

### **Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava**

Livro de Atas nº 6, 24/11/1898 e 26/01/1899.

### **Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná**

Acervo Pessoal doutora Reny Munaretto

Álbum de fotografias da instituição referente a sua fundação

Livro de entradas

Arquivo Morto

### **Cinemateca do Estado do Paraná**

*Pelo Paraná Maior*. (documentário) Curitiba: Botelho Film, 1927.

## BIBLIOGRAFIA:

- ALVES, Paulo César & RABELO, Mirian Cristina. *Antropologia da Saúde: traçando identidade e explorando fronteiras*. Rio de Janeiro: FioCruz/Relumé-Dumará, 1998.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- ARISTÓTELES. Poética. IN: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1979.
- BARTHES, Roland. *Aula*. 7 ed. São Paulo: Cultrix, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A Câmara Clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BASTOS, Fernando. *Panorama das Idéias Estéticas no Ocidente: de Paltão a Kant*. Brasília: UnB, 1987.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (obras escolhidas) 6 ed., v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Rua de Mão Única*. (obras escolhidas II) 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1986
- BIZZO, Nélio M. *Os Meninos do Brasil: idéias sobre reprodução, eugenia e cidadania na escola*. (tese de doutorado) São Paulo: USP, 1994.
- BORGES JR, Antônio de Oliveira. *Fragments de Vida*. Salvador: Helvécia, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1989.

- BOEING, Irmã Serena. *Quero Misericórdia..* História da Congregação das Irmãs Franciscanas da São São José. Itapema: Pallotti, 1997.
- BROOKSHAW, David. *Raça e Cor na Literatura Brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- BURKE, Peter & PORTER, Roy (org.). *Línguas e Jargões: contribuições para uma história social da linguagem*. São Paulo: Unesp, 1997.
- CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. 8 ed. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CASSIRER, Ernest. *Ensaio sobre o Homem: introdução a uma filosofia da cultura*. São Paulo: Martins Fontes, 1994 .
- CASTORIADIS, Cornélius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1 artes de fazer*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CLARO, Lenita B. Lorena. *Hanseníase: representações sobre a doença*. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CORREIA, Mariza. *Ilusões de Liberdade: a escola de Nina Rodrigues e Antropologia no Brasil*. (Tese de Doutorado). São Paulo : FFLCH/USP, 1983.
- COSTA, Jurandir Freire. *A Ética e O espelho da Cultura*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 3ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- COSTA, Ligia da Costa & REMÉDIOS, Maria Luiza R. *A Tragédia: estrutura e história*. São Paulo: Ática, 1988
- DARMON, Pierre. *Médicos e Assassinos na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- DEBROEY, Steven. *Nós, os leprosos*. São Paulo: Loyola, 1994.
- DEFOE, Daniel. *Um Diário do Ano da Peste*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002.

- DELUMEAU, Jean. *Mil Anos de Felicidade: uma história do paraíso*. São Paulo: Cia das letras, 1997.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976
- ECO, Umberto. *Cinco escritos Morais*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- ELIADE, Mircea. *Imagens e Símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- \_\_\_\_\_. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A Solidão dos Moribundos: seguido de Envelhecer e Morrer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Estabelecidos e Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O Processo Civilizador*. v.1. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O Processo Civilizador: formação do estado e civilização*. v.2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993
- FALCON, Francisco. *História e Representação*. (mimeo) Rio de Janeiro: PUC, s.d.
- FERNANDES Jr. Lindolfo Ribeiro. *A Secretaria da saúde e do Bem Estar do Paraná: suas origens e sua evolução no período de 1853 –1983*. Curitiba: Secretaria da Saúde, 1986.
- FERRO, Marc. *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FIALCOFF, Dóris. Os fantasmas do Passado. IN: *Extra Classe*. Porto Alegre: SimPro, ano 4, nº 33, ano 1999.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Em Defesa da Sociedade: curso no college de France*. São Paulo: Martins Fontes, 1999
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Resumo dos Cursos do College de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- FREUD. O Futuro de uma Ilusão. IN: *Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1978.

- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- GINZBURG, Carlo. Como matar um mandarim chinês: as implicações morais da distância. IN: *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São paulo: Cia das Letras, 2001
- \_\_\_\_\_. *A História Noturna: decifrando o Sabá*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- GONÇALVES, Helen. Corpo Doente: estudo acerca da percepção corporal da Tuberculose. IN: DUARTE, Luiz Fernando Dias & LEAL, Ondina Fachel (org.) *Doença, Sofrimento, Perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: FioCruz, 1998.
- HABERMAS. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HALL, Stuart. *Identidades Culturais na Pós Modernidade*. Rio de Janeiro: DP 7 A , 1997.
- HARDMAN, Francisco Foot (org). *Morte e progresso: Cultura brasileira como apagamento de rastros*. SP: UNESP, 1998.
- HARVEY, David. *Condição Pós Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 8 ed. São Paulo: Loyola, 1999 (p 198).
- HERSCHANN & PEREIRA. *A Invenção do Brasil Moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOBSBAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição para à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Eduerj/ Contraponto, 1999.
- JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- KOTHE, Flávio R. *A Alegoria*. São Paulo: Ática, 1986.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org). *Imagem e Memória: ensaios de antropologia visual*. Rio de Janeiro: Gramond, 2001.
- KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 6 ed. São Paulo: Perpectiva, 2001.
- LAPLANTINE, François. *Antropologia da Doença*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LARROSA, Jorge & Lara, Nuria. *Imagens do Outro*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LE GOFF, Jacques (org.) . *As Doenças têm História*. Lisboa: Terramar, s.d.

- \_\_\_\_. *Memória e História*. 4 ed. Campinas: Unicamp, 1996.
- LESKI, Albin. *A tragédia grega*. São Paulo: Perspectiva, 1971
- LUCA, Tania Regina de . *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.
- MACHADO, Roberto. *Foucault: a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- MACIEL, Maria Eunice de S. A Eugenia no Brasil IN: *Anos 90: revista do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS*. n.º 11. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- MAIO, Marcos Chor & Santos, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1996.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARCONDES, Gracita Gruber & ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de. *Philantropia Guarapuavana: 150 anos de história*. Guarapuava: Unicentro, 2001.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A Medicalização da Raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Unicamp, 1994.
- MCNEILL, William H. *Plagues and Peoples*. 3 ed. New York: Anchor Books, 1989.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *A Fenomenologia da Percepção*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MORIN, Edgar & KERN, Anne Brigitte. *Terra – Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 2000.
- NIETZSCHE, Frederich. *A origem da Tragédia*. São Paulo: Moraes, s.d.
- \_\_\_\_. *Os Pensadores: Nietzsche*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- OLINTO, Beatriz Anselmo . *Uma Cidade em Tempo de Epidemia: Rio Grande e a Gripe Espanhola*. (dissertação de mestrado) Florianópolis: UFSC, 1995/96.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho d'água, s.d.
- PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: o Paraná inventado*. 2 ed. Curitiba: Quatro Ventos, 1998.

- PINTO, Paulo Gabriel H. da Rocha. O Estigma do Pecado: a lepra durante a idade média. In: *PHYSIS: revista de saúde coletiva*. N.º 1, v. 5. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. IN: *Estudos Históricos*. V.2,nº 5. Rio de Janeiro: FGV, 1989
- POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp,1998.
- QUEIROZ, Marcos de Souza & PUNTEL, Maria Angélica. *Endemia Hansênica: uma perspectiva multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1997.
- \_\_\_\_\_. Hanseníase no Brasil: uma perspectiva histórica dos paradigmas e modelos institucionais de enfrentamento da doença. IN: CANESQUI, Ana Maria (org). *Ciências Sociais e Saúde para o Ensino Médico*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2000 .
- RABINOW, Paul & DREYFUS, Hubert. *Uma trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- RAMOS, Maria Bernardete. A Política da Beleza: nacionalismo, corpo e sexualidade no projeto de padronização brasileira. In: *Diálogos Latinoamericanos*. Universidade Aarhus/Centro de estudos Brasileiros, 2000.
- REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- RODRIGUES, José Carlos. *Higiene e Ilusão*. Rio de Janeiro: NAU, 1995.
- \_\_\_\_\_. *O Corpo na História*. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1999.
- ROMILLY, Jacqueline de. *A Tragédia Grega*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- ROSEN, George. *Uma História da Saúde Pública*. São Paulo: Unesp, 1994.
- ROSENFELD, Kathrin (org). *Filosofia & Literatura: o trágico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 .
- ROUSSEAU. Do Contrato Social I. In: *Os Pensadores*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (p.31).
- SALLAS, Ana Luisa F. IN: *CAMPOS - Revista de Antropologia Social*. Curitiba: UFPr, jan. 2001.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

- SENNETT, Richard. *Flesh and Stone: the body and the city in western civilization*. New York: Norton, 1994.
- SERPA, Élio. *Açorianos e Madeirenses na Historiografia: a problemática da identidade*. (mimeo). Florianópolis: UFSC, s.d.;
- SILLA, Eric.. *The people are not the same: leprosy and identity in twentieth century Mali*. Oxford: James Currey, 1998
- SILVA, James Roberto. De Aspecto Quase Florido: fotografias em revistas paulistas, 1898-1920 IN: *Revista Brasileira de História: Ciência e Sociedade*. v. 21, nº 41. São paulo: ANPUH, 2001.
- SILVA, Thomaz Tadeu (org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SINGER, Paul et alli. *Prevenir e Curar: o controle social através dos serviços de saúde*. Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1988.
- SOARES, Carmem (org.) *Corpo e História*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- SONTAG, Susan. *Doença como Metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Illness as Metaphor and Aids and Its Metaphors*. New York: Picador, 2001.
- SÓFOCLES. *Antígona*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- STAROBINSKI, Jean. *As Máscaras da Civilização: ensaios*. São paulo: Cia das letras, 2001.
- SZESZ, Christiane. O Conceito de Região: discursos e representações do Paraná. IN: NIPOTI, Cláudio de & ARRUDA, Gilmar. *Cidadania e Cultura*. V.1. ANPUH/Pr, 1996.
- SZVARÇA, Décio R. *O Forjador: Ruínas de um Mito Romário Martins*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998
- TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, Tentação do Bem: indagações sobre o século XX*. São paulo: ARX, 2002.
- TRONCA, Ítalo . *As Máscaras do Medo: Lepra e AIDS*. Campinas: Unicamp, 2000.
- VIGARELO, Georges. *O Limpo e o Sujo: uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WADI, Yonissa M. *Palácio para Guardar Doidos: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: Edusp, 1994.

VON BINZER, Ina. *Os meus Romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. 5ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.